

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	13
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	14
1.5 Principais clientes	23
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	24
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	30
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	31
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	32
1.10 Informações de sociedade de economia mista	35
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	36
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	37
1.13 Acordos de acionistas	38
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	39
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	40
1.16 Outras informações relevantes	41
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	42
2.2 Resultados operacional e financeiro	51
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	54
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	55
2.5 Medições não contábeis	56
2.6 Eventos subsequentes as DFs	61
2.7 Destinação de resultados	62
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	65
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	66
2.10 Planos de negócios	67
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	69
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	70
3.2 Acompanhamento das projeções	71

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	72
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	106
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	109
4.4 Processos não sigilosos relevantes	114
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	129
4.6 Processos sigilosos relevantes	130
4.7 Outras contingências relevantes	131
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	133
5.2 Descrição dos controles internos	139
5.3 Programa de integridade	143
5.4 Alterações significativas	148
5.5 Outras informações relevantes	149
6. Controle e grupo econômico	
6.1 Posição acionária	150
6.3 Distribuição de capital	166
6.4 Participação em sociedades	167
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	168
6.6 Outras informações relevantes	169
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	170
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	173
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	174
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	175
7.4 Composição dos comitês	182
7.5 Relações familiares	185
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	186
7.7 Acordos/seguros de administradores	188
7.8 Outras informações relevantes	189
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	191

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	195
8.3 Remuneração variável	197
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	198
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	199
8.6 Outorga de opções de compra de ações	200
8.7 Opções em aberto	201
8.8 Opções exercidas e ações entregues	202
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	203
8.10 Outorga de ações	204
8.11 Ações entregues	205
8.12 Precificação das ações/opções	206
8.13 Participações detidas por órgão	207
8.14 Planos de previdência	208
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	209
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	211
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	212
8.18 Remuneração - Outras funções	213
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	214
8.20 Outras informações relevantes	215
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	216
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	217
9.4 Outras informações relevantes	218
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	219
10.1 Descrição dos recursos humanos	220
10.2 Alterações relevantes	221
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	222
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	224
10.5 Outras informações relevantes	225
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	226

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	229
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	231
11.3 Outras informações relevantes	233
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	234
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	236
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	237
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	238
12.5 Mercados de negociação no Brasil	239
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	240
12.7 Títulos emitidos no exterior	241
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	242
12.9 Outras informações relevantes	243
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	244
13.1 Declaração do diretor presidente	245
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	246

1.1 Histórico do emissor

1. Atividades do emissor

1.1 - Histórico do emissor

1.1.1 - Com relação à constituição do emissor, informar

(a) Data: 11/06/1937

(b) Forma: Sociedade Anônima

(c) País de Constituição: Brasil

1.1.2 - Informar prazo de duração, se houver

Indeterminado.

1.1.3 - Breve Histórico do Emissor

Em 12 de abril de 1921, Henrique Lupo fundou a Fábrica de Meias Araraquara (nome fantasia), onde realmente a história da Lupo começou. Em 1947, a Companhia já despontava no cenário brasileiro como a maior fabricante de meias masculinas, todas produzidas em 100% algodão e com alta qualidade. Nesse mesmo ano, a Lupo recebeu as primeiras amostras do fio sintético que iria revolucionar o mercado de meias no mundo inteiro, o nylon.

Já nos anos 1960, o nosso grande desafio foi adquirir as primeiras máquinas para a fabricação de meias femininas. Essas máquinas produziam as meias finas e elegantes. Finalmente, em 1980, foi inaugurada a primeira construção chamada “fábrica nova”, um conjunto de edifícios industriais com mais de 20 mil m² localizado às margens da Rodovia Washington Luiz, em Araraquara/SP. Com esta iniciativa, a Lupo expandiu sua área de produção e iniciava sua modernização fabril.

Em 1987, preparando-se para ingressar em novas linhas de produto, a razão social da Companhia muda de “Meias Lupo S.A.” para “Lupo S.A.”, nome utilizado até os dias atuais. Neste mesmo ano, foi inaugurada a unidade autônoma de produção de meias femininas, uma moderna construção de 4 mil m² que passou a abrigar os modernos teares circulares, todos eles importados da Itália. Já as máquinas de costura automáticas foram importadas do Japão. No ano seguinte, em 1988, foi lançada a meia da Loba, que contou com forte campanha publicitária e levou a Lupo a aumentar significativamente sua participação no mercado de meias femininas.

Em 1992, chega o momento da diversificação dos nossos produtos. Nesta época, foi lançada uma moderna e confortável coleção de cuecas. O produto respondeu às expectativas dos consumidores e abriu uma nova e importante fase para o crescimento da empresa. Dois anos depois, as atividades fabris foram unificadas na unidade existente na Rodovia Washington Luiz, em Araraquara/SP, e, em 2002, o antigo prédio do relógio sofreu adaptações e transformou-se no Shopping Lupo, oferecendo à população lazer, compras e entretenimento. Dez anos após a inauguração da primeira loja Lupo, em 2004, é inaugurada no Shopping Iguatemi, em São Paulo, a centésima loja.

Em 2010, a Lupo redesenha sua logomarca e inicia uma nova fase. Neste ano, foi lançada uma coleção de produtos esportivos: a Lupo Sport. Em 2011, a Lupo completa 90 anos no mercado. Em 2012, no contexto da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas em 2016, que ocorreriam no Brasil, a Lupo inaugura uma megastore em Araraquara-SP.

A segunda década do século XXI foi marcada por importantes realizações, as quais marcaram de forma indelével nossa história. Em 2013, a Lupo implanta o SAP, software de Gestão Empresarial (ERP Enterprise Resources Planning) que promoveu uma melhor gestão dos processos empresariais do negócio. Já no ano seguinte, a Lupo cria o canal de vendas “Tudo Lupo”, no qual nossos franqueados passam a não ter marca concorrente em produtos do portfólio Lupo.

1.1 Histórico do emissor

Em 2016, como parte do seu processo de desenvolvimento, a Companhia adquire o Grupo Scalina, detentor das marcas TriFil e Scala, aumentando significativamente sua participação no mercado.

Em 2018, a Lupo inaugura uma creche em sua fábrica em Itabuna, na Bahia, com o objetivo de oferecer apoio às famílias de seus colaboradores.

Em 2020, em resposta à pandemia provocada pela Covid-19, a Lupo inicia a produção de máscaras de proteção. Mesmo sem o *know-how* prévio de produção deste tipo de item, a Companhia foi capaz de desenvolver um produto de alta qualidade em um espaço relativamente curto de tempo, encerrando o ano com 18,8 milhões de unidades produzidas.

No segundo semestre de 2021 a Companhia prepara sua oferta pública inicial de ações (IPO) e adesão ao segmento ‘Novo Mercado’ da bolsa de valores B3, mas desiste em função das condições adversas de mercado naquele momento. Em 17 de Dezembro de 2021 obtém seu registro de emissor categoria A junto a CVM - Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), mas até o momento não possui ações listadas em bolsa de valores.

Em Abril de 2022 a Companhia assume a operação de sua terceira unidade fabril, localizada em Pacatuba-CE, com capacidade para produzir cerca de 22 milhões de peças/ano.

Mais recentemente, em janeiro de 2023, a Companhia conclui a aquisição de sua quarta unidade produtiva, uma malharia localizada em Maracanaú-CE, com capacidade produtiva de 600 toneladas de malha por mês.



1.1 Histórico do emissor

Principais Prêmios Recentes

- 2019 **Outubro:** Pelo quinto ano consecutivo, a Lupo foi campeã no setor têxtil, couro e vestuário do Ranking Anual da Revista Época Negócios. O Anuário Época 360º reuniu as maiores empresas e o resultado foi baseado em uma pesquisa feita pela Fundação Dom Cabral que avaliou seis dimensões, como governança corporativa, inovação, pessoas, sustentabilidade e visão de futuro de 27 setores diferentes.
- 2022 **Março:** recebemos o prêmio do IT Forum, na modalidade foco no cliente, onde apresentamos a solução de 'loja sem caixa'.
Junho: A Lupo foi ranqueada entre as 50 marcas mais valiosas do país, de acordo com a premiação Marcas Mais Valiosas do Brasil, realizada pela IstoÉ Dinheiro.
Setembro: A Lupo conquistou o prêmio Melhores & Maiores 2022, promovido pela Revista Exame, na categoria Moda e Vestuário. O prêmio mais importante da economia destacou, além do crescimento e resultado financeiro das Empresas, práticas de impacto ESG.
Outubro: A Lupo foi eleita a empresa campeã no segmento têxtil, couro e vestuário do Anuário Época Negócios 360°. A marca também foi destaque no ranking de inovação e considerada uma empresa com visão de futuro.

Por fim, a Companhia informa que até a data de apresentação deste Formulário e Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial fundado em valor relevante.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Visão Geral

Somos uma empresa centenária da indústria têxtil com o que acreditamos ser uma essência inovadora, relacionamento familiar e longínquo com os brasileiros. Nossa missão é prever e atender as necessidades dos clientes e consumidores, transformando desejo em produto, sempre agregando valor por meio de nosso portfólio de produtos, que inclui artigos esportivos, *underwear*, meias, meias-calças, lingerie, pijamas, máscaras e outros, produzidos com qualidade, tecnologia e design diferenciado. Para nós, sermos listados como marca de Alto Renome, título atualmente detido por poucas empresas no Brasil, conforme o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e o IBOPE, é um reconhecimento pelo empenho e cuidado que dedicamos a cada peça produzida.

Em 31 de dezembro de 2022, estávamos presentes em todos os 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, por meio de uma base de 572 franquias, mais de 34 mil pontos de vendas, 368 lojas exclusivas, presença em grandes lojas de departamento e uma plataforma de *e-commerce gerida pela Companhia por meio da plataforma VTEX, com alcance nacional*, o que possibilita um crescimento robusto e sustentável.

Atualmente, nosso portfólio é composto por 4 marcas: Lupo, Lupo Sport, Scala e Trifil. Em 2016 adquirimos o Grupo Scalina, um grupo da indústria têxtil, detentor das marcas Trifil e Scala, aumentando significativamente nossa participação na fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem, malharia e confecção de produtos têxteis em geral, bem como a exploração do comércio varejista de confecção.

Embora sejamos uma empresa centenária, estamos sempre muito atentos às tendências e tecnologias que podem nos ajudar a atender melhor nosso cliente. Durante o ano de 2020, adotamos o checkout mobile (loja sem caixa), com atendimento capaz de realizar todas as etapas da venda com apenas um equipamento móvel, que funciona integrado às máquinas de cartão de crédito. Adicionalmente, durante a pandemia da Covid-19, foi desenvolvido treinamento de venda por WhatsApp, fator relevante para que as lojas continuassem a vender mesmo com o fechamento do comércio nas fases mais restritivas da pandemia, demonstrando uma aceleração na nossa transformação digital. Aproveitamos as oportunidades trazidas pela pandemia da Covid-19 para acelerar o nosso processo de inovação, concentrando nossos esforços na implementação de diversas iniciativas de omnicanalidade com foco no melhor atendimento à distância aos nossos consumidores.



Procuramos atingir as nossas metas, combinando consistentemente desempenho, inovação e competência, privilegiando a ética nos negócios, a transparência em nossas ações, o menor impacto ambiental possível e uma ótima satisfação dos nossos clientes. Como resultado, desde 2017, obtemos excelentes resultados na pesquisa de satisfação com nossos clientes. De fato, o Grupo Lupo foi premiado como vencedor no segmento de moda e vestuário no NPS Awards 2021 e no Melhores e Maiores 2022, promovido pela Revista Exame. Acreditamos que conseguimos atender às necessidades cotidianas de nossos clientes através da nossa proposta de produtos, na qual buscamos priorizar os conceitos *comfy* (conforto), *wellness* (bem-estar), *lifestyle* (estilo de vida) e, também, artigos esportivos.

Nossa base atual de clientes abrange todas as idades e gêneros, e é composta majoritariamente por pessoas de 18 a 49 anos, que representaram aproximadamente 60% das vendas em 2022. De acordo com estimativas baseadas em dados do IBGE e do IEMI - Inteligência de Mercado, somos uma marca acessível para a maioria da

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

população brasileira, com 51% das vendas de 2022 advindas das classes sociais de A e B. Dos nossos produtos comercializados no ano, cerca de 48% eram voltados para o público feminino e 38% para o público masculino, com os demais 14% compostos por produtos unissex.

Possuímos um portfólio de produtos bastante diversificado. Contamos com aproximadamente 17 mil SKUs (Stock Keeping Unit ou Unidade de Manutenção de Estoque), distribuídos em: i) lingerie, com 4,2 mil; ii) artigos esportivos, com 3,3 mil; iii) meias, com 3,2 mil; iv) cuecas, com 2,4 mil; v) roupas, com 1,9 mil; vi) meias-calças, com 0,9 mil; e vii) pijamas, modeladores, acessórios e máscaras de proteção, com 1,1 mil.

Ainda em 2022, nosso faturamento ficou distribuído da seguinte forma: (i) meias, com 26%; (ii) cuecas, com 20%; (iii) lingerie, com 16%; (iv) artigos esportivos, com 16%; (v) meias-calças, com 8%; e (vi) demais produtos com 14%.

Nossa abrangente rede de distribuição com alcance nacional e internacional era composta, em 31 de dezembro de 2022, por (i) lojas de varejo (multimarcas), que incluem mais de 33 mil pontos com vendas, (ii) 368 lojas de varejo qualificado e 572 franquias, que totalizam 940 lojas, (iii) lojas de departamento, (iv) exportações para 22 países, (v) *private label*, que inclui a confecção de produtos para outras marcas, como a Adidas e Track&Field e (vi) *e-commerce* próprio, cuja plataforma é gerida pela Companhia por meio da plataforma VTEX. Em 2022, os principais canais tiveram a seguinte representação na receita líquida total da Companhia: as lojas de varejo – multimarcas representaram 60,6% da receita líquida total, as lojas franquias 26,2%, as lojas de departamento 9,1% e o *private label* 1,1%.

Em nossa visão, contamos com um modelo de negócios verticalizado com alta tecnologia e uma estrutura de distribuição com capilaridade nacional e eficiente. Nessa linha, nossas lojas estão estrategicamente localizadas em locais de fluxo relevante de pessoas, com alta visibilidade, incluindo *shopping centers*, ruas e *outlets*. Acreditamos que nossas lojas físicas fornecem uma experiência de compra diferenciada ao cliente e alinhada com os interesses cotidianos da família brasileira, além de contar com um layout compatível com os conceitos e a imagem da nossa marca, apresentando padrões estabelecidos para toda a rede.

O crescimento no número de lojas em território nacional nos últimos anos se deu principalmente em razão da abertura de franquias e de varejo qualificado. Nosso varejo qualificado é composto por lojas localizadas em municípios com população inferior a 70 mil habitantes para as lojas Muito Lupo e, no caso das lojas Trifil, municípios acima de 150 mil habitantes, que vendem majoritariamente produtos da nossa marca sem, entretanto, serem submetidas ao modelo formal de lojas franqueadas. Em 31 de dezembro de 2022 possuíamos 270 lojas no modelo Muito Lupo e 98 lojas no modelo TriFil.

Este crescimento é evidenciado pelo tempo médio de relacionamento que estabelecemos com nossos franqueados, de aproximadamente 12 anos, e pelo modelo de franquias desenvolvido pela Companhia ao longo de mais de 100 anos de existência, que acreditamos ser capaz de captar os interesses de todos os envolvidos (franqueados, clientes e Companhia) com diferenciais claros em relação ao modo de gerir franquias comumente adotado por outras empresas no Brasil, dentre os quais se destaca: (i) gestão e supervisão da rede de franquias; (ii) treinamento de franqueados e seus funcionários; (iii) auxílio na escolha de ponto, layout e padrões arquitetônicos; (iv) isenção de taxa inicial para abertura de novas lojas; (v) definição de regras operacionais e mercadológicas a serem adotadas pela rede de franquias; (vi) lojista tem liberdade para definir os meios de publicidade e o respectivo investimento para a divulgação; e (vii) integração com o e-commerce da marca.

Nosso processo decisório para a abertura de franquias leva em consideração fatores como potencial de vendas, performance recente e limitação à concentração de lojas por franqueado. Nosso processo seletivo para franqueados considera fatores como sua identificação com a marca, seu histórico de operações (no caso de franqueados que já possuam experiência com produtos do Grupo Lupo) e sua capacidade de adaptar o nosso modelo de negócios às particularidades regionais por meio do relacionamento desenvolvido com os consumidores locais.

Nossa plataforma de e-commerce atende todo o território brasileiro e hoje é integrada com nossa rede física de franquias. Ainda, investimos em diversas iniciativas para alavancar nossa omnicanalidade, dentre elas a plataforma Fast Lupo, que aproxima centro de distribuição, franquias e lojas multimarcas, marketplace e redes sociais, reduzindo assim custos de logística e de controle de estoque.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Como parte de nossa estratégia digital buscamos manter uma forte interação com os clientes através de mídias sociais. Estamos presentes nas maiores plataformas (Instagram, Facebook, TikTok, Pinterest, Youtube e Twitter) e fechamos 2022 com um total aproximado de 2,4 milhões de seguidores em nossos perfis, e com cerca de 160 publicações por mês em média, o que promove uma maior interação com o público-alvo, a melhora da plataforma de omnicanalidade e a maior visibilidade para a divulgação de nossos produtos e experiências.

Acreditamos que nossa plataforma de omnicanalidade possua ainda um grande potencial de crescimento, engajando nosso consumidor em todos os canais disponibilizados.

Em decorrência do fechamento de nossas lojas físicas devido à pandemia da Covid-19 no primeiro semestre de 2020, aproveitamos a necessidade apresentada para alavancar nossa iniciativas de omnicanalidade e, devido à situação enfrentada, buscamos concentrar nossos esforços para acelerar sua implementação em 2021. Desta maneira, conseguimos nos adaptar rapidamente às novas tendências digitais, e dentre as soluções digitais já implementadas em nossa rede de lojas físicas, destacamos: (i) Buy Online / Ship From Store; (ii) Checkout Mobile, aplicativo que possibilitou a venda em loja sem a necessidade de caixas físicos, promovendo assim um atendimento mais flexível e dinâmico; e (iii) adoção do aplicativo WhatsApp, que viabilizou vendas remotas com a força de trabalho ociosa durante a pandemia.

A Companhia possui iniciativas estratégicas para todas as categorias de seu portfolio de marcas, dentre as quais destacamos: (i) *Sportswear*, com aumento da linha *comfy* (conforto), *wellness* (bem-estar), *lifestyle* (estilo de vida) e *athleisure* (junção das palavras “atletico” e “lazer”) para uso de vestimentas de categoria casual, mantendo nossa presença ativa no cotidiano de nossos clientes e nos adaptando aos novos hábitos do consumidor; (ii) *Underwear*: linha masculina, feminina e infantil de artigos como pijamas, cuecas e meias, já consolidados no cotidiano do brasileiro; e (iii) Acessórios: expansão de artigos esportivos com eventos e patrocínios promovidos pela Companhia.

Acreditamos estarmos bem posicionados para continuar crescendo em nosso mercado de atuação, nos orientando por fatores que norteiam a dinâmica desse mercado, tais quais: (i) relacionamento de longo prazo com o consumidor: nossos mais de 100 anos de atuação permitiram uma maior interação com consumidores em diferentes etapas do ciclo de vida da compra, o que, na nossa visão, nos permite obter uma compreensão mais profunda dos nossos clientes; (ii) engajamento: as marcas mais adaptáveis atualmente envolvem e interagem com consumidores de diferentes maneiras, oferecendo programas de lealdade via influenciadores e através de múltiplas plataformas de mídia social; (iii) comunidade: o desenvolvimento de uma base forte de consumidores não vinculada a um gênero e/ou classe social específica é imperativo para a construção e fidelização de consumidores que se identifiquem não só com nossos produtos, mas com a missão e objetivos da marca em si; (iv) inovação: novos produtos e tecnologias digitais, bem como mudanças nos hábitos e gostos do consumidor, alimentam novos ciclos e criam oportunidades no desenvolvimento de novos produtos; e (v) rapidez: a evolução nas expectativas dos consumidores requer uma infraestrutura moderna, ágil e móvel para evoluir de acordo com a velocidade do mercado, já que as companhias mais adaptáveis às demandas dos consumidores estão conquistando novos clientes em mercados distintos através do avanço na comercialização dos produtos.

Acreditamos que nossa expansão ocorrerá principalmente de forma orgânica, favorecida pela capacidade da Companhia em inovar, acompanhar tendências de mercado, desenvolver novos conceitos no segmento *comfy* (conforto), *wellness* (bem-estar), *lifestyle* (estilo de vida) e atualizar conceitos existentes, em linha com o que a Companhia tem feito com êxito em seus mais de 100 anos de história. De maneira integrada às nossas lojas físicas, nossa cadeia produtiva busca ser eficiente e responsiva às necessidades de nossos clientes. Vislumbrando garantir a alta qualidade dos nossos produtos, participamos ativamente de todo o processo produtivo através do desenvolvimento das peças, pilotagem, compra de materiais, auditoria, controle de qualidade, visitas técnicas, dentre outros. Em adição, nossas operações são apoiadas por quatro parques fabris localizados em: i) Araraquara-SP (com aproximadamente 85 mil m² de área construída); ii) Itabuna-BA (cerca de 45 mil m² de área construída); iii) Pacatuba-CE, adquirido em abril de 2022 (cerca de 40 mil m² de área construída); e iv) Maracanaú-CE, uma malharia adquirida em janeiro de 2023 (cerca de 25 mil m² de área construída).

O desenvolvimento da cadeia de suprimentos e fornecimentos é entendido como extensão de nossa operação. A nossa gestão de fornecedores tem como objetivo promover o desenvolvimento de nossas atividades e o alinhamento dos valores da nossa empresa com os de nossos fornecedores. Nossos fornecedores são

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

majoritariamente voltados ao suprimento de matéria-prima, e estavam distribuídos, por grupo de materiais, da seguinte maneira em 2022:

Materiais	Unidades		
	Araraquara-SP	Itabuna-BA	Pacatuba-CE
Aviamentos	9,5%	14,3%	16,3%
Embalagens	12,0%	15,4%	9,0%
Fios / Plumas	62,2%	56,3%	45,5%
Malhas	9,3%	2,8%	26,7%
Químicos	7,0%	11,2%	2,4%

Nosso processo de desenvolvimento de produtos e produção é orientado por dados, sendo as peças testadas antes de seu lançamento. Além das duas principais coleções lançadas no ano (inverno e verão), realizamos o lançamento de pelo menos duas coleções adicionais por ano, buscando prontamente identificar as principais tendências nacionais e internacionais e atualizar a nossa variedade de produtos. Primamos por desenvolver tecnologias e tecidos exclusivos de ponta para melhorar a performance esportiva e aumentar o conforto de nossos clientes. Entre as principais tecnologias e tecidos exclusivos utilizados em nossas coleções estão o *Water Repellent* (tecnologia que impede que o tecido absorva água), *Sensil Heat* (tecido que retém o calor do corpo e impede a perda de temperatura), *Amni Virus Bac Off* (poliamida antiviral e antibactericida), *Lycra Xtra Life* (tecido com qualidade mais resistente, durável e resistente ao cloro), *Emana* e *UV Tech* (tecido que absorve calor do corpo e emite raios infravermelhos longos ao corpo).

Lupo Sport

Lançada em 2011, a Lupo Sport é a marca do grupo focada em artigos esportivos, primordialmente voltada para a tecnologia sem costura, que consegue tecer as peças a partir do fio, com as compressões de tecido diferenciadas ao longo do produto, gerando assim maior conforto aos usuários para atividades do dia a dia. Em 31 de dezembro de 2022, atingimos um total de 35 lojas Lupo Sport e enxergamos ainda inúmeros meios pelos quais a marca pode continuar sua expansão, dentre os quais podemos destacar: (i) aumento de vendas por meio do e-commerce, (ii) ampliação da rede de lojas Lupo Sport, (iii) ampliação de nossa presença no varejo multimarcas e (iv) aumento de exportações. Dentre os variados diferenciais que nossos produtos apresentam, destacamos:

- **Ventilação estratégica:** Localizadas em zonas críticas de suor para proporcionar roupas confortáveis e com uma sensação térmica agradável;
- **Seamless dry:** Roupas sem costura, que oferece toque mais macio e confortável e diminui os pontos de fricção;
- **Tecido antimicrobial:** Com tratamento de higienização que impede a proliferação de microorganismos e bactérias causadores de odores;
- **Jaquetas windbreaker:** Tratamento especial com cobertura que repele a água, evitando sua absorção pelo tecido;
- **Roupas para corrida com detalhes refletivos:** Consistem na aplicação de materiais que refletem luz e permitem a prática de exercícios durante a noite com segurança.

A credibilidade da Lupo Sport fez com que, em menos de 10 anos de mercado, a linha passasse a fornecer materiais esportivos para equipes profissionais de futebol, demonstrando a nossa capacidade de oferecer produtos tecnológicos para o melhor desempenho de seus usuários.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Nossas Vantagens Competitivas

Acreditamos que as seguintes vantagens competitivas nos diferenciam dos concorrentes e contribuem para nosso sucesso:

Marca forte e reconhecida no mercado

Nossa marca Lupo está há mais de 100 anos no mercado de vestuário *underwear* e desde 2010 em experiências esportivas. Acreditamos que nossa marca é referência em estilo de vida confortável e saudável, e, em nossa visão, é bem-sucedida em estabelecer vínculos com os clientes pois visa a relação de longo prazo e o engajamento de nossos clientes.

Acreditamos que a pandemia da Covid-19 acelerou o processo de fortalecimento da marca e do reconhecimento da Companhia no mercado, ampliando a capacidade de atuação em um mercado em transformação com foco em inovação, seja através de produtos alinhados aos novos hábitos do consumidor, seja através de soluções digitais desenvolvidas para melhor atender o cliente, reforçando o legado e a qualidade da entrega com o consumidor.

Conhecimento do nosso público-alvo e proposta de valor adequada

A Companhia possui público-alvo em todas as faixas etárias e todos os segmentos de renda, oferecendo uma proposta de valor customizada para entregar o melhor ao consumidor. Nosso posicionamento de mercado segue o conceito de democratização da moda, oferecendo para todas as classes sociais atributos da moda a preços competitivos, que sejam altamente utilizados pela população e ampliem o relacionamento de longo prazo com consumidores.

Modelo de franquias referência no setor

Em 2004, optamos pelo investimento em um modelo que é composto por lojas franqueadas. Uma das vantagens competitivas apresentada por nosso modelo de negócios é o relacionamento diferenciado que estabelecemos com nossos franqueados, onde não é cobrada uma taxa inicial para abertura de novas franquias e royalties.

O suporte para nossos franqueados começa antes da abertura de suas lojas, e envolve o auxílio na negociação de aluguéis, orientação em frentes como elaboração do projeto de arquitetura e acompanhando da montagem da loja (*visual merchandising*). Fornecemos ao longo do nosso relacionamento consultoria e cursos voltados para melhoria da performance no varejo.

Nossa estrutura de suporte aos franqueados foi fortalecida por uma série de medidas adotadas no enfrentamento à pandemia da Covid-19, que teve o franqueado em posição central em nossa estratégia. Nossos parceiros de franquias representam uma fortaleza da marca e possuem o conhecimento local necessário para adaptar nosso modelo às particularidades regionais.

Nossos modelos de franquia são referência no mercado, e apresentam bons períodos de retorno do investimento, tais como: (i) Lupo, com 24 meses; (ii) Lupo Sport, com 28 meses; (iii) Lupo Quiosque, com 13 meses; e (iv) Scala, com 36 meses. Já o varejo qualificado apresenta: (v) Trifil, com 27 meses; (vi) Muito Lupo, com 27 meses. Além disso, o modelo de negócios é vencedor, registrando apenas 23 franquias que encerraram suas atividades de 2020 a 2022.

Investimos ainda em nosso relacionamento com os franqueados existentes, priorizando esses no momento de abertura de novas lojas, o que permite que o *know-how* da operação seja mantido e aperfeiçoado.

Nossa presença nacional, por meio de nosso modelo de franquias, possibilitou que aprendêssemos sobre as particularidades de cada região, abordando as necessidades de moda e experiências específicas de cada uma.

Potencial de inovação e desenvolvimento de tecnologias

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Acreditamos que o sucesso de nossos negócios está intimamente relacionado com a cultura de fomento à pesquisa e inovação, presente na Companhia desde o início de suas atividades. Ao longo de nossa história, nos posicionamos como pioneiros em diversas iniciativas, com a utilização de diferentes tecnologias em nossas peças. Além disso, focamos na constante verticalização, inovação e modernidade de nossas operações, de nossos maquinários por meio de novos sistemas e automatizações, processos produtivos mais eficientes, sob constante revisão, buscando trazer agilidade e flexibilidade para o nosso processo produtivo. Isso inclui o uso de instalações com alta capacidade de produção e de processos integrados no desenvolvimento de produtos, os quais buscam imprimir maior eficiência a nossa cadeia de suprimentos e ao nosso relacionamento com fornecedores.

Julgamos ter desenvolvido uma estrutura para nosso processo de produção e distribuição que visa garantir o fornecimento adequado de produtos a custos favoráveis, e para isso realizamos investimentos em inovação, pesquisa e desenvolvimento e em área de testagem, principalmente relacionados à pesquisa aplicada, pesquisa básica dirigida, desenvolvimento experimental e serviço de apoio técnico. Alguns exemplos de inovação tecnológica desenvolvidas *in-house*, são: (i) eficiência contra a proliferação de bactérias e vírus (*Amni Virus-Bac Off*); (ii) reaproveitamento do tecido descartado para confecção de cabides; (iii) composição do tecido fino e resistente na linha *Performance*; e (iv) reaproveitamento da água corrente descartada. Desta forma, acreditamos sermos uma das empresas com equipamento têxtil de tecnologia mais avançada e que, em nossa visão, permite transformar o desejo de nossos consumidores em produto.

Em nossa visão, as tecnologias inovadoras que usamos possuem altas barreiras de entrada a possíveis competidores, e, dentre elas, podemos destacar: (i) o relacionamento de longa data com fornecedores de renome; (ii) expertise e tecnologia da fabricação sem costura; e (iii) funcionários diretamente envolvidos com pesquisa e desenvolvimento de produtos.

Time de gestão experiente com foco em governança

Nossa CEO, primeira mulher da família fundadora a assumir cargos de gestão na empresa, conta com mais de 35 anos de experiência no mercado do varejo *underwear* e está ativamente presente na rotina diária da Companhia, além de ser responsável pela transformação da marca Lupo e condução da empresa em diversos momentos ao longo de sua trajetória. Atrrelado a isso, buscamos manter os mais altos padrões de governança dentro da Companhia, contando com a auditoria das demonstrações financeiras por empresa de auditoria mundialmente reconhecida há mais de 30 anos.

A experiência e o engajamento de nossa administração são elementos cruciais para a expansão e estratégia de nossos negócios, estando comprometida com a missão de integrar nosso *core business* e tecnologia a fim de promover uma plataforma que propicie aos nossos clientes um estilo de vida mais confortável e saudável em diversos âmbitos de suas vidas pessoais. Além disso, nosso time de gestão está constantemente engajado em questões sociais através de ações e projetos, tais como:

- (i) **Projeto Deficiente Eficiente Lupo e APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais:** Uma iniciativa pioneira no Brasil, que conta com unidades de acabamento de produtos Lupo dentro das dependências da APAE;
- (ii) **Curso de Capacitação para PcDs:** Visando promover a inclusão e a ampliação do conhecimento, o Grupo Lupo lançou em setembro de 2022 o curso de Qualificação e Aperfeiçoamento Profissional para alunos da APAE no município de Rincão-SP, através da capacitação ofertada em parceria com o SENAI de Araraquara-SP.
- (iii) **Curso de Libras para funcionários:** O Grupo Lupo investe na formação didática e inclusiva, levando os seus colaboradores a conhecer os conceitos e aspectos básicos da Linguagem Brasileira de Sinais com o intuito de estabelecer uma comunicação assertiva entre os funcionários surdos e os ouvintes, favorecendo assim uma melhor compreensão da cultura e possibilidades de interação com a comunidade surda.
- (iv) **Programa Lupo Lilás:** Focado no público feminino, o programa oferece atendimento médico e psicológico para as colaboradoras, abordando com sensibilidade e sigilo questões delicadas como assédio, abuso e violência doméstica e de gênero. O programa investe na capacitação permanente de equipes do RH, segurança e ambulatório para amparo às vítimas, além de promover palestras de

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

prevenção ministradas por psicólogas em todos os turnos de trabalho e ações conjuntas com o Centro de Referência da Mulher.

Adicionalmente, nossa gestão preza muito pelos colaboradores da companhia, os quais em torno de 6.300 são funcionários diretos e 8.900 são funcionários diretos e indiretos. Pensamos que construímos o futuro cuidando do presente e os nossos funcionários não fogem disso. De forma mútua, acreditamos que nossos colaboradores possuem um grande apreço pela companhia, sendo que aproximadamente 31% de todos eles possui mais de 10 anos trabalhando conosco. Como uma de nossas iniciativas, oferecemos treinamentos dentre os quais podemos destacar: (i) treinamentos especializados para cada função; (ii) desenvolvimentos aos funcionários no decorrer de suas carreiras; e (iii) parceria com SENAI para formação técnica. Além disso, possuímos um robusto programa de retenção, suportado por programas de remuneração variável e benefícios aos empregados. Temos também baixas taxas de doenças ocupacionais, lesões, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho.

Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia, seus negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada, descritos na Seção 4 deste Formulário de Referência.

Nossa Estratégia

Dentre os objetivos de longo prazo da Companhia, tem-se: (i) o fortalecimento e expansão do reconhecimento da nossa marca (*brand awareness*), não só como protagonista no setor de varejo de vestuário, mas como uma plataforma líder na propagação de um estilo de vida ativo e saudável, focada em produtos e experiências *comfy* (confortável); (ii) acelerar o crescimento inorgânico; (iii) expansão do total do mercado endereçável; e (iv) o fortalecimento da marca Lupo Sport. Trabalhamos através de nossa sólida estratégia e ecossistema para atingir esses objetivos.

Buscamos a fidelização de nossos clientes por meio da integração tecnológica de nossos canais físico e digital, para que o público possa obter uma experiência Lupo completa. Vislumbramos grandes oportunidades de continuar aumentando o engajamento perante todos os públicos através do desenvolvimento da nossa plataforma de omnicanalidade e dos conceitos *comfy* (conforto), *wellness* (bem-estar), *lifestyle* (estilo de vida), corroborado pela busca cada vez maior por uma vida mais saudável por parte dos consumidores.

Investir no aumento do reconhecimento da marca e na expansão regional inteligente

Continuamos fortalecendo nossa marca por meio de uma combinação de entrega de peças de alta qualidade e estilo confortável, bem como pela oferta de produtos enraizados na cultura diária do brasileiro.

Acreditamos que nossa história centenária, junto com nossa experiência em lojas físicas e nossa abrangência nacional, pode contribuir para a abertura de lojas em novos centros comerciais em localizações estratégicas de maneira eficiente. Com o aumento do reconhecimento e o fortalecimento da nossa marca em todas as regiões do Brasil, visualizamos oportunidades de expansão regional em nosso modelo de negócio de franquias, tendo em vista que já possuímos franqueados em todos os estados do Brasil, que consideramos embaixadores da cultura Lupo capazes de inaugurar e operar novas lojas. E como parte desse plano de expansão de novas lojas, já possuímos aproximadamente 270 cidades mapeadas no Brasil com oportunidades para a Companhia. Dessa forma, acreditamos que seremos capazes de ampliar nossa liderança e o acesso ao nosso público-alvo, alinhado à nossa missão de se inserir na vida de consumidores que valorizam um estilo de vida confortável e ativo.

Acelerar a Lupo Sport

Buscamos implementar iniciativas visando a melhoria da experiência dos consumidores, tendo como objetivo criar produtos e experiências para os nossos clientes que sejam associados aos conceitos de *comfy* (conforto),

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

wellness (bem-estar), *lifestyle* (estilo de vida). Isso inclui a estruturação e a coordenação de nossas experiências, a constante melhoria em nossas plataformas e mídias digitais e o desenvolvimento de novas tecnologias avançadas que propiciem ao consumidor experiências mais práticas e vantajosas.

Nessa linha, criamos a marca Lupo Sport em 2010, focada exclusivamente em artigos esportivos, fabricando e comercializando produtos tecnológicos para atender e auxiliar clientes que estejam em busca de um estilo de vida ativo e saudável.

Fechamos 2022 com 35 lojas Lupo Sport e acreditamos que possuímos uma ampla gama de oportunidades para expansão por meio deste segmento, reforçadas pelas tendências atuais de saúde e bem-estar. Dentre as múltiplas oportunidades identificadas para a Lupo Sport, destacamos: (i) aumento de vendas por meio do e-commerce, (ii) ampliação da rede de lojas Lupo Sport, (iii) ampliação de nossa presença no varejo multimarcas e, (iv) aumento da exportação de produtos da marca.

Aumentar a participação dos canais digitais

Em virtude da tendência de omnicanalidade, desenvolvemos a plataforma Fast Lupo, que busca integrar canais de venda, proporcionando aos consumidores uma experiência de compra unificada, independentemente do canal utilizado. Enxergamos muitas oportunidades para essa plataforma, e na visão do lojista, essa estratégia se traduz na geração de novos leads e fidelização do consumidor.

A fim de ampliarmos a participação dos canais digitais, internalizamos a operação de nosso site, incluindo a central de atendimento e toda área logística, de modo a criar maior eficiência e autonomia no atendimento e entrega dos produtos adquiridos por meio dos canais digitais. A partir disso, foi criado um plano de crescimento com foco em performance e evolução na experiência de compra do consumidor.

Aumentar a penetração em categorias existentes e crescer em novas categorias

Durante os mais de 100 anos de nossa existência, acreditamos ter atingido o protagonismo nas nossas categorias de atuação dentro do mercado brasileiro. Contudo, a indústria têxtil é extremamente pulverizada no Brasil e, portanto, acreditamos que ainda temos um potencial de crescimento e expansão nas nossas categorias de atuação, a ser implementado por meio de consolidação no setor. Continuaremos a buscar sempre um papel de liderança e protagonismo com o objetivo de melhor atender às necessidades e demandas dos nossos clientes.

Adicionalmente, estamos constantemente analisando novas categorias e mercados que apresentem potencial significativo de crescimento, conforme fizemos com a criação da marca Lupo Sport.

Potenciais Oportunidades de M&A

Apesar de nossa posição relevante no setor de varejo de moda íntima no país, entendemos haver significativas oportunidades de expandir ainda mais nossos negócios e participação de mercado em nesse setor que é altamente fragmentado. Tal crescimento poderá ser alcançado tanto por meios orgânicos como inorgânicos. Além do nosso planejamento atual de abertura de novas lojas, lançamento de novas linhas e aprimoramento dos nossos canais de vendas, monitoramos continuamente o mercado para eventuais oportunidades de M&A. Exemplo disso foi a aquisição da Scalina, anunciada em julho de 2016, detetora das marcas Trifil (atuante no setor de roupas íntimas, sportwear e meias) e Scala (atuante no setor de roupas íntimas, pijamas e roupas), que complementou o nosso portfólio de produtos e apresentou diversos ganhos para a companhia, dentre os quais podemos destacar: (i) complementaridade de públicos; (ii) capilaridade; (iii) capacidade produtiva; (iv) consolidação do mercado; e (v) sinergias operacionais. Tal operação demonstrou nossa capacidade de realizar aquisições relevantes de maneira muito eficiente e extremamente ágil, tendo o início das negociações por volta de abril de 2016 e sua conclusão em novembro do mesmo ano. Como resultado, a aquisição do Grupo Scalina

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

nos proporcionou um aumento de faturamento em 34% e um ganho de capacidade de produção em 43% entre os exercícios de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017.

TRACK-RECORD EM M&A: AQUISIÇÃO DO GRUPO SCALINA



AQUISIÇÃO EM 2016 DO PRINCIPAL CONCORRENTE



MÉRITOS DA TRANSAÇÃO



+33%

Aumento de Faturamento⁽¹⁾

+41%

Ganho de Produção⁽¹⁾

Nota: (1) Valores são referentes ao período de 31/12/2017 comparado com 31/12/2016.

Pretendemos continuar nos beneficiando da força e reconhecimento da marca para expandir e desenvolver ainda mais nossas operações ao mesmo tempo em que utilizamos de nossa experiência, escala, solidez financeira, relacionamentos com clientes e fornecedores para, de maneira oportuna, perseguir novas oportunidades de negócio e explorar novos mercados. Nossa experiência em adquirir e integrar novos ativos e marcas, combinada com nossa inteligência empresarial, representa um componente essencial em nossa estratégia de buscar aquisições selecionadas que permitirão expandir nossas operações não apenas nos mercados nos quais já atuamos, como também para outros segmentos importantes de alto valor agregado.

Nessa linha, procuramos estudar potenciais *targets* para aquisição, os quais entendemos importante estarem pautados nos seguintes filtros: (i) marcas altamente reconhecidas pelo público; (ii) produtos de alta qualidade; (iii) diversos canais de distribuição com abrangência nacional e presença digital; (iv) faturamento mínimo de R\$ 300 milhões; e (v) potenciais sinergias. Nosso foco estratégico atual encontra-se nos *targets* com expertise em corte e costura e *know-how* no segmento esportivo.

Eventos Recentes – Mix de Produtos da Companhia Pós Pandemia da Covid-19

Prevendo a redução nas vendas de máscaras de proteção em decorrência da melhora do quadro epidemiológico da Covid-19, a Companhia ampliou o seu portfólio das linhas esportiva, moda íntima e meias. Por trás dessa ampliação está a adoção de uma estratégia assertiva no mix de produtos, ancorada em significativos investimentos em nossa capacidade produtiva.

Aquisições da Plantas Industriais

Em abril de 2022 a Companhia adquiriu uma planta industrial em Pacatuba-CE por R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) e, em janeiro de 2023, uma segunda planta, esta localizada em Maracanaú-CE, por R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais). Maiores informações sobre essas aquisições estão disponíveis na Seção 2 deste Formulário de Referência.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 - Informações relacionadas aos segmentos operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

Possuímos um único segmento operacional, definido como têxtil, que engloba a produção e comercialização de vestuário e acessórios, de forma que nos organizamos e temos nosso desempenho avaliado como uma única unidade de negócio para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

Esta visão é justificada pelos seguintes fatores:

- não há divisões em nossa estrutura para gerenciar diferentes linhas de produtos, mercados ou canais de vendas;
- nossas fábricas operam em todos os mercados e canais de vendas;
- nossas decisões estratégicas são amparadas por estudos que evidenciam as oportunidades de mercado, e não apenas pela atuação por produto, marca ou canal.

Nossos produtos são distribuídos por diferentes marcas (Lupo, TriFil, Lupo Sport e Scala) e canais (varejo multimarcas, franquias, lojas de departamento, exportação, *private-label* e *e-commerce*). No entanto, essas unidades são controladas e gerenciadas como um único segmento, e os resultados são monitorados e avaliados de forma centralizada.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2022		2021		2020	
	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Receita Líquida	1.500.570	100%	1.328.256	100%	732.190	100%

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2022		2021		2020	
	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Lucro Líquido (prejuízo)	210.282	100%	297.274	100%	(16.967)	100%

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 - Produção/Comercialização/Mercados

Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

(a) Características do Processo de Produção

Nossos processos produtivos são flexíveis, ágeis e capazes de atender com rapidez as demandas de mercado. Fabricamos cerca de 90% de todas as peças que comercializamos, o que nos permite ser eficazes e responsivos aos movimentos do mercado e estarmos alinhados às últimas tendências da moda internacional, nos conferindo uma posição de destaque com relação a nossos concorrentes.

Destacamos o nosso cuidado com a qualidade do produto. Entendemos a cadeia de suprimento e fornecimento como uma extensão de nossa operação; por este motivo nossa gestão de fornecedores tem como objetivo promover o desenvolvimento da nossa empresa e o alinhamento dos valores dos nossos fornecedores com aqueles da nossa empresa. Esta estreita relação entre a Lupo e os fornecedores se reflete na tecnologia dos nossos produtos por meio da utilização de fios especiais como o EMANA, Bicomponentes entre outros.

Nossos processos produtivos são totalmente integrados e têm início no momento em que nosso representante monta o pedido do nosso cliente em *tablets* por meio de um sistema de catálogo integrado com o software ERP central da marca SAP modelo AFS. Esses sistemas integrados realizam a aprovação do pedido, emissão de ordem de produção, explosão de materiais, programação da fábrica, separação dos pedidos e emissão da nota fiscal, conectando as áreas de contabilidade, custos, RH e manutenção.

Além da preocupação com a qualidade dos nossos produtos, atentamos para o meio ambiente e adotamos diversas políticas de sustentabilidade. Conforme divulgado em nosso Relatório de Sustentabilidade 2020-2021, temos um Programa de Gestão de Resíduos Sólidos, onde destacamos:

- i. **Reutilização de Embalagens Plásticas para Enrolar Fio:** Após o uso, as embalagens plásticas são enviadas para o fabricante e reprocessadas. Essa medida assegura economia e sustentabilidade, ao substituir o descarte por reaproveitamento.
- ii. **Reutilização de Caixas Plásticas:** As caixas são trituradas e transformadas em plástico de engenharia.
- iii. **Caixas de Papelão:** São reutilizadas enquanto têm vida útil. Depois são descartadas de modo ambientalmente correto.

Nosso Relatório apontou também o uso de materiais sustentáveis, conforme abaixo:

- i. **Algodão:** Utilizamos 100% de fios e malhas de algodão com certificação da *Better Cotton Initiative* (BCI). A BCI é uma organização sem fins lucrativos criada em 2002, sediada em Genebra, na Suíça, que atua na fiscalização e melhoria de processos sustentáveis para o plantio de algodão.
- ii. **Produtos Químicos:** Trabalhamos somente com fornecedores de produtos químicos e corantes que atendam as especificações da OEKO-TEX STANDARD 100. Esta certificação garante a segurança e a não toxicidade de todos os tecidos e malhas quando em contato direto com o corpo humano.
- iii. **Material de Embalagem:** Possuímos certificação do *Forest Stewardship Council* (FSC) em 100% de nossas embalagens de papel cartão. Este selo ajuda na preservação dos recursos naturais, pois representa um sistema internacional de garantias que identifica, por meio de sua marca, a origem de produtos madeireiros e não madeireiros com manejo florestal adequado.

Outro diferencial de nosso negócio são as plantas fabris. Elas foram projetadas e construídas especificamente para os processos ali instalados, podendo suportar a expansão do negócio com baixos investimentos. As máquinas e equipamentos são continuamente renovados, de forma a preservar um parque sempre moderno, com baixa idade de utilização e com tecnologia de ponta, garantindo confiabilidade, produtividade e eficácia na

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

produção. Otimizamos constantemente nossos processos produtivos, e atuamos ativamente na concepção das peças, compra de materiais, controle de qualidade, entre outros, até a venda. Acreditamos que isso torna a Lupo referência nacional em produtos de extrema qualidade.

Nossos técnicos, operadores e funcionários que atuam nos parques fabris passam por treinamentos constantes em cursos voltados exclusivamente para este tipo de profissional. Tais cursos foram idealizados em conjunto com o SENAI, que acreditamos ser uma das mais relevantes escolas de formação técnica do segmento têxtil no Brasil, o que garante a qualidade do treinamento e a transmissão da cultura de alta performance para nossos funcionários.

Desenvolvimento de Produto

Nossa equipe de Pesquisa e Desenvolvimento busca traduzir as principais tendências mundiais em produtos diferenciados, buscando alinhar os desejos dos consumidores com nossas coleções. A área de Desenvolvimento conta com uma equipe com sólido conhecimento no processo de pesquisa qualitativa junto ao público consumidor, a qual participa frequentemente de feiras e eventos de moda sediados no Brasil e no resto do mundo.

Nossa equipe de Desenvolvimento de Produto desenvolve o projeto do produto, suas formas e cores, passando por modelagem e termina com a produção de protótipos, que passam por diversos testes de uso, o que garante a qualidade do produto antes de ser enviado ao mercado. Essa equipe elabora milhares de SKUs (*Stock Keeping Unit*, ou Unidade de Manutenção de Estoque) todos os anos de modo a atender a todos os públicos, gêneros, faixas etárias e classes sociais, o que nos faz ser uma empresa democrática.

Novas tecnologias em fios, tecidos e acabamentos químicos aumentam o conforto, caimento, durabilidade e resistência dos nossos produtos. A produção sem costura é uma de nossas principais tecnologias que proporciona uma melhora na performance esportiva e conforto ao usuário.

Processos de Produção

Nosso modelo de produção conta com quatro plantas no Brasil, localizadas em Araraquara-SP, Itabuna-BA, Pacatuba-CE e Maracanaú-CE (esta última adquirida em janeiro de 2023).

Planta de Araraquara: é a matriz do Grupo Lupo, com aproximadamente 85 mil m² de área construída, e abriga as etapas de recobrimento de elastano e tinturaria de fios, teares de meias *socks*, teares sem costura, teares de meias-calças e tecelagem Raschel (tipo de máquina que produz vários tipos de tecido). Para suportar esses teares temos como complementariedade a tinturaria de peças, fabricação de costura, produção de fitas elásticas, acabamento, estampa, embalagem e armazenamento. Este complexo industrial tem mais de 1.850 teares instalados e opera com cerca de 5.800 funcionários. Esta planta possui ainda uma escola de formação técnica, ambulatório, creche, agência bancária, refeitório e todas as áreas de suporte necessárias para a manutenção adequada da operação.

Planta de Itabuna: com aproximadamente 45 mil m² de área construída, ela abriga as etapas de fiação de algodão, retorcimento de fios e tinturaria de fios, contendo teares de meias *socks*, teares sem costura e teares de meias-calças. Para suportar esses teares temos como complementariedade a tinturaria de fios e peças, de fabricação de costura, acabamento, estampa, embalagem e armazenamento. Esta unidade tem mais de 850 teares instalados e opera com aproximadamente 2.000 funcionários. Esta planta possui ainda uma escola de formação técnica, ambulatório, creche, agência bancária, refeitório e todas as áreas de suporte necessárias para a manutenção adequada da operação.

Planta de Pacatuba: com aproximadamente de 40 mil m² de área construída, ela abriga todas as etapas de produção de artigos confeccionados, como cuecas, lingerie, pijamas e roupas, e opera com cerca de 1.200 funcionários.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Planta de Maracanaú: com aproximadamente 25 mil m² de área construída, ela abriga as operações de tecelagem, tinturaria, acabamento e estamparia de malhas, e conta com cerca de 60 teares para a produção de malhas. Em adição à produção de malhas, esta planta abrigará parte da tecelagem de meias básicas da marca Lupo, que será transferida da planta de Araraquara, já contando hoje com mais de 100 teares transferidos.

Os centros de distribuição do grupo Lupo armazenam cerca de 45 dias de estoque, de onde são expedidos os pedidos para todo o Brasil e também para o exterior.

(b) Características do processo de distribuição

Nosso processo de distribuição é dividido em 5 canais de vendas: i) o varejo multimarcas, responsável por 61% do faturamento e possui alta capilaridade, atendendo representantes em mais de 33 mil pontos de vendas, que conta ainda com 368 lojas de varejo qualificado com os modelos de lojas TriFil e Muito Lupo; ii) franquias, responsáveis por 26% do faturamento e composto por 572 lojas com as marcas Lupo, Lupo Sport e Scala; iii) lojas de departamentos, responsáveis por 9% do faturamento; iv) mercado externo, responsável por 2% do faturamento; v) *private label*, responsável por 1% do faturamento; e vi) e-commerce, responsável por 1% do faturamento.

(c) Características dos mercados de atuação, em especial:

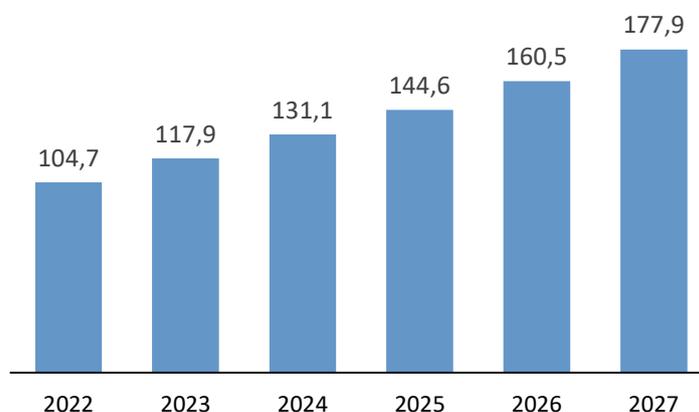
Setor Varejista Brasileiro

Segundo o IBGE, o comércio varejista registrou em 2022 crescimento de 1,0% em relação a 2021; o menor resultado desde 2016. Importante observar que esse arrefecimento no crescimento se deu não obstante a redução do desemprego e a volta à normalidade na circulação de pessoas perante a melhora no quadro epidemiológico da Covid-19. Por outro lado, o cenário de volatilidade e incertezas no âmbito político-eleitoral fez com que o segundo semestre apresentasse alterações no ritmo de consumo das famílias.

Setor Varejista de Vestuário e Calçados Brasileiro

O menor crescimento econômico em 2022 foi sentido particularmente no comércio varejista do setor de vestuário e calçados. De acordo com o IBGE, o comércio varejista de tecidos, vestuário e calçados caiu 0,5% em relação a 2021, depois de atingir um crescimento de 13,8% em relação a 2020. A inflação seguiu pressionada em 2022 e a taxa de juros subiu significativamente, o que reduziu o poder de compra das famílias e encareceu o crédito.

Apesar do momento de adversidade que atravessa o setor de vestuário e calçados brasileiro, acreditamos que o setor será impulsionado já nos próximos anos com a melhora do quadro macroeconômico. Essas perspectivas podem ser vistas abaixo, conforme estimativas da Euromonitor International, que projetam para as vendas no varejo um crescimento anual ponderado de 11% de 2022 a 2027, atingindo R\$ 177,9 bilhões em 2027.



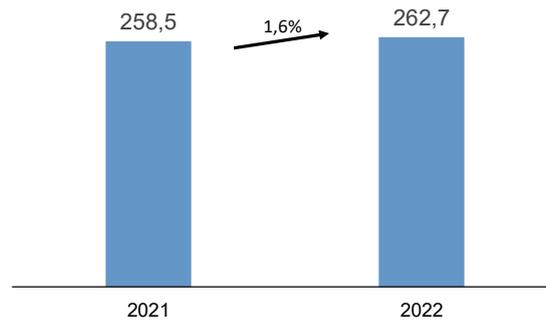
Fonte: Euromonitor International, Apparel and Footwear Specialists in Brazil – Country Report | Mar 2023. Vendas formais ao consumidor final excluindo impostos.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Mercado brasileiro de *e-commerce*

O Brasil passa por um período de transformação digital, com o *e-commerce* apresentando crescimento nos últimos anos. De acordo com a NielsenIQ Ebit, o canal de *e-commerce* apresentou em 2022 um crescimento de 1,6% em relação a 2021, atingindo um faturamento recorde de R\$262,7 bilhões. Por trás desse resultado está o aumento de 7,9% na quantidade de pedidos, o qual foi parcialmente compensado pela redução do ticket médio em 7,5%.

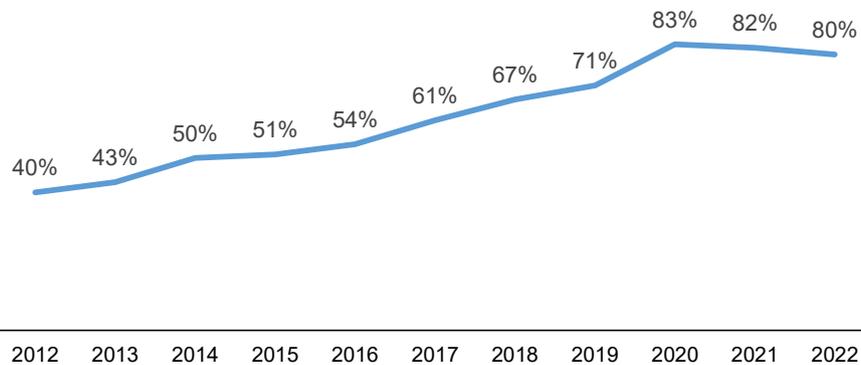
Evolução do *e-commerce* no Brasil (vendas em R\$ bilhões; % da variação em relação ao ano anterior)



Fonte: NielsenIQ Ebit - Webshoppers 47

Um *e-commerce* bem desenvolvido, capaz de entregar uma boa experiência ao usuário, assume um papel importante no fortalecimento de uma marca. Além disso, há aqueles *e-commerces* que, além de entregar uma excelente experiência digital, possuem uma forte integração com as vendas físicas, criando uma completa plataforma omnicanal, trazendo maior comodidade e praticidade aos compradores. Assim, o *e-commerce* tem se tornado um hábito de consumo no Brasil, o que também é explicado pelo crescente número de usuários de internet no país nos últimos anos.

Domicílios com Acesso à Internet no Brasil (% do total do país)



Fonte: CETIC – TIC Domicílios 2022

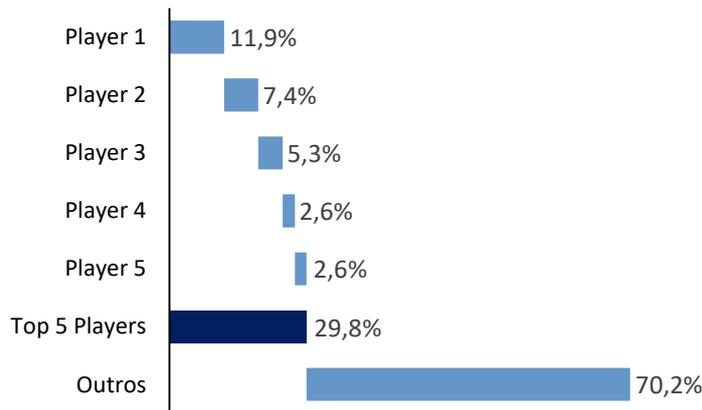
(i) Participação em cada um dos mercados

Mercado de vestuário e calçados no Brasil

O setor de vestuário e calçados no Brasil é altamente fragmentado, o que indica o grande potencial de expansão do market share das empresas que consigam se diferenciar das demais. Segundo a Euromonitor International, os cinco maiores players do setor responderam por 29,8% das vendas formais em 2022.

Market share do mercado de vestuários e calçados no Brasil em 2022

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

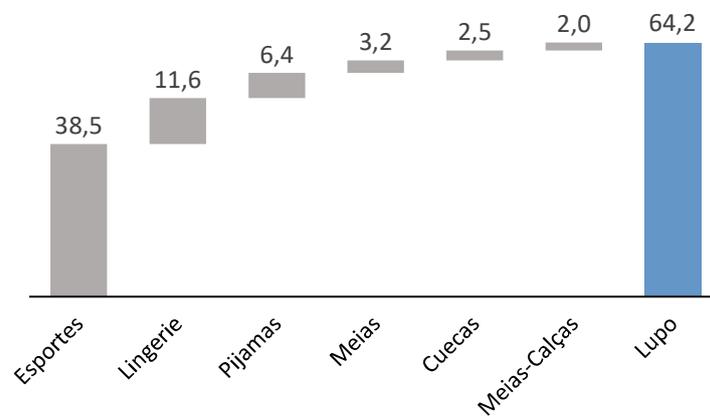


Fonte: Companhia com base em Euromonitor International, Apparel and Footwear Specialists in Brazil – Country Report | Mar 2023. Vendas formais ao consumidor final excluindo impostos.

Mercado total endereçável no Brasil

De acordo com o Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI), o mercado total endereçável da Lupo no Brasil foi de R\$ 64,2 bilhões em 2022. O mercado é composto por moda esportiva, lingerie, pijamas, meias, cuecas e meias-calças.

Mercado total endereçável da Lupo no Brasil em 2022 (R\$ bilhões)



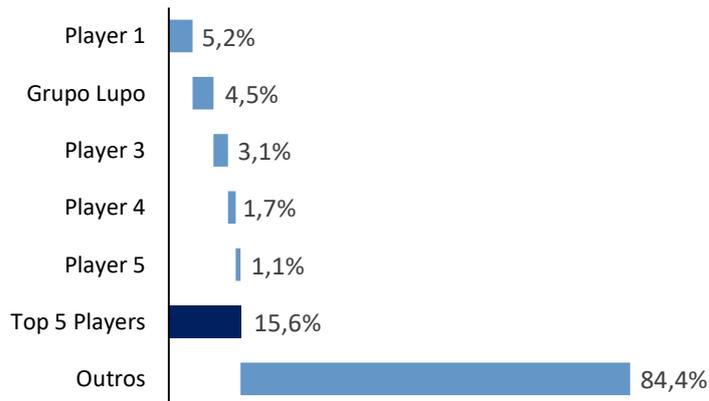
Fonte: IEMI

Mercado de moda íntima no Brasil

O mercado de moda íntima no Brasil não possuiu nenhuma liderança expressiva. Segundo a Euromonitor International, somente 15,6% de todas as vendas são capturados pelas cinco maiores empresas do setor, sendo o Grupo Lupo a segunda maior, com 4,5% do mercado.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Market share do mercado de moda íntima no Brasil em 2022

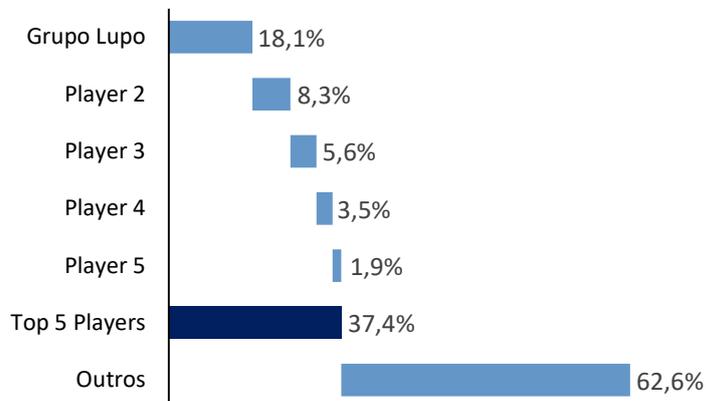


Fonte: Companhia com base em Euromonitor International, Apparel and Footwear Specialists in Brazil – Country Report | Mar 2023. Vendas formais ao consumidor final excluindo impostos.

Mercado de meias e meias-calças no Brasil

O mercado de meias e meias-calças foi liderado pelo Grupo Lupo em 2022, que respondeu por 18,1% de todas as vendas no Brasil. De acordo com a Euromonitor International, esse é um mercado pulverizado, onde os cinco maiores players respondem por 37,4%.

Market share do mercado de meias e meias-calças no Brasil em 2022



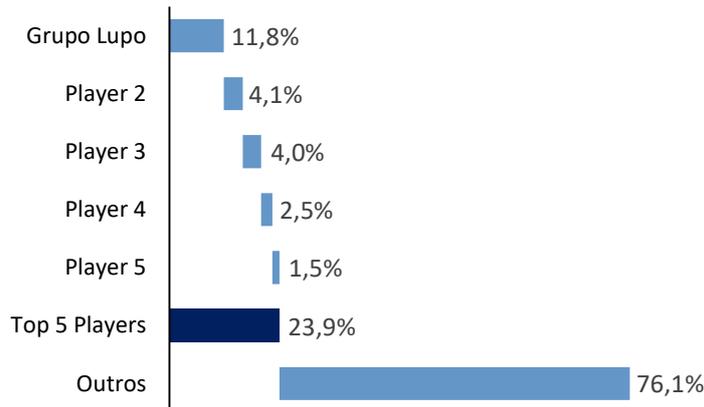
Fonte: Companhia com base em Euromonitor International, Apparel and Footwear Specialists in Brazil – Country Report | Mar 2023. Vendas formais ao consumidor final excluindo impostos.

Mercado de pijamas no Brasil

O mercado de pijamas foi liderado pelo Grupo Lupo em 2022, que respondeu por 11,8% de todas as vendas no Brasil. Segundo a Euromonitor International, os cinco maiores players respondem por apenas 23,9% do mercado total.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Market share do mercado de pijamas no Brasil em 2022

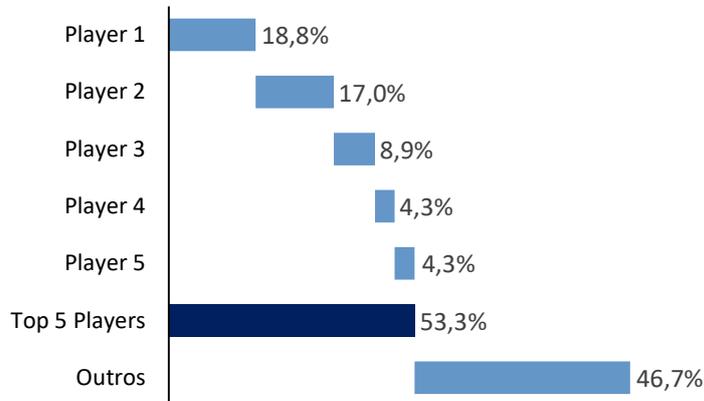


Fonte: Companhia com base em Euromonitor International, Apparel and Footwear Specialists in Brazil – Country Report | Mar 2023. Vendas formais ao consumidor final excluindo impostos.

Mercado de vestuário esportivo no Brasil

O mercado de vestuário esportivo no Brasil é dominado por empresas internacionais. De fato, dos cinco maiores players, quatro são internacionais. Esse cenário revela uma oportunidade de crescimento por parte dos players nacionais em função de vantagens logísticas e pela sua maior familiaridade com o perfil do brasileiro. As cinco maiores empresas do setor contabilizam 53,3% das vendas formais em 2022.

Market share do mercado de vestuário esportivo no Brasil em 2022



Fonte: Companhia com base em Euromonitor International, Apparel and Footwear Specialists in Brazil – Country Report | Mar 2023. Vendas formais ao consumidor final excluindo impostos.

(ii) Condições de competição nos mercados

O setor de varejo no Brasil, incluindo o varejo de vestuário, é influenciado por diversos fatores, tais como: (i) preços competitivos; (ii) abertura de novas lojas por concorrentes; (iii) promoções e descontos; (iv) poder de compra dos consumidores; e (v) a situação do cenário macroeconômico brasileiro. No mercado de vestuário e calçados no Brasil, os nossos maiores concorrentes, segundo a Euromonitor International, são: (i) Lojas Renner; (ii) Lojas Riachuelo; e (iii) Lojas C&A – todas empresas de capital aberto.

Benefícios fiscais

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A Companhia se beneficia de alguns incentivos fiscais nos Estados de São Paulo, Bahia e Ceará, sendo os principais o incentivo fiscal na Bahia, que dispõe sobre a concessão de crédito presumido de ICMS, segundo o qual a alíquota de ICMS devida é de 2,0% sobre as operações de vendas no Brasil. O incentivo fiscal em São Paulo, com redução da base de cálculo do ICMS e o crédito outorgado, tem alíquota de ICMS devida de 3% sobre as operações internas, apenas para o Estado de São Paulo. No Ceará, o incentivo fiscal dispõe sobre a concessão de crédito presumido de ICMS, com isenção de 88% sobre apuração do ICMS, saldo entre os créditos e débitos, cuja alíquota de ICMS devida é de 1,3% a 1,5% sobre as operações de venda no Brasil. Na esfera federal, a Lupo S.A. possui benefício fiscal apoiado na Lei 11.196/05, de 21 de novembro de 2005, a qual concede incentivo fiscal em virtude de nossos programas de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica.

(d) Eventual sazonalidade

Algumas das nossas linhas de produto são sujeitas à sazonalidade, com trimestres bem distintos, principalmente o quarto trimestre devido à Black Friday e às datas comemorativas. Outro fator que influencia a sazonalidade são as trocas de coleções de janeiro e julho. Desta forma, os resultados das operações variam de acordo com o trimestre, dependendo do volume de vendas no período, incluindo os períodos de promoção após troca de coleção.

Adicionalmente, o varejo de moda é suscetível às condições climáticas, especialmente durante os meses de inverno. Por exemplo, durante esta estação, períodos prolongados de temperaturas mais altas podem deixar uma parte de nosso estoque incompatível com tais condições inesperadas. Desta forma, períodos de clima alterado podem nos levar a comercializar o excesso de estoques com descontos de preços, reduzindo assim nossas margens.

(e) Principais insumos e matérias-primas

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Nossos fornecedores são majoritariamente voltados ao suprimento de matéria-prima, e estavam distribuídos, por grupo de materiais, da seguinte maneira em 2022:

Materiais	Unidades		
	Araraquara-SP	Itabuna-BA	Pacatuba-CE
Aviamentos	9,5%	14,3%	16,3%
Embalagens	12,0%	15,4%	9,0%
Fios / Plumas	62,2%	56,3%	45,5%
Malhas	9,3%	2,8%	26,7%
Químicos	7,0%	11,2%	2,4%

Adquirimos insumos e matérias-primas de diversos fornecedores ativos de mercadorias, entre Brasil e exterior. Divulgamos em nosso site (<https://site.lupo.com.br/lupo/fornecedores/>) lista parcial dos fornecedores, divididos por produtos/serviços e por país de origem. Adicionalmente, possuímos um “Questionário de Homologação de Fornecedores” que é necessário para aprovar previamente a contratação de um fornecedor.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

O setor de varejo é composto por uma ampla variedade de fornecedores de matérias-primas, máquinas e componentes, de modo que não possuímos dependência material ou elevada concentração de fornecedores para a realização de nossas atividades.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Atuamos no segmento de moda, que possui produtos com ciclos de vida curtos, com alterações que dificultam a comparação de preços e a comparação de custos de produtos vendidos de um período para outro.

1.5 Principais clientes

1.5 - Principais clientes

Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Não aplicável, pois não possuímos clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de nossa receita líquida total.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, pois não possuímos clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de nossa receita líquida total.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 - Efeitos relevantes da regulação estatal

Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Não dependemos de autorizações governamentais para exercermos nossas atividades e tampouco estamos submetidos à fiscalização e regulação de agências. Ainda assim, as atividades que desempenhamos estão sujeitas à obtenção de licenças e nós envidamos os melhores esforços para obter, manter e renovar todas as licenças necessárias dentro do prazo aplicável.

A operação normal de nossas lojas e fábricas está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de licença municipal de funcionamento, licença ambiental e licença do corpo de bombeiros, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão. Adicionalmente, algumas autorizações e regulamentações emitidas por órgãos ambientais podem ser necessárias, especialmente aquelas relativas à tratamento de efluentes, gerenciamento de resíduos sólidos e emissões atmosféricas.

Ademais, estados e municípios nos quais atuamos podem dispor de critérios distintos que obrigam ou desobrigam o licenciamento ambiental, a depender da localização, porte e potencial poluidor do empreendimento, de modo que o processo de licenciamento ambiental não possui um procedimento padrão para todas as localidades em que atuamos.

Trabalhamos continuamente para manter nossa operação regularmente autorizada, buscando sempre o atendimento das exigências realizadas pelos órgãos da Administração Pública. Dificuldades na obtenção ou a falha em obter as licenças ou aprovações necessárias podem atrasar ou impedir a abertura de uma loja em uma área particular. A falta de qualquer licença pode acarretar um efeito adverso para nossas atividades, bem como na imposição de penalidades nas esferas administrativa e criminal.

Regras de Zoneamento e Licenciamento

A operação normal das nossas lojas está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento e construtivas aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de licença municipal de funcionamento e alvará do corpo de bombeiros, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão. Em relação a todos os locais que ocupa para o exercício de sua atividade, devemos obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem estes regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de multas, cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que ficaremos impedidos de operar no respectivo imóvel até a devida regularização), não pagamento de indenização securitária em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Licenciamento Ambiental

Em relação a todos os locais que ocupamos para o exercício de nossas atividades, devemos obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estamos sujeitos à legislação federal, estadual e municipal, bem como a regulamentos, autorizações e licenças relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente.

De acordo com a legislação federal brasileira, a construção, instalação, expansão, modificação e operação de atividades potencialmente poluidoras que utilizem recursos naturais e que possam vir a causar danos ambientais estão sujeitas ao licenciamento ambiental, que pode vir a ocorrer em âmbito federal, estadual ou municipal. O processo de licenciamento, por sua vez, poderá englobar três diferentes etapas: a obtenção de Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI) e, por fim, a Licença de Operação (LO). Referidas licenças possuem prazo de

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

validade, de modo que devem ser periódica e tempestivamente renovadas perante os respectivos órgãos ambientais licenciadores, sob pena de perda de sua validade. Determinadas licenças ambientais podem estabelecer condicionantes técnicas para o desenvolvimento de atividades, o que pode, eventualmente, impactar e condicionar a operação de nossas atividades.

A ausência de licença ambiental ou a operação em desacordo com as licenças ambientais emitidas, independentemente de a atividade estar causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de ilícito penal e administrativo, sujeitando o infrator a sanções criminais e administrativas, bem como à obrigação de recuperar e/ou indenizar eventuais danos causados ao meio ambiente e a terceiros, além de expô-lo a riscos reputacionais. No âmbito administrativo, além das outras sanções, as multas, de acordo com a legislação federal, podem chegar a R\$ 10 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência), podendo gerar efeito adverso relevante sobre nossos resultados.

Na esfera administrativa, atualmente regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/2008 no âmbito federal, as sanções aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas pelo cometimento de infrações administrativas previstas incluem advertência; multa simples que pode ser estabelecida a partir de R\$50,00 e chegar até R\$50.000.000,00; multa diária; embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; demolição de obra; suspensão parcial ou total de atividades; além das sanções restritivas de direito, dentre as quais a suspensão de registro, licença ou autorização; cancelamento de registro, licença ou autorização; perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais; perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito; e proibição de contratação com a administração pública.

Na esfera penal, a Lei Federal nº 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais") sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de crime ambiental, sendo necessária a comprovação de dolo (livre intenção em produzir o resultado) ou culpa (falta de cuidado objetivo necessário, caracterizada pela negligência, imprudência ou imperícia). Assim, para que seja configurada a responsabilidade criminal, faz-se necessária a comprovação de uma ação ou omissão, sendo a conduta praticada enquadrada em um dos tipos penais previstos legalmente.

Violações à legislação ambiental podem consistir em crime, atingindo tanto os administradores como a própria pessoa jurídica da empresa. Para as pessoas jurídicas, podem ser aplicadas de forma isolada, cumulativa ou alternativamente as seguintes penas: restritivas de direito (suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade ou proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações), prestação de serviços à comunidade e multa. Tanto para as pessoas naturais quanto para as jurídicas, o valor da multa pode variar de um terço do maior salário mínimo vigente ao tempo dos fatos a 1.800 vezes o seu valor, de acordo com a culpabilidade do agente. Excepcionalmente, a pena de multa pode ser triplicada, chegando, no máximo, a 5.400 vezes o valor do maior salário mínimo vigente ao tempo dos fatos. A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que estende a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar eventual dano ambiental poderá recair sobre todos aqueles, direta ou indiretamente, envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes, bastando haver a comprovação do dano e o nexo de causalidade. Como consequência, quando contratamos terceiros, para proceder a qualquer intervenção em nossas operações, como a disposição final de resíduos, não está isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados por estes terceiros contratados. Ademais, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica quando essa for considerada um obstáculo à recuperação de danos causados ao meio ambiente. Nessa situação, acionistas e diretores podem ser pessoalmente responsáveis por recuperar os danos ambientais causados.

Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos ("PNRS"), instituída pela Lei Federal n.º 12.305/2010, tem por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, exceto os rejeitos radioativos, que são

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

regulados por legislação própria e específica. O gerador de resíduos sólidos é, portanto, responsável pela sua segregação, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, podendo ser obrigado a reparar qualquer sorte de danos ambientais decorrentes da má gestão de tais resíduos.

Por meio da responsabilidade compartilhada, instituída pela PNRS, as tarefas e custos envolvidos nas diferentes etapas de gerenciamento de resíduos sólidos são pulverizados por toda a cadeia, na medida de responsabilização de cada uma das partes envolvidas.

Nesse sentido, a contratação de terceiros para consecução de qualquer das fases do gerenciamento de resíduos sólidos, a exemplo da destinação final ambientalmente adequada, não exime a responsabilidade da contratante por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

A disposição inadequada de resíduos sólidos pode sujeitar o infrator à responsabilidade administrativa, criminal e/ou civil.

Na esfera administrativa, de acordo com o Decreto Federal n.º 6.514/2008, causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoque a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade, sujeita a penalidades, incluindo multa de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Na esfera criminal, conforme a Lei Federal n.º 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais"), aquele que causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora, estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. Se o crime for culposo, a pena será de detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa. Tais sanções podem ser aplicadas independentemente da eventual necessidade de reparação de danos ambientais.

Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, além de estabelecimentos que violem estes regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições podem resultar na responsabilização criminal e administrativa, além da obrigação de reparar e/ou indenizar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros.

Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor pode causar um aumento nos nossos custos e despesas, resultando, conseqüentemente, em lucros menores.

Cumprindo indicar que Ministério Público e órgãos regulatórios poderão fiscalizar e instaurar procedimentos administrativos para apuração de eventuais irregularidades que possam ser atribuídos às suas atividades. Nesses casos, poderão ser celebrados Termos de Ajustamento de Condutas (TAC) e/ou Termos de Compromissos (TC) genéricos perante respectivas autoridades, com assunção de obrigações específicas, por tempo determinado. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento – total ou parcial – dos termos convencionados no TAC e/ou TC, podemos estar sujeitos à riscos e penalidades, tais como pagamento de multas, execução do título e, ainda, judicialização de desacordos perante o Poder Judiciário.

Uso de recursos hídricos

De acordo com a Lei Federal nº 9.433/1997 ("Política Nacional de Recursos Hídricos"), os seguintes usos de recursos hídricos dependem de outorga: (i) acumulação, derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo; (ii) extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo; (iii) lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final; (iv) aproveitamento dos potenciais recursos hídricos; e (v) outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Neste sentido, o uso privado de água sem outorga ou em descumprimento à legislação e/ou à outorga concedida pode caracterizar uma violação administrativa, e pode sujeitar o infrator às seguintes penalidades: (a) advertência; (b) multa de aproximadamente R\$ 50.000.000,00 (União Federal e Bahia), (c) suspensão de atividades (uso de água); (d) apreensão de produtos e máquinas; (e) embargo de atividade; (f) demolição de obras; e/ou (g) restrição de direitos (como a contratação por autoridades públicas).

Em adição, em caso de dano ambiental decorrente do uso indevido do recurso hídrico, o responsável poderá ser obrigado a reparar tais danos (responsabilidade civil).

Áreas contaminadas

De acordo com a legislação ambiental brasileira, o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público. A responsabilidade civil ambiental relacionada à remediação da contaminação do solo e das águas subterrâneas é objetiva e solidária, além de ser considerada como uma obrigação *propter rem* (ônus que acompanha o imóvel).

Código Florestal

O Código Florestal Brasileiro ("Lei nº 12.651/2012") não permite o desenvolvimento das atividades da Companhia em áreas de preservação permanente (como, por exemplo, encostas, topos de morro e margens de rios e lagos) e exige que os imóveis rurais mantenham fração de seu terreno devidamente florestada, a título de reserva legal.

Ademais, o Código Florestal instituiu o Cadastro Ambiental Rural ("CAR") (artigo 29 da Lei 12.651/2012 e regulamentado pelo Decreto 7.830/2012). O CAR é um cadastro eletrônico obrigatório para todas as propriedades e posses rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

Regulamentação da Proteção de Dados Pessoais

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações relativas a indivíduos) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de dados pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo judiciário. Na década de 1990, o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. Com a evolução da tecnologia de processamento de dados, a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), aprovada em 2011, também teve como objetivo estabelecer regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores. A Lei do Cadastro Positivo foi alterada, em abril de 2019, para determinar a adesão automática de indivíduos aos bancos de dados do sistema do Cadastro Positivo, com opção de solicitar sua exclusão. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet.

Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - "LGPD"), as práticas relacionadas ao uso de dados pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas. A LGPD, que entrou em vigor em 2020, trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia incluindo as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais. Essa lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A LGPD possui uma ampla gama de aplicações e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados destina-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou tratar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estão localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados. A LGPD será aplicada independentemente da indústria ou negócio ao lidar com dados pessoais e não está restrito a atividades de processamento de dados realizadas através de mídia digital e/ou na internet.

Além disso, a Lei 13.853/2019 criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ou ANPD, que tem poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo o triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de emitir normas e procedimentos, deliberar sobre a interpretação da LGPD e solicitar informações de controladores e operadores; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros. A ANPD tem assegurada independência técnica, embora esteja subordinada à Presidência da República.

Código de Defesa do Consumidor

Ainda, estamos sujeitos à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (“Código de Defesa do Consumidor”), que estabelece os princípios e requisitos legais aplicáveis às relações de consumo no Brasil. Assim, as obrigações e a relação de responsabilidade estabelecida entre nós e nossos consumidores é regulada por meio do Código de Defesa do Consumidor. Trata-se do marco regulatório de proteção aos consumidores, determinando seus direitos, dentre os quais está o direito à informação clara e precisa sobre os produtos e serviços a ele oferecidos no mercado, com especificações corretas referentes às suas características, estrutura, qualidade, preço e riscos que podem oferecer.

Lei de Franquias

Tendo em vista que nosso modelo de negócios é baseado no sistema de franquias, estamos sujeitos à Lei nº 13.966, de 26 de dezembro de 2019 (“Lei de Franquias”), em vigência a partir de 26 de março de 2020. A Lei de Franquias indica de forma detalhada as informações que devem ser incluídas na Circular de Oferta de Franquia (COF), tais como informações relacionadas ao modelo de negócios, à rede de franquia, aos resultados financeiros obtidos, aos investimentos e demais pressupostos atribuídos ao franqueado, ao prazo de vigência do contrato e condições para renovação etc. A COF deve ser entregue pelo franqueador ao candidato a franqueado, no mínimo, 10 dias antes da assinatura do contrato ou do pré-contrato de franquia ou ainda do pagamento de qualquer tipo de taxa ao franqueador. A Lei de Franquia estabelece consequências e penalidades decorrentes de omissões ou inconsistências na COF e determina sejam os contratos com efeitos exclusivamente em território nacional firmados por escrito e em português.

Os contratos de franquia compreendem cessão de direitos de propriedade intelectual (marcas registradas, *know-how*, tecnologia, patentes e/ou desenhos industriais), sujeitando-se à legislação aplicável.

(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Não possuímos uma política ambiental formalizada, mas elaboramos relatórios de sustentabilidade segundo as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). O relatório de sustentabilidade mais recente foi divulgado em 2022 e é o resultado de uma consulta ao nosso público interno e stakeholders externos de modo a demonstrar nossas ações, resultados e compromissos ocorridos nos anos de 2020 e 2021 nas esferas econômica, social e ambiental.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

assegurado ao titular o uso exclusivo da marca registrada em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

Somos titulares de diversas marcas relevantes atreladas às nossas atividades, bem como titulares em nome próprio de diversos nomes de domínio, também relevantes e devidamente registrados perante o Registro.br, destacando entre eles nosso nome de domínio principal: <lupo.com.br>.

Entendemos que as marcas e ativos de propriedade intelectual que possuímos, em especial a marca “Lupo”, devidamente registrada junto ao INPI em diferentes classes correspondentes à nossa atividade, são relevantes para o desempenho das nossas atividades, pois projetam nossa própria identidade, sendo muito reconhecidas e influenciando o público em geral. Ademais, nossas marcas desempenham um importante papel na manutenção e melhoria de nossa posição competitiva.

Também celebramos contratos de licença de *software* com terceiros que utilizamos em nossas atividades, e desenvolvemos um aplicativo para celular para acesso por clientes. Ademais, não dependemos de marcas, patentes e licenças de direitos de propriedade intelectual de terceiros para o devido desenvolvimento de nossas atividades e manutenção de nossa posição competitiva. Nós celebramos contratos de licença de marcas com terceiros estrategicamente para comercialização e divulgação de nossos produtos.

(d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos:

A Companhia informa que não realiza contribuições financeiras, direta ou indiretamente, em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, no Brasil ou no exterior.

ii. em favor de partidos políticos

A Companhia informa que não realiza contribuições financeiras, direta ou indiretamente, em favor de partidos políticos, no Brasil ou no exterior.

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativo

A Companhia informa que não realiza contribuições financeiras, direta ou indiretamente, para custear o exercício de atividade de influência em decisões políticas, no Brasil ou no exterior.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7 - Receitas relevantes provenientes do exterior

Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois não possuímos receitas relevantes provenientes do exterior nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois não possuímos receitas relevantes provenientes do exterior nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 - Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

Não estamos sujeitos a nenhuma regulação estrangeira em nossas atividades.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 - Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

(a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

O relatório de sustentabilidade mais recente foi divulgado em 2022 e reflete os dados dos anos de 2020 e 2021.

(b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações

O relatório de sustentabilidade é o resultado de uma consulta ao nosso público interno e stakeholders externos de modo a demonstrar nossas ações, resultados e compromissos ocorridos nas esferas econômica, social e ambiental, em linha com as expectativas dos mesmos.

A sequência do trabalho envolve: (i) seleção e entrevista dos stakeholders por meio de questionários; (ii) análise das respostas; (iii) pesquisa feita pelos responsáveis pela elaboração de referido relatório acerca dos temas relevantes citados nas respostas do item (iii), documentando os dados e relatando os resultados.

Dentre os stakeholders, selecionamos um grupo com representatividade nas áreas ambiental, econômica e social do nosso negócio, procurando sempre mesclar os mais variados segmentos de atuação.

O Relatório de Sustentabilidade é elaborado de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (“GRI”).

Possuímos 923.740m² de área de preservação ambiental em 4 grandes áreas, conforme descrito abaixo;

1. Sítio Solução I Gleba com 156.000 m² de preservação permanente situado no município de Dourado, SP, da Comarca de Ribeirão Bonito;
2. Sítio Solução II Gleba com 156.000 m² de preservação permanente situado no município de Dourado, SP, da Comarca de Ribeirão Bonito;
3. Fazenda Salto Grande Gleba com 564.300 m² de preservação permanente situado no município de Araraquara, SP, da Comarca de Araraquara; e
4. Área dentro da Fábrica Gleba de preservação permanente com 47.440 m² situado no município de Araraquara, SP, da Comarca de Araraquara.

Como resultado da preservação dessas áreas, podemos destacar a ocorrência de conservação de carbono estocado, evitando a emissão de CO₂, um dos gases responsáveis pelo efeito estufa. Além disso, são protegidas a flora e a fauna local.

Possuímos o “Programa de Gestão de Resíduo Sólido”, que tem como objetivo descartar de forma ambientalmente correta, e de acordo com a lei 12.305/210 no seu artigo 9º, os resíduos. As prioridades são as seguintes: (i) não geração; (ii) redução; (iii) reutilização; (iv) reciclagem; (v) tratamento dos resíduos sólidos; e (vi) disposição final ambiental adequada dos rejeitos.

Além disso, nossa geração de resíduos é dividida em 5 (cinco) grandes grupos: tecidos, papelão, plástico, metal e óleo. Nossos tecidos de algodão são destinados a um processo que transforma as estopas em revestimento acústico automotivo; já os tecidos sintéticos são destinados a um processo que transforma resíduos em plástico de engenharia. Parte retorna ao processo da Lupo em forma de cabide.

Nos anos de 2020 e 2021, adotamos diversas ações visando a redução do consumo de água, dentre elas: i) compactação das etapas de tingimento das peças e fios, o que diminuiu o número de lavagens; ii) substituição de fio cru por fio de poliamida tinto em massa, que resultou em uma economia de 7,3%; e iii) realização de estudo de um novo processo de tingimento de cuecas e lingerie que busca reduzir o tempo de produção de cinco para quatro horas, promovendo também o consumo de água.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Em nossos processos industriais são utilizadas 3 matrizes energéticas: energia elétrica, lenha e gás. Todas essas matrizes são convertidas em CO₂, conforme metodologia GHG Protocol.

Ainda, possuímos forte engajamento com causas sociais. Somos pioneiros no Brasil com nossa iniciativa do “Projeto Deficiente Eficiente LUPO e APAE”, que envolve unidades de acabamento de produtos da Companhia nas dependências da APAE. Além disso, o Grupo Lupo lançou em setembro de 2022 o curso de Qualificação e Aperfeiçoamento Profissional para alunos da APAE no município de Rincão-SP, através da capacitação ofertada em parceria com o SENAI de Araraquara-SP.

Nosso Relatório de Sustentabilidade não observa diretamente os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, pois não somos signatários ou participantes.

(c) se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade

As informações prestadas no Relatório de Sustentabilidade não são auditadas ou revisadas por entidade.

(d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Todas as nossas informações socioambientais constam do Relatório de Sustentabilidade, disponível em nosso website (<https://site.lupo.com.br/lupo/sustentabilidade>).

(e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

A Companhia apresenta de forma periódica o Relatório de Sustentabilidade, visando apoiar investidores e stakeholders da Companhia a avaliar como o Grupo Lupo vem gerenciando os fatores ambientais, sociais e de governança corporativa.

O Relatório de Sustentabilidade apresenta uma matriz de materialidade e indicadores de desempenho, sendo apresentado de forma sistêmica e articulada de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (“GRI”).

Assim, no mais recente Relatório de Sustentabilidade estão descritos resultados e ações alcançados durante 2020 e 2021. É importante ressaltar que todas as ações da Companhia têm a sustentabilidade como base para o desenvolvimento de operações conscientes, prósperas e ambientalmente responsáveis. Para garantir a transparência dessas ações, o Comitê de Sustentabilidade, criado em 2012, é constituído pela Diretoria Executiva e por representantes dos mais diferentes setores do Grupo Lupo.

(f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

O Relatório de Sustentabilidade da Companhia não observa diretamente os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, pois o Grupo Lupo não é signatário ou participante. O Relatório considera apenas as diretrizes da GRI.

(g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O Relatório de Sustentabilidade da Companhia não observa diretamente as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas. O Relatório considera apenas as diretrizes da GRI.

(h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases de efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

A Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa de acordo com a GHG Protocol, Escopo 1 (matriz energética: eletricidade, lenha e combustível), os quais constam no Relatório de Sustentabilidade da Companhia.

(i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i.a não divulgação de informações ASG

Não aplicável, uma vez que a Companhia divulga informações ASG.

ii. a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, uma vez que a Companhia produz uma matriz de materialidade a partir da consulta a um grupo de stakeholders, com representatividade nas áreas ambiental, econômica e social.

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, uma vez que a Companhia adota indicadores de desempenho ASG, tais como: emissão de CO₂, consumo de água e de energia, número de cursos de treinamento oferecidos e a quantidade de alunos formados.

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Embora as informações ASG divulgadas não sejam auditadas ou revisadas por entidades independentes, as informações constantes no relatório de sustentabilidade são decorrentes de procedimentos constantes em normas e políticas internas da Companhia e passam por um rigoroso processo interno, revisados periodicamente pelo Comitê de Auditoria.

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Embora a Companhia não seja signatária da ONU, estamos alinhados com diversas diretrizes dos ODS, como educação de qualidade, igualdade de gênero, água potável e saneamento, e ação contra a mudança global do clima. Essas questões constam em nosso Relatório de Sustentabilidade.

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável, uma vez que a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa. Todas as matrizes energéticas da Companhia são calculadas em CO₂ conforme a GHG Protocol, Escopo 1.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

a. interesse público que justificou sua criação

Item não aplicável.

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

Item não aplicável.

i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"

Item não aplicável.

ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

Item não aplicável.

iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Item não aplicável.

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Item não aplicável

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

No último exercício social (ano 2022) a Companhia não adquiriu ou alienou ativos relevantes não enquadrados como operação normal nos negócios.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Em 16 de maio de 2022, por intermédio da Alteração e Consolidação Contratual nº 7 da Itabuna Têxtil Ltda., foi alterada a sua razão social de Itabuna Têxtil Ltda. para Lupo Nordeste Ltda.

A Administração da Companhia ainda aprovou os atos relacionados à reestruturação societária para a incorporação da Pacatuba Têxtil Ltda. pela Lupo Nordeste Ltda. em 30 de junho de 2022.

O objetivo da incorporação foi a consolidação e integração das operações e participações em uma única entidade jurídica, caracterizando-se como medida de racionalização das atividades da Companhia. A reestruturação contempla a simplificação da estrutura societária, permitindo benefícios às entidades envolvidas de ordem administrativa, financeira e econômica, com um melhor aproveitamento de seus recursos.

A incorporação foi realizada pelo valor do acervo líquido da incorporada, apurado por laudo pericial, com base no balanço patrimonial levantado em 31 de maio de 2022, conforme os valores contábeis existentes nos livros da incorporada.

O capital social da Companhia aumentou conforme ata de reunião do conselho de administração realizada em 30 de abril no montante de R\$ 100,5 milhões, através de reversão de reserva legal, reserva de incentivos fiscais e reserva de investimentos

1.13 Acordos de acionistas

1.13 Acordos de acionistas

Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

A Companhia é parte em acordo de acionista, que foi celebrado em 23 de setembro de 2019 (“Acordo”) e alterado em 16 de dezembro de 2021. Acordo possui um prazo de 10 (dez) anos e será renovado automaticamente por sucessivos períodos.

O Acordo:

- (i) estabelece que os signatários devem se reunir previamente a qualquer Assembleia Geral e as deliberações tomadas e aprovadas nas Reuniões Prévias vincularão os votos de todos os Acionistas na correspondente Assembleia Geral;
- (ii) estabelece que as deliberações tomadas e aprovadas nas Reuniões Prévias vincularão os votos de todos os Acionistas na correspondente Assembleia Geral;
- (iii) dispõe sobre regras para transferência das ações vinculadas ao Acordo e direito de preferência para adquiri-las;
- (iv) estabelece diretrizes sobre instrução de voto dos representantes do Conselho de Administração.

A íntegra do Acordo está disponível no site da CVM e no site de RI da Companhia (<https://ri.lupo.com.br/>).

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

No último exercício social (ano 2022) a Companhia não realizou alterações significativas na forma de condução dos negócios.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

No último exercício social (ano 2022) a Companhia ou suas controladas não celebraram contratos relevantes que não sejam diretamente relacionados com nossas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 Outras informações relevantes

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima pela Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos Diretores

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

O Grupo Lupo é uma indústria têxtil brasileira que fabrica e comercializa meias, roupas íntimas, pijamas, beachwear e roupas esportivas, entre outros produtos, com as marcas Lupo, Lupo Sport, Scala e Trifil. A Companhia atua em todas as etapas do processo produtivo, da pesquisa e desenvolvimento à produção, e do marketing à venda para os lojistas. Está presente em mais de 30 mil pontos de venda no Brasil, incluindo lojas de varejo multimarcas, franquias e lojas de departamento. Também vende produtos pelos canais exportação, private label e e-commerce próprio. Conta atualmente com 4 fábricas e cerca de 8.900 colaboradores. Em dezembro de 2021 obteve seu registro de emissor categoria A junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam as Empresas: Lupo S.A., Scalina Ltda., Lupo Nordeste Ltda. e Scala Comércio de Roupas e Acessórios Ltda., as quais são administradas como única unidade de negócios.

O ano de 2022 foi marcado pela desaceleração da atividade econômica nacional, principalmente no quarto trimestre. Apesar da melhora no quadro epidemiológico da Covid-19, os juros altos e inflação persistente impactaram o poder de compra das famílias, limitando assim o crescimento do varejo. Não obstante o cenário econômico desfavorável, a Companhia investiu significativamente na ampliação de seu portfólio e de sua capacidade produtiva, com a aquisição do complexo industrial de 40 mil m² localizado em Pacatuba-CE para a produção de itens confeccionados. Além disso, a Lupo adquiriu no início de 2023 a MC Malharia Ltda., um complexo fabril localizado em Maracanaú-CE que permitirá à Companhia verticalizar parte de sua produção e reduzir custos.

Nossa Receita bruta consolidada alcançou R\$ 1.828,0 milhões em 2022 (+11,7% vs. 2021), com crescimento em todas as nossas bandeiras e canais de vendas. O EBITDA Ajustado da Companhia foi de R\$ 265,5 milhões em 2022, apresentando uma margem de 17,7% em relação às receitas líquidas auferidas no período. Já o Lucro Líquido Ajustado fechou 2022 em R\$ 218,2 milhões, com margem de 14,5% em relação às receitas líquidas do ano. Terminamos 2022 com um retorno sobre o capital investido (ROIC) de 19,2%, ao passo que nosso caixa líquido ficou em R\$ 50,5 milhões, o que consideramos ser uma situação financeira bastante confortável.

As franquias e lojas exclusivas ligadas ao grupo Lupo tiveram um aumento de 135 unidades em 2022 vs. 2021, atingindo um total de 940 lojas. Destacam-se aqui o desempenho das lojas exclusivas Muito Lupo, que passaram de 208 lojas em 2021 para 270 em 2022, e das franquias Lupo Sport, que foram expandidas de 16 lojas em 2021 para 35 em 2022, refletindo o crescente papel da linha esportiva na Companhia.

Os valores constantes neste item foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020. Os termos “AH” e “AV”, constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo, significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica em nossas demonstrações contábeis ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

	(R\$ mil)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Líquido		1.069.285	932.255	734.337
Ativo Total		1.445.555	1.216.393	969.509
Receita Líquida		1.500.570	1.328.256	732.190
Resultado Bruto		500.300	512.676	181.893

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado Líquido	210.282	297.274	(16.967)
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	197.593.686	197.593.686	197.593.686
Valor Patrimonial da Ação (R\$)	5,411534	4,718040	3,716399
Resultado Básico por Ação (R\$)	1,064214	1,504471	(0,085868)
Resultado Diluído por Ação (R\$)	1,064214	1,504471	(0,085868)

Os indicadores da Companhia mostram que sua condição financeira segue sólida. Apesar dos índices de liquidez seca e liquidez geral terem retraído entre 2020 e 2022, o índice de endividamento total manteve-se em patamar de 0,35, o que consideramos bastante saudável. A área financeira da Companhia segue operando com caixa líquido, ao invés de endividamento líquido, e em patamar conservadoramente elevado quando comparado com o saldo total de Empréstimos e Financiamentos. Para efeito de comparação, o saldo total de Empréstimos e Financiamentos ao fim de 2020, 2021 e 2022 foi de R\$ 21.306 mil, R\$ 45.115 mil e R\$ 78.369 mil, respectivamente.

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Índice de liquidez seca ⁽¹⁾	3,07	3,46	3,30
Índice de liquidez geral ⁽²⁾	2,57	2,91	2,70
Índice endividamento total ⁽³⁾	0,35	0,30	0,32
Caixa líquido (em R\$ mil)	50.515	51.879	100.991

⁽¹⁾ Índice de liquidez seca: (ativo circulante – estoques) / passivo circulante

⁽²⁾ Índice de liquidez geral: (ativo circulante + realizável a longo prazo) / (passivo circulante + não circulante)

⁽³⁾ Índice endividamento total: (passivo circulante + não circulante) / patrimônio líquido

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais apresentadas pelo Grupo Lupo são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Assim, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e absorver sua necessidade de recursos para execução do plano de negócios.

(b) Estrutura de Capital

(em R\$ mil)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	376.270	284.138	235.172
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.069.285	932.255	734.337
Capital Total (terceiros + próprios)	1.445.555	1.216.393	969.509

A Companhia monitora sua estrutura de capital e faz ajustes periodicamente, considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para financiar suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. A evolução do Capital Próprio (patrimônio líquido) da Companhia, conforme demonstrada acima, deve-se essencialmente aos resultado líquido apresentado nos anos de 2021 e 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Acreditamos que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das operações e continuar executando seu plano de crescimento, seja por meio de expansão orgânica ou da realização de novas aquisições.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

(em R\$ mil)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e Equivalente de Caixa	128.884	96.994	122.297
Empréstimos e Financiamentos	78.369	45.115	21.306
Ativo Circulante + Realizável LP	966.863	825.440	634.506
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	376.270	284.138	235.172

Acreditamos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos. Mostramos isso com os números da tabela acima: (i) temos mantido saldo de 'caixa e equivalentes', sistemática e consideravelmente acima do saldo de 'empréstimos e financiamentos'; e (ii) temos mantido o saldo de 'ativo circulante + ativo realizável a longo prazo' sistemática e consideravelmente acima do saldo de 'passivo circulante+passivo não circulante'.

Além disso, a Companhia detém linhas de créditos abertas com os principais bancos do país para suprir eventuais necessidades. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha a permite o acesso a linhas de créditos adicionais, antecipação de recebíveis e ingresso no mercado de capitais brasileiro, na hipótese de haver necessidade.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) duplicatas a receber; e (iii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Essas fontes de financiamento são utilizadas pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operações referentes às suas atividades e negócios; (ii) pagamentos de fornecedores produtivos, impostos, salários e outras contas a pagar; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Administração não vislumbra necessidades de financiamento que não possam ser suportados com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia dispõe. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 os empréstimos da Companhia totalizavam o valor de R\$ 78,4 milhões, R\$ 45,1 milhões e R\$ 21,3 milhões, respectivamente, sendo atrelados a pré-pagamento de exportação (PPE).

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 a Companhia não possuía contratos de empréstimos e financiamentos relevantes.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro e não possui outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas acima citadas.

Esclarecemos ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras estabelecidas têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as nossas dívidas quirografárias.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

A Companhia firmou com o Itaú Unibanco S.A., em 22 de dezembro de 2021, contrato de pagamento de exportação, no valor de USD 6.000.000,00, no qual há cláusula de vencimento antecipado em caso de alteração ou modificação da composição do capital social da Companhia ou de qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, sem a prévia anuência do Itaú Unibanco S.A. Nessas mesmas condições, em 07 de março de 2022, a Companhia realizou um novo contrato junto ao Itaú Unibanco S.A., no valor de USD 8.700.000,00.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas e vêm cumprindo determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de financiamentos e empréstimos, sendo as mais significativas as seguintes: i) cumprir o disposto na legislação referente à Política Nacional de Meio Ambiente, adotando, durante o prazo de vigência do contrato, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo projeto financiado; ii) manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o prazo de vigência do contrato; iii) não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do contrato; iv) manter em dia o pagamento de todas as obrigações de naturezas tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, inclusive as contribuições devidas ao COFINS, FGTS, PIS/PASEP; v) enviar periodicamente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES balanços, balancetes e informações sobre a Companhia e suas controladas; e vi) cumprir a legislação referente ao transporte de bens importados financiados com recursos próprios.

(g) Limites dos financiamentos já contratados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispõe de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente, ou seja, já recebeu 100% de todos financiamentos contratados.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

(em R\$ mil, exceto %)	Demonstração de Resultados Consolidada							
	2022	AV	AH	2021	AV	AH	2020	AV
Receita operacional líquida	1.500.570	100%	13,0%	1.328.256	100%	81,4%	732.190	100%
Custos dos produtos vendidos	(1.000.270)	-66,7%	22,6%	(815.580)	-61,4%	48,2%	(550.297)	-75,2%
Lucro bruto	500.300	33,3%	-2,4%	512.676	38,6%	181,9%	181.893	24,8%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outras receitas (despesas) operacionais								
Vendas	(197.554)	-13,2%	19,9%	(164.834)	-12,4%	51,5%	(108.806)	-14,9%
Administrativas e gerais	(82.079)	-5,5%	15,3%	(71.213)	-5,4%	45,7%	(48.875)	-6,7%
Perdas esperadas com créditos	(4.437)	-0,3%	294,0%	(1.126)	-0,1%	-63,1%	(3.051)	-0,4%
Outras receitas operacionais	8.591	0,6%	-92,6%	116.382	8,8%	418,1%	22.463	3,1%
Outras despesas operacionais	(10.189)	-0,7%	-74,4%	(39.727)	-3,0%	289,6%	(10.197)	-1,4%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	214.632	14,3%	-39,1%	352.158	26,5%	953,5%	33.427	4,6%
Receitas financeiras	25.843	1,7%	97,3%	13.099	1,0%	45,0%	9.036	1,2%
Despesas financeiras	(23.525)	-1,6%	28,1%	(18.368)	-1,4%	18,0%	(15.565)	-2,1%
Resultado antes dos impostos	216.950	14,5%	-37,5%	346.889	26,1%	1189,6%	26.898	3,7%
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(11.607)	-0,8%	-79,4%	(56.251)	-4,2%	665,2%	(7.351)	-1,0%
Imposto de renda e contribuição social – diferido	4.939	0,3%	-25,6%	6.636	0,5%	-118,2%	(36.514)	-5,0%
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	210.282	14,0%	-29,3%	297.274	22,4%	-1852,1%	(16.967)	-2,3%

Comentários sobre as principais variações nas Demonstrações de Resultado:

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida variou +13,0% em 2022 vs. 2021 devido principalmente ao crescimento (i) da quantidade de lojas e pontos de venda em nossa rede; e (ii) do preço médio dos produtos vendidos, impulsionado pela estratégia na gestão de preços e mix das nossas categorias de produtos, dentre as quais a linha esportiva cresceu 59,5% em relação a 2021. Todas as nossas bandeiras e canais de venda registraram crescimento de receita no período.

Custos dos produtos vendidos (CPV):

O CPV variou +22,6% em 2022 vs. 2021. Tal variação decorreu principalmente de alterações no mix de produtos da Companhia, onde as máscaras de proteção perderam presença significativa a partir do segundo trimestre de 2022 e produtos de maior valor agregado, como os pertencentes à marca Lupo Sport, ganharam um papel de maior destaque. Vale destacar ainda que os custos foram impactados por dispêndios pré-operacionais relacionados a transferência de máquinas e equipamentos para a nova unidade fabril, em Pacatuba-CE, assim como por despesas com logística, treinamentos e insumos.

Despesas de vendas

A análise vertical (AV) na tabela acima mostra que as despesas com vendas representaram 13,2% das receitas líquidas em 2022, registrando um leve aumento em relação aos 12,4% auferidos em 2021. Tal variação deveu-se principalmente às maiores despesas em propaganda e publicidade, que atingiram R\$ 20,7 milhões em 2022; um aumento de 38,8% em comparação a 2021.

Despesas administrativas e gerais

A análise vertical (AV) na tabela acima mostra que as despesas administrativas representaram 5,5% das receitas líquidas em 2022, ficando em patamar semelhante ao verificado em 2021.

Outras receitas operacionais

Esta rubrica variou -92,6% em 2022 vs. 2021. Tal redução deveu-se ao fato de que em 2021 esta rubrica incluiu créditos de PIS e COFINS na controlada Itabuna (+R\$ 64,6 milhões) e na controladora Lupo (+R\$ 23,9 milhões) em função das decisões favoráveis transitadas em julgado referentes aos processos judiciais nos quais pleiteou-

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

se provimento jurisdicional para afastar a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS. Esta rubrica incluiu ainda o registro positivo de R\$ 8,9 milhões referente ao IRPJ/CSLL, pagos durante o período de 10/2019 a 08/2021.

Outras despesas operacionais

Esta rubrica variou -74,4% em 2022 vs. 2021. Essa redução decorreu principalmente das menores provisões para demandas judiciais, as quais, em 2021, incluíram provisões para contingências referentes a processos tributários (R\$ 22,0 milhões) e processos trabalhistas e cíveis (R\$ 4 milhões).

Lucro líquido

Devido principalmente aos fatores descritos acima e às variações na despesa financeira (líquida) e impostos sobre lucro, o Lucro Líquido da Companhia passou de R\$ 297,3 milhões em 2021 para R\$ 210,3 milhões em 2022.

(em R\$ mil, exceto %)	Consolidado							
	Ativo	2022	AV	AH	2021	AV	AH	2020
Caixa e equivalentes de caixa	128.884	8,9%	32,9%	96.994	8,0%	-7,5%	104.851	10,8%
Títulos e valores mobiliários	0	0,0%	-100,0%	0	0,0%	-100,0%	17.446	1,8%
Contas a receber de clientes	328.590	22,7%	3,7%	316.719	26,0%	20,1%	263.638	27,2%
Estoques	359.363	24,9%	49,0%	241.234	19,8%	50,3%	160.555	16,6%
Adiantamento a fornecedores	16.600	1,1%	-20,4%	20.842	1,7%	539,3%	3.260	0,3%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	43.572	3,0%	28,4%	33.935	2,8%	1805,4%	1.781	0,2%
Impostos a recuperar	5.192	0,4%	-58,0%	12.367	1,0%	-54,5%	27.181	2,8%
Outras contas a receber	9.853	0,7%	91,1%	5.156	0,4%	5,4%	4.894	0,5%
Total do ativo circulante	892.054	61,7%	22,7%	727.247	59,8%	24,6%	583.606	60,2%
Contas a receber clientes	1.402	0,1%	-29,4%	1.986	0,2%	-30,2%	2.846	0,3%
Impostos a recuperar	66.468	4,6%	-26,4%	90.251	7,4%	202,7%	29.818	3,1%
Depósitos judiciais	5.669	0,4%	3,1%	5.498	0,5%	-31,4%	8.009	0,8%
Ativo fiscal diferido	1.270	0,1%	177,3%	458	0,0%	-95,5%	10.227	1,1%
Total do realizável a longo prazo	74.809	5,2%	-23,8%	98.193	8,1%	92,9%	50.900	5,3%
Investimentos	142	0,0%	0,0%	142	0,0%	0,0%	142	0,0%
Imobilizado	382.302	26,4%	17,4%	325.683	26,8%	20,9%	269.407	27,8%
Intangível	96.248	6,7%	47,8%	65.128	5,4%	-0,5%	65.454	6,8%
	478.692	33,1%	22,4%	390.953	32,1%	16,7%	335.003	34,6%
Total do ativo não circulante	553.501	38,3%	13,2%	489.146	40,2%	26,8%	385.903	39,8%
TOTAL DO ATIVO	1.445.555	100,0%	18,8%	1.216.393	100,0%	25,5%	969.509	100,0%

(em R\$ mil, exceto %)	Consolidado							
	Passivo	2022	AV	AH	2021	AV	AH	2020
Fornecedores	54.142	3,7%	33,5%	40.545	3,3%	-3,0%	41.795	4,3%
Empréstimos e financiamentos	1.669	0,1%	-85,5%	11.512	0,9%	-5,8%	12.223	1,3%
Passivo de arrendamentos	17.496	1,2%	100,5%	8.725	0,7%	50,7%	5.791	0,6%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Salários e férias a pagar	36.668	2,5%	34,8%	27.195	2,2%	62,2%	16.767	1,7%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	0	0,0%	-100,0%	4	0,0%	0,0%	0	0,0%
Impostos e contribuições a recolher	23.725	1,6%	-13,5%	27.417	2,3%	62,6%	16.866	1,7%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	37.060	2,6%	74,4%	21.250	1,7%	-30,2%	30.440	3,1%
Outras contas a pagar	3.030	0,2%	-23,4%	3.958	0,3%	-7,1%	4.262	0,4%
Total do passivo circulante	173.790	12,0%	23,6%	140.606	11,6%	9,7%	128.144	13,2%
Empréstimos e financiamentos	76.700	5,3%	128,3%	33.603	2,8%	270,0%	9.083	0,9%
Passivo de arrendamentos	79.029	5,5%	56,1%	50.627	4,2%	62,3%	31.199	3,2%
Impostos e contribuições a recolher	2.202	0,2%	-38,6%	3.584	0,3%	-31,8%	5.255	0,5%
Passivo fiscal diferido	32.586	2,3%	-19,8%	40.643	3,3%	-28,4%	56.763	5,9%
Provisões para contingências	10.781	0,7%	-23,8%	14.150	1,2%	311,0%	3.443	0,4%
Outras contas a pagar	1.182	0,1%	27,7%	925	0,1%	-28,0%	1.285	0,1%
Total do passivo não circulante	202.480	14,0%	41,1%	143.532	11,8%	34,1%	107.028	11,0%
Patrimônio líquido								
Capital social	728.619	50,4%	16,0%	628.156	51,6%	0,0%	628.156	64,8%
Reserva de capital	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	-100,0%	7.973	0,8%
Ações em tesouraria	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	-100,0%	(7.973)	-0,8%
Ajuste de avaliação patrimonial	106.328	7,4%	-2,1%	108.661	8,9%	2,3%	106.167	11,0%
Reservas de lucros	224.452	15,5%	34,2%	167.194	13,7%	1194142,9%	14	0,0%
Dividendos adicionais propostos	9.886	0,7%	-65,0%	28.244	2,3%	0%	0	0,0%
Total do patrimônio líquido	1.069.285	74,0%	14,7%	932.255	76,6%	27,0%	734.337	75,7%
TOTAL DO PASSIVO	376.270	26,0%	32,4%	284.138	23,4%	20,8%	235.172	24,3%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.445.555	100,0%	18,8%	1.216.393	100,0%	25,5%	969.509	100,0%

Ativo circulante

O Ativo Circulante variou +22,7% na comparação 31/12/2022 vs. 31/12/2021, enquanto que a proporção em relação ao Ativo Total ficou em 61,7%. No lado das variações positivas destacamos as rubricas 'Estoques' e 'Caixa e equivalentes de caixa'. No lado das variações negativas destacamos a rubrica 'Impostos a Recuperar'.

O Ativo Circulante variou +24,6% na comparação 31/12/2021 vs. 31/12/2020, enquanto que a proporção em relação ao Ativo Total ficou praticamente igual, em cerca de 60%. No lado das variações positivas destacamos as rubricas 'Estoques', 'Contas a Receber de Clientes' (relacionado ao forte aumento nas vendas) e 'IR/CS a Recuperar'; no lado das variações negativas destacamos as rubricas 'Caixa' e 'Títulos e Valores Mobiliários' (devido principalmente ao pagamento de dividendos intermediários) e 'Impostos a Recuperar'.

Ativo não circulante

O Ativo Não Circulante variou 13,2% na comparação 31/12/2022 vs. 31/12/2021, enquanto a proporção em relação ao Ativo Total ficou em 38,3%. No lado das variações significativas, destacamos a rubrica 'Impostos a recuperar, cuja redução em relação a 2021 deveu-se principalmente às compensações dos créditos de Pis e de Cofins sobre a redução da base de cálculo do ICMS oriundos daquele ano. As variações nos ativos imobilizado e intangível de 17,4% e 47,8%, respectivamente, deveram-se à aquisição da unidade fabril em Pacatuba-CE, sendo R\$ 7,3 milhões em máquinas e equipamentos e de R\$ 32,7 milhões pelo ágio reconhecido, face a transferência de *know how*.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O Ativo Não Circulante variou +26,8% na comparação 31/12/2021 vs. 31/12/2020, enquanto que a proporção em relação ao Ativo Total ficou praticamente igual, em cerca de 40%. No lado das variações positivas destacamos as rubricas 'Impostos a Recuperar' (referente ao crédito de PIS e COFINS da controlada Itabuna e da controladora Lupo, além do crédito de IRPJ/CSLL pagos durante o período de 10/2019 a 08/2021) e 'Imobilizado' (principalmente por investimentos em máquinas e equipamentos em teares sem costura e socks). No lado das variações negativas destacamos a rubrica 'Ativo Fiscal Diferido'.

Passivo circulante

O aumento de R\$ 33,2 milhões, ou 23,6%, na comparação 31/12/2022 vs. 31/12/2021 decorreu principalmente do (i) aumento das despesas com fornecedores, no valor de R\$ 13,6 milhões, e (ii) aumento dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, no valor de R\$ 15,8 milhões.

O aumento de R\$ 12,5 milhões, ou 9,7%, na comparação 31/12/2021 vs. 31/12/2020 decorreu principalmente do (i) aumento com salários e férias a pagar no valor de R\$ 10,4 milhões de reais, (ii) aumento de impostos e contribuições a recolher no valor de R\$ 10,6 milhões e (iii) redução do grupo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, no valor de R\$ 9,2 milhões.

Passivo não circulante

O aumento de R\$ 58,9 milhões ou 41,1% na comparação 31/12/2022 vs. 31/12/2021, foi decorrente principalmente do (i) aumento na rubrica 'Empréstimos e Financiamentos' no valor de R\$ 43,1 milhões, e (ii) aumento na rubrica 'Passivo de arrendamentos' no valor de R\$ 28,4 milhões.

O aumento de R\$ 36,5 milhões ou 34,1% na comparação 31/12/2021 vs. 31/12/2020, foi decorrente principalmente do (i) aumento na rubrica 'Empréstimos e Financiamentos' no valor de R\$ 24,5 milhões, (ii) aumento na rubrica 'passivo de arrendamentos' no valor de R\$ 19,4 milhões, (iii) redução na rubrica 'passivo fiscal diferido' no valor de R\$ 16,1 milhões, uma vez que houve a utilização no ano de 2021 e (iv) aumento nas provisões para contingência no valor de R\$ 10,7 milhões, referente a processos tributários, trabalhistas e cíveis.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022 o patrimônio líquido era de R\$ 1.069 milhões; 14,7% superior aos R\$ 932,3 milhões em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento foi resultado principalmente de variações nas rubricas 'Capital Social' (+R\$ 100,5 milhões) e 'Reservas de Lucros' (+R\$ 57,3 milhões).

Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020

(em R\$ mil)	2022	AV	AH	2021	AV	AH	2020	AV
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	145.298	455,6%	15,2%	126.127	-1605,3%	19,8%	105.272	493,3%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(85.438)	-267,9%	106,4%	(41.399)	526,9%	11,4%	(37.179)	-174,2%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(27.970)	-87,7%	-69,8%	(92.585)	1178,4%	98,0%	(46.751)	-219,1%
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	31.890	100,0%	-505,9%	(7.857)	100,0%	-136,8%	21.342	100,0%

Atividades operacionais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou um caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais de R\$ 145,3 milhões, e de R\$ 126,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento de 15,2%, é decorrente do impacto positivo em R\$ 37,6 milhões em contas a receber de clientes oriundo do crescimento nas receitas de vendas, consumo dos créditos tributários oriundos de 2021, com variação positiva de R\$ 114,7 milhões, assim como, o saldo em fornecedores que apresentou um impacto positivo de R\$ 36,7 milhões decorrente principalmente da maior demanda por matérias-primas e materiais de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

consumo. Em contrapartida, houve um aumento no consumo do caixa operacional relacionado aos estoques no valor de R\$ 34,2 milhões.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais de R\$ 126,1 milhões, e de R\$ 105,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento de R\$ 20,9 milhões foi decorrente principalmente do forte crescimento das vendas e consequente aumento do resultado e da geração de caixa na operação, que superou os efeitos negativos causados pelos aumentos dos níveis de estoques e do alongamento dos prazos de recebimentos com os clientes.

Atividades de investimentos

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou um caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento de R\$ 85,4 milhões, e de R\$ 41,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, um aumento de R\$ 44 milhões, representado principalmente no ativo intangível referente ao ágio registrado no valor de R\$ 32,7 milhões sobre a aquisição da unidade de produção em Pacatuba-CE.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento de R\$ 41,4 milhões, e de R\$ 37,2 milhões investidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R\$ 4,2 milhões. Os investimentos em ativo imobilizado tiveram aumento de R\$ 37,2 milhões basicamente para expansão dos parques fabris sem costura e socks com investimentos em máquinas e equipamentos. Em 2021, a Companhia realizou o resgate das aplicações em títulos e valores mobiliários em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) no valor de R\$ 17,4 milhões.

Atividades de financiamento

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou um caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento de R\$ 28,0 milhões, e de R\$ 92,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa redução de 64,6 milhões decorreu principalmente da redução do pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio no valor de R\$ 58,9 milhões. Houve em 2022 também a captação de empréstimos no valor de R\$ 44,2 milhões, um aumento de R\$ 10,0 milhões vs. 2021.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento de R\$ 92,6 milhões, e de R\$ 46,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento de R\$ 45,8 milhões decorreu principalmente do aumento do pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio no valor de R\$ 89,8 milhões. Houve ainda a captação de empréstimos no valor de R\$ 34,2 milhões, bem como redução de R\$ 12,4 milhões com os pagamentos realizados de principal, mais os juros sobre empréstimos existentes.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Componentes importantes da receita:

A receita líquida de vendas da Companhia é composta, principalmente, pela venda de itens de vestuário de moda íntima, meias, esportivos e de acessórios. A Administração da Companhia analisa os componentes da receita líquida de vendas sob dois aspectos:

(i) *canais de venda: o varejo multimarcas, a franquia, a loja de departamento, o private label e outros.* O canal de venda varejo multimarcas consiste na venda de itens de vestuário de moda íntima, meias, esportivos e de acessórios a varejistas majoritariamente espalhados pelo Brasil. O canal de venda franquias considera operações realizadas pela rede franqueada. O canal de venda para lojas de departamento consiste na venda a grandes redes varejistas multimarcas no Brasil. O canal private label considera vendas cuja produção foi realizada sob demanda de outras marcas. Outros considera vendas de matérias-primas como, fios, elásticos, acessórios e aluguel de imóveis específicos.

(ii) *marcas: Lupo, Lupo Sport, TriFil e Scala.* A tabela abaixo demonstra a abertura da receita líquida de vendas da Companhia deduzida de impostos, devoluções e cancelamentos, por marca e canal de venda, para os períodos indicados:

(em R\$ mil)	Consolidado		
Marcas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Lupo	989.830	934.610	501.838
TriFil	226.867	208.867	146.464
Lupo Sport	209.002	131.040	59.545
Outras (i)	46.007	34.311	13.254
Receita líquida mercado interno	1.471.706	1.308.828	721.101
Receita líquida mercado externo	28.864	19.428	11.089
Receita líquida total	1.500.570	1.328.256	732.190

(i) inclui vendas de produtos da marca Scala, aluguéis de imóveis, serviços de industrialização e venda de matérias-primas como fios, elásticos e acessórios.

(em R\$ mil)	Consolidado		
Canais	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Multimarcas	908.829	781.681	447.774
Franquias	393.808	388.126	159.538
Lojas de departamentos	137.304	125.699	104.822
<i>Private Label</i>	16.288	10.425	7.222
<i>E-commerce</i>	8.691	0	0
Outras (i)	6.786	2.897	1.745
Receita líquida mercado interno	1.471.706	1.308.828	721.101
Receita líquida mercado externo	28.864	19.428	11.089
Receita líquida total	1.500.570	1.328.256	732.190

(i) incluiu aluguéis de imóveis e serviços de industrialização.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Sobre as vendas da Companhia incidem tributos federais como o PIS a alíquota de 1,65% e a COFINS de 7,6%. Incidem também o ICMS, imposto estadual cuja alíquota varia de 2% a 19%, e a CPRB, contribuição previdenciária da receita bruta com a alíquota de 2,5%.

A Companhia se beneficia de alguns incentivos fiscais nos Estados de São Paulo, Bahia e Ceará, sendo os principais o incentivo fiscal na Bahia, que dispõe sobre a concessão de crédito presumido de ICMS, segundo o qual a alíquota de ICMS devida é de 2,0% sobre as operações de vendas no Brasil. O incentivo fiscal em São Paulo, com redução da base de cálculo do ICMS e o crédito outorgado, tem alíquota de ICMS devida de 3% sobre as operações internas, apenas para o Estado de São Paulo. No Ceará, o incentivo fiscal dispõe sobre a concessão de crédito presumido de ICMS, com isenção de 88% sobre apuração do ICMS, saldo entre os créditos e débitos, cuja alíquota de ICMS devida é de 1,3% a 1,5% sobre as operações de venda no Brasil.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

As operações da Companhia consistem tanto no desenvolvimento e venda de peças de vestuário e acessórios quanto na realização de experiências voltadas ao seu público alvo. Os resultados operacionais da Companhia são afetados pelos seguintes fatores:

Preço das commodities

O custo dos produtos vendidos corresponde, principalmente, ao custo da matéria-prima utilizada em sua fabricação, tal como poliamida, poliéster, elastano (produzidas a partir do petróleo), aviamentos e serviços de confecção contratados com terceiros. Por se tratar de uma *commodity*, o preço do petróleo é sensível à condições globais de demanda e oferta, bem como à flutuação da taxa do câmbio e do dólar. A depreciação do real em relação à moeda norte-americana pode afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

Inflação

Podemos perceber o seu impacto principalmente em despesas como salários, contratos de aluguéis e matérias de consumo, que em sua maioria são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou ao IGPM. O IPCA, por exemplo, apresentou variação de 5,78%, 10,06% e 4,52% em 2022, 2021 e 2020, respectivamente.

Comportamento de compra do consumidor

Realizamos com consumidores e potenciais consumidores pesquisas de satisfação, de tendências e de desenvolvimento de produtos para entendermos melhor onde e como podemos melhorar nossa oferta de produtos e o serviço prestado. Esse processo tem papel fundamental no alinhamento das estratégias da Companhia e na implementação de melhorias.

Sazonalidade

Algumas das nossas linhas de produto são sujeitas à sazonalidade, com trimestres bem distintos, principalmente o quarto trimestre devido à *Black Friday* e às datas comemorativas. Outro fator que influencia a sazonalidade são as trocas de coleções de janeiro e julho. Desta forma, os resultados das operações variam de acordo com o trimestre, dependendo do volume de vendas no período, incluindo os períodos de promoção após troca de coleção.

Clima

O varejo de moda é suscetível às condições climáticas, especialmente durante os meses de inverno. Por exemplo, durante esta estação, períodos prolongados de temperaturas mais altas podem deixar uma parte de nosso estoque incompatível com tais condições inesperadas. Desta forma, períodos de clima alterado podem nos levar a comercializar o excesso de estoques com descontos de preços, reduzindo assim nossas margens.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Pandemias/Crises Sanitárias

Há o risco de que a Companhia, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e outros parceiros de negócios possam ser impedidos de realizar determinadas atividades de negócios por um período indeterminado, inclusive devido a paralisações solicitadas por autoridades governamentais como medida preventiva.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Como a Companhia desenvolve os seus produtos segundo as tendências de moda, naturalmente os seus produtos têm ciclos de vida curtos, o que dificulta a comparação de preços de um período para outro. Dessa forma, não se pode atribuir apenas à inflação um impacto relevante na evolução da receita de vendas. Além disso, a Companhia realiza *Hedge Accounting* sobre suas operações em dólar entre suas exportações e importações de insumos, cujos fechamentos do câmbio sobre os recebimentos de clientes em dólar são realizados no mesmo momento dos pagamentos de suas parcelas de empréstimos e do pagamento de seus fornecedores, garantindo um *hedge* cambial sobre essas operações. As oscilações em outras moedas estrangeiras estão relacionadas basicamente a aquisições de máquinas, equipamentos e peças, cuja variação cambial irá compor o seu custo de aquisição.

A política de preços da Companhia é fortemente associada ao poder de compra dos consumidores e aos preços praticados por nossa concorrência. Sendo assim, variações na taxa de câmbio não necessariamente refletem em ajustes de preços ou variações na receita. Historicamente, temos sido capazes de repassar para os nossos clientes variações nos custos de nossos produtos.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia, bem como o segmento de moda, tem em seus produtos, ciclos de vida curtos, com alterações que dificultam tanto a comparação de preços como a comparação de custos de produtos vendidos de um período para outro. Ainda que a taxa de inflação possa sensibilizar os custos da Companhia, a administração busca mitigar estes impactos ao longo da cadeia de fornecimento.

A taxa de câmbio pode impactar nossos custos, uma vez que a Companhia importa produtos e insumos (matérias-primas) em moedas internacionais. A fim de mitigar tais impactos, a Companhia possui instrumentos de *hedge* para proteção contra a volatilidade do câmbio. Para maiores informações, ver item 5.5 deste Formulário de Referência.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Mudanças nas práticas contábeis/opiniões modificadas e ênfases

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas em nossas práticas contábeis nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos oriundos de alterações em práticas contábeis nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não há ressalvas ou ênfases no parecer do auditor referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Efeitos relevantes nas Demonstrações Financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico estão disponíveis no item 6.4 deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado, ou que se espera que venham causar, efeito relevante nas demonstrações contábeis ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5 - Medições não contábeis

As informações deste item são derivadas das nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

(a) Informar o valor das medições não contábeis

Nós divulgamos nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

(Em R\$ mil, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA	253.515	379.251	64.216
EBITDA Ajustado (1)	265.503	291.958	64.216
Margem EBITDA	16,9%	28,6%	8,8%
Margem EBITDA Ajustada	17,7%	22,0%	8,8%
Lucro Líquido Ajustado (2)	218.194	219.866	37.467
Dívida Bruta	(78.369)	(45.115)	(21.306)
Caixa Líquido	50.515	51.879	100.991

(1) EBITDA ajustado: exclusão dos efeitos relacionados às receitas e despesas não recorrentes.

(2) Lucro líquido ajustado: exclusão dos efeitos relacionados às receitas e despesas não recorrentes.

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 527, de 4 de outubro de 2012, e consiste no lucro líquido (prejuízo) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e refere-se ao EBITDA ajustado por outros itens da demonstração de resultado que contribuam para uma melhor informação sobre o seu potencial de geração bruta de caixa.

O EBITDA Ajustado é o EBITDA após exclusão dos efeitos de eventos não recorrentes, como a reversão do ganho decorrente do crédito do ICMS na base do PIS/COFINS (com efeito no exercício de 2021); a reversão da provisão da contribuição previdenciária sobre a Receita Bruta (com efeito no exercício de 2021); e a reversão do IR/CS sobre valores atinentes à taxa Selic do crédito ICMS na base de cálculo do Pis/Cofins (com efeito no exercício de 2021).

A Margem EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e refere-se ao EBITDA como uma porcentagem da receita líquida. De forma análoga, a Margem EBITDA Ajustada refere-se ao EBITDA Ajustado como uma porcentagem da receita líquida.

O EBITDA Ajustado e a margem EBITDA Ajustada não são medidas de resultado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Outras empresas podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diferente da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

Lucro Líquido Ajustado

O Lucro Líquido Ajustado é o lucro líquido após exclusão dos efeitos de eventos não recorrentes, como: (i) a reversão do ganho decorrente do crédito do ICMS na base do PIS/COFINS (com efeito no exercício de 2021); (ii) a reversão da baixa de saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal (com efeito no exercício de 2020); (iii) a reversão da provisão da contribuição previdenciária sobre a Receita Bruta (com efeito no exercício de 2021); (iv) a reversão do IR/CS sobre valores atinentes à taxa Selic do crédito ICMS na base de cálculo do Pis/Cofins (com efeito no exercício de 2021).

Dívida Bruta

A Dívida Bruta equivale ao total da soma dos empréstimos e financiamentos (passivo circulante e não circulante). A Dívida Bruta não é medida de resultado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta de maneira diferente da Companhia.

Caixa Líquido

O Caixa Líquido é a soma dos empréstimos e financiamentos que constam no Passivo Circulante e Passivo não Circulante subtraídos do somatório de Caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, presentes no Ativo Circulante da Companhia. Este indicador é uma medida não contábil elaborada pela Companhia. O Caixa Líquido não é uma medida de lucratividade em conformidade com as práticas contábeis no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e não representa fluxos de caixa dos períodos apresentados.

2.5 Medições não contábeis

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação EBITDA (R\$ mil)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido	210.282	297.274	(16.967)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	6.668	49.615	43.865
(+) Resultado Financeiro Líquido	(2.318)	5.269	6.529
(+) Depreciação e Amortização	38.883	27.093	30.789
(=) EBITDA	253.515	379.251	64.216
% margem EBITDA	16,9%	28,6%	8,8%
Reversão do Ganho decorrente do crédito do ICMS na base do PIS/COFINS". (1)	-	(85.117)	-
Reversão de provisão da contribuição previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). (2)	-	6.768	-
Reversão do IRPJ e CSLL sobre valores atinentes à taxa selic do crédito ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS. (3)	-	(8.944)	-
Reversão de custos e despesas auferidas referente à fase pré operacional da nova unidade fabril, localizada em Pacatuba-CE. (4)	11.998	-	-
(=) EBITDA Ajustado	265.503	291.958	64.216
% margem EBITDA Ajustado	17,7%	22,0%	8,8%

(1) São decorrentes das receitas de R\$ 64,6 milhões, deduzidos de honorários advocatícios no valor de R\$ 3,5 milhões, referente ao processo para assegurar o direito de afastar a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

(2) Processo tributário de discussão da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), na qual a Companhia realizou uma provisão do valor mais provável de perda informado pelos assessores jurídicos.

(3) Em 24 de setembro de 2021 foi realizado o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do RE nº 1.063.187, com repercussão geral reconhecida (Tema 962) e, por unanimidade de votos, declarou-se inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Consequentemente, foi realizada a reversão do IRPJ e da CSLL calculados sobre os juros Selic que compunham a parcela não utilizada do crédito tributário reconhecido (exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS). Adicionalmente, foi reconhecido o montante de R\$ 8.944 em Imposto de renda e contribuição social a recuperar em contrapartida de outras receitas referente aos créditos que já tinham sido utilizados e tributados.

(4) São decorrentes de custos e despesas pré-operacionais com a unidade fabril em Pacatuba-CE, cujos dispêndios estão relacionados a logística de máquinas, equipamentos e insumos transferidos, além de serviços com terceiros e treinamentos.

2.5 Medições não contábeis

Reconciliação Lucro Líquido (R\$ mil)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido	210.282	297.274	(16.967)
Reversão da Baixa de saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal (1)	-	-	49.863
Reversão do ganho decorrente do crédito do ICMS na base do PIS/COFINS (2)	-	(71.439)	-
Reversão de provisão da contribuição previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) (3)	-	4.467	-
Reversão do IRPJ e CSLL sobre valores atinentes à taxa selic do crédito ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (4)	-	(10.436)	-
Reversão de custos e despesas auferidas referente à fase pré-operacional da nova unidade fabril, localizada em Pacatuba-CE. (5)	7.912	-	-
(=) Lucro Líquido Ajustado (2)	218.194	219.866	32.896

(1) Baixa de saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal acumulado da controlada Scalina no valor de R\$ 49,9 milhões, onde não há perspectiva factível para utilização desse saldo no próximo período, tendo em vista o histórico de prejuízo.

(2) São decorrentes das receitas de R\$ 64,6 milhões, deduzidos de honorários advocatícios no valor de R\$ 3,5 milhões, referente ao processo para assegurar o direito de afastar a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

(3) Processo tributário de discussão da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), na qual a Companhia realizou uma provisão do valor mais provável de perda informado pelos assessores jurídicos.

(4) Em 24 de setembro de 2021 foi realizado o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal ("STF") do RE nº 1.063.187, com repercussão geral reconhecida (Tema 962) e, por unanimidade de votos, declarou-se inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Conseqüentemente foi realizada a reversão do IRPJ e da CSLL diferidos sobre os juros Selic que compunham a parcela não utilizada do crédito tributário (exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS).

(5) São decorrentes de custos e despesas pré-operacionais com a unidade fabril em Pacatuba-CE, cujos dispêndios estão relacionadas a logística de máquinas, equipamentos e insumos transferidos, além de serviços com terceiros e treinamentos.

Reconciliação Dívida Bruta e Caixa Líquido (R\$ mil)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e Financiamentos (Circulante)	1.669	11.512	(12.223)
Empréstimos e Financiamentos (Não Circulante)	76.700	33.603	(9.083)
(=) Dívida Bruta	78.369	45.115	(21.306)
(-) Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	128.884	96.994	122.297
(=) Caixa Líquido	50.515	51.879	100.991

2.5 Medições não contábeis

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que, devido a necessidade de maior agilidade na tomada de decisão e tendo em vista a dinâmica dos atuais negócios, faz-se necessário a implementação e análise de medidas não contábeis, além das medidas contábeis apresentadas nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, tais medições não contábeis proporcionam melhor comparabilidade com o desempenho de outras companhias que atuam no mesmo setor.

EBITDA

A Companhia entende que o EBITDA é a medição mais apropriada para apresentar sua condição financeira e do resultado de suas operações, pois apresenta o resultado das atividades ligadas ao seu desempenho operacional.

Margem EBITDA

A Companhia entende que a Margem EBITDA é a medição mais apropriada para apresentar a sua margem e resultado de suas operações. Demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos.

EBITDA Ajustado

A Companhia apresenta o EBITDA ajustado como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes do resultado. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado.

Margem EBITDA Ajustada

A Companhia apresenta o EBITDA ajustado como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional, pois é uma medida não contábil de resultado que expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado nos períodos em questão. Demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos.

Lucro Líquido Ajustado

A Companhia apresenta o lucro líquido ajustado como forma de avaliação do seu desempenho financeiro desconsiderando os efeitos no resultado que não fazem parte da rotina de negócio.

Dívida Bruta e Caixa Líquido

A Dívida Bruta equivale ao total da soma dos empréstimos e financiamentos a pagar (passivo circulante e não circulante). O Caixa Líquido é a soma dos empréstimos e financiamentos que constam no Passivo Circulante e Passivo não Circulante subtraídos do somatório de Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários presentes no Ativo Circulante da Companhia.

A Companhia entende que a Dívida Bruta e a Caixa Líquido são indicadores não contábeis utilizados pela administração da Companhia e são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição corrente de caixa e a sua capacidade de geração de caixa operacional.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 - Eventos subsequentes às últimas Demonstrações Financeiras

Combinação de Negócios e Compra de Ativos

Em 4 de janeiro de 2023 a controlada Scalina Ltda. (Compradora) concluiu a aquisição dos ativos da indústria de malhas MC Malharia Ltda., localizada em Maracanaú no estado do Ceará, anteriormente detidos pela Cotece S.A. (Vendedora). A operação teve sua aprovação no Conselho Administrativo de Defesa Econômica. A Compradora tem por objetivo a verticalização de seu processo produtivo através do incremento da fabricação de malhas em seu processo interno. A aquisição envolve a totalidade dos ativos necessários às operações de industrialização e comercialização de tecidos de malha, incluindo bens e equipamentos. A Compradora não adquiriu o ativo imobiliário, que permanecerá na posse da Vendedora, gerando uma operação de arrendamento entre as partes envolvidas no negócio. Além disso, certos empregados da Vendedora foram transferidos à Compradora em decorrência da transação.

Os pagamentos previstos para Cotece S.A. decorrentes desta aquisição ocorreram em 4 de janeiro de 2023, no montante total de R\$ 33,582 milhões, que foram assim acordados: i) R\$ 30 milhões referentes ao ativo imobilizado que compreende a máquinas e equipamentos; e ii) R\$ 3,582 milhões referentes aos estoques de fios, químicos e almoxarifado.

2.7 Destinação de resultados

2.7 - Política de destinação dos resultados

	2022	2021	2020
a) regras sobre retenção de lucros:	Nosso estatuto social prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei das Sociedades por Ações.	Nosso estatuto social prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei das Sociedades por Ações.	Nosso estatuto social prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei das Sociedades por Ações.
a.i) Valores das retenções de lucros	O lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e atribuído aos acionistas foi de R\$ 210.281.777,51. Ajustado positivamente pela realização de custo atribuído, resulta no valor de R\$ 211.206.856,51. Após distribuições de dividendos e pagamento de juros sobre capital próprio, as retenções de lucros totalizaram R\$ 157.720.790,87, sendo: i) R\$ 10.560.342,83 para Reserva Legal; ii) R\$ 67.716.161,82 para Reserva de Incentivos Fiscais; e iii) R\$ 79.444.286,22 para Reserva para Investimentos.	O lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e atribuído aos acionistas foi de R\$ 297.274.268,43. Ajustado positivamente pela realização de custo atribuído, resulta no valor de R\$ 298.423.799,43. Após distribuições de dividendos e pagamento de juros sobre capital próprio, as retenções de lucros totalizaram R\$ 167.180.043,68, sendo i) R\$ 14.921.189,97 para Reserva Legal; ii) R\$ 85.527.586,45 para Reserva de Incentivos Fiscais; e iii) R\$ 66.731.267,26 para Reserva para Investimentos.	O prejuízo líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 16.967.139,66. Tal prejuízo foi absorvido pelas reservas de lucro da Companhia.
a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o percentual da retenção de lucros em relação ao lucro líquido dos acionistas do exercício total declarado foi de 75,01%.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o percentual da retenção de lucros em relação ao lucro líquido dos acionistas do exercício total declarado foi de 56,24%.	Não houve retenção de lucro neste exercício social, tendo em vista que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, foi apurado prejuízo no valor de R\$ 16.967.139,66.
b) regras sobre distribuição de dividendos	Nosso estatuto social prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, seja anualmente	Nosso estatuto social prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, seja anualmente	Não aplicável, tendo em vista que não houve retenção de lucros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

2.7 Destinação de resultados

	distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	
c) periodicidade das distribuições de dividendos	A periodicidade da distribuição de dividendos está em linha com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, observado que também podemos, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A periodicidade da distribuição de dividendos está em linha com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, observado que também podemos, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A periodicidade da distribuição de dividendos está em linha com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, observado que também podemos, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Exceto pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos impostas a nós.	Exceto pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos impostas a nós.	Exceto pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos impostas a nós.
e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não possuíamos uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, sendo aplicável o disposto no Estatuto Social vigente à época e na Lei das Sociedades por Ações.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, não possuíamos uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, sendo aplicável o disposto no Estatuto Social vigente à época e na Lei das Sociedades por Ações.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, não possuíamos uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, sendo aplicável o disposto no Estatuto Social vigente à época e na Lei das Sociedades por Ações.

2.7 Destinação de resultados

(Reais)	Exercício social 31/12/2022	Exercício social 31/12/2021	Exercício social 31/12/2020
Lucro líquido ajustado	211.206.856,51	298.423.799,43	(16.967.139,66)
Dividendo distribuído total	9.886.065,64	106.243.755,75	-
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	4,68	35,60	0,00000
Data de pagamento do dividendo	Pago mensalmente ao longo do ano de 2023.	Pago mensalmente ao longo do ano de 2022.	n/a
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	19,75	32,01	(2,3105387)
Lucro líquido retido	157.720.790,87	167.180.043,68	-
Data da aprovação da retenção	25/04/2023	30/04/2022	-

Lucro Líquido Retido	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2020	
	Montante	Pagamento de Dividendo	Montante	Pagamento de Dividendo	Montante	Pagamento de Dividendo
Dividendo Obrigatório						
ações ordinárias	0,00		0,00	-	0,00	-
Juros sobre capital próprio						
ações ordinárias	43.600.000,00	Até 31/12/2023	25.000.000,00	Até 31/12/2022	17.000.000,00	21/01/2021
Outros (Dividendo adicional proposto)						
ações ordinárias	9.886.065,64	Até 31/12/2023	28.243.755,75	Até 31/12/2022	0,00	-
Outros (Dividendos intermediários)						
ações ordinárias	0,00		78.000.000,00	Até 29/11/2021	0,00	-

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

O Grupo Lupo não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 ou em suas notas explicativas.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

O Grupo Lupo não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 ou em suas notas explicativas.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Grupo Lupo relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Grupo Lupo relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 .

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Grupo Lupo relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

2.10 Planos de negócios

2.10 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado e intangível somaram R\$ 84,9 milhões, os quais se referem à aquisição da nova unidade produtiva, localizada no município de Pacatuba-CE, além de investimentos em máquinas e equipamentos para expansão e renovação tecnológica de nossos parques fabris, e investimentos em sistemas e tecnologia.

Como parte do nosso crescimento, temos investido na compra de equipamentos para aumento de nossa produção e consequente distribuição aos franqueados. Investimos cerca de R\$80 milhões na compra de novos teares, sendo: (i) 100 novos teares sem costura, como investimento na Lupo Sport; e (ii) 150 novos teares meia socks. Para aumento do número de franquias Lupo Sport, utilizaremos nossa base de franqueados para abertura de novas lojas.

Em 24 de fevereiro de 2022 foi aprovado pelo CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, a aquisição do complexo industrial no município de Pacatuba, localizado no estado do Ceará e determinados ativos de sua operação, então detidos pela Marisol Vestuário S.A. pelo montante de R\$ 115,0 milhões, sendo: i) R\$ 40,0 milhões referente à máquinas e equipamentos e empregados adquiridos pela controlada Lupo Nordeste Ltda; e ii) R\$ 75,0 milhões referentes a parte do ativo imobiliário onde está instalado o complexo industrial adquirido pela empresa Lupo Administração e Participação Ltda., que é uma parte relacionada.

Em 4 janeiro de 2023 a Companhia concluiu a aquisição da MC Malharia Ltda., um complexo fabril anteriormente detido pela Cotece S.A. com mais de 25 mil m² que abriga as operações de tecelagem, tinturaria, acabamento e estamparia de malhas, e possui capacidade produtiva de 600 toneladas de malha por mês. A aquisição foi realizada pelo valor de R\$ 33,582 milhões, sendo: i) R\$ 30 milhões referentes ao ativo imobilizado; e ii) R\$ 3,582 milhões referentes aos estoques de fios, químicos e almoxarifado. A Companhia não adquiriu o ativo imobiliário, que permanecerá na posse da Cotece S.A., gerando uma operação de arrendamento entre as partes. Em 31 de março de 2023, a Scalina Ltda. incorporou os ativos e passivos da MC Malharia Ltda.

A planta industrial, que é referência nacional por sua infraestrutura moderna e tecnologia de ponta, está localizada em área incentivada, no Distrito Industrial de Maracanaú, na região metropolitana de Fortaleza-CE. Essa aquisição tem por objetivo a verticalização do processo produtivo da Companhia, reduzindo assim sua exposição a fornecedores e promovendo maior agilidade na produção, além da otimização de custos e margens.

Nos próximos anos a Companhia planeja investir: i) no aumento de sua participação no segmento esportivo, com a produção de peças sem costura (tecnologia *seamless*), com a expansão e renovação tecnológica de seu parque fabril e com a expansão de seu modelo de franquias Lupo Sport; ii) em pesquisas e desenvolvimento de produtos; iii) na aquisição de negócios que sejam complementares, relacionados aos segmentos de moda íntima, meias e moda esportiva; e iv) na digitalização, manutenção e remodelagem de lojas existentes, com tecnologia e logística.

Ademais, no âmbito do seu plano de negócios, a Companhia pretende investir nos seguintes itens: i) expansão fabril em Araraquara-SP e Itabuna-BA de máquinas sem costura, e no Ceará-CE na confecção de produtos têxteis; ii) painéis solares para ampliar nossa agenda em sustentabilidade e otimizar custos em energia; e iii) crescimento inorgânico por meio de aquisição de potenciais marcas complementares à marca Lupo e com potencial sinérgico para ampliar nossos negócios.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Historicamente, os investimentos realizados pela Companhia são financiados pela geração de caixa operacional e, quando necessário, pela realização de empréstimos junto a terceiros.

2.10 Planos de negócios

Não obstante essas fontes de financiamento terem sido suficientes no passado, caso os Diretores julguem pertinente, poderemos utilizar outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou a contratação de financiamentos com instituições financeiras com as quais temos relação.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há novos desinvestimentos relevantes previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Conforme mencionada anteriormente, a Companhia adquiriu em 2022 uma unidade produtiva localizada em Pacatuba-CE. Trata-se de uma unidade industrial especializada em confecção com grande capacidade técnica e produtiva que permitirá à Companhia aumentar a capacidade não apenas nas categorias de produtos em que já atuamos, mas a entrar em outras.

Conforme divulgado em nota explicativa de eventos subsequentes nas demonstrações financeiras auditadas do Grupo Lupo no exercício findo em 2022, a Companhia concluiu em janeiro de 2023 a aquisição da MC Malharia Ltda., um complexo fabril com mais de 25 mil m² que abriga as operações de tecelagem, tinturaria, acabamento e estamparia de malhas, e possui capacidade produtiva de 600 toneladas de malha por mês. A aquisição permitirá à Companhia verticalizar parte de seu processo produtivo, promovendo assim maior agilidade na produção.

(c) Novos produtos e serviços

A Companhia tem investido regularmente em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e serviços. Os investimentos são realizados por meio de pesquisas básicas dirigidas, com a finalidade de adquirir conhecimentos quanto à compreensão de novos fenômenos, com vistas ao desenvolvimento de produtos, processos ou sistemas inovadores. Também é realizado o desenvolvimento experimental por meio de trabalhos sistemáticos a partir de conhecimentos pré-existentes para a comprovação, ou demonstração, da viabilidade técnica ou funcional de novos produtos, processos, sistemas e serviços, ou, ainda, um evidente aperfeiçoamento dos já produzidos ou estabelecidos.

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

As pesquisas são realizadas com vistas a identificar as novas tendências de mercados no Brasil e no mundo, sejam em produtos, insumos, máquinas, equipamentos, processos, sistemas e serviços. Em 2022 a Companhia deu continuidade aos seus investimentos em pesquisas relacionadas a insumos e produtos, e ao tratamento de resíduos de seus processos, com foco na digitalização e automação.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não há valores mensuráveis.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos são conduzidos a partir de resultados das pesquisas realizadas e mencionadas acima. Em 2022 a Companhia deu continuidade ao desenvolvimento de pesquisas relacionadas a insumos e produtos, e ao tratamento de resíduos de seus processos, com foco na digitalização e automação.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há valores mensuráveis.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

Despesas com propaganda e publicidade

Em 2022, a Companhia direcionou R\$ 20,7 milhões a iniciativas de propaganda e publicidade; um aumento de 38,8% em relação aos R\$ 14,9 milhões apurados em 2021, quando as ações de marketing foram mais restritas em função da pandemia provocada pela Covid-19.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3. Projeções

3.1. Projeções divulgadas e premissas:

(a) Objeto das projeções

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM 80 de 29 de março de 2022, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, optamos por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às nossas atividades e de nossas controladas.

(b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM 80 de 29 de março de 2022, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, optamos por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às nossas atividades e de nossas controladas.

(c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM 80 de 29 de março de 2022, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, optamos por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às nossas atividades e de nossas controladas.

(d) Valores dos indicadores que são objeto da projeção

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM 80 de 29 de março de 2022, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, optamos por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às nossas atividades e de nossas controladas.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. Acompanhamento das projeções divulgadas

Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

(a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável, tendo em vista que não divulgamos projeções ou estimativas.

(b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que não divulgamos projeções ou estimativas.

(c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que não divulgamos projeções ou estimativas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4. Fatores de risco

4.1 - Descrições dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as nossas demonstrações financeiras e notas explicativas. As atividades, reputação, situação econômico-financeiro relacionados aos nossos resultados operacionais, fluxo de caixa e/ou negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por quaisquer fatores de risco a seguir e/ou por quaisquer outros fatores de risco. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos nossos valores mobiliários.

Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que nós conhecemos e acreditamos que podem afetar adversamente e de forma relevante os nossos negócios. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente por nós ou que consideramos irrelevantes na data deste Formulário de Referência, também poderão nos afetar adversamente. Destaca-se que os fatores de risco aqui apresentados estão exposto em ordem decrescente de relevância, ou seja, do mais relevante para o menos relevante.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim indicar, a menção a um risco, incerteza ou problema que poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “impacto negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante na nossa participação de mercado, reputação, negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros e das nossas investidas, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas neste contexto.

Adicionalmente, não obstante a subdivisão prevista neste item, feita em observância à regulamentação aplicável, determinados fatores de risco elencados abaixo poderão também ser aplicáveis a outros subitens.

(a) Riscos Relacionados ao Emissor

Dependemos do valor e da reputação de nossa marca e eventuais impactos negativos de nossa marca e reputação podem afetar adversamente nossos negócios e resultados.

O nosso sucesso é altamente dependente do valor e reputação da marca Lupo, que é primordial para nosso negócio e para a implementação de nossas estratégias para crescimento do negócio. A manutenção, promoção e posicionamento de nossa marca dependerá do sucesso de nossos esforços em termos de marketing e nossa habilidade de demonstrar a consistência e boa qualidade de nossos produtos e experiências. Dependemos das mídias sociais como uma de nossas estratégias de marketing para que possamos ter um impacto positivo tanto no valor quanto na reputação de nossa marca.

Nossa marca e reputação poderem ser adversamente afetados se falharmos na busca por estes objetivos, se nossa imagem perante o público for prejudicada por publicidade negativa ou se falharmos na entrega de inovações e produtos de alta qualidade para nossos clientes. Publicidade negativa referente aos métodos de produção de quaisquer um de nossos fornecedores poderá afetar adversamente nossa reputação e vendas e nos obrigar a buscar fornecedores alternativos.

Adicionalmente, o valor de nossa marca pode ser adversamente afetado por violações aos nossos direitos e proteções de propriedade intelectual. Qualquer prejuízo à nossa marca e reputação pode afetar adversamente nossa condição financeira.

Além disso, nosso negócio dedica recursos significativos para campanhas publicitárias e de marketing. Se essas campanhas não atenderem às metas esperadas, isto é, não fazendo sucesso entre nossos consumidores, nossas vendas e lucratividade poderão ser afetadas negativamente, e podemos não conseguir fortalecer nossa marca como esperado. Conseqüentemente, nossos resultados operacionais, imagem e condição financeira podem ser

4.1 Descrição dos fatores de risco

adversamente afetados. Além disso, se não formos capazes de identificar mudanças no comportamento e das preferências do consumidor e de responder adequadamente em nossas campanhas de marketing e publicidade, a nossa marca pode ser adversamente afetada.

Dependemos de três unidades fabris e uma malharia, sendo que qualquer interrupção ou falha na operação de nossas unidades poderão nos causar um efeito adverso.

Atualmente a Companhia opera por meio de (i) três unidades fabris, sendo duas delas locadas de parte relacionada à Companhia, situadas em Araraquara/SP e Pacatuba/CE, respectivamente, e outra própria, localizada em Itabuna/BA; e (ii) uma malharia, cuja aquisição foi concluída em janeiro de 2023, localizada em Maracanaú/CE. Caso a operação dessas unidades fabris e malharia sejam interrompidas total ou parcialmente por qualquer motivo, incluindo a não renovação dos respectivos contratos locatícios e/ou necessidade de desocupação antecipada dos imóveis em decorrência da venda para terceiros, ou caso as unidades fabris sofram quaisquer danos substanciais, provocados por, inclusive, mas não se limitando a, desastres naturais, acidentes ambientais, incêndios ou inundações, roubos ou furtos, falha nos sistemas, restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a COVID-19), ou caso a capacidade de fabricação e distribuição seja reduzida ou interrompida em função de questões regulatórias, problemas sanitários, acidentes, greves ou questões trabalhistas, podemos enfrentar desabastecimento de produtos em nossas lojas o que, por sua vez, afetará adversamente nossas vendas e acarretará aumentos significativos de custos relacionados à reabertura ou substituição das unidades fabris e malharia. Nós possuímos pouca experiência em operar funções essenciais fora de nossas unidades fabris e os efeitos da utilização de outras unidades fabris fora desse local nos negócios, empregados e resultados operacionais são desconhecidos e podem impactar adversamente seus negócios.

Adicionalmente, nossa estratégia de crescimento demanda a expansão na capacidade e quantidade de unidades fabris. Caso não consigamos encontrar um local adequado para estabelecer a nova unidade fabril, ou não consiga integrar ou expandir as novas unidades fabris e os serviços de operadores logísticos ao processo de controle de estoques de maneira eficaz, poderá não conseguir entregar estoques às lojas em tempo hábil, o que poderá acarretar efeito negativo nas nossas vendas e na nossa estratégia de crescimento.

O surto ou pandemia de doenças transmissíveis em todo o mundo, inclusive do coronavírus (Covid-19), sua extensão e a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal surto ou pandemia impactará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeitos adversos relevantes em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas nossas operações. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo coronavírus causador da Covid-19, o zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram negativamente: (i) a economia global e mais fortemente a economia dos países em que essas doenças se propagaram; (ii) o comportamento das pessoas e propensão ao consumo, em diversos países; (iii) as indústrias, cadeias de suprimento e logística e comércio de modo geral; (iv) o mercado financeiro de modo geral, e mais especificamente o mercado de capitais global criando uma significativa volatilidade; e (v) e os resultados e as ações de emissão da Companhia.

Em 11 de março de 2020, a OMS decretou a pandemia da Covid-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da Covid-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e lockdown ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que resultou na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira. O Brasil chegou a ser considerado um dos centros da pandemia global

4.1 Descrição dos fatores de risco

em número de casos e óbitos. Em 5 de maio de 2023 a OMS declarou o fim da COVID-19 como uma emergência de saúde pública.

Acreditamos que surtos ou potenciais surtos de doenças poderão gerar impacto adverso relevante sobre os nossos negócios e desempenho financeiro, inclusive nossa capacidade de executar nossas estratégias de curto e longo prazos, a depender de desdobramentos futuros, inclusive a duração e a gravidade, em especial no Brasil, o que é incerto e não pode ser previsto. Por exemplo, em função da pandemia da Covid-19 e, em resposta às normas ou recomendações editadas pelas autoridades governamentais, bem como das decisões que tomamos, a maior parte das lojas franqueadas, lojas multimarcas e/ou pontos de venda, bem como a totalidade das fábricas, foram obrigadas a fechar ou a operar em horário reduzido devido aos esforços para impedir ou retardar a propagação da Covid-19. A totalidade das franquias exclusivas das nossas marcas e praticamente todas as lojas multimarcas que vendem nossos produtos tiveram que fechar ou ficaram sujeitas a restrições operacionais durante o período mais agudo da pandemia da Covid-19 no Brasil.

Caso a pandemia da Covid-19 volte a se agravar ou uma nova onda da doença se dissemine globalmente ou pelo Brasil, podemos enfrentar novamente e por mais tempo a obrigação de fechamento de lojas e/ou outras restrições operacionais com relação a algumas ou todas as nossas lojas franqueadas, lojas multimarcas e/ou pontos de venda, incluindo as localizadas em shopping centers, e nossas unidades fabris, por períodos prolongados de tempo devido a, entre outros fatores, normas governamentais que se encontram em constante mudança, inclusive diretivas de saúde pública, políticas de quarentena, medidas de distanciamento social ou até mesmo um *lockdown*.

Além disso, surtos ou potenciais surtos de doenças também podem impactar negativamente o consumo, pelas condições gerais macroeconômicas e pela confiança do consumidor. Isso pode afetar negativamente nossas vendas em lojas franqueadas, lojas multimarcas e/ou pontos de venda por qualquer redução significativa no número e no consumo de clientes, resultando, com isso, em perda de receita, afetando nossa lucratividade e capacidade de geração de caixa.

Surtos ou potenciais surtos de doenças também podem impactar a nossa cadeia de suprimentos, com interrupções e/ou paralisações temporárias nas fábricas que produzem as matérias primas dos produtos que comercializamos, em nossas unidades fabris, ou nas operações dos nossos prestadores de serviços, além de enfrentarem falta de funcionários. Também pode haver interrupções ou atrasos em entregas de produtos e impactos negativos na precificação de determinados componentes dos nossos produtos.

Além disso, o fechamento de lojas franqueadas, bem como de muitos shoppings centers onde possuímos lojas franqueadas, e as normas federais, estaduais e municipais relacionadas a surtos ou potenciais surtos de doenças, podem nos expor a riscos jurídicos, reputacionais e financeiros em relação aos contratos de locação, como pagamento de multas por rescisão antecipada. Não há garantia de que, após surtos ou potenciais surtos de doenças, as lojas franqueadas conseguirão retomar as operações nos atuais termos dos contratos de locação em vigor, ou se sequer conseguirão fazê-lo. Caso os franqueados da Companhia não sejam capazes de arcar com os pagamentos dos aluguéis de suas respectivas lojas, tal incapacidade poderá ser considerada um inadimplemento contratual, o que poderá ensejar a rescisão antecipada do contrato de locação, afetando, desta forma, a nossa receita. Neste sentido, caso os efeitos de surtos ou potenciais surtos de doenças afetem a situação financeira de nossos franqueados, que desempenham papel relevante em nosso plano de expansão de lojas, estes podem não ser capazes de negociar novas localidades comerciais, bem como investir na promoção de melhorias e projetos de desenvolvimento nas lojas que detêm atualmente. Dessa forma, a abertura prevista de novas franquias pode não ser concluída e o nosso plano de expansão pode ser prejudicado.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto da Covid-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3, foi adversamente afetada em razão do surto da Covid-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores

4.1 Descrição dos fatores de risco

brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão nossa, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das nossas operações no futuro em termos aceitáveis.

Assim, acreditamos que os nossos resultados financeiros serão afetados de forma adversa e relevante em decorrência de surtos ou potenciais surtos de doenças. Se nossos negócios não gerarem fluxos de caixa operacionais suficientes, ou outros recursos não estiverem disponíveis por meio de empréstimos através das linhas de crédito ou de outras fontes, podemos não conseguir cobrir nossas despesas, investir no crescimento do nosso negócio, responder aos desafios competitivos ou atender outras necessidades de liquidez e capital, o que pode prejudicar nossos negócios. Os nossos custos com seguro também poderão aumentar substancialmente no futuro para cobrir os custos que os seguradores poderão vir a incorrer em função dessa pandemia.

Os resultados de nossa operação podem ser afetados adversamente pela sazonalidade das vendas de nossos produtos, dado que estamos sujeitos a riscos de gerenciamento de estoque, de variações climáticas e de mudanças nas preferências dos consumidores e tendências de moda e podemos não responder de forma eficiente a tais situações.

Nós competimos com outras marcas de varejo de moda em relação a estilo, qualidade, preço, experiência de compra, promoções, localização e decoração das lojas, dentre outros. Nossas vendas e resultados operacionais são baseados nas preferências dos consumidores e tendências de moda que não podem ser previstas com precisão e estão sujeitas a mudanças rápidas, principalmente quando consideramos a volatilidade dos gostos dos consumidores. Se não mudarmos nossos produtos para adequá-los aos gostos do cliente, poderemos ficar com a mercadoria em estoque e deixar de vendê-las a um valor lucrativo. Qualquer falha para antecipar, identificar e responder às mudanças de tendência na moda pode afetar de maneira adversa a aceitação dos clientes às nossas mercadorias, o que poderia, por sua vez, afetar de maneira adversa nosso negócio bem como nossa imagem junto aos consumidores.

Além disso, podemos, eventualmente, desenvolver produtos que não sejam comercialmente viáveis ou ser incapazes de planejar adequadamente nossos estoques, em decorrência de falhas em identificar corretamente as tendências emergentes de estilo ou de preferências dos consumidores. Nesse caso, nossas marcas podem não ser capazes de obter as mesmas vendas e margens obtidas com as marcas e produtos do portfólio atual e poderá ter um volume substancial de estoques não vendidos. Em resposta a essas situações, nossas marcas poderão realizar vendas promocionais para acabar com os estoques, o que afetaria negativamente os nossos resultados operacionais.

Adicionalmente, estamos sujeitos a riscos relacionados à reposição e otimização de estoque, como por exemplo, estamos sujeitos a riscos relacionados à sazonalidade, lançamento de novos produtos, mudanças rápidas nos ciclos e preços de produtos, produtos defeituosos, mudanças na demanda do consumidor e nos padrões de gastos, entre outros fatores. A demanda por nossos produtos pode mudar significativamente entre o momento da compra de nossos fornecedores e a venda para nossos clientes de varejo, o que pode reduzir nossa capacidade de vender nossos produtos mantidos em estoque.

Flutuações nos mercados de varejo de moda impactam os níveis de estoque mantidos pelos varejistas de moda. A natureza do negócio varejista de moda exige que seja mantido um volume significativo de estoque, especialmente antes de datas comemorativas, que são períodos de pico de vendas, quando temos que elevar o nível de estoque. Nós temos que celebrar contratos de compra e manufatura de mercadorias muito antes do período de vendas aplicável. Assim, estamos vulneráveis às mudanças na demanda e preços, à seleção subótima e ao cronograma de compra das mercadorias. No passado, nem sempre conseguimos prever com precisão as preferências dos clientes e os níveis de aceitação de nossos itens de tendência. Se as vendas não atenderem as expectativas (por exemplo, devido à duração e ao impacto contínuos e desconhecidos da pandemia da Covid-19 sobre o fornecimento de estoque e demanda dos consumidores), um excesso de estoque pode causar descontos excessivos e, assim, margens inferiores àquelas planejadas por nós. Se não conseguirmos gerir nosso estoque com eficiência, nossas margens brutas poderão ser adversamente afetadas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Certos produtos que compramos para revenda podem exigir prazos de entrega mais longos por parte de nossos fornecedores e os nossos fornecedores podem não aceitar devoluções ou trocas desses produtos. Por fim, podemos não conseguir vender nossos produtos em quantidades suficientes ou durante os períodos de pico de vendas, o que causaria ineficiência em nosso volume de estoque. A ocorrência de qualquer um dos fatores acima pode afetar adversamente nossos resultados operacionais.

Períodos prolongados de temperaturas mais altas durante o inverno, ou mais frias durante o verão, podem deixar uma parte do nosso inventário incompatível com tais condições inesperadas. Desta forma, períodos de clima alterado podem nos levar a vender o excesso de nossos estoques a preços descontados, reduzindo nossas margens, o que pode ter um efeito material negativo. Isso pode ser mais significativo nos casos de coleções de inverno, que têm preços médios mais altos.

Adicionalmente, para nos prepararmos para atender o aumento da demanda, principalmente em datas comemorativas, devemos produzir, comprar e estocar uma quantidade de estoque maior do que a que temos em outras épocas do ano e contratar pessoal temporário para as nossas unidades fabris, já que a demanda cresce significativamente. Qualquer aumento de estoque não planejado (por exemplo, devido à duração e ao impacto contínuos e desconhecidos da pandemia da Covid-19 sobre o fornecimento de estoque e demanda dos nossos consumidores) ou redução da demanda por nossos produtos durante este período de pico de produção, pode nos obrigar a vender o estoque excedente e produtos descontinuado a um preço substancialmente menor, o que afetaria negativamente nossos resultados operacionais e condição financeira. Tais flutuações em nossos resultados operacionais e condição financeira podem afetar o valor de mercado de nossas ações ordinárias.

Ainda, historicamente, as nossas vendas estão concentradas em datas comemorativas como Dia das Mães, Dia dos Pais, Black Friday, e Natal. Qualquer variação inesperada, a demanda para tais ocasiões poderá nos compelir a vender o estoque excedente e/ou produtos descontinuados a preços significativamente inferiores àqueles inicialmente previstos e comumente praticados, o que reduzirá nossas margens e, com isso, nos afetará adversamente e de forma relevante.

A impossibilidade de implementar com sucesso nossa estratégia de crescimento orgânico poderá nos afetar adversamente.

Um dos pilares da nossa estratégia de crescimento é a nossa capacidade de ampliar a rede de franqueados, por meio de lojas de varejo qualificado, e do aumento das vendas em nossos clientes multimarcas. Essa capacidade pode ser afetada por inúmeros fatores que são alheios ao nosso controle, tais como expansão das operações de competidores, o consequente aumento da concorrência por pontos estratégicos de vendas, questões de mercado que podem afetar a demanda por nossos produtos ou a confiança do consumidor, assim como fatores relacionados à falsificações de nossos produtos, indisponibilidade de máquinas, equipamentos, matérias-primas, materiais e demais acessórios - como aviamentos, laços, botões e zíperes - a preços acessíveis, ou então indisponibilidade de mão de obra para suprir nossas necessidades de produção e capacidade de administrar nosso modelo de negócio.

Além disso, nossa capacidade de expansão poderá ser prejudicada se não formos capazes de identificar novas localidades comerciais estrategicamente localizadas e adequadas para instalação de novas lojas franqueadas, ou caso os locais disponíveis estejam acessíveis a preços maiores do que estamos dispostos a pagar, impossibilitando a abertura de novas lojas. Ainda, as novas lojas poderão não alcançar o nível de receita e lucratividade no tempo estimado por nós, em comparação ao apresentado por lojas abertas há mais tempo, tampouco podemos garantir que seremos capazes de aprimorar os modelos de lojas físicas de acordo com as necessidades e comportamentos de consumo de nossos clientes.

Além disso, a abertura de novas lojas ou franquias pode não ser concluída ao custo e no momento que entendemos ser apropriados. Dentre os fatores que podem impossibilitar ou prejudicar a abertura de novas lojas e a ampliação da rede de franqueados estão a indisponibilidade de locais adequados, a dificuldade de negociação dos termos contratuais com custo de ocupação dos imóveis adequados, a indisponibilidade de contratação ou treinamento de vendedores qualificados, o atraso ou aumento nos custos associados à adequação do imóvel ao padrão Lupo, que se não adequado pode vir a enfraquecer a nossa marca, a dificuldade na obtenção de

4.1 Descrição dos fatores de risco

aprovações das autoridades governamentais aplicáveis (tais como Juntas Comerciais, Prefeituras, Secretaria da Receita Estadual, dentre outros).

Nossas novas lojas poderão afetar negativamente a nossa lucratividade, o que poderá impactar nossas atividades pretendidas e nossos futuros resultados consolidados. Ademais, caso venhamos a expandir nossas operações para áreas onde ainda não atuamos, poderemos enfrentar dificuldade relacionadas ao pouco conhecimento dessas novas regiões geográficas e não ser bem-sucedidos em nossos investimentos.

Nossa estratégia de crescimento pode demandar uma expansão na capacidade das nossas unidades fabris ou uma reorganização e integração das unidades fabris existentes. Caso, por qualquer motivo, não consigamos encontrar locais adequados para estabelecer novas unidades fabris em novos mercados ou nos mercados em que atuamos, ou ainda não consigamos integrar novos ou expandir unidades fabris ao nosso processo de controle de estoques de maneira eficaz, teremos problemas de abastecimento dos estoques em tempo hábil, às nossas lojas e nos demais canais que atuamos, havendo um efeito negativo para a Companhia.

Caso não sejamos capazes de gerenciar o crescimento de forma satisfatória, podemos perder nossa posição no mercado, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre nossa condição financeira, resultados operacionais e o valor de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão.

Podemos não ser bem-sucedidos nas aquisições de novos negócios, tais como empresas e ativos, fato que poderá causar um efeito adverso nos negócios, na nossa situação financeira e nos nossos resultados operacionais.

Analisamos regularmente oportunidades de crescimento estratégico por meio de aquisições. Dessa forma, eventuais aquisições poderão envolver uma série de riscos conhecidos e desconhecidos, além de desafios, que poderão causar efeitos prejudiciais relevantes sobre os seus negócios, especialmente, os seguintes:

- nossas aquisições podem não contribuir com a nossa estratégia comercial ou com a nossa imagem;
- o processo de tais aquisições pode ser demorado e custoso, e a atenção de nossa administração pode ser desviada de suas operações usuais;
- dificuldade de obtenção das aprovações regulatórias necessárias, incluindo aquelas das autoridades de defesa da concorrência, nos países em que buscamos concretizar aquisições;
- dificuldade de integração ou custos de integração elevados, devido a diferenças culturais inicialmente não identificadas durante o processo de aquisição;
- dificuldade na captura de sinergias operacionais, administrativas e econômico-financeiras esperadas no âmbito da aquisição de novos negócios;
- gerenciamento de custos adicionais não programados relacionados à operação de integração;
- os investimentos em aquisições podem não gerar os retornos esperados;
- a estrutura de custos das sociedades e/ou marcas adquiridas poderá ser diferente da nossa estrutura de custos e poderemos levar mais tempo do que inicialmente previsto para adequar tal estrutura à nossa; e
- o processo de auditoria (*due diligence*) conduzido antes de concluir eventuais aquisições poderá não identificar todos os passivos contingentes, ainda que não materializados, da empresa a ser adquirida, e podemos não ter direito a receber indenização por referidos passivos ou não conseguir cobrar referidas indenizações dos respectivos devedores.

Ademais, poderemos precisar de recursos adicionais para dar continuidade à nossa estratégia de expansão. Se não conseguirmos obter financiamento adequado para concluir qualquer potencial aquisição ou implementar nossos planos de expansão, não teremos condições de implementar integralmente nossa estratégia de crescimento.

Adicionalmente, determinadas operações societárias que poderemos realizar no futuro poderão estar sujeitas à aprovação do CADE. Caso o CADE entenda que uma potencial aquisição e/ou associação poderá afetar negativamente as condições de concorrência nos mercados em que atuamos, o CADE poderá rejeitar referidas

4.1 Descrição dos fatores de risco

operações, ou, ainda, aprová-las com restrições contrárias aos nossos interesses. Qualquer dessas decisões poderá afetar adversamente nossos resultados e o valor de mercado das ações de nossa emissão.

Qualquer um destes fatores poderá causar um efeito adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A dependência do setor de varejo em vendas por meio de boleto bancário, PIX e de cartão de crédito, além de financiamento ao consumidor por meio de cartões é uma tendência crescente, de modo que qualquer alteração nas políticas de pagamentos via PIX e dos emissores de boletos e de cartão de crédito, bem como possíveis fraudes podem afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

O setor de varejo é relativamente dependente de boletos e cartões de crédito. As receitas de mercadorias no varejo, e-commerce e as receitas de nossos franqueados tem como modalidades os recebimentos por boleto bancário, PIX e cartões de crédito. Para executar as vendas com PIX dependemos das políticas do Banco Central do Brasil referentes a esta forma de pagamento. Para executar as vendas com boleto bancário e cartão de crédito, dependemos das políticas das empresas emissoras de boletos e cartão de crédito, incluindo as taxas que essas empresas nos cobram. Qualquer alteração nestas políticas, incluindo, por exemplo, a taxa de administração cobrada dos estabelecimentos comerciais e condições de parcelamento das compras, pode afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

Ainda, o risco por operações fraudulentas por meio da utilização de boletos, PIX e de cartão de crédito é inerente às vendas realizadas através destes meios de pagamento. Os pagamentos via boletos, PIX e cartão de crédito não são chancelados pela aplicação da assinatura do titular, além de ser possível que nossos clientes realizem operações na modalidade de boletos, PIX e de cartão de crédito para compras em nosso e-commerce, na modalidade não presencial, o que aumenta o risco de as operações serem fraudulentas. Ademais, os pagamentos por cartão de crédito atualmente podem ocorrer via aproximação de aparelhos eletrônicos, como smartphone e relógio digital, e via aplicativos digitais de celular, como o whatsapp, o que também aumenta o risco de as operações serem fraudulentas.

O fracasso em controlar adequadamente fraudes nestes meios de pagamentos, poderá prejudicar nossa reputação e nossa marca, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações.

Operamos por meio de diversos canais (omnicanalidade) e acreditamos que a integração desses canais é essencial para o sucesso do nosso negócio. A falha dessa integração, ou o nosso insucesso em aprimorar inovações poderão afetar negativamente os nossos negócios e atividades, situação financeira e resultado operacional.

Nossas operações são realizadas por meio de lojas físicas e por meio de nossa plataforma digital de e-commerce gerida pela Companhia por meio da plataforma VTEX é composta por nosso website, *checkout mobile* (compras via tablets e smartphones) e aplicativo de integração de canais. Podemos não conseguir aprimorar nossa estratégia ou não sermos capazes de implementar inovações que sejam importantes para nossos clientes, o que, em se confirmando, poderá ser extremamente prejudicial aos nossos planos e poderá afetar negativamente os nossos negócios, atividades, situação financeira e resultado operacional.

Além disso, caso não sejamos capazes de manter e aprimorar, de forma bem-sucedida, a complementaridade entre os nossos canais de vendas, sob os aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e marketing e de atendimento, o aproveitamento das vantagens que a estrutura integrada dos multicanais pode oferecer será prejudicado, podendo nos impactar adversamente.

Adicionalmente, existe a possibilidade dos nossos canais de vendas entrarem em competição. Caso isso aconteça, não seremos bem-sucedidos na estratégia de crescimento do nosso faturamento e a integração dos nossos canais de vendas poderá não nos trazer os benefícios esperados, afetando negativamente os nossos negócios e atividades, situação financeira e resultado operacional.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ainda, podemos incorrer em custos maiores do que os esperados e as iniciativas podem se mostrar economicamente inviáveis ou ter uma rentabilidade menor do que a esperada. Por fim, a legislação e regulamentação (principalmente tributária) das atividades inerentes à plataforma de omnicanalidade no Brasil não possuem previsões específicas aplicáveis à modalidade de varejo multicanal, o que nos deixa vulneráveis a possíveis autuações e gera um ambiente regulatório incerto para nossas operações. Quaisquer dos fatores acima poderá afetar de forma relevante nossa estratégia de crescimento e o nosso resultado operacional.

Incapacidade de manter níveis de capital de giro suficientes para o nosso negócio pode limitar nosso crescimento e nos afetar adversamente.

Considerando o caráter sazonal do nosso negócio, existem períodos em que a necessidade de capital de giro é maior.

Não existe garantia de que, caso necessário, teremos oportunidade de (i) nos financiar através da antecipação de nossa carteira de recebíveis de cartão de crédito; (ii) renovar nossas linhas de crédito atuais; (iii) ter acesso a novos financiamentos; (iv) emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições favoráveis; (v) negociar os prazos de pagamento com nossos fornecedores em condições atrativas; (vi) receber de nossos clientes em prazos reduzidos; ou (vii) manter nossa eficiência de estoque. Caso essas condições não ocorram, poderemos nos tornar insolventes, incapazes de implementar nossa estratégia de crescimento e de responder a pressões de concorrentes ou de financiar iniciativas importantes para nós, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante o nosso resultado operacional e situação financeira.

Decisões desfavoráveis ou a impossibilidade de se realizar depósitos judiciais ou de se prestar ou oferecer garantias em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem causar efeitos adversos nossos negócios, na sua condição financeira, reputacional e nos seus resultados operacionais.

Nós, nossos acionistas controladores, administradores e controladas somos, e podemos vir a ser no futuro, partes em processos judiciais e/ou administrativos, nas esferas cível, tributária, administrativa, trabalhista, societária, de propriedade intelectual, regulatória, concorrencial, ambiental, criminal, entre outras (inclusive somos partes em processos cuja parte contrária é acionista minoritário e atual membro do conselho fiscal. A administração da Companhia também pode estar sujeita a sanções decorrentes de processos contra seus membros envolvidos em nossas operações. Os resultados de processos judiciais e administrativos são incertos, tais litígios podem ser caros, demorados e prejudiciais para a Companhia.

Há a possibilidade de que os resultados de quaisquer destes processos não sejam favoráveis a nós ou aos membros da nossa administração, ou, no caso de procedimentos que já é parte, que nós manteremos provisionamento, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Além disso, podemos enfrentar obstáculos para prestar ou oferecer garantias requeridas em processos judiciais, administrativos ou arbitrais. O nosso envolvimento ou de nossos administradores em processos que causem dano à nossa imagem, ou decisões contrárias aos nossos interesses (incluindo decisões que impeçam a realização dos nossos negócios como inicialmente planejados) podem nos causar um efeito adverso relevante, inclusive em relação à nossa reputação. Não há garantias de que a Companhia obterá decisão ou resolução favorável em qualquer processo em particular. O resultado desfavorável em qualquer processo poderá afetar adversamente os negócios, as marcas, a condição financeira e os resultados das operações da Companhia.

Adicionalmente, estamos sujeitos à fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais. Essas autoridades poderão nos autuar e, tais autuações, podem se converter em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais contra nós. Decisões contrárias de valores substanciais ou que afetem nossas marcas, imagem ou habilidade de executar nossas operações planejadas, poderão causar um efeito adverso nos nossos negócios, reputação, condição financeira e resultados operacionais.

Adicionalmente, as leis brasileiras de proteção ao consumidor são rigorosas e atribuem o ônus da prova ao fornecedor do produto. Pleitos de defesa do consumidor podem ser deduzidos em ações individuais ou coletivas. Esta última pode ser proposta em favor do consumidor pelas autoridades estaduais ou federais, por intermédio de órgãos da administração pública direta ou indireta, em particular a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (“PROCON”) e pelo Ministério Público, ou por associações de proteção ao consumidor. Ações

4.1 Descrição dos fatores de risco

judiciais ou processos administrativos podem alegar, por exemplo, que nossos serviços não foram adequadamente prestados por nossos funcionários, ou indevidamente cobrados, nossos produtos não são adequados para uso, são falsificados, ou não contêm informações adequadas e outros motivos.

No caso de sermos responsabilizados em um processo judicial, podemos ter um efeito adverso relevante em nossos negócios, reputação, marca, condição operacional e financeira, fluxos de caixa e lucratividade.

Ademais, nossas defesas em tais procedimentos legais podem exigir custos adicionais e tempo e atenção substanciais de nosso pessoal administrativo e técnico. Além disso, publicidade negativa associada a nossos serviços ou produtos, incluindo defeitos, erros, falhas (incluindo acidentes) e qualidade, pode afetar adversamente nossa reputação com consumidores atuais e futuros, nossa imagem corporativa e nossas marcas, o que pode ter um efeito adverso nos nossos negócios e condição financeira.

Ainda, o Ministério Público e órgãos ambientais poderão instaurar procedimentos administrativos para apuração de eventuais danos ambientais que possam ser atribuídos às nossas atividades. Nesse sentido, possuímos Termos de Ajustamento de Condutas (“TAC”) celebrados, havendo, portanto, a possibilidade de não conseguirmos cumprir as obrigações estabelecidas nos TAC. Ainda, poderão ser celebrados novos TACs e/ou Termos de Compromissos (“TC”) genéricos perante respectivas autoridades, com assunção de obrigações específicas por tempo determinado. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento – total ou parcial – dos termos convençados no TAC e/ou TC, poderemos ficar sujeitos à riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas, execução do título e, ainda, judicialização de desacordos perante o Poder Judiciário.

A incapacidade ou falha em proteger nossa propriedade intelectual das marcas e domínios ou a infração da propriedade intelectual de terceiros pode ter impacto negativo nos nossos resultados operacionais.

Nossos direitos de propriedade intelectual, incluindo as marcas, nomes de domínio e direitos autorais relacionados ao personagem “Lupinho” (cedidos à Companhia em janeiro de 1999), são importantes para nossos negócios. A manutenção dos registros de marca e domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. Em caso de perda do direito do nome de domínio, estaríamos impossibilitados em utilizá-los e, adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

Ainda, o uso não autorizado ou outra forma de utilização indevida das marcas por nós utilizadas pode diminuir o valor da marca “Lupo”, do nosso negócio ou nossa reputação e causar um declínio nas nossas vendas. Similarmente, qualquer infração ou reivindicação de violação de propriedade intelectual dirigida contra nós sobre as marcas por nós utilizadas, nacional ou internacionalmente, mesmo sem mérito, pode resultar em um litígio demorado e dispendioso, causando atrasos na entrega de produtos ou exigindo o pagamento de royalties ou taxas de licenciamento. Como resultado, a incapacidade ou falha em proteger nossa propriedade intelectual, nacional ou internacionalmente, ou qualquer processo envolvendo uma suposta violação de propriedade intelectual de terceiros por nós pode ter um efeito negativo em nossos resultados operacionais e imagem.

Ainda, estamos envolvidos em disputas relacionadas ao direito de propriedade de marcas que já possuem registro e são de nossa titularidade. Eventuais decisões judiciais desfavoráveis à Companhia podem impactar no nosso direito de propriedade intelectual sobre determinadas marcas e, conseqüentemente, nos afetar adversamente.

Como resultado, a incapacidade ou falha em proteger nossa propriedade intelectual ou qualquer processo envolvendo uma suposta violação de propriedade intelectual de terceiros pode ter um efeito negativo em nossos resultados operacionais e causar dano à nossa imagem e reputação.

Somos altamente dependentes de sistemas de tecnologia da informação, bem como de contratos de licença de uso de software, para operar nossos negócios e qualquer falha, interrupção ou não renovação das licenças poderá afetar negativamente nossa situação financeira.

Dependemos em grande parte da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional do data center e de vários sistemas (nossos ou de terceiros), incluindo sistemas de ponto de venda nas lojas, sistemas de

4.1 Descrição dos fatores de risco

comunicação, e diversos outros softwares usados para controlar o estoque e gerar relatórios de desempenho financeiro e comercial. Adicionalmente, nossa plataforma digital de *e-commerce* (composta por nosso website, *checkout mobile* e aplicativo de integração de canais) é um importante canal para apresentar nosso negócio, identidade e marcas para nossos consumidores, e uma fonte de informação e meio de interação para os consumidores de nossos produtos. Conseqüentemente, contamos com os nossos sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar dados eletrônicos, bem como para nos comunicar com consumidores e fornecedores. Adicionalmente, contamos com contratos de licença de uso de software para operar referidos sistemas de tecnologia da informação.

Dependemos da tecnologia da informação para ser capaz de operar de forma eficiente e fazer interface com os clientes, bem como para a eficácia dos nossos controles internos. Também coletamos e armazenamos informações não públicas que os clientes fornecem ao adquirir produtos, incluindo, informações pessoais e informações sobre pagamento. Eventual divulgação não autorizada dessas informações, por qualquer que seja o motivo, poderá ocasionar um efeito material adverso sobre nossos negócios, resultados de operações e perdas financeiras a nós.

Os nossos sistemas de informação podem sofrer interrupções devido a fatores que estão além do nosso controle, tais como desastres naturais, ataques de hackers, problemas de telecomunicações, vírus, softwares maliciosos, entre outros fatores. Ainda, as licenças de uso de software para operar referidos sistemas poderá expirar e podemos não ser capazes de renovar referidos contratos. Na eventualidade de falhas ou interrupção dos nossos sistemas de tecnologia da informação, ou de não renovação das licenças de uso de software, podemos perder dados, ficar sujeitos à violação destes dados ou não conseguirmos realizar transações comerciais e, dessa forma, deixarmos de auferir receitas de vendas, o que pode nos ocasionar um efeito adverso relevante. Adicionalmente, tais falhas em nossos sistemas de tecnologia da informação podem vir a gerar alteração ou divulgação não autorizada de dados pessoais e/ou informações confidenciais de clientes, o que pode afetar de forma prejudicial nossa reputação. Ainda, poderão ocorrer invasões hackers ao nosso sistema com o fim de sequestro de informações. Nesses casos, como frequentemente noticiado, são solicitados valores milionários para devolução dos dados.

Ainda, se não formos capazes de efetuar os reparos ou realizarmos as atualizações necessárias tempestivamente, e se essa eventual interrupção ou mal funcionamento se prolongar, as nossas operações e nossos controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, afetando adversamente os nossos resultados.

Para atingir nossa estratégia de crescimento, nós podemos precisar melhorar continuamente nossos sistemas operacionais e financeiros, processamento de transações, procedimentos e controles, levando a custos e despesas adicionais ou problemas de integração, o que pode ter efeito adverso nos nossos resultados financeiros.

Além disso, sistemas de tecnologia estão sujeitos a constantes atualizações e se não conseguirmos atualizá-los corretamente, as nossas operações poderão ser prejudicadas, o que pode nos causar efeito adverso.

A não realização de prejuízo fiscal pode impactar nossos resultados financeiros.

Em 31 de dezembro de 2022, nosso montante acumulado de prejuízo fiscal era de R\$ 329,6 milhões. Tendo em vista a limitação de 30% (trinta por cento) determinada pelo Regulamento de Imposto de Renda ("RIR") vigente, que determina que a compensação deverá ocorrer somente após todas as adições e exclusões da apuração do lucro real, a probabilidade de realização do prejuízo fiscal auferido no exercício foi consideravelmente reduzida.

Por exemplo, no exercício encerrado em 31 dezembro de 2021, apresentamos um lucro líquido de R\$ 297,3 milhões, conforme evidenciado no Relatório da Administração referente ao mesmo exercício.

Eventos relacionados à não realização de prejuízo fiscal poderão impactar novamente nossos resultados no futuro, da mesma forma que ocorreu em dezembro de 2020. Ainda, é possível que exista eventual superavaliação do montante acumulado de prejuízo fiscal, o que também poderá afetar os nossos resultados, e conseqüentemente, impactando o retorno de nossos acionistas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Perdas não cobertas ou insuficientemente cobertas pelos seguros contratados por nós podem resultar em prejuízos, o que poderá nos afetar adversamente.

Certos riscos não são garantidos pelas apólices de seguro das seguradoras as quais contratamos (tais como riscos decorrentes de guerra, terrorismo, caso fortuito e de força maior, interrupção de certas atividades e falhas humanas). Além disso, desastres naturais, condições meteorológicas adversas e outros eventos podem causar danos de todo tipo, incluindo, danos ao meio ambiente e interrupção de nossas atividades, dentre outros. As apólices de seguro atualmente contratadas por nós poderão não ser adequadas e/ou suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. Adicionalmente, poderemos vir a ser responsabilizados judicialmente por eventuais danos causados a terceiros e, assim, obrigados a indenizar as respectivas vítimas, o que poderá ter um efeito adverso para nós.

Ainda, a cobertura de nossas apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. Nossa falha em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá nos colocar em uma situação de risco, em que o dano não será indenizado sob a cobertura contratada junto à seguradora. Além disso, há possibilidade de não conseguirmos manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Todas as situações descritas acima poderão ter um efeito adverso para nós.

Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos poderão nos expor a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderia afetar adversamente nossos negócios.

Nossas políticas e procedimentos para identificar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou serem suficientes contra riscos desconhecidos e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que utilizamos. Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados por nós que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. As informações em que nos baseamos ou com que alimentamos ou mantemos modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos nossos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo em nossos negócios.

Adicionalmente, nossos procedimentos de *compliance* e controle internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes ou violações de leis aplicáveis por parte de nossos funcionários e membros de nossa administração. Caso nossos funcionários ou outras pessoas relacionadas a nós se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou nossas políticas internas, poderemos ser responsabilizados por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente nossos negócios e imagem.

Podemos vir a obter capital adicional no futuro por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que poderá resultar numa diluição da participação dos nossos acionistas em nosso capital social.

Podemos precisar captar recursos adicionais no futuro por meio de emissões públicas ou privadas de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações para financiar nossas iniciativas de crescimento. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer captação de recursos por meio da distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações pode ser realizada sem o direito de preferência aos nossos acionistas, o que pode consequentemente resultar na diluição da participação destes investidores em nosso capital social.

Dependemos da força de trabalho de nossos empregados e paralisações ou greves de nossos empregados poderão afetar adversamente nossas operações e resultados.

Nossos empregados são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das nossas instalações, ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

que afetem qualquer um dos nossos fornecedores ou contratados, podem ter um efeito adverso relevante sobre nossas operações e nossos negócios.

A estrutura de controles internos, bem como as estruturas de governança da Companhia foram e estão sendo recentemente implementados, portanto, falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

As políticas e procedimentos para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos e os controles internos da Companhia podem ser insuficientes para a verificação de possíveis violações. Muitos dos métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia são baseados no histórico do comportamento de mercado ou em estatísticas derivadas de modelos históricos e podem não prever exposições futuras ou não ser suficientes contra riscos desconhecidos, os quais poderão ser significativamente maiores do que aqueles indicados pelas medidas históricas. Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

A Companhia está implementando a atual estrutura de controles internos. Tais novas estruturas poderão não ser capazes de evitar falhas nos procedimentos de controles internos das empresas do grupo, gerenciamento de riscos, das transações realizadas e do ambiente informatizado da Companhia, o que pode expor a Companhia a riscos que podem afetar adversamente seus negócios.

Os processos de governança corporativa, gerenciamento de riscos e compliance da Companhia estão em fase de implementação de modo que a Companhia poderá não ser capaz de detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes nos seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e cotação de mercado das ações da Companhia.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção da Companhia, bem como os controles internos de gerenciamento de riscos e Compliance estão sendo reestruturados e, atualmente, se encontram em fase de implementação. Ainda, uma vez implementados, tais estruturas de governança podem não ser suficientes para assegurar que nossas controladas, coligadas e todos os membros da administração, funcionários, fornecedores, parceiros de negócio e terceiros que agem em nome da Companhia atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção a que a Companhia está sujeita.

Adicionalmente, a estrutura envolvida no gerenciamento de riscos, compliance e controles internos da Companhia, foi formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 16 de agosto de 2021 e parte de referida estrutura foi revisada pelo Conselho de Administração em 23 de setembro de 2021, no contexto das atividades preparatórias para a abertura de capital da Companhia e eventual admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no Novo Mercado, sendo que a vigência dos normativos que regulam está condicionada à realização de listagem da Companhia e admissão à negociação de suas ações no Novo Mercado.

Assim, sua estrutura de governança, de gerenciamento de riscos e de compliance em processo de constituição podem não ser capazes de evitar, prevenir, mitigar ou detectar riscos ou violações às regras internas da Companhia, à legislação e regulamentação aplicável ou contrários aos princípios éticos e morais, o que poderá causar impactos negativos financeiros e reputacionais à Companhia e seus investidores.

Se não cumprirmos satisfatoriamente as disposições legais e regulamentares destinadas a combater atos de corrupção, poderemos ficar sujeitos a multas, penalidades ou outras sanções administrativas e judiciais, e poderemos ser impactados de forma negativa e relevante.

Qualquer investigação de má conduta ou o descumprimento das leis anticorrupção no Brasil e no exterior pode causar danos à nossa reputação e nos submeter ao pagamento de multas, bem como outras penalidades aplicáveis. Nesse sentido, estamos expostos ao risco nossas Controladas e/ou coligadas, de membros da nossa

4.1 Descrição dos fatores de risco

administração, colaboradores ou representantes tomarem medidas que violem leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis no Brasil.

Estamos sujeitos, entre outras, à Lei n.º 8.429/1992 (“Lei de Improbidade Administrativa”), à Lei n.º 9.613/1998 (“Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro”) e à Lei n.º 12.846/13 (“Lei Anticorrupção”). Nossos processos de governança, gestão de riscos e *compliance* podem não ser capazes de prevenir ou detectar (i) violações à Lei de Improbidade Administrativa, Lei Anticorrupção, Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro ou leis similares, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de administradores, funcionários ou terceiros contratados para nos representar, ou (iii) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos, que possa afetar adversamente nossa reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais, bem como a cotação de nossas ações ordinárias.

A Lei Anticorrupção introduziu o conceito de responsabilidade objetiva, no âmbito administrativo e civil, para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas. Nossos controles internos para promover que nossos empregados, representantes ou agentes intermediários pratiquem seus atos em conformidade com o que é proposto em nosso Código de Conduta podem não ser eficazes, o que pode resultar na prática de atos que violem a Lei Anticorrupção ou outras leis relativas à prevenção e combate a corrupção e fraudes. Conforme a Lei Anticorrupção, as empresas que forem consideradas culpadas por atos de corrupção poderão ser sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação, além de reparação integral dos danos e publicação de decisão condenatória em meios de comunicação de grande circulação.

Por conseguinte, se nos envolvermos em quaisquer investigações nos termos da Lei Anticorrupção, poderemos sofrer sanções e desdobramentos processuais em diversas esferas ainda mais graves, incluindo a suspensão ou interdição parcial de nossas atividades, nossa dissolução, além de danos à nossa reputação, o que nos afetará de modo adverso e relevante. Adicionalmente, os atos praticados por nossos colaboradores, representantes ou agentes intermediários, nossas Controladas e/ou coligadas, fogem ao nosso controle, e, caso violem a Lei Anticorrupção ou legislação relacionada, podem culminar com a aplicação de sanções a nós, inclusive as sanções mencionadas acima.

Podemos não pagar dividendos aos acionistas detentores de nossas ações.

Nosso lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos e passivos ou retido de acordo com a Legislação Societária Brasileira, caso em que não estará disponível para distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio. Nosso conselho de administração poderá determinar a não distribuição de dividendos aos nossos acionistas em um determinado ano fiscal se não tivermos lucro ou reservas líquidas disponíveis, ou se a distribuição de dividendos for desaconselhável ou incompatível com nossa situação financeira no momento e nossos acionistas escolham não distribuir dividendos.

Adicionalmente, o governo brasileiro adotou iniciativas recentes no sentido de revogar a isenção tributária sobre a distribuição de dividendos, bem como da possibilidade de deduzir o pagamento de juros sobre capital próprio do imposto de renda da pessoa jurídica, ou IRPJ, e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido, ou CSLL, cujas bases de cálculo são atualmente disciplinadas em lei e, caso tais medidas sejam de fato implementadas, tanto dividendos recebidos quanto distribuídos serão tributados e, no caso de juros sobre capital próprio, sua dedutibilidade poderá vir a ser proibida, impactando, portanto, o montante líquido a ser recebido por nossos acionistas como divisão de lucros, gerando um efeito adverso sobre a Companhia

As informações financeiras que usamos e alimentamos em nossos modelos históricos e estatísticos podem estar incompletas ou imprecisas, o que pode nos afetar adversamente. Ainda, possuímos determinadas deficiências não significativas em nossos controles internos, que, se não sanadas, poderão acarretar em ineficiência em nossa capacidade de reportar resultados precisos ou evitar desvios, que pode acabar gerando prejuízos para a Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os auditores independentes da Companhia avaliaram a sua estrutura de controles internos e elaboraram relatório circunstanciado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, no qual os auditores independentes identificaram uma deficiência significativa: não possuímos um sistema que combine e consolide automaticamente as informações financeiras individuais das empresas de nosso grupo, o que pode resultar em maiores riscos de erros no processo de consolidação dos dados, resultando em falhas nas informações fornecidas. As informações que usamos e alimentamos em nossos modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou imprecisas, o que pode nos afetar adversamente. Durante o curso de documentação e teste de seus procedimentos de controles internos, a Companhia poderá identificar outras fraquezas e deficiências em seus controles internos sobre relatórios financeiros. Não há garantias de que a Companhia conseguirá sanar eventuais falhas e que seus potenciais esforços de remediação serão bem-sucedidos. A Companhia pode não conseguir concluir tempestivamente qualquer correção necessária. As informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre seus negócios. A falha ou a ineficácia nos controles internos, poderá ter um efeito adverso significativo para a Companhia, bem como no valor dos valores mobiliários de sua emissão.

Ainda, o relatório circunstanciado elaborado pelos auditores independentes identificou 26 (vinte e seis) deficiências não significativas em nossos controles internos e em nossos procedimentos contábeis, as quais foram informadas para a Administração. Desta forma, se a Companhia não for capaz de tornar seus controles internos eficazes poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes. Assim, durante o curso de documentação e teste de seus procedimentos de controles internos, a Companhia poderá identificar outras fraquezas e deficiências em seus controles internos sobre relatórios financeiros. A Companhia pode não conseguir concluir tempestivamente qualquer correção necessária. Assim, não há garantias de que a Companhia conseguirá sanar essas falhas. A falha ou a ineficácia nos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo para a Companhia.

Estamos sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e podemos ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A Lei nº 13.709/2018, conforme alterada pela Lei nº 13.853/2019, denominada Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”) regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, por meio de sistema de regras que impacta todos os setores da economia e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança informação, vazamentos de dados pessoais e a transferência de dados pessoais, bem como estabelece sanções para o descumprimento de suas disposições. Ainda, a LGPD autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD.

A LGPD estabelece uma estrutura legal para o processamento de dados pessoais e prevê direitos de titulares dos dados, bases legais que legitimam as operações de tratamento, exigências para obtenção de consentimento, obrigações e exigências relacionadas a incidentes de segurança, exigências para transferências de dados internacionais, entre outros. A LGPD também cria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ou ANPD, com poderes para aplicar a lei.

Ademais, necessário esclarecer que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 e suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54), entraram em vigor em 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

No curso normal de nossos negócios, nós coletamos, utilizamos, processamos, armazenamos e gerenciamos informações não públicas que os clientes fornecem ao adquirir produtos, incluindo, informações pessoais e informações sobre pagamento.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas em tal normativa tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da

4.1 Descrição dos fatores de risco

LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Além disso, caso não estejamos em conformidade com a LGPD, poderemos estar sujeitos às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de: (i) advertência; (ii) obrigação de divulgação de incidente; (iii) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais; (iv) multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no nosso último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50,0 milhões por infração; (v) multa simples; (vi) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere à infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador; (vii) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; (viii) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados. Ainda, nós podemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados por nós, bem como a inadequação à legislação aplicável, poderão acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão das atividades, o que poderá afetar negativamente a reputação e os nossos resultados e, conseqüentemente, o valor das suas ações.

A perda de membros de nossa administração e/ou a incapacidade de atrair e manter diretores e colaboradores qualificados podem causar um efeito adverso sobre nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Nosso crescimento e desempenho dependem em grande parte de esforços e da capacidade de nossa alta administração formada por executivos pessoal-chave que detêm amplo conhecimento do nosso negócio. A perda dos membros da alta administração poderá afetar de modo adverso e relevante nossos negócios e resultados operacional e financeiro. Além disso, caso venhamos a perder algum desses colaboradores-chave, a podemos não conseguir atrair novos executivos e colaboradores com a mesma qualificação para substituí-los. Nosso sucesso também depende de nossas habilidades em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir pessoas altamente qualificadas nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, marketing e serviços aos clientes. A competição por tais colaboradores altamente qualificados é intensa, e podemos não ser capazes de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados. Se não formos capazes de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir nossas operações, poderemos não ter capacidade para conduzir nosso negócio com sucesso e, conseqüentemente, nossos resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

Podemos ser responsabilizados na esfera civil por danos causados a consumidores ou a terceiros em razão dos serviços que intermediamos, diretamente ou por meio de nossos franqueados, e/ou nossos fornecedores, inclusive por fatos alheios ao nosso controle, o que poderá afetar adversamente a nossa reputação e os nossos resultados operacionais.

A legislação brasileira de defesa do consumidor é extremamente protetiva aos interesses dos consumidores. Nesse sentido, podemos ser responsabilizados por qualquer vício ou defeito nos serviços prestados ou em caso de acidente, de maneira objetiva, ou seja, independentemente de existência de culpa. Deve-se destacar que, em processos dessa natureza, geralmente ocorre a inversão do ônus da prova, o que significa que somos responsáveis por provar a improcedência da demanda de nossos clientes. Assim, temos em geral a responsabilidade de provar que tais reclamações ou processos judiciais são improcedentes, colocando-nos em posição de desvantagem em qualquer demanda envolvendo relações de consumo.

Ademais, o nosso modelo de negócios se baseia, sobretudo, no desempenho de nossos franqueados cujos atos estão muitas vezes fora de nosso controle. Em decorrência disso, podemos ser responsabilizados em casos nos quais os atos de fornecedores ou franqueados resultem em prejuízo a terceiros e aos consumidores, o que pode afetar adversamente nossos negócios, nossa condição financeira, nossos resultados operacionais e nossa reputação. Além disso, estamos expostos a outras demandas ou reclamações no curso normal de nossos negócios.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(b) Riscos Relacionados a Seus Acionistas, em especial os acionistas controladores

Quaisquer disputas entre acionistas controladores concernentes aos seus respectivos direitos podem nos afetar adversamente e o valor de nossas ações.

Eventual conflito entre nossos acionistas controladores poderá prejudicar a condução estratégica de nossos negócios, afetando inclusive o nosso resultado operacional. Caso nossos acionistas controladores tenham interesses conflitantes entre si ou haja quaisquer discussões em arbitragem ou judiciais, isso poderá retardar ou resultar no não implemento de estratégias e significativas para nós. Portanto, eventual discordância entre os acionistas poderá prejudicar nossa condução estratégica, em particular quando se tratar de matérias que dependem da aprovação dos acionistas em assembleia geral de acionistas, e, conseqüentemente, podemos ser adversamente afetados.

Nós possuímos acionistas controladores cujos interesses podem ser conflitantes com os interesses de nossos acionistas minoritários.

Nós possuímos acionistas, que são parte de um acordo de acionistas, e, em conjunto, exercem o controle da Companhia. Tais acionistas controladores têm poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações.

Os acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos nossos outros acionistas e causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Eventual conflito entre nossos acionistas minoritários e os nossos acionistas controladores poderá prejudicar a condução de nossos negócios tendo em vista que poderá impedir a aprovação de matérias importantes para a condução dos nossos negócios tais quais aquisições, reorganizações societárias, alienações de ativos, financiamentos, ofertas de valores mobiliários. Além disso, esses conflitos podem fazer com que os nossos acionistas minoritários ajuízem ações judiciais contra os nossos acionistas controladores ou contra a própria Companhia, a fim de obter medidas judiciais que suspendam ou impeçam a aprovação de matérias importantes para a condução dos nossos negócios tais quais aquisições, reorganizações societárias, alienações de ativos, financiamentos e ofertas de valores mobiliários. O impedimento da condução dos nossos negócios poderá ter um efeito negativo sobre o nosso resultado operacional.

Nossa gestão é fortemente influenciada por nossos acionistas controladores. O enfraquecimento da nossa cultura organizacional e/ou a incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado poderá afetar negativamente nossos negócios e atividades, situação financeira e resultado operacional.

Nossa gestão é consideravelmente influenciada por seus acionistas controladores que orientam vários aspectos da condução de seus negócios. Assim, o falecimento ou afastamento de membros que compõem direta ou indiretamente o bloco dos nossos acionistas controladores e que estão entre os nossos principais executivos poderá afetar adversamente seus negócios, uma vez que nossa estrutura é associada ao bom relacionamento mantido por seus acionistas controladores com seus colaboradores e principais fornecedores. Podemos também nos deparar com questões sucessórias no futuro o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Adicionalmente, nossa capacidade de manter uma posição competitiva depende em larga escala da cultura organizacional por nós difundida e da nossa capacidade de contratar e manter trabalhando conosco um número suficiente de profissionais que estejam alinhados à nossa cultura organizacional. Caso venhamos a perder algum desses profissionais qualificados, podemos não ser capazes de atrair, contratar, gerir e manter pessoal capacitado para acompanhar nosso ritmo de crescimento.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, na medida em que expandimos nossos negócios para diferentes localidades, podemos ser incapazes de identificar, contratar e manter trabalhando conosco um número suficiente de profissionais alinhados à nossa cultura corporativa. A competição por tais funcionários altamente qualificados é intensa e podemos não ser capazes de atrair, contratar, reter, motivar e gerir com sucesso tais profissionais qualificados. Tal falha poderia resultar em uma queda do nosso desempenho operacional, bem como em um enfraquecimento da nossa marca. Dessa forma, a nossa incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode afetar adversamente e de forma relevante o nosso resultado operacional e nossa situação financeira.

Estamos sujeitos a situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas. Eventuais conflitos de interesse podem não ser devidamente identificados e tratados

Na data deste Formulário de Referência, somos parte em determinadas transações com partes relacionadas, descritas no item 11.2, e, no curso de nossos negócios, poderemos realizar novas transações com partes relacionadas. Adicionalmente, em decorrência da natureza de determinadas operações, há transações com partes relacionadas evidenciadas no item 11.2 que não possuem seus termos formalizados por contratos. Por fim, tendo em vista que nossa Política de Transações com Partes Relacionadas foi aprovada em 16 de agosto de 2021 e alterada em 23 de setembro de 2021, as transações ocorridas em datas anteriores foram realizadas em época que inexistiam procedimentos ou políticas formais para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados no tocante às tais transações.

As contratações com partes relacionadas podem gerar situações de potencial conflito de interesses entre as partes, considerando que as transações podem envolver interesses que não sejam alinhados aos interesses da Companhia. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, os mecanismos de governança existentes para lidar com estas situações poderão ser insuficientes, gerando impactos negativos para os negócios da Companhia, afetando adversamente suas atividades, reputação, situação financeira e resultados, bem como seus acionistas. Para mais informações acerca das transações com partes relacionadas da Companhia, veja a seção 11 deste Formulário de Referência.

(c) Riscos Relacionados a Suas Controladas e Coligadas

Parte de nossa receita é decorrente do resultado operacional de nossas sociedades controladas e as atividades de algumas de nossas controladas são intimamente relacionadas com as nossas atividades. O resultado negativo e/ou a descontinuidade de algumas de nossas controladas poderá afetar negativamente nossas operações e nossos resultados

Detemos participação em algumas sociedades operacionais. As nossas controladas estão sujeitas a riscos semelhantes aos riscos aos quais estamos sujeitas. Referidos riscos podem causar um efeito adverso e relevante em seus resultados individuais e, conseqüentemente, impactar os nossos resultados consolidados. Para maiores informações sobre as sociedades controladas pela Companhia, veja o item 6 deste Formulário de Referência.

(d) Riscos Relacionados a Seus Administradores

A perda de sócios-administradores relevantes poderá ocasionar um efeito adverso relevante em nossas operações e resultados.

Nossa capacidade de manter uma posição competitiva depende significativamente da presença ativa de determinados sócios administradores relevantes na condução de nossos negócios, dos serviços prestados por sua administração e da cultura corporativa que promovemos. A atuação dos sócios administradores é importante para o sucesso e a condução das nossas atividades e, conseqüentemente, para nossos resultados operacionais. A ausência temporária ou saída permanente de nossos sócios administradores pode impactar adversamente nosso desempenho e resultados.

(e) Riscos Relacionados a Seus Fornecedores

4.1 Descrição dos fatores de risco

Aumentos significativos nos custos dos insumos necessários às nossas atividades podem afetar adversamente seus resultados operacionais.

Estamos sujeitos a aumentos por parte de seus fornecedores e prestadores de serviços nos custos dos insumos e serviços necessários às suas atividades, tais como matéria prima ou mão de obra. Os preços das matérias-primas são influenciados por uma série de fatores sobre os quais não temos controle incluindo, mas não se limitando a clima, produção agrícola, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial, bem como pandemias (tais como a recente pandemia da Covid-19). Caso não seja possível repassarmos os aumentos dos custos de insumos e serviços aos clientes, nossa condição financeira e resultados podem ser impactados adversamente.

Se nossos fornecedores, ou qualquer fornecedor de matéria-prima do qual nós dependemos, sofrerem interrupções prolongadas na fabricação ou transporte por qualquer motivo, incluindo em razão de condições de saúde pública, como a recente pandemia da Covid-19, a nossa capacidade de obter produtos poderá ser adversamente impactada, o que afetaria adversamente nossos resultados operacionais.

Não temos controle operacional total sobre os negócios de nossos franqueados e estamos expostos à eventual redução de suas receitas. Além disso, quaisquer problemas nas nossas relações com nossos franqueados podem afetar adversamente os resultados de nossas operações.

Dependemos de nossos franqueados para manter os nossos padrões de operação de loja, divulgação de marca, qualidade de atendimento, dentre outros, de forma que a incapacidade dos franqueados de manter tais padrões poderia afetar de forma relevante nossa marca e prejudicar nosso crescimento futuro. No âmbito dos contratos de franquia, os franqueados possuem certa flexibilidade em suas operações, incluindo a competência para contratar funcionários e selecionar certos prestadores de serviços. Adicionalmente, é possível que alguns franqueados não operem suas lojas de acordo com os nossos padrões de qualidade e de serviço. Podemos não conseguir identificar e corrigir problemas com nossos franqueados em tempo hábil e, como resultado, nossa imagem, reputação e resultados operacionais podem ser afetados negativamente.

Uma parcela significativa dos nossos produtos é comercializada por meio de uma rede de franqueados. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, informações consolidadas, 26,2%, 29,2% e 21,8% respectivamente, da nossa receita líquida adveio da rede de franquias. Quaisquer problemas que possam surgir com relação a nossa rede de franqueados, tais como dificuldades nas relações com franqueados ou na expansão de nossa rede de franqueados, podem afetar negativamente nossa marca, impactando negativamente os franqueados e seus resultados. Estes problemas podem levar a uma diminuição do número de franquias ou das nossas vendas. Caso isso ocorra, as nossas possibilidades de escala podem ser reduzidas, afetando também a nossa presença geográfica.

Adicionalmente, podemos enfrentar problemas de atrasos ou inadimplemento das obrigações de nossos franqueados, hipótese que poderá afetar negativamente nossas operações e resultados.

As lojas franqueadas, lojas multimarcas e/ou pontos de venda estão localizadas em espaços de uso público e podem sofrer consequências que fogem do controle da administração das respectivas lojas, o que pode causar danos materiais e à imagem de nossas lojas e marcas, além de causar eventual responsabilidade civil.

As lojas franqueadas, lojas multimarcas e/ou pontos de venda, por serem espaços de uso público, estão sujeitas a uma série de incidentes em suas dependências que podem fugir do controle da administração das respectivas lojas e, conseqüentemente, podem causar danos aos nossos clientes, frequentadores e colaboradores.

Em caso de acidentes, fraudes, danos, lesões, ou óbitos, podemos enfrentar reclamações sob a alegação de negligência, em razão de, por exemplo, não termos realizado a supervisão adequada das instalações, conforme aplicável, ou de que foi, de algum modo, responsável por atos que geraram tais acidentes, fraudes, danos, lesões ou óbitos, bem como pelo descumprimento por parte de empregados, clientes ou terceiros de diretrizes preventivas e mecanismos de segurança que adotamos. Ainda, podemos enfrentar alegações de assédio ou violência sexual ou moral, ou outros atos ilícitos contra empregados, franqueados, clientes ou terceiros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, podemos ser parte em ações judiciais propostas por empregados, franqueados, clientes ou terceiros, alegando eventuais lesões a direitos previstos na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Adicionalmente, no caso da ocorrência de tais incidentes, a loja e as nossas marcas podem enfrentar sérios danos de imagem, considerando que o número de clientes nas lojas pode diminuir devido à percepção de falta de segurança e confiança e podemos ficar sujeitos à imposição de responsabilidade civil (sem prejuízo de responsabilização em outras esferas) e/ou à obrigação do ressarcimento às vítimas, inclusive por meio do pagamento de indenizações, o que poderia nos causar um efeito adverso relevante.

A simples existência ou divulgação desses tipos de atos pode causar efeito material adverso à nossa imagem, diminuir a frequência dos consumidores em nossas lojas, causar ações judiciais contra nós para ressarcimento às vítimas, envolver despesas substanciais e desviar tempo e atenção da administração, o que pode prejudicar os nossos resultados operacionais e situação financeira.

Falhas em nosso sistema de segurança com relação à proteção de informações confidenciais de nossos clientes, inclusive dados pessoais, e de nossa rede podem vir a prejudicar nossa reputação, nossa marca e afetar substancialmente nossos negócios.

Eventual falha em impedir violações de segurança, na transmissão e armazenamento de dados eletrônicos, afetando a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações armazenadas, poderá prejudicar nossa reputação e nossa marca, bem como afetar substancialmente nossos negócios e nossos resultados das operações. Em caso de violação do nosso sistema, poderemos ter nossos dados sequestrados por hackers. Conforme tem sido noticiado de empresas que tiveram suas informações sequestradas, tais hackers solicitam valores milionários para devolução dos dados. Qualquer ocorrência dessa natureza poderá resultar em um efeito material adverso sobre nossos negócios, resultados de operações e perdas financeiras para a Companhia.

Dependemos de tecnologias de criptografia e autenticação eletrônica de terceiros para efetuar a transmissão segura de informações confidenciais, incluindo números de cartão de crédito utilizados nas transações efetuadas em nossa plataforma. Avanços tecnológicos, novas descobertas no campo da criptografia ou outros desenvolvimentos poderão resultar na exposição de falhas nas tecnologias que utilizamos para proteger dados pessoais fornecidos pelos clientes. Ainda, estamos suscetíveis a usos impróprios ou ilegais nos meios de pagamento que aceitamos, bem como fraudes bancárias, que podem resultar em perdas financeiras. Assim, nossas instalações e sistemas podem estar vulneráveis a violações de segurança, ataques cibernéticos, atos de vandalismo, vírus de computador, dados perdidos ou extraviados, erros de programação ou humanos, ou outros eventos semelhantes, e indivíduos podem tentar obter acesso não autorizado ao nosso banco de dados a fim de apropriar-se indevidamente dessas informações para fins potencialmente fraudulentos. Por fim, se não garantirmos a segurança dos dados pessoais, podemos estar sujeitos à obrigação de notificar a ANPD e os titulares dos dados envolvidos no incidente de segurança ou violação de dados.

Adicionalmente, os sistemas de informação estão expostos a vírus, maliciosos (*malware*) e outros problemas, como por exemplo crimes e ataques cibernéticos, que podem interferir inesperadamente em nosso sistema. Qualquer ocorrência dessa natureza poderá resultar em um efeito material adverso sobre nossos negócios e causar danos à nossa reputação e à nossa marca, resultados de operações e perdas financeiras.

Dependemos do sistema público e privado de infraestrutura logística para enviar nossos produtos para nossas instalações, lojas franqueadas e clientes de e-commerce.

Dependemos da continuidade da operação da infraestrutura logística pública e privada, incluindo estradas, aeroportos, portos e todos os outros meios logísticos utilizados por nossos prestadores de serviços e fornecedores para entregar nossos produtos às nossas instalações, lojas franqueadas e clientes de e-commerce.

A ocorrência de qualquer evento adverso, como greves, incêndios, problemas de logística, pandemias, inundações e roubo, entre outros, levando a interrupções significativas ou redução nas atividades de infraestrutura ou operações de transporte ou qualquer falha no transporte de produtos entre nossas instalações, fornecedores ou clientes, por qualquer motivo, podem atrasar ou afetar nossa capacidade de distribuir nossos produtos, prejudicar a demanda e os preços dos produtos, impedir ou atrasar a entrega, impor custos adicionais

4.1 Descrição dos fatores de risco

aos nossos produtos e reduzir o tráfego de pedestres, o que pode reduzir nossas vendas e afetar adversamente nossos negócios, resultados das operações e condições financeiras.

Estamos sujeitos a paradas e bloqueios de rodovias e outras vias públicas, como foi o caso da greve dos caminhoneiros iniciada em maio de 2018, em todas as regiões do Brasil, pela redução dos impostos incidentes sobre o diesel e mudanças na política de preços de combustíveis. Paradas e bloqueios de rodovias e outras vias públicas podem afetar adversamente nossos negócios e resultados. Nossa cobertura de seguros poderá não ser suficiente para nos proteger contra esse tipo de fatalidade. Qualquer atraso ou falha no desenvolvimento de sistemas de infraestrutura pode prejudicar os nossos serviços de distribuição, impedir a realização de nossos serviços ou impor custos adicionais para os nossos negócios.

Nesse mesmo sentido, a declaração da pandemia da Covid-19, por ter desencadeado severas medidas restritivas por autoridades governamentais no mundo todo, que incluíram restrições às viagens e interrupções na cadeia de suprimentos também afetou e pode continuar afetando negativamente nossos negócios.

Por fim, a eficiência de nossos embarques depende de inspeções eficientes nas alfândegas brasileiras (portos e aeroportos) ou fronteiras estaduais, entre outros fatores. Essas inspeções podem ter atrasos devido a vários motivos, incluindo: (i) a qualidade das informações e da documentação preparadas e necessárias para a liberação das mercadorias, (ii) greves de agentes; (iii) aumento da demanda que pode exceder a capacidade de processamento dos agentes, (iv) falta de recursos para desenvolver operações ou contratar outros agentes, ou (v) mudanças nas regulamentações ou implementação de regulamentos que possam aumentar a burocracia envolvida nessas inspeções ou exigem uma análise mais completa das mercadorias que passam pelas alfândegas brasileiras (portos e aeroportos) ou fronteiras estaduais. No caso de inspeções serem substancialmente mais lentas, o fluxo de mercadorias será reduzido. A entrega atrasada de nossos produtos afetaria diretamente nossa reputação e incentivaria nossos clientes a buscar produtos alternativos com nossos concorrentes e pode afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Grande parte das nossas lojas franqueadas estão localizadas em shopping centers frequentados por nosso público-alvo e a nossa capacidade de atrair clientes depende da capacidade de tais shopping centers de continuarem a atrair tráfego, da manutenção dessas lojas, bem como da abertura de novas lojas em outros shopping centers frequentados por nosso público-alvo.

Grande parte de nosso sucesso depende da localização de nossas lojas franqueadas em locais de destaque e com elevado tráfego de pessoas, uma vez que aproximadamente 80% das nossas lojas franqueadas estão localizadas em shopping centers.

A redução no tráfego de consumidores (inclusive em virtude de alterações nos hábitos de consumo de nosso público-alvo), ou a nossa incapacidade de manter as lojas franqueadas em tais shopping centers podem reduzir significativamente nossas vendas, o que impactaria adversamente os nossos resultados operacionais e a nossa situação financeira. Parte substancial dos shopping centers onde nossas lojas franqueadas estão localizadas ficaram fechados durante a pandemia da Covid-19, o que causou e deverá continuar causando efeito material e adverso sobre nossas operações.

É possível que alguns shopping centers ou áreas de comércio, após a reabertura das lojas franqueadas, tenham sofrido ou sofram um declínio de popularidade ou sejam adversamente afetados por eventos fora do nosso controle, tais como a pandemia da Covid-19 e a conseqüente mudança de comportamento de consumo, impactando negativamente as vendas dessas lojas. Esses fatores poderão ocasionar um efeito adverso nos resultados de nossos negócios e na nossa condição financeira.

Além disso, em alguns contratos celebrados com shopping centers há vedação de abertura de novas lojas em determinado raio de distância do local do shopping center, razão pela qual podemos ser impedidos de operar novas lojas em determinadas localidades. Adicionalmente, a manutenção dessas lojas nos shoppings atuais depende, entre outros fatores, de nossa capacidade de renovar os contratos de locação em termos e condições satisfatórios. A nossa incapacidade de manter as lojas em tais shopping centers podem reduzir significativamente suas vendas, o que impactaria adversamente os nossos resultados operacionais e a nossa situação financeira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ainda, as atividades de nossas lojas franqueadas dependem diretamente do sucesso dos shoppings centers em que está localizada. Possuímos pouca ou nenhuma ingerência sobre o desempenho dos shoppings centers em que suas lojas estão localizadas. Eventual redução de consumidores e de atividades nos shoppings centers em que nossas lojas estão localizadas poderão impactar diretamente os resultados das nossas atividades.

Nossos negócios estão sujeitos a riscos associados com suprimento e fabricação globais, de forma que o preço das matérias-primas que utilizamos pode ser afetado pela volatilidade nas cotações de commodities e uma oscilação brusca e inesperada poderá ter um efeito adverso relevante para nós.

Entre nossas principais matérias-primas está o algodão, que corresponde a uma parcela significativa do nosso custo de produtos vendidos. Além disso, os fios e malhas utilizados por nossos fornecedores incluem fios e malhas sintéticas sintéticos cuja matéria prima pode incluir produtos com base de petróleo.

Algumas dessas matérias-primas, como o algodão e o petróleo, são commodities ou derivados de commodities, cujo valor é estabelecido de acordo com a oscilação mundial de oferta e demanda, bem como em função do Dólar. Ademais, os preços das matérias-primas são influenciados por uma série de fatores sobre os quais não possuímos controle, incluindo, mas não se limitando, o clima, produção agrícola, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial e pandemias (tais como a recente pandemia da Covid-19). Nos últimos três exercícios sociais, praticamente a totalidade dos produtos produzidos pela Companhia eram derivados de alguma matéria-prima qualificada como commodities ou derivada de commodities, sendo a mais relevante para a Companhia o algodão. Ainda, a comercialização da totalidade dos produtos produzidos pela Companhia nos últimos três exercícios sociais dependeram de produtos derivados do petróleo, como a gasolina. Caso ocorra uma variação brusca e inesperada no preço dessas matérias-primas, podemos sofrer um efeito relevante e adverso, não sendo possível repassar tais custos, o que pode nos impactar adversamente.

Aumentos no custo da matéria prima, incluindo o petróleo ou preço de algodão podem afetar adversamente o custo de venda de nossos produtos, nossos resultados operacionais, condições financeiras e fluxos de caixa.

Além disso, segundo nossas estimativas, aproximadamente 30% de nossas compras de mercadorias e matéria-prima em 2022 tiveram o seu custo fixado em dólar. Dessa forma, o preço de nossos produtos depende, em certa medida, da taxa de câmbio dos países de que adquirimos mercadorias ou matérias-primas, sendo limitada, contudo, a nossa capacidade de repassar aos nossos clientes eventuais aumentos de preço decorrentes de flutuações cambiais.

Desse modo, caso haja depreciação do Real em relação à moeda corrente de tais países ou ao dólar dos Estados Unidos da América, ou das moedas correntes de tais países em relação ao dólar norte-americano, nossos produtos poderão ser menos atrativos para nossos clientes ou poderemos ter de diminuir nossas margens ou descontinuar a venda de certas mercadorias, resultando em impacto adverso nos nossos resultados operacionais.

Dependemos de terceiros para fabricar alguns de nossos produtos.

Dependemos de terceiros para fabricar alguns de nossos produtos, como meias, cuecas, roupas esportivas, pijamas e *lingeries*. Ao usar terceiros para fabricar alguns de nossos produtos, estamos sujeitos a interrupções nas operações desses fornecedores, incluindo acidentes industriais, eventos ambientais, interrupções na logística ou sistemas de informação, perda ou enfraquecimento de grandes locais de fabricação ou problemas de distribuição, problemas de controle de qualidade do produto, preocupações com segurança, requisitos de licenciamento e outras questões regulatórias ou governamentais, além de desastres naturais, pandemias, como a atual Covid-19, disputas fronteiriças e outros fatores externos sobre os quais não temos controle, o que pode afetar adversamente nossos negócios, nossas vendas e resultados operacionais.

Se algum fornecedor sofrer interrupções prolongadas na fabricação ou transporte por qualquer motivo, incluindo em razão de condições de saúde pública como a recente pandemia da Covid-19 e não puder fornecer os produtos na quantidade, qualidade e dentro do prazo que normalmente os adquirimos, e se não formos capazes de substituir o fornecedor em termos aceitáveis ou de modo algum, podemos não conseguir manter nosso nível

4.1 Descrição dos fatores de risco

usual de vendas na categoria do produto afetada pelo não fornecimento, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e resultados operacionais.

Finalmente, a maioria dos nossos fornecedores são empresas de manufatura de pequeno, médio e grande porte e suscetíveis a dificuldades financeiras e operacionais em caso de crise econômica. Alguns fatores macroeconômicos podem fazer com que nossos fornecedores aumentem seus preços para compensar custos, como preços mais altos de commodities ou aumento da inflação, e o que poderá causar aumento dos preços de venda para nossos consumidores. Um aumento nos custos de nossos produtos pode refletir negativamente em nossos negócios, resultados operacionais e valor de nossas ações.

Ainda, nossos fornecedores poderão ter problemas relacionados às condições de trabalho, bem como ao respeito às normas ambientais e de segurança, ou que não usarão práticas irregulares. Se algum dos nossos fornecedores se envolver em práticas irregulares, incluindo, mas não se limitando às práticas acima mencionadas, a nossa reputação e marca pode ser prejudicada.

Dependemos de recursos tecnológicos providos por terceiros para disponibilidade e operação da nossa plataforma digital, das nossas operações (inclusive relacionada às lojas físicas) e para implementação da nossa estratégia de crescimento. Ainda, podem ocorrer incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter nossos sistemas de TI podem resultar em danos financeiros e à nossa reputação.

O sucesso de nossas operações em dispositivos móveis depende, em parte, da interoperabilidade dos sites que operamos com sistemas operacionais para dispositivos móveis, que não controlamos, dentre os quais os sistemas Android e iOS. Qualquer alteração nos referidos sistemas que prejudique a funcionalidade da nossa plataforma digital ou que conceda tratamento preferencial para produtos concorrentes, pode afetar de forma negativa a utilização da nossa plataforma digital e em dispositivos móveis, o que pode afetar de maneira relevante as nossas vendas. Nosso sucesso e habilidade de vender produtos online e oferecer serviços de alta qualidade a nossos clientes dependem da operação eficiente e ininterrupta de nossos sistemas de tecnologia da informação e computação e da transmissão segura de informações confidenciais em redes públicas. Ademais, nossas operações (inclusive aquelas que se realizam por meio de nossas lojas físicas) dependem em grande parte do nosso sistema de informação, que é importante ferramenta de administração de nossos recursos e controle dos nossos ativos.

Caso esses recursos e serviços tecnológicos não estejam disponíveis ou sejam operados de maneira ineficiente e não consigamos substituir o recurso, o prestador de serviço ou terceiro tempestivamente e a preços e condições favoráveis, poderemos sofrer um efeito relevante e adverso.

Dependemos, também, de uma conexão de Internet e de uma rede de comunicação confiáveis, com velocidade adequada, capacidade de dados e segurança, bem como do desenvolvimento tempestivo de produtos complementares para fornecer aos nossos clientes acesso confiável aos sites que operamos. Dependemos, ainda, de serviços de e-mail fornecidos por terceiros, provedores de Internet e de redes móveis, para enviar nossos e-mails e comunicações “push” para nossos clientes e para os sites. Nós não temos controle sobre provedores ou redes e podemos ser adversamente afetados no caso de quaisquer desses serviços apresentarem problema.

Problemas de operação ou de segurança em nossos sistemas podem causar a interrupção de seu funcionamento. Caso não sejamos capazes de efetuar os reparos necessários de maneira ágil, nossas operações e nossos controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

Por fim, incidentes de segurança cibernética podem resultar em sequestro de nossas informações e/ou das informações de nossos clientes ou em tempo de inatividade em nossos servidores ou operações. Nesses casos, poderá ser solicitado valores milionários para devolução de tais informações o que pode nos afetar material e adversamente, inclusive nossa reputação. Eventual perda de propriedade intelectual, segredos comerciais ou outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das nossas operações podem afetar negativamente os nossos resultados financeiros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Podemos ser responsáveis por obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias de terceiros fornecedores ou prestadores de serviços.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas e previdenciárias, podemos ser responsabilizados solidariamente por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem materialmente nos afetar adversamente, inclusive a nossa imagem. Também podemos ser responsabilizados por lesões corporais ou morte dentro de nossas instalações de funcionários de terceiros, o que pode afetar adversamente nossa reputação e nossos negócios.

Podemos ser associados a práticas irregulares efetuadas por fábricas independentes e que possuem relação comercial conosco.

Não é possível assegurar que nossos fornecedores observem integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental. Logo, eventual constatação de práticas irregulares em nossa cadeia de fornecimento pode gerar danos à nossa imagem, assim como a de nossa marca.

Nossa cadeia de fornecimento de produtos está sujeita às leis e regulamentos locais e internacionais que regem a proteção do meio ambiente. Adicionalmente, são aplicáveis à nossa cadeia de fornecimento inúmeras leis, regulamentos e tratados (locais e internacionais) sobre as relações e condições de trabalho, que abrangem temas como: jornada de trabalho, trabalho de estrangeiros, trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, proteção de dados pessoais, infraestrutura predial e segurança e saúde dos trabalhadores.

O descumprimento, seja total ou parcial, da legislação e regulamentação socioambiental pelas partes diretas ou indiretas envolvidas em nossa cadeia produtiva pode nos sujeitar, principalmente, a riscos reputacionais, administrativos e civis e comprometer nossos negócios, caso multas e penalidades sejam aplicadas. Há possibilidade de que os envolvidos na cadeia produtiva de nossos produtos não possuam licenças, autorizações e registros ambientais necessários ao exercício de suas atividades.

Além dos impactos reputacionais, prejuízos financeiros, decorrentes da perda de atratividade da marca junto ao cliente, poderão ser constatados. A eventual identificação de inobservância da legislação é tratada imediatamente e pode gerar a rescisão contratual com o fornecedor, exigindo sua substituição imediata.

(f) Riscos Relacionados a Seus Clientes

Nossos franqueados podem não ser capazes de renovar ou manter em boas condições os contratos de locação de suas lojas, os quais poderão estar sujeitos a multas contratuais em caso de rescisão. Ainda, existem fatores que podem aumentar o custo de ocupação das lojas franqueadas, o que poderá afetar o resultado de nossos franqueados, afetando, indiretamente, os resultados da Companhia.

Os imóveis nos quais se encontram as lojas de nossos franqueados são alugados, sendo certo que alguns aluguéis estão vigentes por prazo indeterminado.

A legislação aplicável, no entanto, prevê que o locador não estará obrigado a renovar o contrato se (i) por determinação do Poder Público, tiver que realizar no imóvel obras que importem na sua radical transformação, ou para modificações de tal natureza que aumente o valor do negócio ou da propriedade; (ii) o imóvel vier a ser utilizado por ele próprio ou para transferência de fundo de comércio existente há mais de um ano, sendo detentor da maioria do capital o locador, seu cônjuge, ascendente ou, descendente. Dessa forma, caso nossos franqueados não sejam capazes de entrar em um acordo com o locador na renovação da locação ou, caso não tenham direito à renovatória, podem ser obrigados a desocupar os imóveis.

A perda de locação de lojas em localizações estratégicas, seja por não renovação ou manutenção dos contratos de locação de lojas, bem como eventual aumento no custo da locação de referidas lojas, e/ou revisão dos valores do alugueis a valor de mercado poderão afetar adversamente os resultados de nossos franqueados e, conseqüentemente, nossas operações, resultado financeiros e/ou impactar negativamente a notoriedade de nossa marca. Para mais informações, vide Fator de Risco “*Não temos controle operacional total sobre os negócios*”

4.1 Descrição dos fatores de risco

de nossos franqueados e estamos expostos à eventual redução de suas receitas. Além disso, quaisquer problemas nas nossas relações com nossos franqueados podem afetar adversamente os resultados de nossas operações”, neste Formulário de Referência.

(g) Riscos Relacionados aos Setores da Economia nos quais a Companhia atue

O varejo é sensível à diminuição do poder de compra do cliente e a ciclos econômicos desfavoráveis e essa sensibilidade poderá nos afetar adversamente e de forma relevante.

O sucesso da atuação no setor de varejo depende de vários fatores relacionados ao consumo e à renda dos clientes, inclusive das condições dos negócios em geral, da taxa de juros, da inflação, da disponibilidade de crédito ao cliente, da tributação, da confiança do cliente nas condições econômicas futuras, dos níveis de emprego e renda e da existência de epidemias ou pandemias (como o alcance e a duração do impacto da atual pandemia da Covid-19, incluindo redução na demanda de consumidores, diminuição das vendas e fechamento temporário generalizado de nossas lojas franqueadas). Condições econômicas desfavoráveis no Brasil ou no mundo refletidas na economia brasileira podem reduzir significativamente o consumo (principalmente das classes com menor poder aquisitivo), tornar as condições de refinanciamento de dívida mais restritas e causar aumentos na taxa de desemprego. Historicamente, o setor de varejo foi afetado negativamente e de forma relevante em virtude de períodos de desaquecimento econômico, resultando em uma redução do consumo. Assim, a redução do poder aquisitivo dos clientes e condições econômicas adversas podem afetar o nosso resultado operacional e a nossa situação financeira de forma negativa e relevante.

O Governo Federal, por meio do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Banco Central do Brasil, periodicamente introduz regulamentações com o objetivo de regular a disponibilidade de crédito para reduzir ou aumentar o consumo e, conseqüentemente, controlar a taxa de inflação. Tais regulamentações incluem, entre outras ferramentas: (i) alteração dos requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre empréstimos, depósitos e em outras operações; (ii) a regulação do prazo máximo dos financiamentos; e (iii) a imposição de limitações sobre o montante que pode ser financiado. Essas regulamentações podem reduzir a capacidade dos nossos clientes de obter crédito junto a instituições financeiras. Alguns desses controles podem afetar o mercado financeiro e de crédito por longos períodos. Não há nenhuma garantia de que no futuro o Governo Federal não irá adotar novas regulamentações que reduzam o acesso dos nossos clientes a créditos junto a instituições financeiras, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante o nosso resultado operacional e a nossa situação financeira.

Ainda, o sucesso das nossas atividades depende do aumento da taxa de crescimento da população e do aumento de sua renda. A redução ou desaceleração em tal crescimento poderá afetar negativamente e de forma relevante as nossas vendas, o nosso resultado operacional e a nossa situação financeira.

Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária podem afetar adversamente os resultados das nossas operações. Ainda, não temos controle sobre todas as interpretações da legislação tributária, que podem ser incompatíveis às nossas e virem a prejudicar os nossos resultados.

As autoridades fiscais brasileiras implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem nos afetar e, por fim, a demanda do consumidor por nossos produtos. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, nossa carga tributária, o que pode aumentar os preços que cobramos por nossos produtos, restringir nossa capacidade de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa nossos negócios e resultados operacionais.

Atualmente, existe no congresso brasileiro proposta para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria alguns tributos federais, estaduais e/ou municipais, dentre eles, por exemplo, PIS, Cofins e o ISS, para a criação de um ou mais tributos que incidiriam sobre o consumo. Poderá haver mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis que eventualmente poderão alterar nossa carga tributária e nossos incentivos fiscais, ou que os incentivos fiscais serão efetivamente mantidos nas atuais condições até o final de seus prazos de

4.1 Descrição dos fatores de risco

vigência, ou que será capaz de renovar os incentivos fiscais em condições favoráveis depois de expirados seus prazos atuais.

Destacamos ainda que estamos sujeitos a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as nossas posições fiscais podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. Os provisionamentos para tais processos (se e quando houver) poderão não ser corretos, que poderá haver identificação de exposição fiscal adicional, e poderá ser necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às nossas posições fiscais pode afetar adversamente os nossos negócios, os nossos resultados operacionais e a nossa condição financeira.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo controle de estoque, despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”) e tribunais administrativos estaduais e municipais, pode nos afetar negativamente. Os nossos resultados poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro

Adicionalmente, nossos franqueados, podem vir a ter interpretações incompatíveis com as nossas acerca da legislação tributária. Eventuais autuações impostas aos nossos franqueados podem vir a ter um efeito adverso relevante para nós.

Ainda, possuímos centro de produção e distribuição localizados em São Paulo, Bahia e Ceará. Em São Paulo possuímos benefícios fiscais concedidos às indústrias têxteis no Estado, conforme artigo 52, do Anexo II, do Regulamento do ICMS do Estado de São Paulo (“RICMS/SP”). Dessa forma, nossas saídas internas de mercadorias industrializadas (vestuário e acessórios de tecido) se beneficiam de redução de base de cálculo e outorga de créditos de 9% sobre as mesmas saídas, nos termos do artigo 41, do Anexo III, do RICMS/SP. No Estado da Bahia, temos o benefício do crédito presumido de ICMS, conforme Decreto 6.734 de 09 de setembro de 1997. No Ceará, o incentivo fiscal dispõe sobre a concessão de crédito presumido de ICMS, com isenção de 88% sobre apuração do ICMS, saldo entre os créditos e débitos, cuja alíquota de ICMS devida é de 1,3% a 1,5% sobre as operações de venda no Brasil.

Destacamos que os efeitos no caso de inobservância das regras de convalidação impactarão todas as empresas que usufruam dos mesmos benefícios fiscais no contexto da “Guerra Fiscal entre os Estados” e não apenas a Companhia. Ademais, deve-se sopesar os impactos dos cenários político e econômico envolvidos no contexto da aplicação das regras de convalidação.

Também, a Companhia utiliza-se do programa da Lei do Bem o qual, desde o ano-calendário de 2006, permite que a pessoa jurídica exclua do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor correspondente a até 60% (sessenta por cento) da soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, classificáveis como despesa pela legislação do IRPJ, na forma do inciso I do caput do art. 17 desta Lei nº 11.196/05. Em 30 de setembro de 2015, a Medida Provisória nº 694 previu a suspensão, no ano-calendário de 2016, dos benefícios fiscais concedidos pela Lei nº 11.196/05 às atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Em caso de cancelamento de nosso benefício fiscal: (i) no estado de São Paulo, relacionado ao crédito outorgado de ICMS, teríamos sido afetados negativamente no valor de R\$ 45,6 milhões em 31 de dezembro de 2022; (ii) no estado da Bahia, de crédito presumido de ICMS, teríamos sido afetados negativamente no valor de R\$ 41,5 milhões em 31 de dezembro de 2022; e (iii) relacionado à Lei do Bem, teríamos sido afetados negativamente no valor de R\$ 6,5 milhões em 31 de dezembro de 2022. Nossa operação fabril no Estado do Ceará iniciou em Abril de 2022.

Ademais, se esses benefícios fiscais não forem renovados ou se nossos benefícios fiscais forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, nossos negócios e condição financeira poderão ser adversamente afetados

4.1 Descrição dos fatores de risco

como resultado do aumento da carga tributária. Para garantir a continuidade desse incentivo durante o longo prazo, a devemos cumprir uma série de requisitos que podem ser contestados, inclusive em juízo. Além disso, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com nossas interpretações, poderemos ser adversamente afetados

Caso não consigamos cumprir parte ou a totalidade das obrigações, nossos incentivos fiscais ou até autorizações de operação poderão ser suspensos, revistos ou cancelados, inclusive por decisão judicial e/ou administrativa, e poderemos ainda ser obrigados a pagar integralmente o valor dos tributos devidos, acrescidos de encargos e penalidades, o que teria um efeito adverso relevante para nós.

O setor do varejo é altamente competitivo, o que pode afetar adversamente nossa participação no mercado e as nossas receitas.

O mercado de varejo esportivo, de moda íntima e de meias é altamente competitivo e pulverizado. A concorrência é caracterizada por muitos fatores, dentre os quais se destacam: (i) a variedade de produtos; (ii) qualidade; (iii) o número de lojas; (iv) propaganda e posicionamento da marca; (v) preços e descontos; (vi) atendimento e localização das lojas; e (vii) reputação. Enfrentamos muitos e variados concorrentes em âmbito regional e nacional, bem como concorrentes internacionais, inclusive outras lojas de roupas esportivas, moda íntima e meias direcionadas ao público de médio e alto poder aquisitivo. Concorremos, também, com outros varejistas, principalmente aqueles situados em shoppings.

Adicionalmente, a concorrência no comércio eletrônico também é alta e essa competitividade pode se intensificar. Outras empresas do ramo varejista esportivo, de moda íntima, meias e de comércio eletrônico podem vir a celebrar alianças ou acordos comerciais que venham a fortalecer a sua posição competitiva. À medida que a carteira de clientes de participantes de outros segmentos da Internet for crescendo e sua fidelização for aumentando, os participantes destes segmentos poderão buscar expandir os seus negócios para os segmentos de mercado no qual atuamos. Além disso, novas tecnologias podem intensificar ainda mais a natureza competitiva do varejo esportivo, moda íntima e meias online e podemos não ser capazes de nos adaptar rapidamente às transformações digitais exigidas pelos nossos clientes e pelo setor. Acreditamos que a natureza da Internet como um local de mercado eletrônico facilita a entrada de concorrentes (nacionais e internacionais) e permite a realização de compras por meio de comparação de preços. Esse aumento na concorrência pode vir a reduzir as nossas vendas e o nosso resultado operacional. Ainda, os concorrentes, tanto no mercado de varejo esportivo físico quanto no mercado de varejo esportivo, de moda íntima e de meias eletrônico, poderão vir a disponibilizar mais recursos para o desenvolvimento de tecnologia e marketing do que nós. Ademais, na medida em que o uso da Internet e de outros serviços online aumentar, os varejistas atuantes neste setor poderão vir a ser adquiridos, receber investimentos, ou iniciar outros relacionamentos comerciais com empresas maiores, melhor estabelecidas e dotadas de recursos financeiros. Não conseguimos prever se novos competidores nacionais e/ou internacionais entrarão no setor de varejo de produtos esportivos, moda íntima e meias.

Caso novos competidores apareçam, a concorrência poderá ficar ainda mais acirrada e poderemos ser obrigados a tomar novas estratégias, cuja eficácia não conseguimos assegurar. Caso não sejamos capazes de fazer frente à concorrência, nosso *market share*, nosso resultado operacional e nossa situação financeira poderão ser afetados negativamente e de forma relevante.

Incertezas relativas a mudanças de padrão de consumo trazidas pelo digital podem impactar negativamente as vendas do varejo físico e atacado.

O setor de varejo vem passando por mudanças significativas em decorrência da transformação digital, o que afetou o padrão e os canais de compra por onde os clientes se relacionam com as marcas. Tendo em vista a exponencialidade da influência da transformação digital sobre o setor de varejo, poderão ocorrer eventuais efeitos do crescimento digital em detrimento do varejo físico e do mercado de atacado.

Caso não sejamos capazes de nos adequar aos efeitos da transformação digital sobre nossos negócios, a poderemos ser material e adversamente afetados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia Atue

Podemos sofrer multas e restrições sob o Código de Defesa do Consumidor.

No Brasil, a legislação de defesa do consumidor é rigorosa e favorável aos consumidores. A legislação de defesa do consumidor imputa a nós o ônus da prova na demanda de um cliente, colocando-nos em desvantagem em qualquer processo envolvendo relações de consumo.

A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou o PROCON, com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor.

Decisões desfavoráveis envolvendo valores substanciais poderão afetar adversamente o nosso resultado e a nossa situação financeira. Adicionalmente, decisões judiciais desfavoráveis poderão afetar adversamente a nossa imagem e a imagem de nossas marcas, afetando, conseqüentemente, nossas vendas e nossa reputação, o que pode impactar de forma adversa e relevante o nosso resultado operacional e a nossa situação financeira.

Enfrentamos riscos relacionados aos registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e a operação de nossas unidades fabris.

Nossas atividades estão sujeitas à obtenção de diversos registros, autorizações, licenças e alvarás federais, estaduais e municipais, incluindo, mas não se limitando aos alvarás de funcionamento, além de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), relacionados à operação e a localização das nossas unidades fabris e devemos obter e renovar periodicamente grande parte desses registros, autorizações, licenças e alvarás. Nesse sentido, na data deste Formulário de Referência os AVCB das nossas quatro unidades fabris (ou seja, fábrica de Itabuna/BA, fábrica de Araraquara/SP, fábrica de Pacatuba/CE e de nossa malharia em Maracanaú/CE) estavam em conformidade com as exigências da respectiva lei com seu alvará em plena vigência. Na hipótese de não conseguirmos obter ou renovar, em tempo hábil, todos os registros, licenças, alvarás e autorizações necessários, podemos vir a sofrer autos de infração, sanções administrativas ou judiciais, incluindo o pagamento de multas, a suspensão de nossas atividades ou até a interdição das nossas unidades fabris, afetando também a nossa imagem e contratação de seguro bem como recebimento de indenização em caso de acidentes.

A imposição dessas penalidades, em especial, o fechamento de unidades, poderá ter um efeito adverso em nossos resultados operacionais e negócios. Ademais, a não obtenção ou a não renovação das referidas licenças de forma tempestiva poderá nos expor a riscos adicionais em caso de acidente ou evento similar que possa afetar o imóvel enquanto a licença estiver pendente. Nossa estratégia de negócio poderá ser substancialmente e adversamente afetada se não conseguirmos abrir e operar nossas unidades fabris, ou se tivermos que suspender ou fechar nossas e unidades fabris em consequência da não obtenção ou não renovação dos registros, autorizações, licenças e alvarás a que estamos sujeitos ou se um acidente afetar nossas unidades fabris enquanto essa estiver com uma licença pendente.

Em razão das dificuldades e lentidão de alguns órgãos administrativos, a obtenção dessas licenças poderá ocorrer fora do cronograma previsto de abertura de novas unidades fabris. Ainda, podemos não possuir tais licenças para todas as unidades fabris, e/ou podemos não obter, no futuro, a renovação destas licenças sempre em prazos adequados ou que os imóveis hoje em fase de obtenção ou renovação de tais licenças irão de fato obtê-las.

Ainda, a interrupção na operação das unidades fabris por falta de licenças pode prejudicar a capacidade de distribuir mercadorias para as lojas, o que pode resultar na queda nas vendas e afetar adversamente nossos resultados financeiros. Para mais informações acerca do impacto da obtenção de licenças para o funcionamento de unidades fabris.

Além disso, o Poder Público pode editar normas mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, o que pode implicar em gastos adicionais de modo a adequar nossas atividades a estas regras. Qualquer ação nesse sentido por parte do Poder Público, poderá ter um efeito adverso para nossas atividades.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia Atue

Não há riscos significativos nos envolvendo com relação a países estrangeiros, pois nossas exportações não ultrapassam 3% sobre nossa receita líquida consolidada.

(j) Riscos Relacionados a Questões Sociais

Podemos ser afetados negativamente se nossa cadeia de fornecimento não cumprir as leis e regulamentações socioambientais e relacionadas as condições de trabalho.

Nossa cadeia de suprimentos de produtos, desde a plantação de algodão até a produção de roupas, está sujeita às leis e regulamentos locais e internacionais que regem a proteção do meio ambiente, inclusive em relação ao uso de químicos, licenciamento ambiental, gestão de resíduos sólidos e recursos hídricos, como regras em relação ao tratamento de efluentes e outros. Adicionalmente, são aplicáveis à nossa cadeia de fornecimento inúmeras leis, regulamentos e tratados (locais e internacionais) sobre as relações e condições de trabalho, que abrangem temas como: jornada de trabalho, trabalho de estrangeiros, trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, proteção de dados pessoais, infraestrutura predial e segurança e saúde dos trabalhadores.

A responsabilidade civil por danos ambientais tem natureza objetiva e solidária. Nesse cenário, podem ser considerados responsáveis pela sua reparação todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da existência de dolo e/ou culpa. Sendo assim, a responsabilidade civil pode ser aplicada a todas as partes que estiverem envolvidas, mesmo que indiretamente, na atividade que ocasionou o dano ambiental, de modo que a parte que tiver mais recursos financeiros, pode ser obrigada a repará-lo, resguardado o direito de regresso em relação aos demais envolvidos. O descumprimento, seja total ou parcial, da legislação e regulamentação socioambiental e/ou relacionada às condições de trabalho por nossa cadeia de fornecimento pode nos sujeitar, direta ou indiretamente, a riscos reputacionais e comprometer a gestão de estoques, caso multas e penalidades sejam aplicadas, ou mesmo se as licenças forem revogadas, de uma ou mais das partes, direta ou indiretamente, envolvida em nossa cadeia de fornecimento de produtos. Caso sejamos responsabilizados solidariamente por danos causados pelos nossos fornecedores, nossos resultados, nossas atividades e nossa imagem podem ser adversamente afetados.

Caso a Companhia, algumas de nossas subsidiárias ou construtores e/ou empreiteiros contratados por nós contratados cause ou de outra forma seja considerada responsável por algum dano ambiental, conforme acima, a podemos sofrer um efeito adverso em nossos resultados e negócios, inclusive em aspectos reputacionais. Em adição, nós e nossas controladas podemos ser consideradas responsáveis por todas e quaisquer consequências provenientes de contaminação do solo, da exposição de pessoas a substâncias nocivas ou de outros danos ambientais. Note-se, ainda, que a violação a normas ambientais pode implicar sanções não só a nós e/ou nossas controladas, como também a pessoas naturais envolvidas na respectiva atividade.

(k) Riscos Relacionados a Questões Ambientais

Podemos sofrer sanções legais por não administrar corretamente os resíduos gerados por nossas operações.

A Lei nº 12.305/10 estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos (“PNRS”), com princípios, objetivos e instrumentos, bem como diretrizes sobre gestão integrada e gestão de resíduos sólidos. Como resultado, somos responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos gerados em nossas instalações (incluindo papel, papelão, lâmpadas, plásticos, garrafas de perfumaria e beleza, material de merchandising e outros), por qualquer não conformidade com a legislação ambiental aplicável e, se aplicável, por qualquer dano ambiental causado por nossas operações, desde que haja evidência de cadeia de causalidade entre nossas atividades e o dano ambiental. Penalidades podem ser aplicadas se deixarmos de cumprir as condições exigidas, o que afetaria adversamente nossas operações e reputação.

Além disso, a PNRS estabelece a obrigação de implementação de sistemas de logística reversa para fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de determinados produtos – dentre os quais se incluem embalagens em geral (a exemplo de papel e papelão), bem como produtos eletroeletrônicos e seus componentes – mediante

4.1 Descrição dos fatores de risco

retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos. Considerando que nos inserimos no mercado diversos tipos de produtos, estamos sujeitos à implementação dos respectivos sistemas de logística reversa. Contudo, atualmente, não possuímos a política reversa de embalagens em geral devidamente implementado em nossas unidades, de modo a assegurar o retorno das embalagens ou produtos após o seu uso e a sua destinação final ambientalmente adequada.

O descumprimento das obrigações relacionadas à implementação dos respectivos sistemas de logística reversa pode implicar nas seguintes sanções: (i) advertência; (ii) multas; (iii) condenação e inutilização de produto, suspensão e/ou cancelamento de autorização, registro ou licença; (iv) interdição temporária ou definitiva de estabelecimento; além da obrigação de reparar todos os danos ambientais eventualmente causados, o que pode afetar adversamente nossos resultados financeiros e operacionais, bem como nossa imagem.

Estamos sujeitos a riscos relacionados ao cumprimento de legislação e regulamentações ambientais

Estamos sujeitos a leis e regulamentações federais, estaduais e municipais referentes à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essas leis e regulamentações estabelecem padrões e exigências de licenciamento ambiental e padrões para emissões atmosféricas, parâmetros de emissões de ruídos, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. Qualquer falha no cumprimento das leis e regulamentações ambientais aplicáveis pode nos submeter a sanções administrativas e/ou penais, independentemente da obrigação de remediar os danos causados ou indenizar terceiros. Eventuais condenações poderão impactar nossos resultados e reputação.

Adicionalmente, tais leis e regulamentações poderão tornar-se mais rigorosas. Caso fiquem mais rigorosas, poderemos ter que aumentar significativamente, os nossos gastos para cumprimento dessas leis e regulamentações ambientais. Investimentos ambientais não previstos podem reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e podem nos afetar substancial e negativamente.

(I) Riscos Relacionados a Questões Climáticas

Estamos expostos à possibilidade de perdas por desastres naturais, catástrofes, acidentes, incêndios e outros eventos que não estão no nosso controle e que podem afetar negativamente o desempenho financeiro, assim como por condições climáticas adversas, e outros fatores fora do nosso controle, que podem afetar negativamente os nossos negócios.

As nossas operações estão sujeitas a riscos que afetam as propriedades, ativos e instalações, dentre outros.

A operação de qualquer transporte e manuseio dos produtos comercializados apresenta riscos inerentes de catástrofes, acidentes, danos pessoais, incêndios, roubos, interrupção do negócio e atrasos na entrega, reivindicações trabalhistas, manifestações de grupos ou associações e/ou sociais, greves (de seus empregados ou daqueles vinculados às entidades com quem nos relacionamos, tais como fornecedores), condições climáticas adversas como neblina, como o aumento da atividade de tempestades, também podem impactar adversamente nossas operações, além de catástrofes naturais, acidentes com seus fornecedores/transportadores, incluindo também acidentes ambientais e colisões, o que potencialmente resultaria em danos, penalidades, multas, indenizações ou despesas a pagar a terceiros e outras reivindicações contra nós.

Todos esses riscos podem resultar em responsabilidade civil, perda de receita, aumento de custos e danos de imagem e à nossa reputação, cada um dos quais poderia afetar adversamente nossos negócios e nossos resultados operacionais.

Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar a medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em um aumento de custos para nós para o cumprimento destas regulações.

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), seja através de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações

4.1 Descrição dos fatores de risco

climáticas, diversos países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. Regulamentações sobre GEE poderão aumentar nossos custos para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tal situação poderá afetar nossos resultados operacionais e financeiros.

(m) Outros Riscos

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de nossa emissão.

Surto de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do atual coronavírus causador da Covid-19, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos nossos resultados e nas ações de emissão nossa.

Em 11 de março de 2020, a OMS decretou a pandemia da Covid-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da Covid-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto da Covid-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3, foi adversamente afetada em razão do surto da Covid-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão nossa, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das nossas operações no futuro em termos aceitáveis.

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante em nossas atividades.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do Governo Federal, que por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicam intervenções nas taxas de juros e no mercado de câmbio, mudança das políticas fiscais, controle de preços, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Nós não temos controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco podemos prevê-las. Nossos negócios, nossa situação econômico-financeira e nossos resultados operacionais poderão vir a ser afetados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- política monetária;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- flutuações cambiais;
- alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- Inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação;
- saúde pública, incluindo em razão de epidemias e pandemias, como a atual pandemia da Covid-19
- instabilidade social e política; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

As ações do Governo Federal nas políticas ou normas que envolvam os fatores macroeconômicos acima listados poderão afetar adversamente as nossas atividades e análise de sensibilidade aos aumentos de taxa de juros. Ademais, mudanças nos preços de ações ordinárias de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumento nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de emissão nossa, gerando consequências negativas aos seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, nos afetando adversamente e o preço de mercado de nossas ações.

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. As taxas de inflação foram de 5,45% em 2022, 17,78% em 2021 e 23,14% em 2020, conforme medida pelo IGP-M. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, consequentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. O COPOM frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro.

A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, tem produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode nos causar um efeito adverso.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, talvez não possamos ajustar os preços que cobramos de nossos clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderia aumentar nossos custos e reduzir nossas margens operacionais e líquidas.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por continuar a aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo dos novos empréstimos e financiamentos, mas também nosso custo de endividamento atual, bem como nosso caixa e equivalentes à caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas

4.1 Descrição dos fatores de risco

de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem nos afetar adversamente, porque temos empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e às taxas oficiais de juros de longo prazo (“TLP”). Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TLP ou inflação pode afetar adversamente a receita de suas aplicações financeiras.

Um mercado secundário de negociação ativo e líquido para as ações da Companhia poderá não se desenvolver, limitando a capacidade dos acionistas da Companhia em venderem as ações pelo preço e no momento desejados.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido. O mercado brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e potencialmente mais volátil que os mercados de ações nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos. Dessa forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários. Essas características de mercado poderão afetar o preço e liquidez das nossas ações e limitar significativamente a capacidade dos titulares das ações de emissão nossa de vendê-las ao preço e nas datas desejados.

Além disso, a regulamentação da B3 pode ser diferente do que os investidores estrangeiros estão acostumados, o que pode limitar a capacidade do respectivo acionista de vender suas ações pelo preço e tempo desejados.

O valor de mercado das nossas ações poderá também variar significativamente por diversas razões, incluindo os fatores de risco apresentados neste Formulário de Referência.

A instabilidade política no Brasil pode afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia e suas controladas.

A economia brasileira foi e continua a ser afetada por eventos políticos no Brasil, que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, afetando adversamente o desempenho da economia brasileira e aumentando a volatilidade dos títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras. Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro passou por altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração do produto interno bruto, ou PIB, fortes oscilações do real em relação ao dólar americano, aumento do desemprego e menores níveis de gastos e confiança do consumidor.

Muitos membros do governo brasileiro e do poder legislativo, bem como altos funcionários de grandes empresas estatais e privadas foram condenados por corrupção política relacionada a subornos através de propinas em contratos concedidos pelo governo a diversas infraestruturas, petróleo e gás e construtoras, entre outras.

O mercado brasileiro registrou um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro relacionadas a esse esquema de corrupção. O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. Não podemos prever se novas alegações de corrupção contra funcionários e executivos do governo, membros do legislativo, membros do judiciário ou companhias privadas surgirão no futuro nem podemos prever o impacto que tais alegações teriam sobre a economia brasileira.

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro estava sendo investigado pela chamada CPI da Covid (“CPI”), a qual investiga a negligência do Governo Federal e a posição de omissão do Presidente da República frente ao enfrentamento da pandemia da Covid-19 e também estava sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal por alegadas condutas irregulares relacionadas a veiculação de fake news. Recentemente, diversos pedidos de impeachment foram protocolados em relação ao gerenciamento da resposta à pandemia da Covid-19 pelo referido presidente. Quaisquer consequências daquilo que for apurado na CPI, do andamento do

4.1 Descrição dos fatores de risco

inquérito do STF ou do andamento dos pedidos de impeachment no Congresso Nacional, incluindo um potencial impeachment, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive em nossos negócios.

Além disso, o Supremo Tribunal Federal recentemente anulou as condenações criminais e restaurou os direitos políticos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que podem permitir sua participação como candidato na última eleição presidencial em que sagrou-se vencedor.

As recentes instabilidades políticas e econômicas têm levado a uma percepção negativa da economia brasileira e um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente os nossos negócios e ações. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os nossos negócios e as nossas ações.

Adicionalmente, qualquer dificuldade do Governo Federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as nossas operações. Incertezas em relação à implementação, pelo governo atual, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

Por fim, o presidente do Brasil pode determinar políticas e emitir atos governamentais relativos à economia brasileira que afetem as operações e o desempenho financeiro das empresas no Brasil, inclusive as da companhia. Incertezas relacionadas à implementação de mudanças nas políticas monetária, fiscal, e social pelo governo brasileiro e legislação correlata podem contribuir para a instabilidade econômica e aumentar a volatilidade dos mercados, o que pode nos afetar adversamente.

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações ordinárias.

Os *ratings* de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. Na data da divulgação deste Formulário, o grau de classificação da dívida soberana do Brasil nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA era de Ba2 na Moody's, BB- na S&P e BB- na Fitch, nos três casos com perspectiva estável. (fonte: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2810:2:0>.)

Em agosto de 2015 a Moody's reduziu o rating de crédito soberano do Brasil de Baa2 para Baa3; e rebaixou novamente em fevereiro de 2016 para Ba2, onde se encontra atualmente.

Em setembro de 2015 a Standard & Poor's reduziu o rating de crédito soberano do Brasil de BBB- para BB+; rebaixou novamente em fevereiro de 2016 para BB; e em janeiro de 2018 reduziu o rating para o BB-, onde se encontra atualmente.

Em dezembro de 2015 a Fitch reduziu o rating de crédito soberano do Brasil de BBB- para BB+; rebaixou novamente em maio de 2016 para BB; e em fevereiro de 2018 reduziu o rating para o BB-, onde se encontra atualmente.

Qualquer rebaixamento adicional dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações ordinárias.

Flutuações da taxa de câmbio e variações significativas nas taxas de juros podem afetar de forma negativa os nossos resultados operacionais

4.1 Descrição dos fatores de risco

Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização significativas em relação ao Dólar, e a instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito negativo significativo sobre os nossos resultados operacionais. Por exemplo, a moeda brasileira durante as últimas décadas experimentou variações frequentes e significativas em relação ao Dólar e a outras moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de câmbio de venda de dólar encerrou em R\$ 5,1967 por dólar americano, refletindo uma depreciação de 28,93% em relação à taxa de encerramento em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 4,0307 por dólar americano); Em 31 de dezembro de 2021, a taxa de câmbio de venda de dólar encerrou em R\$ 5,5805 por dólar americano, refletindo uma depreciação de 7,39% em relação à taxa de encerramento em 31 de dezembro de 2020; Em 31 de dezembro de 2022, a taxa de câmbio de venda de dólar encerrou em R\$ 5,2177 por dólar americano, refletindo uma apreciação de 6,50% em relação à taxa de encerramento em 31 de dezembro de 2021.

(fonte Sisbacen PTAX800 - venda, série 3692 :

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>)

As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados operacionais, por conta da retração no consumo e aumento dos nossos custos. Os nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Desenvolvimentos e mudanças na percepção dos investidores sobre risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, Europa e outros países emergentes, podem afetar material e adversamente a economia brasileira e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo nossas ações.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes. As reações dos investidores a acontecimentos, inclusive econômicos, na Europa, Estados Unidos ou outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, ou B3, por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem como a variações das principais bolsas dos Estados Unidos. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo nossas ações ordinárias. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das suas ações ordinárias, restringir o seu acesso aos mercados de capitais e comprometer a sua capacidade de financiar as suas operações no futuro com termos favoráveis ou independentemente dos termos. Além disso, a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos, incluindo o recente conflito envolvendo Estados Unidos e Irã, a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, as tensões globais decorrentes da pandemia da Covid-19, bem como crises na Europa e outros países, incluindo os conflitos envolvendo a ocorrência do Brexit, afetaram a economia global, produzindo diversos efeitos que, direta ou indiretamente, impactaram o mercado de capitais e a economia brasileira, como as flutuações no preço de títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração da economia global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras, que podem, direta ou indiretamente, nos afetar adversamente.

A pandemia da Covid-19 causou e deve continuar a causar interrupção da atividade econômica regional e global, o que afetou e deve continuar a nos afetar adversamente. Adicionalmente, a Covid-19 representa risco aos funcionários, clientes e parceiros de nosso negócio, que podem ser impedidos de conduzir suas atividades por um período indefinido de tempo, incluindo em razão de fechamentos de lojas e fábricas que podem ser solicitados ou ordenados por autoridades governamentais, e que podem ter um efeito material adverso nos nossos resultados operacionais, sua situação financeira e sua liquidez. A extensão dos efeitos da pandemia causada pela Covid-19 e/ou outras doenças sobre nossas atividades dependerá de acontecimentos futuros, que são altamente incertos e não podem ser previstos, incluindo novas informações que podem surgir a respeito da severidade da Covid-19 e ações para conter ou remediar seus efeitos, entre outros.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 - Os 5 principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

(1) Dependemos do valor e da reputação de nossa marca e eventuais impactos negativos de nossa marca e reputação podem afetar adversamente nossos negócios e resultados.

O nosso sucesso é altamente dependente do valor e reputação da marca Lupo, que é primordial para nosso negócio e para a implementação de nossas estratégias para crescimento do negócio. A manutenção, promoção e posicionamento de nossa marca dependerá do sucesso de nossos esforços em termos de marketing e nossa habilidade de demonstrar a consistência e boa qualidade de nossos produtos e experiências. Dependemos das mídias sociais como uma de nossas estratégias de marketing para que possamos ter um impacto positivo tanto no valor quanto na reputação de nossa marca.

Nossa marca e reputação poderem ser adversamente afetados se falharmos na busca por estes objetivos, se nossa imagem perante o público for prejudicada por publicidade negativa ou se falharmos na entrega de inovações e produtos de alta qualidade para nossos clientes. Publicidade negativa referente aos métodos de produção de quaisquer um de nossos fornecedores poderá afetar adversamente nossa reputação e vendas e nos obrigar a buscar fornecedores alternativos.

Adicionalmente, o valor de nossa marca pode ser adversamente afetado por violações aos nossos direitos e proteções de propriedade intelectual. Qualquer prejuízo à nossa marca e reputação pode afetar adversamente nossa condição financeira

Além disso, nosso negócio dedica recursos significativos para campanhas publicitárias e de marketing. Se essas campanhas não atenderem às metas esperadas, isto é, não fazendo sucesso entre nossos consumidores, nossas vendas e lucratividade poderão ser afetadas negativamente, e podemos não conseguir fortalecer nossa marca como esperado. Consequentemente, nossos resultados operacionais, imagem e condição financeira podem ser adversamente afetados. Além disso, se não formos capazes de identificar mudanças no comportamento e das preferências do consumidor e de responder adequadamente em nossas campanhas de marketing e publicidade, a nossa marca pode ser adversamente afetada.

(2) Quaisquer disputas entre acionistas controladores concernentes aos seus respectivos direitos podem nos afetar adversamente e o valor de nossas ações.

Eventual conflito entre nossos acionistas controladores poderá prejudicar a condução estratégica de nossos negócios, afetando inclusive o nosso resultado operacional. Caso nossos acionistas controladores tenham interesses conflitantes entre si ou haja quaisquer discussões em arbitragem ou judiciais, isso poderá retardar ou resultar no não implemento de estratégias e significativas para nós. Portanto, eventual discordância entre os acionistas poderá prejudicar nossa condução estratégica, em particular quando se tratar de matérias que dependem da aprovação dos acionistas em assembleia geral de acionistas, e, consequentemente, podemos ser adversamente afetados.

(3) O varejo é sensível à diminuição do poder de compra do cliente e a ciclos econômicos desfavoráveis e essa sensibilidade poderá nos afetar adversamente e de forma relevante.

O sucesso da atuação no setor de varejo depende de vários fatores relacionados ao consumo e à renda dos clientes, inclusive das condições dos negócios em geral, da taxa de juros, da inflação, da disponibilidade de crédito ao cliente, da tributação, da confiança do cliente nas condições econômicas futuras, dos níveis de emprego e renda e da existência de epidemias ou pandemias (como o alcance e a duração do impacto da atual pandemia da Covid-19, incluindo redução na demanda de consumidores, diminuição das vendas e fechamento temporário generalizado de nossas lojas franqueadas). Condições econômicas desfavoráveis no Brasil ou no mundo refletidas na economia brasileira podem reduzir significativamente o consumo (principalmente das classes com menor poder aquisitivo), tornar as condições de refinanciamento de dívida mais restritas e causar aumentos na taxa de desemprego. Historicamente, o setor de varejo foi afetado negativamente e de forma relevante em virtude de períodos de desaquecimento econômico, resultando em uma redução do consumo.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Assim, a redução do poder aquisitivo dos clientes e condições econômicas adversas podem afetar o nosso resultado operacional e a nossa situação financeira de forma negativa e relevante.

O Governo Federal, por meio do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Banco Central do Brasil, periodicamente introduz regulamentações com o objetivo de regular a disponibilidade de crédito para reduzir ou aumentar o consumo e, conseqüentemente, controlar a taxa de inflação. Tais regulamentações incluem, entre outras ferramentas, (i) alteração dos requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre empréstimos, depósitos e em outras operações; (ii) a regulação do prazo máximo dos financiamentos; e (iii) a imposição de limitações sobre o montante que pode ser financiado. Essas regulamentações podem reduzir a capacidade dos nossos clientes de obter crédito junto a instituições financeiras. Alguns desses controles podem afetar o mercado financeiro e de crédito por longos períodos. Não há nenhuma garantia de que no futuro o Governo Federal não irá adotar novas regulamentações que reduzam o acesso dos nossos clientes a créditos junto a instituições financeiras, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante o nosso resultado operacional e a nossa situação financeira.

Ainda, o sucesso das nossas atividades depende do aumento da taxa de crescimento da população e do aumento de sua renda. A redução ou desaceleração em tal crescimento poderá afetar negativamente e de forma relevante as nossas vendas, o nosso resultado operacional e a nossa situação financeira.

(4) Dependemos de três unidades fabris e uma malharia, sendo que qualquer interrupção ou falha na operação de nossas unidades poderão nos causar um efeito adverso.

Atualmente a Companhia opera por meio de: (i) três unidades fabris – duas delas locadas de parte relacionada da Companhia, situadas em Araraquara/SP e Pacatuba/CE, respectivamente, e outra própria, localizada em Itabuna/BA; e (ii) uma malharia – cuja aquisição foi concluída em janeiro de 2023, localizada em Maracanaú/CE. Caso a operação dessas unidades fabris e malharia sejam interrompidas total ou parcialmente por qualquer motivo, incluindo a não renovação dos respectivos contratos locatícios e/ou necessidade de desocupação antecipada dos imóveis em decorrência da venda para terceiros, ou caso as unidades fabris sofram quaisquer danos substanciais, provocados por inclusive, mas não se limitando a desastres naturais, acidentes ambientais, incêndios ou inundações, roubos ou furtos, falha nos sistemas, restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a COVID-19), ou caso a capacidade de fabricação e distribuição seja reduzida ou interrompida em função de questões regulatórias, problemas sanitários, acidentes, greves ou questões trabalhistas, podemos enfrentar desabastecimento de produtos em nossas lojas o que, por sua vez, afetará adversamente nossas vendas e acarretará aumentos significativos de custos relacionados à reabertura ou substituição das unidades fabris e malharia. Nós possuímos pouca experiência em operar funções essenciais fora de nossas unidades fabris e os efeitos da utilização de outras unidades fabris fora desse local nos negócios, empregados e resultados operacionais são desconhecidos e podem impactar adversamente seus negócios.

Adicionalmente, nossa estratégia de crescimento demanda a expansão na capacidade e quantidade de unidades fabris. Caso não consigamos encontrar um local adequado para estabelecer a nova unidade fabril, ou não consiga integrar ou expandir as novas unidades fabris e os serviços de operadores logísticos ao processo de controle de estoques de maneira eficaz, poderá não conseguir entregar estoques às lojas em tempo hábil, o que poderá acarretar efeito negativo nas nossas vendas e na nossa estratégia de crescimento.

(5) Aumentos significativos nos custos dos insumos necessários às nossas atividades podem afetar adversamente seus resultados operacionais.

Estamos sujeitos a aumentos por parte de seus fornecedores e prestadores de serviços nos custos dos insumos e serviços necessários às suas atividades, tais como matéria prima ou mão de obra. Os preços das matérias-primas são influenciados por uma série de fatores sobre os quais não temos controle incluindo, mas não se limitando a clima, produção agrícola, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial, bem como pandemias (tais como a recente pandemia da Covid-19). Caso não seja possível repassarmos os aumentos dos custos de insumos e serviços aos clientes, nossa condição financeira e resultados podem ser impactados adversamente.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Se nossos fornecedores, ou qualquer fornecedor de matéria-prima do qual nós dependemos, sofrerem interrupções prolongadas na fabricação ou transporte por qualquer motivo, incluindo em razão de condições de saúde pública, como a recente pandemia da Covid-19, a nossa capacidade de obter produtos poderá ser adversamente impactada, o que afetaria adversamente nossos resultados operacionais.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 - Descrição dos principais riscos de mercado

Além dos fatores de risco indicados no item “4.1 – Fatores de Risco”, nós estamos expostos a diversos riscos de mercado. O risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros têm nos nossos ganhos e de nossas controladas ou no valor de nossas participações em instrumentos financeiros.

Acreditamos que riscos adicionais que não conhecemos atualmente ou que consideramos irrelevantes neste momento também poderão nos afetar no futuro.

i. Risco cambial

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. A Companhia e nossas controladas possuem contratos atrelados ao Dólar Norte-americano e ao Euro. Os instrumentos expostos à variação cambial são representados por duplicatas a receber, financiamentos de importação e exportação contratos com fornecedores.

Análise de sensibilidade – Cambial

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, foram substituídas as taxas de câmbio e outros indexadores quando aplicável e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 em cada um dos cenários.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Cenários	Nota	Valor	Taxa	Consolidado 2022			
				Alta		Baixa	
				25.00%	50.00%	25.00%	50.00%
Ativos e passivos financeiros							
Contas a receber – US\$	10	14.666	5.2171	18.333	21.999	11.000	7.333
Fornecedores – US\$	19	(2.124)	5.2177	(2.655)	(3.186)	(1.593)	(1.062)
Empréstimos e financiamentos – US\$	20	(78.369)	5.2177	(97.961)	(117.554)	(58.778)	(39.184)
Impacto no resultado				<u>(16.456)</u>	<u>(32.914)</u>	<u>16.456</u>	<u>32.914</u>
Cenários	Nota	Valor	Taxa	Controladora 2022			
				Alta		Baixa	
				25.00%	50.00%	25.00%	50.00%
Ativos e passivos financeiros							
Contas a receber – US\$	10	12.008	5.2171	15.010	18.012	9.006	6.004
Fornecedores – US\$	19	(2.082)	5.2177	(2.603)	(3.132)	(1.562)	(1.041)
Empréstimos e financiamentos – US\$	20	(78.369)	5.2177	(97.961)	(117.554)	(58.777)	(39.185)
Impacto no resultado				<u>(17.111)</u>	<u>(34.222)</u>	<u>17.111</u>	<u>34.222</u>

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Cenários	Nota	Valor	Taxa	Consolidado 2021			
				Alta		Baixa	
				25.00%	50.00%	25.00%	50.00%
Ativos e passivos financeiros							
Contas a receber – US\$	11	10.436	5,5799	13.045	15.654	7.827	5.218
Empréstimos e financiamentos – US\$	21	45.115	5.5805	56.394	67.673	33.836	22.558
Impacto no resultado				13.888	27.776	(13.888)	(27.776)
Cenários	Nota	Valor	Taxa	Controladora 2021			
				Alta		Baixa	
				25.00%	50.00%	25.00%	50.00%
Ativos e passivos financeiros							
Contas a receber – US\$	11	9.277	5,5799	11.596	13.916	6.958	4.639
Empréstimos e financiamentos – US\$	21	45.115	5,5805	56.394	67.673	33.836	22.558
Impacto no resultado				13.598	27.196	(15.598)	(27.196)
Cenários	Nota	Valor	Taxa	Consolidado 2020			
				Alta		Baixa	
				25.00%	50.00%	25.00%	50.00%
Ativos e passivos financeiros							
Contas a receber – US\$	11	5.447	5,1967	6.809	8.171	4.085	2.724
Fornecedores – US\$	20	(30)	5,1967	(38)	(45)	(23)	(15)
Fornecedores – EUR	20	(5.844)	6,3779	(7.305)	(8.766)	(4.383)	(2.922)
Empréstimos e financiamentos – US\$	21	(20.869)	5,1967	(26.086)	(31.304)	(15.652)	(10.435)
Impacto no resultado				(5.324)	(10.648)	5.324	10.648
Cenários	Nota	Valor	Taxa	Controladora 2020			
				Alta		Baixa	
				25.00%	50.00%	25.00%	50.00%
Ativos e passivos financeiros							
Contas a receber – US\$	11	3.763	5,1967	4.704	5.645	2.822	1.882
Fornecedores – US\$	20	(17)	5,1967	(22)	(26)	(13)	(9)
Fornecedores – EUR	20	(5.841)	6,3779	(7.301)	(8.762)	(4.381)	(2.921)
Empréstimos e financiamentos – US\$	21	(20.869)	5,1967	(26.086)	(31.304)	(15.652)	(10.435)
Impacto no resultado				(5.741)	(11.483)	5.741	11.483

ii. Risco de taxa de juros

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data das demonstrações financeiras foi:

R\$ Mil	Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalente de caixa	128.884	96.994	104.851
Títulos e valores mobiliários	-	-	17.446

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Empréstimos e financiamentos	-78.369	-45.115	-21.306
Posição líquida	50.515	51.879	100.991

R\$ Mil	Controladora		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalente de caixa	128.449	96.367	103.588
Títulos e valores mobiliários	-	-	17.446
Empréstimos e financiamentos	-78.369	-45.115	-21.290
Posição líquida	50.080	51.252	99.744

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas por TJLP e CDI; sendo assim, a Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria um impacto significativo nos resultados da Companhia.

Apreciação das taxas - Consolidado

Instrumentos	Exposição 31/12/2022	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 1 - Consolidado			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	114.596	CDI	13,75	17,19	3.942	20,63	7.884
Passivos financeiros							
Capital de giro	78.369	CDI	13,75	17,19	(2.696)	20,63	(5.392)
Efeito no resultado e no patrimônio líquido					1.246		2.492

Instrumentos	Exposição 31/12/2021	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 1 - Consolidado			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	92.682	CDI	9,25	11,56	2.141	13,88	4.291
Passivos financeiros							
Capital de giro	45.115	CDI	9,25	11,56	(1.042)	13,88	(2.089)
Efeito no resultado e no patrimônio líquido					1.099		2.202

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Apreciação das taxas - Controladora

Instrumentos	Exposição 31/12/2022	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 1 – Controladora			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	114.382	CDI	13,75	17,19	3.935	20,63	7.869
Passivos financeiros							
Capital de giro	78.369	CDI	13,75	17,19	(2.696)	20,63	(5.392)
Efeito no resultado e no patrimônio líquido					1.239		2.477

Instrumentos	Exposição 31/12/2021	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 1 – Controladora			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	92.533	CDI	9,25	11,56	2.138	13,88	4.284
Passivos financeiros							
Capital de giro	45.115	CDI	9,25	11,56	(1.042)	13,88	(2.089)
Efeito no resultado e no patrimônio líquido					1.096		2.195

Depreciação das taxas - Consolidado

Instrumentos	Exposição 31/12/2022	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 2 - Consolidado			
				Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	114.596	CDI	13,75	10,31	(3.942)	6,88	(7.873)
Passivos financeiros							
Capital de giro	78.369	CDI	13,75	10,31	2.696	6,88	5.384
Efeito no resultado e no patrimônio líquido					(1.246)		(2.489)

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Instrumentos	Exposição 31/12/2021	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 2 - Consolidado			
				Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	92.682	CDI	9,25	6,94	(2.191)	4,63	(4.282)
Passivos financeiros							
Capital de giro	45.115	CDI	9,25	6,94	1.042	4,63	2.084
Efeito no resultado e no patrimônio líquido					(1.099)		(2.198)

Depreciação das taxas - Controladora

Instrumentos	Exposição 31/12/2022	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 2 - Controladora			
				Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	114.382	CDI	13,75	10,31	(3.935)	6,88	(7.858)
Passivos financeiros							
Capital de giro	78.369	CDI	13,75	10,31	2.696	6,88	5.384
Efeito no resultado e no patrimônio líquido					(1.239)		(2.474)

Instrumentos	Exposição 31/12/2021	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 2 - Controladora			
				Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	92.533	CDI	9,25	6,94	(2.138)	4,63	(4.275)
Passivos financeiros							
Capital de giro	45.115	CDI	9,25	6,94	1.042	4,63	2.084
Efeito no resultado e no patrimônio líquido					(1.096)		(2.191)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Nós e nossas controladas somos partes em processos administrativos e judiciais de natureza cível, trabalhista, tributária, com classificação de chance de perda provável, possível e remota. Nossas provisões são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por nossos advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2022, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, a Companhia constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, equivalente a R\$ 10.781 mil, sendo R\$ 9.741 mil para contingências tributárias e R\$ 1.040 mil para contingências cíveis e trabalhistas.

Para fins de clareza, informamos que os valores constantes da nota explicativa nº 24 - Provisão para processos judiciais das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 considera apenas as contingências classificadas como perda provável e que a Companhia figura no polo passivo.

Foram considerados, na seleção de processos relevantes, independentemente do valor envolvido, processos judiciais ou administrativos que possam representar um impacto significativo no nosso patrimônio, negócios, marcas e imagem; ou, ainda que, possam, de alguma forma, influenciar a decisão do investidor em investir em valores mobiliários de nossa emissão.

Com relação a contingências ambientais, não possuímos processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos que apresentem riscos relevantes.

Com relação às contingências trabalhistas abaixo demonstradas, os valores foram auferidos com base no valor atribuído pelos respectivos reclamantes na petição inicial, o que pode vir a não corresponder ao real valor da contingência do processo atualmente.

Adicionalmente, informamos que os valores atribuídos pelos reclamantes na petição inicial dos processos em geral (com exceção daqueles informados abaixo) não estão sujeitos a atualização de juros e correção monetária, sendo que a Companhia somente promove a liquidação dos processos junto a um contador quando do trânsito em julgado.

Por fim, informamos que as informações referentes ao impacto em caso de perda do processos nas tabelas abaixo dizem respeito ao valor atualizado das respectivas causas, o que também pode não corresponder ao real valor da contingência.

Contingências Tributárias:

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) nº 37.235.653-2 / Processo nº 18088.000150/2010-46	
a. juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
b. instância	2ª Instância Administrativa
c. data de instauração	22.03.2010
d. partes no processo	Autuante: Receita Federal do Brasil Autuada: Lupo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado em 31/12/2022: R\$ 1.350.743,17
f. principais fatos	Em 22.03.2010, a Receita Federal do Brasil entrou com Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) nº 37.235.653-2 relativo a contribuições sociais, devidas pela Companhia do período de 01/2005 a 12/2007, destinadas ao financiamento da Seguridade Social e dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrentes dos riscos ambientais do trabalho, apuradas mediante procedimento fiscal e relativas a valores pagos a segurados empregados, contribuintes individuais e Cooperativa de Trabalho não declarados nas Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP: Assistência Médica, pagamento a Cooperativa de Trabalho Médico, Seguro de Vida em Grupo, Diferença de Vale Transporte, Despesas com Promoção de Vendas e Viagens e Estádias. As situações descritas, em tese, configuram crime de Sonegação de contribuição Previdenciária, previstos no artigo 337-A, inciso I, do Código Penal
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 22.04.2010 houve impugnação, tendo o auto de infração sido julgado procedente em 05.08.2010 e o crédito tributário mantido. O valor foi reduzido em [DATA] em virtude de julgamento favorável de algumas parcelas cobradas indevidamente pela Fazenda Publica.
h. estágio do processo	Em 08.10.2010, houve Recurso Administrativo, o qual está pendente de julgamento.
i. chance de perda	Perda possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Capacidade do processo de impactar de forma significativa, direta ou indiretamente, o patrimônio e a capacidade financeira da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Recolhimento dos valores à União Federal no valor de R\$ 1.350.743,17.

Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) nº 37.235.654-0 (Procedimento Fiscal nº 0812200.2009.00256) - Processo nº 18088.000151/2010-91	
a. juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	22.03.2010
d. partes no processo	Autuante: Receita Federal do Brasil Autuada: Lupo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado em 31/12/2022: R\$ 1.415.464,62, reduziu para R\$ 631.962,70.
f. principais fatos	Em 22.03.2010, a Receita Federal do Brasil entrou com Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) nº 37.235.654-0 (Procedimento Fiscal nº 0812200.2009.00256 relativo a contribuições de segurados empregados e contribuintes individuais, devidas à Seguridade Social, apuradas mediante Procedimento Fiscal nº 0812200.2000.00256, no período de 01/2005 a 12/2007 e referentes a valores pagos a estes segurados, não declarados nas Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social. Ação fiscal iniciada para cumprir o estabelecido no Mandado de Procedimento Fiscal nº 0812200.2009.00256. Apresentamos impugnação em 22.04.10, sendo que o auto foi julgado procedente em 11.08.2010, não sendo acatada a nossa impugnação. Em 28.10.10, apresentamos Recurso Administrativo, o qual está pendente de julgamento.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Apresentamos impugnação em 22.04.10, sendo que o auto foi julgado procedente em 11.08.2010, não sendo acatada a nossa impugnação. O valor foi reduzido em [DATA DA REDUÇÃO DO VALOR] em virtude de julgamento favorável de algumas parcelas cobradas indevidamente pela Fazenda Publica. Em 28.10.10, apresentamos Recurso Administrativo, o qual está pendente de julgamento.
h. estágio do processo	Apresentamos Recurso Administrativo, o qual está pendente de julgamento.
i. chance de perda	Perda possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Capacidade do processo de impactar de forma significativa, direta ou indiretamente, o patrimônio e a capacidade financeira da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Recolhimento dos valores à União Federal no valor de 631.962,70.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 1006372-40.2020.4.01.3311	
a. juízo	1ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Itabuna-BA
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	12.11.2020
d. partes no processo	Autor: Itabuna Têxtil S.A. Réu: União – Fazenda Nacional
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado em 31/12/2022: R\$ 410.567,48
f. principais fatos	Mandado de Segurança com pedido de liminar, em face de ato praticado pelo Sr. Delegado da Receita Federal do Brasil em Itabuna – BA, impetrado em 12.11.2020. A Impetrante visava o reconhecimento de seu direito líquido de excluir o PIS e a COFINS da sua própria base de cálculo em relação às apurações futuras, já que essa parcela não representava faturamento ou receita, na acepção do artigo 195, inciso I, "b" e 239 da Constituição Federal de 1988. Ademais, foi solicitado o direito de restituição aos valores recolhidos indevidamente. Proferida decisão em 02/02/2021 autorizando o depósito judicial mensal. Opostos Embargos de Declaração com depósitos judiciais. A Fazenda apresentou contrarrazões.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Proferida decisão em 02/02/2021 autorizando o depósito judicial mensal. Opostos Embargos de Declaração com depósitos judiciais. A Fazenda apresentou contrarrazões. Aguardando julgamento.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento.
i. chance de perda	Perda possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Capacidade do processo de impactar de forma significativa, direta ou indiretamente, o patrimônio e a capacidade financeira da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Recolhimento dos valores à União Federal no valor a ser apurado em liquidação de sentença, com base em R\$ 10.422.917,51.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0010916-95.2010-4.03.6120	
a. juízo	2ª Vara da Subseção Judiciária de Araraquara - SP
b. instância	2ª Instância – TRF3
c. data de instauração	05.08.2020
d. partes no processo	Autor: Lupo S.A. Réu: Delegado da Receita Federal de Araraquara
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R\$ 17.001.270,00. Valor atualizado em 31/12/2022: R\$ 19.954.646,45.
f. principais fatos	<p>Trata-se de Mandado de Segurança impetrado em 10.12.2010 objetivando assegurar o direito da Companhia de aproveitar os créditos na apuração do PIS e COFINS não cumulativos, referentes às comissões pagas aos seus representantes comerciais, aos direitos autorais e royalties pagos, bem como aos custos de propaganda e marketing, com relação ao futuro e com relação ao passado (período decadencial de 5 anos), em conformidade com a legislação tributária.</p> <p>Em 17.02.2011, o pedido de concessão de liminar foi negado. Em 12.05.2011, foi proferida sentença concedendo parcialmente a segurança para reconhecer o direito líquido e certo da Companhia ao aproveitamento de créditos na apuração do PIS e da COFINS referentes apenas aos direitos autorais e royalties pagos pela Companhia nos cinco anos que antecederam o ajuizamento da ação. Ambas as partes interpuseram Recurso de Apelação visando à reforma da sentença. Foi proferido acórdão negando provimento aos recursos. Posteriormente, as partes interpuseram Recurso Especial. O Recurso Especial da Companhia foi inadmitido, razão pela qual, foi interposto Agravo em Recurso Especial.</p> <p>Em 27.08.20, foi proferida decisão monocrática nos autos do AREsp. Em 24.09.20, o acórdão transitou em julgado e foram baixados ao TRTF3. Em 24.09.2020, o acórdão transitou em julgado e baixados ao TRF da 3ª Região.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Em 17.02.2011, o pedido de concessão de liminar foi negado. Em 12.05.2011, foi proferida sentença concedendo parcialmente a segurança para reconhecer o direito líquido e certo da Companhia ao aproveitamento de créditos na apuração do PIS e da COFINS referentes apenas aos direitos autorais e royalties pagos pela Companhia nos cinco anos que antecederam o ajuizamento da ação. Ambas as partes interpuseram Recurso de Apelação visando à reforma da sentença. Foi proferido acórdão negando provimento aos recursos. Posteriormente, as partes interpuseram Recurso Especial. O Recurso Especial da Companhia foi inadmitido, razão pela qual, foi interposto Agravo em Recurso Especial.</p> <p>Em 27.08.20, foi proferida decisão monocrática nos autos do AREsp. Em 24.09.20, o acórdão transitou em julgado e foram baixados ao TRTF3. Em 24.09.2020, o acórdão transitou em julgado e baixados ao TRF da 3ª Região.</p>
h. estágio do processo	Atualmente, o processo encontra-se sobrestado, aguardando julgamento do paradigma.
i. chance de perda	Perda possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Capacidade do processo de impactar de forma significativa, direta ou indiretamente, o patrimônio e a capacidade financeira da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Recolhimento dos valores à União Federal no valor a ser apurado em liquidação de sentença, atualizado 31/12/2022 em R\$ 19.954.646,45.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 1053733-77.2020.4.01.3400	
a. juízo	20ª Vara Cível da Subseção Judiciária do Distrito Federal
b. instância	01ª Instância Judicial
c. data de instauração	23.09.2020
d. partes no processo	Autor: Lupo S.A. Réu: União – Fazenda Nacional
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado em 31/12/2022: R\$ 44.131.685,77.
f. principais fatos	Mandado de Segurança impetrado em 23.09.2020 com pedido de medida liminar em face de ato praticado por Delegado da Delegacia da Receita Federal em Brasília, visando o reconhecimento do direito líquido e certo de não recolherem às contribuições sociais, de intervenção ou domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas destinadas para o SEBRAE, INCRA, FNDE, SENAI e o SESI. Foi proferida decisão indeferindo a medida liminar. Em 05.10.2020, foi proferida decisão indeferindo a medida liminar. A União apresentou manifestação de interesse na demanda em 25.10.2020. Em 05.11.2020, foram opostos Embargos de Declaração que aguardam julgamento. Embargos de Declaração acolhidos em parte. Processo suspenso até definição da controvérsia pelo STJ.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 05.10.2020, foi proferida decisão indeferindo a medida liminar. A União apresentou manifestação de interesse na demanda em 25.10.2020. Em 05.11.2020, foram opostos Embargos de Declaração que aguardam julgamento. Embargos de Declaração acolhidos em parte. Processo suspenso até definição da controvérsia pelo STJ.
h. estágio do processo	Processo suspenso até definição da controvérsia pelo STJ.
i. chance de perda	Perda possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Capacidade do processo de impactar de forma significativa, direta ou indiretamente, o patrimônio e a capacidade financeira da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Recolhimento dos valores à União Federal no valor a ser apurado em liquidação de sentença, com base em 31/12/2022: R\$ 44.131.685,77.
Processo nº 5003780-44.2019.4.03.6120	
a. juízo	1ª Vara Federal de Araraquara – São Paulo
b. instância	2ª Instância (TRF)
c. data de instauração	07.11.2019
d. partes no processo	Autor: Lupo S.A. Réu: União – Fazenda Nacional
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado em 31/12/2022: R\$ 3.032.593,30.
f. principais fatos	Mandado de segurança com pedido de medida liminar, pleiteando afastar a incidência da Contribuição Social Geral do artigo 1º da Lei Complementar nº 110/2001 (Multa de 10%) sobre as demissões sem justa causa. Em 19/03/2020, o mandado de segurança foi denegado, sendo o processo julgado extinto com resolução do mérito. A Autora apresentou Embargos de Declaração em 08/05/2020, os quais foram rejeitados em 28/05/2020. Diante disso a Lupo apresentou Recurso de Apelação em 22/06/2020, Em 11/07/2020, o réu apresentou suas Contrarrazões de Apelação e em 23/07/2020. Em 07/07/2021 foram interpostos Resp e R.E.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	O mandado de segurança foi denegado, sendo o processo julgado extinto com resolução do mérito. A Autora apresentou Embargos de Declaração em 08/05/2020, os quais foram rejeitados em 28/05/2020. Diante disso a Lupo apresentou Recurso de Apelação em 22/06/2020, Em 11/07/2020, o réu apresentou suas Contrarrazões de Apelação e em 23/07/2020. Em 07/07/2021 foram interpostos Resp e R.E.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento.
i. chance de perda	Perda provável
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Capacidade do processo de impactar de forma significativa, direta ou indiretamente, o patrimônio e a capacidade financeira da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Recolhimento dos valores à União Federal no valor a ser apurado em liquidação de sentença, com base em 31/12/2022: R\$ 3.032.593,30.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 5002287-95.2020.4.03.6120	
a. juízo	1ª Vara Federal de Araraquara – São Paulo
b. instância	2ª Instância (TRF)
c. data de instauração	12.11.2020
d. partes no processo	Autor: Lupo S.A. Réu: União – Fazenda Nacional
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado em 31/12/2022: R\$ 39.530.113,50.
f. principais fatos	Mandado de Segurança com pedido de liminar envolvendo a exclusão de Exclusão do PIS e da COFINS das próprias bases de cálculo e concessão da liminar. Em 25/11/2020, os autos foram remetidos à Subseção Judiciária para redistribuição. Em 01/12/2020 foi determinada a redistribuição do feito para a Subseção Judiciária de Ribeirão Preto. Proferida sentença em 03/03/2021 denegando a segurança pleiteada. Interposto Recurso de Apelação em 10/05/2021. Recurso não provido. Foram interpostos Embargos de Declaração. Aguardando julgamento.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Proferida sentença em 03/03/2021 denegando a segurança pleiteada. Interposto Recurso de Apelação em 10/05/2021. Recurso não provido. Foram interpostos Embargos de Declaração. Aguardando julgamento.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento.
i. chance de perda	Perda possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Capacidade do processo de impactar de forma significativa, direta ou indiretamente, o patrimônio e a capacidade financeira da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Recolhimento dos valores à União Federal no valor a ser apurado em liquidação de sentença, com base em 31/12/2022: R\$ 39.530.113,50.

Processo nº 5002286-13.2020.4.03.6120	
a. juízo	1ª Vara Federal de Araraquara
b. instância	01ª Instância Judicial
c. data de instauração	12.11.2020
d. partes no processo	Autor: Scalina LTDA. Réu: União – Fazenda Nacional
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado em 31/12/2022: R\$ 3.004.268,35.
f. principais fatos	Mandado de segurança envolvendo exclusão do PIS e da COFINS das próprias bases de cálculo. A Scalina LTDA. requer a concessão de medida liminar e que seja reconhecido o seu direito de repetir os valores recolhidos indevidamente nos últimos 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação. Em 01/12/2020 foi determinada a redistribuição do feito para a Subseção Judiciária de Ribeirão Preto. Conclusos para julgamento.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 01/12/2020 foi determinada a redistribuição do feito para a Subseção Judiciária de Ribeirão Preto. Conclusos para julgamento.
h. estágio do processo	Conclusos para julgamento.
i. chance de perda	Perda possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Capacidade do processo de impactar de forma significativa, direta ou indiretamente, o patrimônio e a capacidade financeira da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Recolhimento dos valores à União Federal no valor a ser apurado em liquidação de sentença, com base em 31/12/2022: R\$ 3.004.268,35.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 5005758-25.2020.4.03.6119	
a. juízo	4ª Vara Federal de Guarulhos
b. instância	02ª Instância Judicial
c. data de instauração	01.08.2020
d. partes no processo	Autor: Scalina S.A. Réu União – Fazenda Nacional
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado em 31/12/2022: R\$ 1.796.355,76.
f. principais fatos	Mandado de segurança visando afastar a incidência da Contribuição Social Geral do artigo 1º da Lei Complementar nº 110/2001 (Multa de 10%) sobre as demissões sem justa causa. Proferida sentença denegatória da segurança em 14/10/2020. Em 12/08/2020, houve decisão desfavorável a autora, no sentido de que ela não teria o direito pleiteado. Em 17/08/2020, o mandado segurança foi denegado. Em face da denegação, a Scalina impetrou Embargos de Declaração em 27/08/2020, os quais foram acolhidos parcialmente em 02/09/2020. A autora apresentou Recurso de Apelação em 25/09/2020. Em 19/10/2020 os autos foram remetidos para o gabinete do Relator para apreciação do recurso de apelação. Juntada de Embargos de Declaração contra acórdão que negou provimento ao recurso.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Proferida sentença denegatória da segurança em 14/10/2020. Em 12/08/2020, houve decisão desfavorável a autora, no sentido de que ela não teria o direito pleiteado. Em 17/08/2020, o mandado segurança foi denegado. Em face da denegação, a Scalina impetrou Embargos de Declaração em 27/08/2020, os quais foram acolhidos parcialmente em 02/09/2020. A autora apresentou Recurso de Apelação em 25/09/2020. Em 19/10/2020 os autos foram remetidos para o gabinete do Relator para apreciação do recurso de apelação. Juntada de Embargos de Declaração contra acórdão que negou provimento ao recurso.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento.
i. chance de perda	Perda provável
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Capacidade do processo de impactar de forma significativa, direta ou indiretamente, o patrimônio e a capacidade financeira da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Recolhimento dos valores à União Federal em 31/12/2022: R\$ 1.796.355,76.

Processo nº 1004298-13.2020.4.01.3311	
a. juízo	2ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Itabuna-BA
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	05/08/2020
d. partes no processo	Autuante: Itabuna Têxtil S/A Autuada: Gerente Regional do Trabalho e Emprego-União Federal (Fazenda Nacional)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor histórico: R\$ 1.030.610,62. Valor atualizado em 31/12/2022: R\$ R\$ 2.209.643,19.
f. principais fatos	A Itabuna impetrou mandado de segurança em 05.08.2020, visando afastar a incidência da Contribuição Social do FGTS, relacionada a multa de 10% (dez por cento) incidente sobre as suas demissões sem justa causa, exigida até 31.12.2019, tendo em vista a inconstitucionalidade material superveniente do art. 1º da Lei Complementar nº 110/01. Autos conclusos para julgamento desde 04/12/2020. Em 27/05/2021 foi prolatada sentença denegando a segurança. Interposição de Recurso de Apelação em 21/12/2021.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 27/05/2021 foi prolatada sentença denegando a segurança. Interposição de Recurso de Apelação em 21/12/2021.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento.
i. chance de perda	Perda provável
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Capacidade do processo de impactar de forma significativa, direta ou indiretamente, o patrimônio e a capacidade financeira da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Recolhimento dos valores à União Federal em 31/12/2022: R\$ 2.209.643,19.

Contingências Cíveis

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 1016942-24.2016.8.26.0554	
a. juízo	Tribunal de Justiça de São Paulo.
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	22.07.2016
d. partes no processo	Autor: HETRIH'S Representações Ltda. Ré: Scalina Ltda. e Itabuna Têxtil Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor histórico: R\$ 988.877,94. Valor atualizado em 31/12/2022: R\$ 1.173.715,05.
f. principais fatos	Trata-se de ação de cobrança cumulada com indenização ajuizada por HETRIH'S Representações Ltda. contra Itabuna e Scalina, na qual narra que tinha contrato de representação com as rés entre março de 2000 e março de 2016, quando o contrato supostamente foi rescindido de maneira injustificada. Em seus pedidos, requer a condenação das rés ao pagamento de 1/12 dos valores auferidos na vigência do contrato, aviso prévio mais indenização a ser arbitrada pelo juiz, comissões que entende que não foram repassadas, correção monetária por atrasos nos pagamentos mensais, o pagamento do valor correspondente aos descontos indevidamente deduzidos das comissões (estimados em 5% do auferido mensalmente pelo autor), o pagamento de valores correspondentes aos descontos indevidos de ICMS e danos morais em R\$ 100.000,00. A sentença foi de parcial procedência, julgando como procedente o pedido de pagamento de 1/12 dos valores auferidos na vigência do contrato, aviso prévio de 1/3 das comissões auferidas anteriormente à rescisão, pagamento das comissões do último mês e a devolução dos descontos de ICMS. Ademais, as rés foram condenadas em custas e despesas processuais, além de honorários em 10% do valor da condenação. Interpusemos recurso de apelação para reformar a sentença e, atualmente, os autos aguardam julgamento no TJSP. O valor da condenação deve ser apurado em liquidação de sentença.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	A sentença foi de parcial procedência, julgando como procedente o pedido de pagamento de 1/12 dos valores auferidos na vigência do contrato, aviso prévio de 1/3 das comissões auferidas anteriormente à rescisão, pagamento das comissões do último mês e a devolução dos descontos de ICMS. Ademais, as rés foram condenadas em custas e despesas processuais, além de honorários em 10% do valor da condenação. Interpusemos recurso de apelação para reformar a sentença e, atualmente, os autos aguardam julgamento no TJSP. O valor da condenação deve ser apurado em liquidação de sentença.
h. estágio do processo	Os autos aguardam julgamento no TJSP. O valor da condenação deve ser apurado em liquidação de sentença.
i. chance de perda	Perda possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Capacidade do processo de impactar de forma significativa, direta ou indiretamente, o patrimônio e a capacidade financeira da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Condenação ao pagamento do Valor atualizado em 31/12/2022: R\$ 1.173.715,05.
Processo nº 0002617-28.2020.8.08.0035	
a. juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Vila Velha - ES
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	05.02.2020
d. partes no processo	Autor: G. C. T. Ré: Lupo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor histórico: R\$ 1.500.000,00. Valor atualizado em 31/12/2022: R\$ 1.811.788,38.
f. principais fatos	O Autor alega que era representante comercial da Lupo e que, depois de mais de uma década de relação, a Lupo teria insistido para que virasse franqueado. No curso da relação, o Autor teria informado que estava com problemas e que o contrato teria cláusulas abusivas, mas a Ré nada teria feito para resolver a questão, tendo retirado a assistência prometida, suspenso o fornecimento de mercadorias, deixado de prestar suporte e ainda celebrado contratos de franquia com outras empresas, que passaram a concorrer com o Autor. Em 01.10.2020, a Lupo apresentou contestação suscitando diversas preliminares, tal qual incompetência territorial, incorreção do valor da causa, inépcia da inicial, ilegitimidade ativa e passiva. Quanto ao mérito, alega que parte do pleito estaria prescrito, a ausência de provas e que o Autor teria incorrido em alguns descumprimentos contratuais que teriam levado ao distrato dos contratos de franquia. Diante disso, defende a inexistência do dever de indenizar. Atualmente, processo na fase de instrução.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve decisão até o momento.
h. estágio do processo	Processo em fase de instrução.
i. chance de perda	Perda possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Capacidade do processo de impactar de forma significativa, direta ou indiretamente, o patrimônio e a capacidade financeira da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Condenação ao pagamento em 31/12/2022: R\$ 1.811.788,38 em favor do Autor.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Contingências Trabalhistas

Processo nº 1000373-87.2019.5.02.0318	
a. juízo	8ª Vara do Trabalho de Guarulhos-SP – Processamento pela 17ª Turma do TRT 2
b. instância	3ª Instância
c. data de instauração	02.04.2019
d. partes no processo	Autor: A. M. d S. Ré: Lupo S.A., Scalina Ltda. e Itabuna Têxtil Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa R\$ 1.990.848,30.
f. principais fatos	A.M.S. ajuizou, em 02/04/2019, reclamação trabalhista em face de Scalina S/A, Itabuna Têxtil S/A e Lupo S/A, postulando a condenação das reclamadas, integrantes do mesmo grupo econômico, ao pagamento de diferenças salariais, devidas a partir de outubro de 2014, em virtude de sua promoção a cargos nas companhias Scalina S/A e Itabuna Têxtil S/A. Alegou que exercia mais de uma função. Requereu: diferenças salariais, com repercussão no aviso prévio, férias acrescidas do terço, 13º salário, FGTS e multa de 40% e dano moral. Em 12.04.2019 e 24.04.2019, foram apresentadas contestações e em 29.05.2019, apresentaram as razões finais. A ação foi julgada improcedente em 30.07.2019. O processo encontra-se no TST (3ª instância). Negado provimento aos Agravos de Instrumento das partes. A Reclamante opôs Embargos de Declaração, aguardando julgamento.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	A ação foi julgada improcedente em 30.07.2019. O processo encontra-se no TST (3ª instância). Negado provimento aos Agravos de Instrumento das partes.
h. estágio do processo	A Reclamante opôs Embargos de Declaração, aguardando julgamento.
i. chance de perda	Perda remota
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Capacidade do processo de impactar de forma significativa, direta ou indiretamente, o patrimônio e a capacidade financeira da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Condenação ao pagamento de valores a serem apurados em favor do Autor. O valor da Causa é R\$ 1.990.848,30.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0001847-85.2019.5.05.0461	
a. juízo	1ª Vara do Trabalho de Itabuna
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	11.12.2019
d. partes no processo	Autor: MPT. Ré: Itabuna Têxtil Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor histórico: R\$ 2.000.000,00. O valor da contingência será atualizado quando em fase de liquidação, caso haja condenação.
f. principais fatos	Versa sobre acidentes de trabalho diante do uso de equipamentos tipo pistola têxtil. Os principais pedidos do autor, expostos em petição inicial datada de 11.12.2019, versam sobre a modificação do processo de trabalho nos setores Confecção Efirsan, eliminando o uso das pistolas de etiquetagem e indenização por danos morais coletivos, no valor de R\$ 2.000.000,00 ou, sucessivamente, a adoção de medidas necessárias suficientes para a eliminação, a minimização ou o controle do risco biológico nos setores em que haja uso de pistolas têxteis. Ainda, pede-se também a emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho em todos os acidentes, informação na ficha do Sistema de Informação de Agravos de notificação do SUS sobre todos os acidentes de trabalho ocorridos, reconhecimento no PPRA do risco biológico decorrente do uso e compartilhamento das pistolas têxteis, bem como requer pagamento de indenização por danos morais coletivos. Em 06.02.2020, firmou-se acordo judicial parcial com o Ministério Público, sob o qual a Companhia passou a estabelecer mecanismos de gestão do risco biológico, implementação de medida técnica. Ainda, o Ministério Público do Trabalho recomendou um estudo de implementação de Equipamento de Proteção Individual, como complemento à medida adotada e obrigou a Itabuna a apresentar diversas outras documentos comprobatórios, como Temo de Responsabilidade de Uso, Conservação e Troca de Pistolas e Agulhas, Livro de Protocolo de Entrega de Pistola Individualizada, Comprovação de Fornecimento do Treinamento e Orientações Referentes ao Uso e Contrato Com a Empresa Especializada para a Coleta das Agulhas Descartadas. Concedida liminar para adequação do procedimento de uso das pistolas fast pin, com adoção de medidas preventivas à ocorrência de acidentes, assim como burocráticas em caso de acidentes (abertura de CAT). Ficou determinada a suspensão da atividade e proibição do uso de pistolas Fast-Pin. A Itabuna já adequou os seus procedimentos, atendendo todas as reivindicações do MPT, que, assim, autorizou a retomada da operação em
g. resumo das decisões de mérito proferidas	A Sentença homologou o acordo avençado entre as partes e julgou improcedente o pedido de dano moral coletivo. O Ministério Público do Trabalho recorreu da sentença e o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região negou provimento ao recurso, mantendo incólume a Sentença de improcedência do dano moral coletivo. Opostos embargos de declaração, em sigilo, pelo Ministério Público do Trabalho. Intimada a Lupo Nordeste para manifestação, pugnou pelo não conhecimento dos aclaratórios, ou restauração do prazo
h. estágio do processo	Aguardando julgamento.
i. chance de perda	Perda remota
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O valor da ação e eventual impacto reputacional.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Condenação ao pagamento de R\$ 2.000.000,00 em favor do Autor e impacto reputacional.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0000131-77.2020.5.05.0464	
a. juízo	4ª Vara do Trabalho de Itabuna
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	28.02.2020
d. partes no processo	Autor: A. M. d S Ré: Itabuna Têxtil Ltda..
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R\$ 1.104.046,00. O valor da contingência será atualizado quando em fase de liquidação, caso haja condenação.
f. principais fatos	<p>Trata de acidente de trabalho e doença ocupacional.</p> <p>O autor alega que ao exercer suas atividades habituais, na função de "Mecânico de Manutenção" sofreu lesão com perda de substância em falange distal. Pede indenização por evento danoso (acidente ou doença ocupacional) e nexos causal entre o evento danoso e as atividades laborais. Os pedidos formulados pelo autor abrangem pensão mensal vitalícia, danos estéticos, danos morais, reembolso das despesas médicas já efetuadas e fornecimento de plano de saúde. Em 15.07.20, apresentamos contestação. Foi nomeada médica para realização de perícia em 10.08.2020, a qual evidenciou que o reclamante não observou os procedimentos de segurança de operação da máquina, o que resultou no acidente. Nenhuma seqüela do acidente foi detectada. Houve conclusão no sentido de que o autor sofreu acidente de trabalho, mas nenhuma limitação funcional com redução da capacidade labora foi constatada.</p> <p>Em 25.05.21, houve audiência, sem conciliação.</p> <p>Sentença proferida, julgando a ação improcedente, sendo interposto recurso ordinário pelo Reclamante. Acórdão proferido pelo Tribunal Regional da 5ª Região, dando parcial provimento ao Recurso do Autor para deferir a condenação de R\$ 35.000,00 a título de danos morais, materiais e estéticos. Opostos embargos de declaração pela Lupo Nordeste, que foram conhecidos e parcialmente providos para sanar a omissão. Opostos novos declaratórios pela Lupo Nordeste.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença proferida, julgando a ação improcedente, sendo interposto recurso ordinário pelo Reclamante. Acórdão proferido pelo Tribunal Regional da 5ª Região, dando parcial provimento ao Recurso do Autor para deferir a condenação de R\$ 35.000,00 a título de danos morais, materiais e estéticos. Opostos embargos de declaração pela Lupo Nordeste, que foram conhecidos e parcialmente providos para sanar a omissão. Opostos novos declaratórios pela Lupo Nordeste.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento dos Embargos Declaratórios
i. chance de perda	Perda remota
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Capacidade do processo de impactar de forma significativa, direta ou indiretamente, o patrimônio e a capacidade financeira da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Condenação ao pagamento de R\$ 1.104.046,00 em favor do Autor.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0010844-14.2014.5.15.0151	
a. juízo	3ª Vara do Trabalho de Araraquara
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	11.09.2014
d. partes no processo	Autor: L. d. C. P. G. Ré: Lupo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R\$ 1.404.788,40. O valor da contingência será atualizado quando em fase de liquidação, caso haja condenação.
f. principais fatos	<p>Trata de alegação de doença ocupacional.</p> <p>A Autora alega que sofreu perda auditiva induzida por ruídos acima do limite de tolerância em virtude do local de trabalho, caracterizando-se como doença ocupacional, tendo em vista que possuía vínculo de trabalho com a Companhia durante muito tempo. Pede indenização por danos morais, com fulcro em doença ocupacional e dispensa discriminatória e danos materiais, consubstanciando em pensão mensal vitalícia pela incapacidade/redução da capacidade laborativa e fornecimento de plano de saúde e demais despesas que este não cubra, tendo em vista que a autora possui 52 anos e está fadada ao ofício. Ainda, a autora reitera que encontra-se incapacitada para o trabalho em razão das lesões decorrentes do trabalho executado na Companhia, de maneira que o dano causado à sua saúde fica configurado. Apresentamos contestação e foi elaborado laudo pericial, o qual identificou que a perda auditiva não pode ser classificada, haja visto que a reclamada esteve exposta a níveis de ruído abaixo do permitido por lei.</p> <p>Em 08.03.17, houve sentença que julgou ação procedente em parte, condenando a Companhia por dano material. Em 13.04.17, apresentamos recurso ordinário, em que foi discutida a prescrição, uma vez que já que a reclamante trabalhou em dois períodos e a doença, segundo alegado, manifestou-se no primeiro período. Discutiui-se, ainda, as inconsistências do relatório médico e fato de não ter levado em consideração que a atividade desenvolvida não era repetitiva. Pela Reclamante, que também recorreu, a restituição do uso do plano de saúde e honorários advocatícios. A respeito do pedido de prescrição da indenização moral apresentada em recurso, este foi negado pois comprovou-se a celebração de dois contratos de trabalho e que a condenação versa sobre acidentes ocorridos no ano de 2013. Ainda, foi também negado provimento ao pedido de doença ocupacional e consecutários. Foi denegado o recurso de revista em 28.01.19. Em razão da manutenção da sentença, foi apresentado Recurso de Revista junto ao TST, questionando a prescrição, valor e cálculo da indenização, dano moral que prescindia de prova e não pode ser</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Em 08.03.17, houve sentença que julgou ação procedente em parte, condenando a Companhia por dano material. Em 13.04.17, apresentamos recurso ordinário, em que foi discutida a prescrição, uma vez que já que a reclamante trabalhou em dois períodos e a doença, segundo alegado, manifestou-se no primeiro período. Discutiui-se, ainda, as inconsistências do relatório médico e fato de não ter levado em consideração que a atividade desenvolvida não era repetitiva. Pela Reclamante, que também recorreu, a restituição do uso do plano de saúde e honorários advocatícios. A respeito do pedido de prescrição da indenização moral apresentada em recurso, este foi negado pois comprovou-se a celebração de dois contratos de trabalho e que a condenação versa sobre acidentes ocorridos no ano de 2013. Ainda, foi também negado provimento ao pedido de doença ocupacional e consecutários. Foi denegado o recurso de revista em 28.01.19. Em razão da manutenção da sentença, foi apresentado Recurso de Revista junto ao TST, questionando a prescrição, valor e cálculo da indenização, dano moral que prescindia de prova e não pode ser presumido, e o valor atribuído que deve ser proporcional à redução da capacidade laborativa.</p> <p>A revista não foi conhecida e o processo agora pende de julgamento de agravo oposto junto ao TST. O Agravo foi indeferido.</p>
h. estágio do processo	Aguardando julgamento.
i. chance de perda	Perda possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Capacidade do processo de impactar de forma significativa, direta ou indiretamente, o patrimônio e a capacidade financeira da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Condenação ao pagamento de R\$ 580.000,000 em favor do Autor.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia era parte em processos cuja parte contrária é Eduardo Quirino dos Santos, acionista controlador da Quirino dos Santos Administração e Participações Ltda., atual acionista da Companhia, conforme abaixo descritos:

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0908996-31.2012.8.26.0037 (1272421)	
a. juízo	Câmara de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
b. instância	Superior Tribunal de Justiça
c. data de instauração	25/03/2013
d. partes no processo	Autor: Eduardo Quirino dos Santos Réu: Lupo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 10.000,00.
f. principais fatos	<p>Trata-se de ação de cumprimento de obrigação de fazer, na qual o autor alega que na sua condição de conselheiro fiscal, tem o direito de acessar todo e qualquer documento pertinente à empresa ou aos negócios efetuados. Requer assim, em caráter de tutela antecipada, o fornecimento dos documentos solicitados. A pretensão foi resistida pela Companhia tendo em vista que (i) a documentação diz respeito a empresas das quais o Autor não é conselheiro fiscal; (ii) a documentação solicitada é genérica e subjetiva, de modo que o pedido viola o artigo 356, I, do Código de Processo Civil; (iii) o Autor não indicou qual seria a finalidade da prova e tampouco os fatos concretos que justificariam a exibição dos documentos, ferindo, assim, o artigo 356, II, do Código de Processo Civil; (iv) a documentação solicitada, notadamente da Lupo e demais empresas controladas pela Comercial Lupo, não guarda relação com a atividade do conselheiro fiscal (art. 163, § 2º, Lei 6.404/76), violando os preceitos da razoabilidade e proporcionalidade; (v) a documentação solicitada pelo Autor, quando dentro dos parâmetros legais foi, há tempos, disponibilizada tanto pela Comercial Lupo.</p> <p>O processo nº 1272421 refere-se a agravo contra decisão que inadmitiu o recurso especial, interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que deu parcial provimento ao recurso de apelação, mantendo determinação de primeiro grau para que sejam apresentados os documentos requeridos pelo autor, sob pena de multa diária no valor de R\$ 5.000,00, com limite de R\$ 500.000,00. Atualmente, os autos estão conclusos no Superior Tribunal de Justiça, aguardando análise.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>O processo nº 1272421 refere-se a agravo contra decisão que inadmitiu o recurso especial, interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que deu parcial provimento ao recurso de apelação, mantendo determinação de primeiro grau para que sejam apresentados os documentos requeridos pelo autor, sob pena de multa diária no valor de R\$ 5.000,00, com limite de R\$ 500.000,00. Atualmente, os autos estão conclusos no Superior Tribunal de Justiça, aguardando análise.</p>
h. estágio do processo	Atualmente, os autos estão conclusos no Superior Tribunal de Justiça, aguardando análise.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Por se tratar de ação proposta por um Conselheiro Fiscal e acionista da Companhia
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Trata-se de obrigação de fazer. Em caso de perda, o réu deverá prover o acesso aos documentos solicitados pelo autor.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0914062-89.2012.8.26.0037(1161444)	
a. juízo	Câmara de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
b. instância	Superior Tribunal de Justiça
c. data de instauração	16/10/2012
d. partes no processo	Autor: Eduardo Quirino dos Santos Réu: Lupo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 10.000,00
f. principais fatos	<p>Trata-se de ação anulatória de deliberação assemblear realizada em 23/04/2012, a qual aprovou as demonstrações financeiras e as contas dos administradores da Lupo para o exercício de 2011, visando à invalidação do voto da Comercial Lupo e o consequente acolhimento do voto de rejeição dos autores. Os Autores pleitearam a invalidação do voto proferido pela Comercial Lupo S.A., acionista controladora da Lupo e, por consequência, o reconhecimento de rejeição das contas dos administradores, conforme voto desfavorável que os Autores apresentaram. Em 17/07/2013, a Lupo S/A informou nos autos a ocorrência de fato novo: a ratificação pela Comercial e pelos demais acionistas, com exceção dos Apelantes, dos votos proferidos na Assembleia impugnada. Desta forma, a Lupo S/A sustenta que, embora inexistam qualquer vício no voto proferido pela Comercial Lupo quanto à aprovação das contas dos administradores da Lupo, pelo bem da Companhia e preservação dos interesses desta, promoveu-se a ratificação de atos societários, eliminando qualquer dúvida quanto à expressão da vontade e manifestação da Comercial e dos demais acionistas da Lupo, emanadas na Assembleia.</p> <p>Em primeira instância, foi determinada a extinção do processo sem resolução do mérito, tendo em vista a realização de novas assembleias que ratificaram a deliberação impugnada. Os autores, então, interpuseram apelação contra a sentença, a qual foi provida, reconhecendo o impedimento formal de voto do representante da Comercial Lupo e decretando-se a rejeição das contas referentes ao exercício social encerrado em 2011. Além disso, a Lupo foi condenada nos ônus sucumbenciais. Contra tal acórdão, a Lupo interpôs recurso especial. O processo nº 1161444 refere-se a agravo interposto pela Lupo contra decisão que inadmitiu seu recurso especial. Atualmente, os autos estão conclusos no Superior Tribunal de Justiça, aguardando análise.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Em primeira instância, foi determinada a extinção do processo sem resolução do mérito, tendo em vista a realização de novas assembleias que ratificaram a deliberação impugnada. Os autores, então, interpuseram apelação contra a sentença, a qual foi provida, reconhecendo o impedimento formal de voto do representante da Comercial Lupo e decretando-se a rejeição das contas referentes ao exercício social encerrado em 2011. Além disso, a Lupo foi condenada nos ônus sucumbenciais. Contra tal acórdão, a Lupo interpôs recurso especial. O processo nº 1161444 refere-se a agravo interposto pela Lupo contra decisão que inadmitiu seu recurso especial. Atualmente, os autos estão conclusos no Superior Tribunal de Justiça, aguardando análise.</p>
h. estágio do processo	Atualmente, os autos estão conclusos no Superior Tribunal de Justiça, aguardando análise.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Por se tratar de ação proposta por um Conselheiro Fiscal e acionista da Companhia
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Possível

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0005241-87.2013.8.26.0037 (1282064)	
a. juízo	Câmara de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
b. instância	Superior Tribunal de Justiça
c. data de instauração	28/02/2013
d. partes no processo	Autor: Eduardo Quirino dos Santos Réu: Lupo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 10.000,00
f. principais fatos	Trata-se de ação anulatória de decisão assemblar sob o rito ordinário com pedido de liminar, na qual o autor alega que na votação de aprovação das contas da ré, em assembleia geral ordinária e extraordinária de 29.04.2011, o sócio Altamiro Boscoli estava impedido formalmente de deliberar sobre a referida aprovação. No entanto, considerando que este teve seu voto contabilizado, requer o reconhecimento de uma possível nulidade. Alega que o impedimento de voto, deveria constar aos outros acionistas da empresa Lupo, e com isso haveria prevalência do voto dos autores, rejeitando as contas prestadas, que iriam de acordo com os interesses da companhia ré e do grupo Lupo. Posteriormente, a Lupo informou nos autos a ocorrência de um fato novo - a ratificação pela Assembleia Geral da aprovação das demonstrações financeiras e das contas dos seus administradores relativas aos exercícios sociais de 2010 e 2011. Em primeira instância, foi determinada a extinção do processo sem resolução do mérito. Os autores, então, interpuseram a apelação contra a sentença, a qual foi provida. Contra tal acórdão, a Lupo interpôs recurso especial. O processo nº 1282064 refere-se a um agravo em recurso especial interposto pela Lupo contra a decisão que não admitiu o recurso especial interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Atualmente, os autos estão conclusos no Superior Tribunal de Justiça, aguardando análise.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	. Em primeira instância, foi determinada a extinção do processo sem resolução do mérito. Os autores, então, interpuseram a apelação contra a sentença, a qual foi provida. Contra tal acórdão, a Lupo interpôs recurso especial. O processo nº 1282064 refere-se a um agravo em recurso especial interposto pela Lupo contra a decisão que não admitiu o recurso especial interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
h. estágio do processo	Atualmente, os autos estão conclusos no Superior Tribunal de Justiça, aguardando análise.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Por se tratar de ação proposta por um Conselheiro Fiscal e acionista da Companhia
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Trata-se de pedido declaratório. Em caso de perda, a Lupo será condenada nos ônus sucumbenciais.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Em 31 de dezembro de 2022, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, a Companhia constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, equivalente a R\$ 10.781 mil, sendo R\$ 9.741 mil para contingências tributárias e R\$ 1.040 mil para contingências cíveis e trabalhistas.

Para fins de clareza, informamos que os valores constantes da nota explicativa nº 24 - Provisão para processos judiciais das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 considera apenas as contingências classificadas como perda provável e que a Companhia figura no polo passivo.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia é parte em dois processos relevantes que tramitam em segredo de justiça. Abaixo, apresentamos as informações relevantes de referidos processos sigilosos relevantes.

(a) análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas, em caso de perda, sem mitigação ou omissão de informações relevantes sobre o assunto	Possibilidade de condenação da Companhia ao pagamento do valor envolvido devidamente atualizado, em favor do Autor. Considerando a fase em que o processo se encontra (fase de conhecimento, não tendo havido ainda o encerramento da instrução processual), as chances de perda foram classificadas como remotas. Trata-se de processo que corre sob segredo de justiça.
(b) divulgação dos valores envolvidos nesses processos	Valor histórico da Causa: R\$ 6.368.885,58. Valor da Causa em 31.12.2022: R\$ 7.475.256,85.

(a) análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas, em caso de perda, sem mitigação ou omissão de informações relevantes sobre o assunto	Possibilidade de condenação da Companhia ao pagamento do valor envolvido devidamente atualizado, em favor do Autor, bem como eventual risco reputacional, em virtude da natureza da demanda. Trata-se de processo que corre sob segredo de justiça.
(b) divulgação dos valores envolvidos nesses processos	Valor histórico da Causa: R\$ 1.361.602,00. Valor da Causa em 31.12.2022: R\$ 1.598.132,76

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Processo Judicial nº 0006028-33.2007.4.01.3311

A Itabuna Têxtil Ltda., impetrou Mandado de Segurança em 16.07.2007 sob o nº 0006028-33.2007.4.01.3311, requerendo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a declaração do direito à restituição dos valores recolhidos a tais títulos anteriormente ao ajuizamento da ação. Em 24.05.2019, transitou em julgado o acórdão de julgamento que provimento ao recurso de apelação.

Desde 2017, contudo, restavam pendentes de julgamento os Embargos de Declaração opostos pela Fazenda Nacional no Recurso Extraordinário nº 574.706, nos quais se requeria a modulação dos efeitos da decisão e a delimitação de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições fosse o ICMS efetivamente recolhido pelos contribuintes.

Em 13.05.2021, a o Supremo Tribunal Federal decidiu definitivamente, que a produção dos efeitos do julgado ocorresse a partir de 15/03/2017, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até essa data, e, “no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo das contribuições PIS-COFINS, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado”.

Na decisão judicial transitada em julgada na ação nº 0006028-33.2007.4.01.3311, foi expressamente destacada a necessidade de instauração do processo administrativo para efetivação da compensação, tendo sido apenas assegurado o direito à compensação dos valores indevidamente recolhidos com débitos federais. Em 21.07.2021, a Itabuna requereu a desistência da execução, considerando a disciplina constante no art. 101 da Instrução Normativa RFB nº 1.717/2017.

A Fazenda Nacional entende que “é na data do trânsito em julgado da sentença judicial que reconheça o direito à compensação que ocorre a incorporação desse direito ao patrimônio do sujeito passivo, isto é, que se configura a disponibilidade de rendas ou proventos”, conforme esposado na Solução de Consulta DISIT nº 233/2007. Diante desse entendimento da Receita Federal, a Itabuna impetrou Mandado de Segurança com pedido liminar em 02/08/2021, sob nº 1008992-03.2021.4.01.3307, para requerer a tributação dos créditos decorrentes da decisão judicial transitada em julgado na ação nº 0006028-33.2007.4.01.3311 apenas no momento das declarações de compensação ou dos pedidos de restituição (transmissão dos PER/DCOMPs, na medida dos valores de créditos utilizados em cada PER/DCOMP).

Com o trânsito em julgado da decisão judicial e a homologação da sua inexecução pelo juízo competente, a Itabuna iniciará os procedimentos de compensação do crédito relativo ao recolhimento a maior realizado durante o período anterior ao ajuizamento da ação e durante o seu curso (julho de 2002 a dezembro de 2017). Para tanto, após a obtenção da Certidão de Inteiro Teor do processo nº 0006028-33.2007.4.01.3311, deverá ser instaurado o procedimento administrativo previsto no artigo 100, § 1º., da Instrução Normativa nº 1.717/17.

Após o deferimento deste pedido de habilitação – que não implica reconhecimento do direito creditório ou homologação da compensação –, a Itabuna terá 5 (cinco) anos, contados da data da homologação da desistência da execução do título judicial, para apresentar as declarações de compensação dos créditos decorrentes da decisão judicial transitada em julgado na ação nº 0006028-33.2007.4.01.3311.

Termos de Ajuste de Conduta (“TAC”)

Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 27/2019 e Outros

Em 14.05.2019, a Lupo S/A firmou o TAC nº 27/2019 perante o Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região- Procuradoria do Trabalho no Município de Araraquara – São Paulo, nos autos do Procedimento Preparatório nº 000003.2019.15.003/9-50, comprometendo-se, imediatamente, a respeitar o efetivo descanso semanal remunerado. Em caso de descumprimento do acordado, há implicação de multa diária no valor de R\$200,00 (duzentos reais), por trabalhadores alvo de descumprimento, reajustável até a

4.7 Outras contingências relevantes

data do efetivo pagamento e reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (“FAT”), nos termos dos artigos 5º, parágrafo 6º e 13 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985. Não há a abrangência territorial das obrigações pactuadas no TAC nº 27/2019, estando as atividades da signatária atualmente restritas ao município Araraquara. No mais, o TAC possui prazo determinado e todas as obrigações estão sendo cumpridas

Ainda, em 2006, a Itabuna Têxtil LTDA firmou TAC, de prazo indeterminado, com o Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 05ª Região – Ofício de Itabuna, envolvendo abolição de políticas discriminatórias. Entre as obrigações, foi pactuado que em qualquer forma de recrutamento e seleção de postos de emprego, não haveria limites de idade, preferência por determinado sexo, necessidade de “boa aparência” ou outra exigência similar, bem como qualquer outro critério discriminatório para contratação. Ainda, deveríamos eleger como política da Companhia o fomento à igualdade de oportunidade e de trato para todos os empregados, sem discriminação. Todas as obrigações foram devidamente cumpridas. A abrangência territorial inclui todas as filiais e/ou estabelecimentos da Itabuna Têxtil LTDA. A multa em caso de descumprimento é de R\$10.000,00 por infração ou por trabalhador discriminado.

Ainda, firmamos os seguintes Termos de Compromisso e Ajustamento de Conduta: (i) TAC 006/2005, tendo como objeto a contratação de pessoas com deficiência (“PcD’s”); (ii) TAC 53/2007 (aditivo ao TAC 006/2005), tendo como objeto a contratação e manutenção de PcD’s; e (iii) TAC 010/2007, tendo como objeto a segurança e Medicina do Trabalho.

O TAC 006/2005 foi firmado entre Itabuna Têxtil S.A. e o Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 05ª Região – Ofício de Itabuna, em 05 de dezembro de 2003. Nele foi estabelecida obrigação de fazer para preenchimento dos cargos da empresa com trabalhadores reabilitados ou pessoas portadores de deficiências habilitadas. Foi fixada multa de R\$3.000,00 (três mil reais) por cada vaga preenchida em desacordo com o TAC 006/2005. Não há a abrangência territorial das obrigações pactuadas no TAC 006/2005, estando as atividades da signatária atualmente restritas ao município de Itabuna. No mais, o TAC possui prazo determinado e todas as obrigações estão sendo cumpridas

O TAC 53/2007 foi firmado entre Itabuna Têxtil S.A. e o Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 05ª Região-Ofício de Itabuna, em 12 de novembro de 2007. A compromissária se obrigou a abster-se de exigir, como requisito para contratação de pessoas com deficiência, que a pessoa tivesse segundo grau completo, exceto quando esta formação escolar fosse indispensável e imprescindível para exercer as funções do cargo que o candidato estivesse concorrendo. Eventual descumprimento de tal obrigação resultará na aplicação de multa de R\$30.000,00 (trinta mil reais) por cada vez que ficar constatado seu descumprimento. Ainda, a compromissária se obrigou a promover, por três unidades a cada ano, cursos de qualificação profissional que habilitem as pessoas com deficiência, candidatos à contratação pela empresa a exercerem as funções do emprego para o qual estão concorrendo. O eventual descumprimento de tal obrigação resultaria na aplicação de multas de R\$30.000,00 para cada curso que deixou de ser realizado pela empresa. O TAC 53/2007 foi firmado com prazo de vigência indeterminado. Não há a abrangência territorial das obrigações pactuadas no TAC 53/2007, estando as atividades da signatária atualmente restritas ao município de Itabuna. No mais, o TAC possui prazo de validade indeterminado; bem como todas as obrigações estão sendo cumpridas.

Por fim, o TAC 10/2007 firmado entre Itabuna Têxtil S.A. e o Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 05ª Região-Ofício de Itabuna, em 30 de janeiro de 2007. Nele foram estabelecidas diversas obrigações que deveriam ser cumpridas, como (i) cumprimento das Normas Reguladoras n.º 14 e 15 da Portaria TEM 399/2004; (ii) aprofundar estudos relativos à adequação das condições ergonômicas na empresa, de forma a implementar ações que visem a adequação ergonômica no trabalho ;(iii) a implantação, no setor de estamparia, adequado sistema de exaustão de vapores; (ii) proibição da atividade de jateamento de areia; (iii) limitação da altura das caixas a serem transportadas em carrinhos, entre outras obrigações. Foi estipulado o valor de R\$3.000,00 (três mil reais) por cada obrigação descumprida. Não há a abrangência territorial das obrigações pactuadas no TAC 10/2007, estando as atividades da signatária atualmente restritas ao município de Itabuna. No mais, o TAC; possui prazo de validade indeterminado; bem como todas as obrigações estão sendo cumpridas, com apresentação trimestral de relatório.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 – Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Nós possuímos uma política de gerenciamento de riscos (“Política de Gestão de Riscos”), que foi aprovada pelo Conselho de Administração em 16 de agosto de 2021 e alterado em 23 de setembro de 2021, 1 de dezembro de 2021 e 21 de dezembro de 2021, e está disponível em nosso website (www.ri.lupo.com.br). A Política de Gestão de Riscos é aplicável à Companhia e suas controladas.

(b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, incluindo:

A Política de Gestão de Riscos tem por objetivo estabelecer as diretrizes para o desenvolvimento, disseminação e implementação de metodologias de gerenciamento de riscos institucionais, com vistas a apoiar a melhoria contínua de processos de trabalho, projetos e a alocação e utilização eficaz dos recursos disponíveis, contribuindo para o cumprimento de nossos objetivos.

Nossas atividades podem ser impactadas negativamente, implicando em perdas ao negócio, bem como podem ser afetadas positivamente através do aproveitamento das oportunidades decorrentes de suas atividades. O estabelecimento da Política de Gestão de Riscos visa assegurar que as responsabilidades e diretrizes sejam definidas, abrangendo inclusive metas, metodologias e monitoramentos aplicáveis.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no Item 4.1 deste Formulário de Referência e busca proteção para todo e qualquer risco que possa impactar negativamente os objetivos traçados pela sua administração. Esses riscos foram classificados em dois principais grupos:

- Riscos estratégicos: são riscos abrangentes que nos afetam de forma sistêmica e podem eventualmente ameaçar a perenidade da Companhia. São os riscos associados à tomada de decisão da administração e que podem gerar perda substancial no valor econômico da Companhia. Além disso, podem ocasionar impacto negativo na receita ou no capital da Companhia em consequência de um planejamento falho, da tomada de decisões adversas, da inabilidade da Companhia em implantar seus planos estratégicos apropriados e/ou de mudanças em seu ambiente de negócio, e;
- Riscos Operacionais: são riscos pouco e/ou menos abrangentes, tipicamente isolados em um departamento e/ou processo e têm menor possibilidade de ameaçarem a perenidade da Companhia. Estão associados à falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Os Riscos Estratégicos da Companhia são subdivididos em nove categorias, de acordo com a sua natureza, conforme segue:

- (i) Compliance: risco de punições legais, regulatórias, de perda reputacional e/ou financeira decorrente de inconformidades no cumprimento e aplicação de leis e regulamentações e/ou Código de Conduta, Políticas e demais normas da Companhia;
- (ii) Conjuntura: risco decorrente de perdas e mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais e econômicas ou financeiras do Brasil;
- (iii) Crédito: risco de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de clientes, instituições financeiras e garantias de aplicações financeiras;
- (iv) Imagem: risco de perda decorrente da marca “Lupo” ser “desgastada” junto ao mercado e/ou às autoridades, em razão e publicidade negativa, verdadeira ou não;
- (v) Legal: risco de perda decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (vi) **Liquidez:** risco de falta de recursos para honrar compromissos assumidos em função do descasamento entre ativos e passivos. Possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável (caixa);
- (vii) **Mercado:** risco decorrente da possibilidade de haver pressões para alteração nos preços dos nossos produtos e custos para a operação;
- (viii) **Operação:** risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos (ex.: fatores meteorológicos); ou
- (ix) **Regulatório:** risco decorrente de mudanças nas regulamentações em vigor, que podem afetar negativamente dos negócios da Companhia.

Adicionalmente, nós possuímos instrumentos financeiros derivativos para proteger nossas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Para mais informações sobre este tema, ver item 5.5 do Formulário de Referência.

(ii) Os instrumentos utilizados para proteção

Possuímos os seguintes instrumentos para mitigação de seus principais riscos:

Identificação de Riscos. riscos estratégicos são identificados, dentre outras formas, através de rodadas de discussões com a Diretoria e pessoas designadas, além de benchmark com empresas de porte e mercado semelhantes. Os riscos operacionais são identificados, dentre outras formas, através da execução de auditorias nos processos, conforme previsto no plano anual de auditoria, na realização de entrevistas de entendimento com as áreas de negócio e são identificados também através da apreciação de denúncias com constatação de fraudes, erros e/ou desvios.

Avaliação de Riscos. Os riscos são avaliados conforme metodologia própria da área de *Compliance* e Auditoria Interna. Os riscos estratégicos são catalogados e classificados de acordo com o impacto, probabilidade e grau de maturidade dos controles. Riscos operacionais recebem classificação de grau: alto, médio e baixo; considerando-se duas variáveis: se o risco é ou não inerente e se existem ou não falhas de controles que nos expõem ao risco.

Comunicação dos Riscos. Riscos estratégicos são acompanhados pela área de *Compliance* e reportados ao Conselho de Administração semestralmente. Riscos operacionais são acompanhados pela área de *Compliance* e reportados à Diretoria eventualmente, sempre que finalizado e emitido relatório de auditoria.

Tratamento de Riscos. Os riscos podem ser aceitos, conforme deliberação da Diretoria, não implicando na necessidade de adequação de processos e controles. Quando os riscos não são aceitos, se estabelece a obrigação de adequarmos os processos e controles para sua mitigação. A estratégia de mitigação e controle dos riscos estratégicos é discutida e aprovada pelo Conselho de Administração e operacionalizada pelas áreas envolvidas com respaldos das áreas de *Compliance* e de Auditoria Interna. A estratégia de mitigação e controle dos Riscos Operacionais é discutida e aprovada pela Diretoria e pelos gestores das áreas envolvidas com respaldos das áreas de *Compliance* e de Auditoria Interna. Para cada risco estratégico são definidos processos contingenciais para que se garanta a continuidade do nosso negócio em caso de exposição, minimizando os eventuais danos.

Reavaliação de Riscos. Riscos estratégicos serão reavaliados periodicamente, conforme grau de exposição e maturidade de seus controles internos.

(iii) A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Nosso gerenciamento de riscos é realizado por uma estrutura formada por diferentes órgãos, com as seguintes competências abaixo:

Conselho de Administração: o Conselho de Administração (i) aprova as diretrizes constantes na Política de Gestão de Riscos da Companhia; (ii) define a estrutura funcional dos comitês de assessoramento e departamentos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

convergentes à Gestão de Riscos; (iii) aprovar as transações entre partes relacionadas; e (iv) aprova a Matriz de Riscos Estratégicos.

Comitê de Auditoria: o Comitê de Auditoria, constituído em 20 de agosto de 2021 e em pleno funcionamento, (i) acompanha as atividades da auditoria interna da Companhia; (ii) avalia e monitora as exposições de risco da Companhia; (iii) reporta ao Conselho de Administração os resultados dos processos de monitoramento dos riscos estratégicos; (iv) delibera sobre as recomendações elaboradas pela área de Auditoria Interna; (v) propõe alterações na Política de Gerenciamento de Riscos e as submete ao Conselho de Administração; (vi) avaliar e reportar ao Conselho de Administração as transações entre partes relacionadas.

Comitê de Governança e Ética: o Comitê de Governança e Ética, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e permanente para assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, a ser constituído, (i) avalia a adequação, fortalecimento e funcionamento dos sistemas de compliance da Companhia; (ii) emite orientações para a área de Compliance; (iii) recomenda alterações no Código de Conduta e políticas internas da Companhia; e (iv) avalia o plano anual de Compliance reportado pela área de Compliance. Até a presente data, o Comitê de Governança e Ética não foi constituído.

Diretoria: A Diretoria (i) suporta as decisões do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Governança e Ética no que tange à mitigação dos riscos; e (ii) subsidia recursos para a implementação de controles internos efetivos e estratégias de mitigação de riscos.

Área de Compliance: A área de *Compliance*, quando constituída, terá a função de (i) Facilitar e monitorar a implementação de práticas eficazes de gerenciamento de riscos por parte da gerência operacional; (ii) Apoiar as políticas de gestão, bem como definir responsabilidades na gestão das conformidades, além de estabelecer metas para implementação de controles; (iii) Monitorar a adequação e a eficácia dos controles internos, a precisão e a integridade dos reportes, a conformidade com leis e regulamentos e a resolução oportuna de deficiências; (iv) Auxiliar as gerências a desenvolver processos e controles para o melhor gerenciamento dos riscos; (v) Orientar sobre processos de gerenciamento de riscos e controles, de modo a conscientizar os gestores sobre a importância da gestão de riscos e a responsabilidade inerente de cada Colaborador; (vi) Alertar a gerência operacional para questões emergentes e para as mudanças no cenário regulatório e de riscos; (vii) Averiguar o cumprimento das estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração e implementadas pela Diretoria; e (viii) Acompanhar as atualizações dos novos temas relativos à conformidade e integridade, à responsabilidade socioambiental, à governança e à responsabilidade corporativa revisando periodicamente os programas antifraude e de conformidade, reportando-se nesse sentido ao Comitê de Auditoria. A Área de Compliance não acumula funções ou atividades operacionais. Até a presente data, a Área de Compliance não foi constituída.

As pessoas responsáveis pelas funções de compliance, riscos e controles internos não acumularão cargos operacionais e não se reportarão para diretores com atividades operacionais.

Auditoria Interna: A área de Auditoria Interna, quando constituída, será responsável por (i) Monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos riscos e de governança, bem como dos controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações; (ii) Fornecer ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas; (iii) Consolidar, avaliar, monitorar e comunicar os riscos (estratégicos, financeiros, operacionais e de compliance) da Companhia ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria; (iv) Reportar suas atividades ao Comitê de Auditoria, que, por sua vez, se reportará ao Conselho de Administração; (v) Avaliar as atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial e operacional conduzidas pelas áreas internas da Companhia e/ou prestadores de serviços contratados pela Companhia; (vi) Propor medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados; (vii) Verificar o cumprimento e a implementação das determinações do Estatuto Social e procedimentos internos da Companhia; e (viii) Apurar denúncias recebidas

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

pelo canal de denúncia, quando acionado, e enviar relatórios trimestrais ao Comitê de Auditoria sobre as atividades desenvolvidas. Até a presente data, a Área de Auditoria Interna não foi constituída.

A área de auditoria interna, quando em funcionamento, terá estrutura e orçamento considerados suficientes ao desempenho de suas funções conforme avaliação realizada pelo conselho de administração ou pelo comitê de auditoria ao menos uma vez ao ano, nos termos do art. 23, III do Regulamento do Novo Mercado, quando da adesão da Companhia ao Novo Mercado.

Área de Controles Internos: A área de controles internos, quando constituída, será responsável por: (i) Identificar, preventivamente, Riscos nos processos internos da Companhia e fazer sua necessária gestão, avaliando a probabilidade de ocorrência e adotando medidas para sua prevenção e mitigação, de acordo com a estratégia de gerenciamento de Riscos corporativos da Companhia; (ii) Consolidar a avaliação de Riscos da Companhia, por meio da elaboração de relatórios periódicos, e reportá-los ao Comitê de Auditoria da Companhia; (iii) Coordenar e definir os procedimentos e padrões a serem utilizados na gestão de controles internos e gerenciamento de Riscos da Companhia como, por exemplo, ferramentas, metodologias, sistemas de suporte, as formas e a periodicidade dos seus reportes ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da Companhia, conforme o caso; (iv) Reportar ao Comitê de Auditoria os resultados do processo de gerenciamento dos riscos, por meio da elaboração de relatórios periódicos, assessorando o referido órgão para desempenho de suas atividades previstas no Regulamento do Novo Mercado, quando da adesão da Companhia ao Novo Mercado; e (v) Apoiar a Diretoria na identificação de Riscos corporativos. Até a presente data, a Área de Controles Internos não foi constituída.

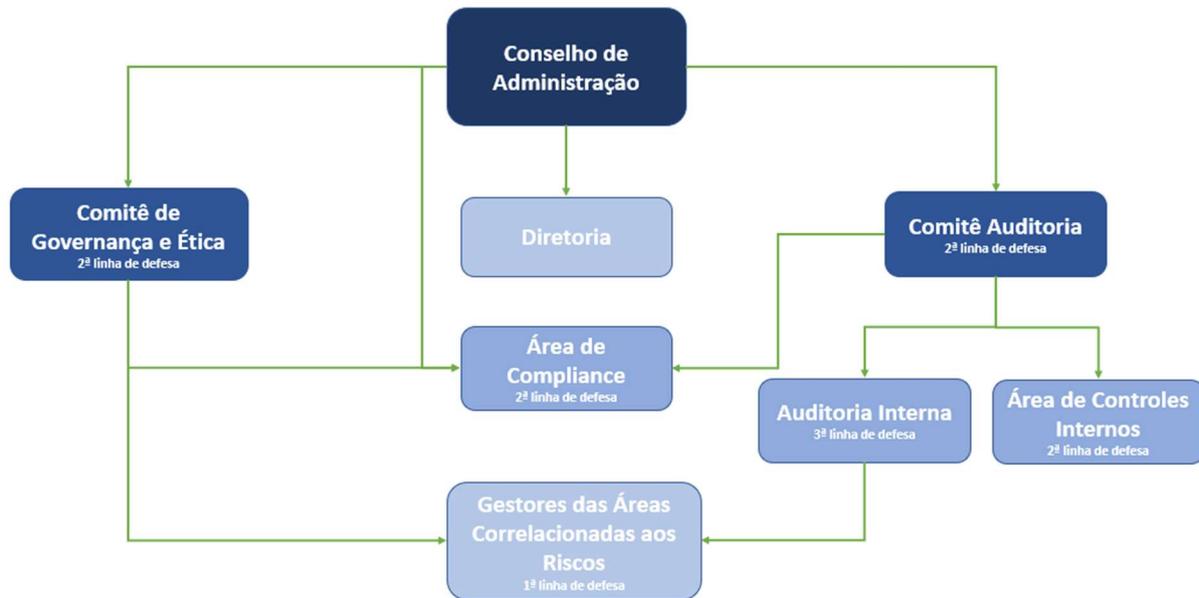
A Área de Controles Internos não acumula funções ou atividades operacionais e se reporta diretamente ao Comitê de Auditoria que, por sua vez, se reporta ao Conselho de Administração da Companhia.

Gestores das Áreas Correlacionadas aos Riscos Estratégicos e Operacionais: Os Gestores das Áreas Correlacionadas aos Riscos Estratégicos e Operacionais têm a função de (i) implementar controles internos recomendados pela área de *Compliance* e Auditoria Interna; (ii) assegurar a implementação dos planos de ação para mitigação de riscos; (iii) serem proativos na identificação de riscos, comunicando-os sempre a área de

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

compliance e Auditoria Interna; e (iv) contribuir através do fornecimento de informações que subsidiem as apurações realizadas pela área de *Compliance* e Auditoria Interna.

O organograma abaixo demonstra nossa estrutura de gerenciamento de riscos, com nossas linhas de defesa:



Até a presente data, a Companhia está em processo de adaptação e de aprimoramento das instâncias envolvidas no gerenciamento de riscos para fins de adequação às regras do segmento de governança corporativa do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Deste modo, a Companhia está estruturando e implementando as áreas e ferramentas de (i) Compliance; (ii) Auditoria Interna; e (iii) Controles Internos, que deverão ser finalizadas em até 12 (doze) meses da data do início de negociação de ações ordinárias de sua emissão, nos termos do Ofício Circular nº 049/2021-PRE publicado pela B3 em 13 de maio de 2021.

A Companhia estipulou o seguinte cronograma tentativo, com as etapas para a adaptação ao Novo Mercado:

- I. Em até 2 meses a contar da data de início da negociação no Novo Mercado: a Companhia criará um grupo de trabalho (GT) cujos membros serão apontados pelo Conselho de Administração, responsável por contratar e formar das equipes das áreas de Compliance, Auditoria Interna e de Controles Internos.
- II. Em até 4 meses a contar da data de início da negociação no Novo Mercado: as equipes das áreas de Compliance, Auditoria Interna e de Controles Internos estarão montadas e em funcionamento e o Conselho de Administração terá eleito os membros do comitê de gestão e assessoramento.
- III. Em até 6 meses a contar da data de início da negociação no Novo Mercado: Prazo intermediário de fiscalização pela B3 e divulgação ao mercado, pela Companhia, do estágio de implementação das estruturas, processos e políticas até o momento, assim como atualização do cronograma para implementação das estruturas, processos e políticas ainda pendentes.
- IV. Em até 8 meses a contar da data de início da negociação no Novo Mercado: a área de Compliance terá implementado (a) uma agenda de treinamentos, palestras e workshops; (b) o canal para monitoramento de práticas de corrupção e lavagem de dinheiro; e (c) manuais e guias internos para orientação aos funcionários sobre práticas anticorrupção; e a Área de Controles Internos terá implementado: (a) os

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

métodos de análise de gerenciamento de riscos; e (b) definição das ferramentas, metodologias, sistemas de suporte, formas e a periodicidade de reportes ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria. O comitê de gestão e assessoramento terá implementado (a) a reformulação, conforme necessário, de políticas de desenvolvimento de pessoas, incentivos e retenção de talentos; (b) meios de monitoramento do clima organizacional; e (c) a metodologia para indicação e avaliação dos administradores.

- V. Em até 12 meses a contar da data de início da negociação no Novo Mercado: a Companhia estará integralmente adaptada ao Regulamento do Novo Mercado e divulgará ao mercado a conclusão da implementação das estruturas, do processo de avaliação e dos termos das políticas.

(1) O Conselho de Administração da Companhia poderá contratar assessores e profissionais especializados para auxiliar a Companhia no processo de implementação das estruturas e processos internos.

(2) Trata-se de cronograma tentativo da Companhia, que poderá sofrer ajustes e alterações, observado a data-limite para a finalização do processo de adaptação ao Regulamento do Novo Mercado em até 12 meses a contar da data de início da negociação no Novo Mercado. Qualquer ajuste e alteração neste cronograma será devidamente informado ao mercado, nos termos da regulamentação em vigor.

A Companhia divulgará ao mercado a conclusão da implementação das estruturas, do processo de avaliação e elaboração das políticas.

(c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que, com a implementação integral da estrutura organizacional de governança corporativa estarão atendidas as necessidades referentes ao controle, monitoramento e gestão de riscos da Companhia, de forma que estes se mantenham dentro do nível de tolerância a riscos estabelecidos pela administração da Companhia. Nos termos da Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 23 de setembro de 2021, o prazo para implementação das estruturas de governança corporativa observará o disposto no Ofício Circular 049/2021-PRE emitido pela B3, em 13 de maio de 2021.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 - Descrição dos controles internos

(a) Indicar as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Elaboramos um processo de organização interna para aprimorar nossas estruturas de controle interno. Atualmente, possuímos uma estrutura societária composta pelo Conselho de Administração, Diretoria, bem como pelo Comitê de Auditoria, com atribuições específicas determinadas no Estatuto Social e nos respectivos regimentos, de modo a garantir que os controles internos sejam devidamente implementados, executados, revisados e aperfeiçoados.

Neste contexto, consideramos que nossa estrutura de governança corporativa e controles internos, que monitora os processos operacionais e financeiros, inclusive os relacionados à gestão de riscos e de *Compliance*, é satisfatória, e buscamos aprimorar a eficiência de nossos controles internos de forma contínua.

(b) Indicar as estruturas organizacionais envolvidas

Com relação às estruturas de controles voltadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, o Conselho de Administração é responsável por, dentre outras funções, emitir manifestação sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria e submeter as demonstrações financeiras da Companhia para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Adicionalmente, a Companhia possui o Comitê de Auditoria, constituído em 20 de agosto de 2021 e em pleno funcionamento, que é um órgão colegiado de assessoramento e orientação ao Conselho de Administração para auxiliá-lo no controle sobre a qualidade das demonstrações financeiras e controles internos, visando a confiabilidade e integridade das informações. Compete ao Comitê:

- (i) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia;
- (iii) supervisionar as atividades da auditoria interna, da área de controles internos e da área responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;
- (iv) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia, incluindo a qualidade dos seus trabalhos, estrutura existente, plano de trabalho e resultados dos trabalhos realizados;
- (v) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, incluindo os riscos operacionais, financeiros, estratégicos e de imagem, acompanhando e supervisionando o processo de gerenciamento de riscos;
- (vi) assegurar que a Companhia tenha procedimentos a serem utilizados para receber, processar e tratar denúncias, reclamações e informações acerca (a) do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos (b) de questões contábeis, (c) de controles internos, e (d) de matérias de auditoria; bem como assegurar procedimentos específicos para proteção da identidade do denunciante e a confidencialidade da informação;
- (vii) monitorar o controle da qualidade das demonstrações financeiras, dos controles internos, do gerenciamento de riscos e compliance;
- (viii) avaliar por meio da recepção e tratamento de informações a respeito do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis a Companhia, além de regulamentos e códigos internos, garantindo a proteção do prestador e da confidencialidade da informação;

5.2 Descrição dos controles internos

- (ix) monitorar a efetividade do trabalho dos auditores independentes, assim como sua independência, reportando ao Conselho de Administração a evolução dos seus trabalhos;
- (x) avaliar e discutir o plano anual de trabalho do auditor independente e encaminhá-lo para a apreciação do Conselho de Administração;
- (xi) informar suas atividades trimestralmente ao Conselho de Administração, constando em ata o mencionado reporte;
- (xii) zelar e disseminar o comprometimento da Companhia por uma gestão pautada pelos pilares de governança corporativa, sustentabilidade e ética empresarial, incluindo, mas não se limitando a:
 - a. transparência de informações;
 - b. equidade;
 - c. prestação de contas;
 - d. responsabilidade corporativa;
 - e. erradicação do trabalho infantil, forçado ou compulsório;
 - f. combate às práticas de discriminação, sob quaisquer formas;
 - g. prevenção ao assédio moral ou sexual;
 - h. valorização da diversidade;
 - i. combate a todas as formas de corrupção;
 - j. preservação ambiental e gerenciamento de impactos; e
 - k. gestão dos riscos corporativos.
- (xiii) promover a constante melhoria das práticas de governança adotadas pela Companhia, recomendando novas práticas e/ou propondo alterações às práticas existentes;
- (xiv) acompanhar os indicadores sociais, ambientais e econômicos da Companhia e propor metas, ações e programas de sustentabilidade empresarial, acompanhando e avaliando periodicamente os resultados obtidos por tais metas, ações e programas, utilizando como matriz avaliativa do impacto gerado, entre outras, os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- (xv) monitorar e avaliar as práticas relacionadas ao atendimento dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- (xvi) zelar pelo eficaz funcionamento do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, bem como promover o bom relacionamento entre o Conselho de Administração, a Diretoria, acionistas e demais stakeholders (partes interessadas) da Companhia;
- (xvii) revisar periodicamente, discutir e propor alterações ao Estatuto Social, Regimentos Internos dos comitês de assessoramento, ao Código de Conduta, assim como a outros documentos, políticas e normas internas da Companhia relacionados à governança, conduta e ética;
- (xviii) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, acompanhando e supervisionando o processo de gerenciamento de riscos;

5.2 Descrição dos controles internos

- (xix) assegurar a adequação, fortalecimento e funcionamento dos sistemas de controles internos da Companhia, visando reduzir, exterminar e/ou mitigar riscos existentes e prevenir potenciais riscos, apresentando recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos;
- (xx) disseminar a cultura de gerenciamento de riscos e controles internos na Companhia visando assegurar o estrito cumprimento de todas as leis, normas e regulamentos a ela aplicáveis;
- (xxi) emitir recomendações sobre situações de potencial conflito de interesses entre partes relacionadas da Companhia quando julgar necessário ou por solicitação do Conselho de Administração;
- (xxii) discutir, propor e atualizar as políticas e diretrizes socioambientais da Companhia, objetivando potencializar o impacto positivo e mitigar, dentro do possível, as externalidades negativas;
- (xxiii) submeter ao Conselho de Administração suas recomendações sobre questões de sua competência e reportar suas atividades periodicamente ao Conselho de Administração, que deverá orientar o Comitê com relação ao nível de tolerância ao risco nos processos e atividades executadas nos diversos níveis da Companhia; e
- (xxiv) acompanhar a execução de suas recomendações, reunindo-se periodicamente com a Diretoria e gestores da Companhia.

(c) Indicar se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A supervisão da eficiência dos nossos controles internos é feita pelo Comitê de Auditoria, na forma descrita neste item 5.2, criado em 20 de agosto de 2021 e em pleno funcionamento. O Comitê de Auditoria é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração, observado que ao menos um membro deve ser independente e ao menos um membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, de controles internos, informações e operações financeiras e de auditoria.

(d) Indicar deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório preparado e encaminhado pelos auditores independentes relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, preparado em maio de 2023, apontou como deficiência significativa sobre os controles internos da Companhia a ausência de controles formais de revisão das demonstrações financeiras, bem como processo formal para revisão da planilha de consolidação e lançamentos de eliminação e ajustes no nível de consolidação pelo nível apropriado hierárquico.

Foi recomendado que a Administração implemente ferramentas automatizadas para elaboração das informações a serem incluídas nas demonstrações financeiras, forneça treinamentos recorrentes à equipe de preparação/revisão e implemente atividades e controles de revisão formal tempestiva destas informações por profissionais qualificados e pelas áreas envolvidas, ou seja, das áreas onde as informações são originadas. Tais medidas tendem a reduzir os riscos acerca de distorções relevantes. Adicionalmente, foi sugerido à Administração fazer o uso de checklists de divulgação e outros modelos de preparação das demonstrações financeiras para evitar divulgações imprecisas ou incompletas.

O relatório preparado pelos auditores independentes apontou também carências no ambiente geral de Tecnologia da Informação – TI. Foi identificada a ausência de um processo formal para a abertura de mandantes, bem como a ausência de controles pertinentes à segregação de funções, mais especificamente de travas sistêmicas que impeçam que usuários tenham acessos conflitantes entre funções de desenvolvimento e transporte de mudanças para o ambiente de produção. O relatório apontou ainda a falta de padrões pré-definidos referentes à gestão de mudanças e à concessão de acessos ao sistema SAP. Por fim, o relatório

5.2 Descrição dos controles internos

observou a ausência de matriz de segregação de funções que permita identificar quais transações são conflitantes no sistema SAP.

Perante os pontos levantados, foram recomendadas à Administração as seguintes medidas: i) abertura de mandantes: formalização de processo para abertura de mandante e implantação de log ativo para avaliar a real atividade executada; ii) segregação de funções: implantação de política de segregação de funções e trava sistêmica que impeça que o mesmo usuário desenvolvedor transporte a mudança; iii) gestão de mudanças: formalização/padronização dos processos pertinentes ao desenvolvimento da mudança, realização de testes e transporte da mudança para produção; iv) concessão de acessos ao sistema SAP: formalização/padronização do processo; e v) matriz SoD: implantação de um processo de revisão periódica sobre os direitos de acesso ao sistema SAP.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Com relação à deficiência significativa apontada no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente, a Administração informa que todas as informações para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e individual são extraídas por meio de balancetes analíticos diretamente de nosso ERP SAP, cujas informações estão devidamente conciliadas. O processo de elaboração das demonstrações financeiras e de atendimento aos formatos exigidos pelas normas contábeis vigentes são ainda elaborados em formatos Excel e Word, o que obrigatoriamente faz com que a Companhia extraia as informações de seu ERP e coloque-as em planilhas e textos em formatos específicos. Apesar destas exigências a Companhia tem otimizado todo esse processo com a padronização das informações, as quais ficam armazenadas em um repositório na rede, com acesso restrito às informações pelos integrantes da área responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e a diretoria da Companhia. Eventuais necessidades de realização de ajustes e/ou reclassificações são realizados após análise minuciosa do atendimento aos requerimentos das normas contábeis vigentes, e posteriormente, passando pelos níveis hierárquicos apropriados de aprovação.

Quanto às carências identificadas no ambiente geral de Tecnologia da Informação – TI, a Administração informa a realização de reunião com o auditor em 12 de maio de 2023 onde foi apresentado e discutido o plano de ação do Grupo Lupo para mitigar os riscos levantados. Dentre as ações previstas, cumpre destacar a implementação de um portal para abertura de chamados, o que promoverá a formalização e padronização de todas as solicitações recebidas pela TI.

5.3 Programa de integridade

5.3 - Programa de integridade

(a) Informar se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Possuímos mecanismos e procedimentos internos de integridade para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Temos um código de conduta que compila as principais políticas da Companhia referentes a questões sociais, direitos trabalhistas, saúde e segurança, combate à corrupção, suborno e informações falsas, transparência, proteção patrimonial, compras, meio ambiente, entre outras questões.

Atualmente, revisitamos nossas diretrizes internas e aprovamos políticas específicas, em linha com os parâmetros de mercado. Dentre elas, o Conselho de Administração aprovou o novo Código de Conduta, em dezembro de 2021, destinado ao aperfeiçoamento das relações internas e externas da Companhia aumentando, dessa forma, a confiança de seus clientes, fornecedores e trabalhadores. O Código de Conduta é aplicável aos acionistas, membros do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, membros do Conselho Fiscal, diretores executivos, funcionários, terceirizados, estagiários, prestadores de serviço e qualquer outra pessoa que atue com ou em nome da Companhia.

O Código de Conduta, além de estabelecer a missão, visão e os valores da Companhia, trata dos seguintes tópicos: (i) responsabilidade dos colaboradores; (ii) comportamentos esperados; (iii) direitos humanos; (iv) conflito de interesses; (v) brindes e presentes; (vi) combate à corrupção, e; (vii) relacionamento com o meio ambiente, entre outros.

Adicionalmente, aprovamos outras políticas que buscam garantir mecanismos de integridade como a Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Transação com Partes Relacionadas e a Política de Negociação com Valores Mobiliários. Todas as políticas aqui mencionadas, bem como nosso Código de Conduta estão disponíveis em nosso website (www.ri.lupo.com.br) e nos websites da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). Visando manter sintonia com as expectativas da sociedade, o conteúdo do Código de Conduta e das políticas da Companhia são revisados e atualizados constantemente.

(ii) As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia criará o Comitê de Governança e Ética, um órgão colegiado de assessoramento e orientação ao Conselho de Administração da Companhia, para o auxiliar na manutenção de elevados padrões éticos dentro de nosso ecossistema. Nos termos do Código de Conduta, o Comitê de Governança e Ética terá como responsabilidade deliberar sobre desafios éticos que não são solucionados pela cadeia de supervisão que envolvam a Companhia, seus administradores e colaboradores.

Nos termos do Regimento interno do Comitê de Ética, quando constituído, será responsável por:

- (i) avaliar e deliberar sobre os desafios éticos que envolvam a Companhia, seus administradores e colaboradores;
- (ii) avaliar e deliberar sobre os conflitos de interesse que surjam no contexto de contratação de colaboradores, fornecedores e parceiros, excetuados os casos de competência de outros comitês;
- (iii) avaliar e deliberar sobre casos de assédio moral e sexual;

5.3 Programa de integridade

- (iv) zelar pelo cumprimento e aplicação do Código de Conduta da Companhia, bem como dos princípios éticos definidos pela legislação aplicável;
- (v) orientar e avaliar os casos mais críticos reportados pela área de Compliance e Auditoria Interna a respeito do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis a Companhia, além de regulamentos e códigos internos, garantindo a proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- (vi) informar suas atividades periodicamente ao Conselho de Administração da Companhia, constando em ata o mencionado reporte;
- (vii) zelar e disseminar o comprometimento da Companhia por uma gestão pautada pelos pilares de governança corporativa, sustentabilidade e ética empresarial, incluindo, mas não se limitando a:
 - a. transparência de informações;
 - b. equidade;
 - c. prestação de contas;
 - d. responsabilidade corporativa;
 - e. erradicação do trabalho infantil, forçado ou compulsório;
 - f. combate às práticas de discriminação, sob quaisquer formas;
 - g. prevenção ao assédio moral ou sexual;
 - h. valorização da diversidade;
 - i. combate a todas as formas de corrupção;
 - j. preservação ambiental e gerenciamento de impactos; e
 - k. gestão dos riscos corporativos.
- (viii) promover a constante melhoria das práticas de governança adotadas pela Companhia, recomendando novas práticas e/ou propondo alterações às práticas existentes;
- (ix) revisar periodicamente, discutir e propor alterações ao Estatuto Social, Regimentos Internos dos comitês de assessoramento, ao Código de Conduta da Companhia, assim como a outros documentos, políticas e normas internas da Companhia relacionados à governança, conduta e ética;
- (x) apoiar a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos e controles internos na Companhia visando assegurar o estrito cumprimento de todas as leis, normas e regulamentos a ela aplicáveis;
- (xi) discutir, propor e atualizar as políticas e diretrizes socioambientais da Companhia, objetivando potencializar o impacto positivo e mitigar, dentro do possível, as externalidades negativas; e
- (xii) acompanhar a execução de suas recomendações, reunindo-se periodicamente com os responsáveis pela implementação.

Adicionalmente, a Companhia criará uma área de Compliance, responsável por, dentre outras atividades, monitorar as estruturas internas de gerenciamento de riscos. Nos termos da Política de Compliance, são premissas da área de Compliance:

- (i) Ter apoio e comprometimento da alta administração;

5.3 Programa de integridade

- (ii) Promover avaliação periódica dos riscos de Compliance;
- (iii) Gerenciamento da aderência da Companhia à legislação aplicável ao negócio;
- (iv) Monitoramento da aderência ao Código de Conduta e demais políticas corporativas da Companhia;
- (v) Gestão das políticas e procedimentos de prevenção a conflitos de interesses, fraudes, corrupção e lavagem de dinheiro;
- (vi) Investigações e tratativas das denúncias recebidas por meio do Canal de Ética;
- (vii) Gestão e monitoramento da relação da empresa com terceiros em geral;
- (viii) Realização periódica de treinamentos e programas de conscientização dos colaboradores;
- (ix) Orientar e auxiliar na identificação dos riscos de Compliance (análise de riscos), bem como na definição e implementação dos planos de ação de resposta aos riscos;
- (x) Assessorar e apoiar as demais áreas da Companhia sobre aspectos de Compliance; e
- (xi) Atuar com autonomia e independência na defesa dos interesses da Companhia.

Até a presente data, o Comitê de Governança e Ética e a área de Compliance não foram constituídos. Nos termos da Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 23 de setembro de 2021, o prazo para implementação das estruturas de governança corporativa observará o disposto no Ofício Circular 049/2021-PRE emitido pela B3, em 13 de maio de 2021.

- (i) Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:
 - **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta da Companhia existe desde 16 de agosto de 2021, e foi revisado e aprovado nas datas de 23 de setembro de 2021, 1 de dezembro de 2021 e 2 de dezembro de 2021, sendo aplicável a todos os Colaboradores do Grupo Lupo, independentemente do nível hierárquico, aos membros do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, membros do Conselho Fiscal, Acionistas, Prestadores de Serviço, fornecedores, franqueados e demais parceiros comerciais, além de outras pessoas que trabalhem nas dependências das empresas que compõe o Grupo Lupo.

Além disso, a Política de Compliance da Companhia, aprovada em 01 de dezembro de 2021, é aplicável a todos os diretores da Companhia, membros da administração, colaboradores e parceiros da Companhia, bem como de todas as suas sociedades controladas e/ou coligadas.

- **sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Atualmente, as violações ao Código de Conduta ou outras normas são apuradas pela área de Recursos Humanos em conjunto com a Diretoria da Companhia. O Comitê de Governança e Ética, quando instalado e em funcionamento, será responsável por orientar e avaliar os casos mais críticos reportados pela área de Compliance e Auditoria Interna a respeito do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis a Companhia, além de regulamentos e códigos internos, garantindo a proteção do prestador e da confidencialidade da informação, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Governança e Ética.

5.3 Programa de integridade

Qualquer colaborador que violar as previsões do Código de Conduta, das políticas e procedimentos da Companhia ou da legislação vigente estará sujeito à aplicação de medidas disciplinares, que podem incluir: (i) advertência por escrito; (ii) suspensão; (iii) demissão (com ou sem justa causa); (iv) ajuizamento de ações judiciais cabíveis; e (v) outras consequências previstas em lei. Tais sanções estão previstas no item 3.6. do Código de Conduta.

Por fim, nos termos do Código de Conduta da companhia, no caso de surgirem situações que podem ser consideradas antiéticas ou ilegais, ou que estiverem desalinhadas com este Código, todos devem atuar de forma a proteger a imagem da Companhia escalando a situação aos responsáveis por atuar na resolução do problema. Dessa forma, os colaboradores podem contar com o apoio das seguintes áreas/pessoas: (i) Sua chefia imediata; (ii) Os departamentos de Recursos Humanos, Jurídico, Compliance e Auditoria Interna da Companhia.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Política de Compliance e o Código de Conduta foram aprovados em 01 de dezembro de 2021 pelo Conselho de Administração da Companhia, e estão disponíveis nos websites da Companhia (www.ri.lupo.com.br) CVM (www.gov.br/cvm) e B3 (www.b3.com.br).

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Denúncias da Companhia foi desenvolvido e é gerenciado por uma empresa terceira especializada e pode ser acessado de forma gratuita (i) a qualquer horário e dia da semana por meio do website (<https://lupofuncionarios.com.br>) ou do aplicativo “Comunique-se Lupo”; ou (ii) de segunda a sexta, das 7h30 às 17h30, pelo telefone ou WhatsApp (16) 3508-4257.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Denúncias da Companhia está disponível para receber denúncias internas e externas, relativas ao descumprimento do Código de Conduta, de políticas, legislação e regulamentação (por meio do website <https://lupofuncionarios.com.br>, do aplicativo “Comunique-se Lupo” ou do telefone (16) 3508-4257) .

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O Canal de Denúncias da Companhia possui mecanismos para manter a confidencialidade das denúncias e informações reportadas. As denúncias realizadas ao Canal de Denúncias da Companhia são confidenciais e anônimas, independente de solicitação, de forma a permitir um ambiente seguro para que os denunciantes de boa-fé reportem uma suspeita ou a ocorrência de uma violação por meio do Canal de Denúncias sem que haja qualquer retaliação ou punição para o denunciante.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Até a presente data, as denúncias feitas pelo Canal de Denúncias são apuradas pela área de Recursos Humanos e reportadas à Diretoria da Companhia. Uma vez que as estruturas de governança corporativa da Companhia estejam integralmente funcionando, a área de Compliance será responsável pelas investigações e tratativas das denúncias recebidas por meio do Canal de Denúncias, podendo, a depender da matéria objeto da denúncia, também acionar a área de Auditoria Interna.

(c) Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas.

5.3 Programa de integridade

A Companhia informa que não houve, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Entendemos que nossos mecanismos e procedimentos internos de integridade são eficientes e adequados ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes de governo.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos:

Não houve nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos..

5.5 Outras informações relevantes

5.5 - Outras informações relevantes

Nós e nossas controladas mantemos instrumentos financeiros derivativos para proteger nossas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

Designamos certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio.

No início das relações de *hedge* designadas, nós documentamos o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. Nós também documentamos a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Nós designamos apenas as variações no valor justo do elemento *spot* dos contratos de Câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ("*forward points*") é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são boleto de *hedge* afetarem o resultado.

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Adriano Lupo Stella						
200.517.618-40	Brasil	Sim	Sim	30/12/2020		
1.519.309	0,769	0	0,000	1.519.309	0,769	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Aldo Lupo Neto						
138.815.438-21	Brasil	Sim	Sim	05/07/2011		
844.350	0,427	0	0,000	844.350	0,427	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Alessandro Oliveira Gadelha						
245.432.658-23	Brasil	Sim	Sim	29/12/2022		
228.930	0,116	0	0,000	228.930	0,116	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Alisson Oliveira Gadelha						
282.171.348-71	Brasil	Sim	Sim	29/12/2022		
228.930	0,116	0	0,000	228.930	0,116	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Américo Stella Neto						
326.358.488-07	Brasil	Sim	Sim	30/12/2020		
886.044	0,448	0	0,000	886.044	0,448	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Ana Maria Lupo Capovilla						
247.338.118-61	Brasil	Sim	Sim	30/09/2016		
2.025.741	1,025	0	0,000	2.025.741	1,025	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
André Lupo Ribeiro Nunes						
212.787.248-77	Brasil	Sim	Sim	07/12/2011		
2.193.831	1,110	0	0,000	2.193.831	1,110	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Andréa Lupo						
248.445.218-70	Brasil	Sim	Sim	05/07/2011		
2.212.103	1,120	0	0,000	2.212.103	1,120	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Beatriz Mendonça Lupo						
903.050.198-72	Brasil	Sim	Sim	07/12/2011		
2.194.427	1,111	0	0,000	2.194.427	1,111	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Carolina Lupo Ramalho						
247.585.768-40	Brasil	Sim	Sim	30/09/2016		
2.025.741	1,025	0	0,000	2.025.741	1,025	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
CRAP Participações e Empreendimentos Ltda						
134.806.258-43	Brasil	Sim	Sim	06/10/2021		
4.861.773	2,460	0	0,000	4.861.773	2,460	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Cristiana Adélia Lupo						
076.905.958-98	Brasil			20/10/2022		
14.259.683	7,217	0	0,000	14.259.683	7,217	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Daniel Lupo Ribeiro Nunes						
217.115.478-08	Brasil	Sim	Sim	07/12/2011		
2.193.831	1,110	0	0,000	2.193.831	1,110	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Daniela Lupo Stella						
201.522.658-30	Brasil	Sim	Sim	30/12/2020		
886.044	0,448	0	0,000	886.044	0,448	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Elvio Lupo Jr.						
863.132.158-34	Brasil	Sim	Sim	31/12/2015		
730	0,000	0	0,000	730	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Elvio Lupo Neto						
292.158.848-07	Brasil	Sim	Sim	31/12/2015		
2.193.797	1,110	0	0,000	2.193.797	1,110	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Fábio Lupo						
310.098.718-70	Brasil	Sim	Sim	31/08/2011		
2.193.797	1,110	0	0,000	2.193.797	1,110	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Filipe Lupo Ribeiro Nunes						
217.115.438-10	Brasil	Sim	Sim	07/12/2011		
2.193.831	1,110	0	0,000	2.193.831	1,110	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Flávia Lupo Hotz Bueno Netto						
181.036.058-75	Brasil	Sim	Sim	24/09/2021		
2.443.831	1,237	0	0,000	2.443.831	1,237	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Gabriel Lupo						
228.127.188-97	Brasil	Sim	Sim	31/08/2011		
2.193.797	1,110	0	0,000	2.193.797	1,110	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Guilherme Auffero Gadelha						
308.940.018-92	Brasil	Sim	Sim	29/12/2022		
228.930	0,116	0	0,000	228.930	0,116	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Gustavo Lupo Hotz						
138.869.218-08	Brasil	Sim	Sim	24/09/2021		
2.443.831	1,237	0	0,000	2.443.831	1,237	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Helena Lupo						
268.869.258-57	Brasil	Sim	Sim	05/07/2011		
3.451.862	1,747	0	0,000	3.451.862	1,747	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Henrique Lupo Neto						
026.145.708-00	Brasil	Sim	Sim	05/07/2011		
3.544.165	1,794	0	0,000	3.544.165	1,794	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Humberto Quirino dos Santos Aicardi						
105.479.098-10	Brasil	Sim	Sim	30/12/2015		
4.254.845	2,153	0	0,000	4.254.845	2,153	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Isabele Lúcia Ricard Rochat						
261.712.968-30	Brasil	Sim	Sim	29/12/2015		
4.053.367	2,051	0	0,000	4.053.367	2,051	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Judith Elisa Lupo						
011.898.678-34	Brasil	Sim	Sim	05/07/2011		
14.259.683	7,217	0	0,000	14.259.683	7,217	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Juliana Lupo						
260.976.598-30	Brasil	Sim	Sim	05/07/2011		
844.350	0,427	0	0,000	844.350	0,427	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
LAUF Participações e Administração de Bens Ltda.						
26.270.474/0001-47	Brasil			16/11/2022		
11.546.712	5,844	0	0,000	11.546.712	5,844	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Laura Lupo						
247.585.808-71	Brasil	Sim	Sim	30/09/2016		
2.025.741	1,025	0	0,000	2.025.741	1,025	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Liliana Aufiero						
068.947.558-68	Brasil	Sim	Sim	29/12/2022		
11.467.658	5,804	0	0,000	11.467.658	5,804	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Luciana Lupo de Araújo						
286.325.398-09	Brasil	Sim	Sim	31/12/2015		
2.193.797	1,110	0	0,000	2.193.797	1,110	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Marcelo Arruda Stella Filho						
131.106.828-77	Brasil	Sim	Sim	30/12/2020		
886.043	0,448	0	0,000	886.043	0,448	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Maria Helena Quirino dos Santos de Aicardi						
011.858.618-15	Brasil	Sim	Sim	30/12/2015		
3.647.012	1,846	0	0,000	3.647.012	1,846	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Mariana Lupo Peracini						
261.031.458-21	Brasil	Sim	Sim	05/07/2011		
844.350	0,427	0	0,000	844.350	0,427	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Marina Lupo Hotz						
034.280.108-25	Brasil	Sim	Sim	24/09/2021		
1.569.468	0,794	0	0,000	1.569.468	0,794	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
NL Participações S.A						
41.812.434/0001-73	Brasil	Sim	Sim	09/09/2021		
20.905.639	10,580	0	0,000	20.905.639	10,580	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
18.738.479	9,483	0	0,000	18.738.479	9,483	

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Paula Haddad Finlayson						
081.690.758-74	Brasil	Sim	Sim	12/02/2021		
3.038.610	1,538	0	0,000	3.038.610	1,538	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Quirino dos Santos Administração e Participações Ltda.						
07.344.433/0001-03	Brasil			05/07/2011		
24.304.114	12,300	0	0,000	24.304.114	12,300	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Renata Hotz Camargo Pinto						
145.455.668-47	Brasil	Sim	Sim	07/12/2011		
2.193.831	1,110	0	0,000	2.193.831	1,110	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Ricardo Lupo						
861.799.698-68	Brasil	Sim	Sim	30/09/2016		
6.077.224	3,076	0	0,000	6.077.224	3,076	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Rubens Haddad						
071.865.248-77	Brasil	Sim	Sim	12/02/2021		
3.038.610	1,538	0	0,000	3.038.610	1,538	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Sandra Aicardi Dequech						
180.995.408-83	Brasil	Sim	Sim	30/12/2015		
4.254.845	2,153	0	0,000	4.254.845	2,153	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
197.593.686	100,000	0	0,000	197.593.686	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	25/04/2023
Quantidade acionistas pessoa física	79
Quantidade acionistas pessoa jurídica	4
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Scalina LTDA	61.149.886/0001-24	100,000000

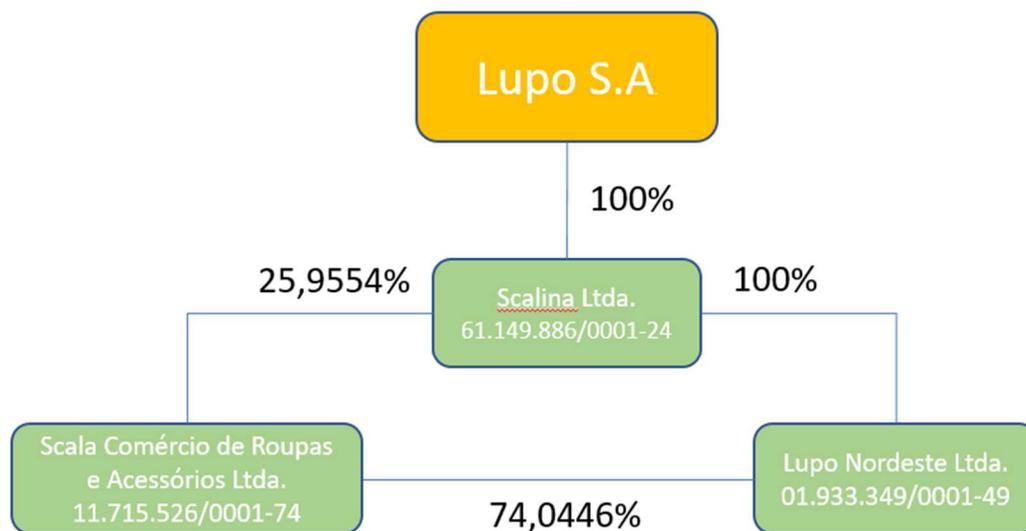
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



Legenda

- Assinaram Acordo de Acionistas
- Acionistas com mais de 5% de Participação que assinaram Acordo de Acionistas
- Acionistas com mais de 5% de Participação que não assinaram Acordo de Acionistas



6.6 Outras informações relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que julgemos relevantes a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7. Assembleia Geral e Administração

7.1 – Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(a) principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado:

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, de acordo com os poderes conferidos pela legislação e pela autorregulação aplicáveis e pelo Estatuto Social.

A Política de Indicação e Avaliação dos Administradores, aprovada por nosso Conselho de Administração 01 de dezembro de 2021, com o objetivo de estabelecer as diretrizes e os padrões que norteiam a indicação e avaliação dos membros do Conselho de Administração, seus comitês de assessoramento, Conselho Fiscal e Diretoria estatutária da Companhia, zelando pelas melhores práticas de governança corporativa, de forma a garantir que a nomeação dos administradores esteja em consonância com a legislação, normas e regulamentos que disciplinam o assunto, estará disponível em nosso website (www.ri.lupo.com.br), bem como no website da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

Nos termos da Política de Indicação e Avaliação dos Administradores, as indicações para compor o Conselho de Administração, seus comitês de assessoramento, Conselho Fiscal e Diretoria estatutária da Companhia devem, além de observar o aplicável pela legislação e regulamentação aplicável, ser estruturadas de forma transparente, com base no mérito e em múltiplas de competências e experiências requeridas para o melhor desempenho da Companhia.

Deverão ser indicados para compor o Conselho de Administração, seus comitês de assessoramento, Conselho Fiscal e Diretoria estatutária da Companhia, profissionais altamente qualificados, com comprovada experiência técnica, profissional ou acadêmica, reputação ilibada e alinhamento ao propósito, valores e cultura da Companhia.

O processo de indicação também deverá considerar, dentre outros, critérios como: disponibilidade de tempo para o exercício da função, conhecimentos sobre aspectos econômicos, sociais, ambientais, complementariedade de competências e diversidade, para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança.

O processo de indicação e nomeação poderá ser feito internamente ou ser contratado profissionais independentes para realização de consultorias ou obtenção de pareceres sobre os candidatos.

A proposta de reeleição dos membros do Conselho de Administração, por sua vez, deverá levar em consideração o seu bom desempenho durante o período, sua experiência, a assiduidade nas reuniões durante eventual mandato anterior, bem como a avaliação do benefício da sua substituição e renovação do Conselho de Administração, quando comparada à sua permanência e reeleição.

As vedações à indicação dos administradores previstas na legislação e nos normativos internos também devem ser observadas e cumpridas, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa.

São inelegíveis para os cargos de administração da Companhia as pessoas impedidas por lei especial, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

São ainda inelegíveis para os cargos de administração de companhia aberta as pessoas declaradas inabilitadas por ato da CVM.

O Conselheiro não poderá ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, salvo dispensa da assembleia geral, e tampouco podem ter interesse conflitante com a Companhia, salvo dispensa da assembleia geral.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(b) se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

i. A periodicidade das avaliações e sua abrangência

Nos termos da Política de Indicação e Avaliação dos Administradores, a avaliação do Conselho de Administração ocorrerá ao menos uma vez durante a vigência do mandato como órgão e de cada um de seus membros individualmente. A avaliação será direcionada para criação de valor, dentro de uma abordagem de evolução de governança corporativa orientada ao propósito da Companhia.

Os Diretores também serão avaliados, como órgão e, também individualmente, pelo Conselho de Administração.

ii. Metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

Em relação à metodologia adotada, o processo de avaliação consiste nas seguintes etapas: auto avaliação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros dos Comitês, seguida pela avaliação do próprio órgão ao qual o administrador pertence (ou seja, Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês por seus membros).

Os processos de avaliação são estruturados levando em consideração as características e responsabilidades específicas dos membros do Conselho de Administração e dos Comitês, bem como do Diretor Presidente, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

A condução do processo de avaliação do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração. O comitê de gestão e assessoramento, quando em funcionamento, será responsável por elaborar propostas de metodologia para indicação e avaliação dos administradores.

Os resultados das avaliações permitem que identifiquemos eventuais pontos de melhoria em cada um dos nossos órgãos societários, o que possibilita o aprimoramento do funcionamento destes órgãos.

iii. Se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A companhia não contratou serviços de consultoria ou assessoria externos.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Nos termos do Estatuto Social, o membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou que represente interesse conflitante com os da Companhia.

Adicionalmente, nosso Estatuto Social também prevê que as transações com partes relacionadas devem ser realizadas em condições de mercado, sendo certo que devem ser excluídos de participar do processo decisório os membros com interesses potencialmente conflitantes.

Por fim, também possuímos uma Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada por nosso Conselho de Administração em 16 de agosto de 2021 e alterada em 23 de setembro de 2021, que se encontra alinhada às exigências da Lei das Sociedades por Ações, particularmente no que diz respeito ao necessário dever de lealdade dos administradores para com a Companhia. De acordo com o artigo 155 da Lei das Sociedades por Ações, o administrador deve servir com lealdade à

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Companhia, exigindo que os interesses desta sempre se sobreponham aos interesses pessoais dos tomadores de decisão. Assim, somente se configura o conflito de interesses quando o administrador, ou o acionista, conforme o caso, possam influenciar no resultado final do processo decisório, de forma a auferir um ganho particular para si, familiar, ou terceiro com o qual estejam envolvidos.

Em situações de conflito de interesses, cabe ao administrador comunicar a situação de conflito, tornando-se impedido de intervir na operação e devendo fazer constar seu impedimento em ata do Conselho de Administração ou da Diretoria, nos termos da determinação do artigo 156 da Lei das Sociedades por Ações.

Caso algum administrador que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão não manifeste seu conflito de interesse, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence, que tenha conhecimento da situação, poderá fazê-lo.

(d) descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros (efere não responder)	
Diretoria	1	1	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	5	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0
TOTAL = 14	2	12	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros (efere não responder)	
Diretoria	0	2	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	6	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	0	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0	0	0
TOTAL = 14	0	14	0	0	0	0	0

e) se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia busca, de forma geral, compor uma administração plural e diversa, mas não dispõe de objetivos específicos com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre seus membros da administração e conselho fiscal.

f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

No nível estatutário, a Companhia atribui expressamente ao Comitê de Auditoria a obrigação de avaliar e abordar temas de sustentabilidade nas práticas e nos negócios da Companhia, incluindo temas relacionados à preservação ambiental e gerenciamento de impactos.

Ainda, a Companhia possui um comitê de sustentabilidade não estatutário, constituído pela Diretoria Executiva e representantes de diferentes setores do Grupo Lupo. O comitê possui funções específicas de estabelecer e orientar a execução de atividades de sustentabilidade – sobretudo climáticas – como, por exemplo, a preservação de áreas verdes, reciclagem de materiais, investimento em reuso de água, e destinação correta de resíduos.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	1	1	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	5	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0
TOTAL = 14	2	12	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	2	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	6	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0	0	0
TOTAL = 14	0	14	0	0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

(a) órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Os órgãos que se reportam ao Conselho de Administração são: (i) Comitê de Auditoria; (ii) Comitê de Governança e Ética; (iii) Comitê de Gestão e Assessoramento; (iv) Comitê de Finanças.

Os Comitês de Auditoria, de Governança e Ética, de Finanças e de Gestão e Assessoramento, enquanto órgãos de caráter consultivo e permanente de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, possuem regimentos internos próprios, que foram aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de agosto de 2021, para regular as questões relativas ao funcionamento, competências, composição e deveres e responsabilidades de cada comitê quando estiver em funcionamento.

O Comitê é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo que:(i) ao menos 1 (um) membro deverá ser conselheiro independente da Companhia, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado; e (ii) ao menos 1 (um) membro deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, de controles internos, informações e operações financeiras e de auditoria, cumulativamente, sendo possível tal requisito seja cumulado pelo conselheiro independente previsto no item (i).

(b) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora não tenhamos uma política específica de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, compete ao Comitê de Auditoria opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente, monitorar a efetividade do trabalho dos auditores independentes, assim como sua independência, reportando ao Conselho de Administração a evolução dos seus trabalhos, bem como avaliar e discutir o plano anual de trabalho do auditor independente e encaminhá-lo para a apreciação do Conselho de Administração.

(c) se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia não possui um canal próprio para recebimento de críticas relacionadas a temas e práticas ASG, mas mantém um Canal de Denúncias geral, desenvolvido e é gerenciado por uma empresa terceira especializada, e pode ser acessado de forma gratuita (i) a qualquer horário e dia da semana, por meio do website (<https://lupofuncionarios.com.br>) ou do aplicativo “Comunique-se Lupo”; ou (ii) de segunda a sexta, das 7h30 às 17h30, pelo telefone ou WhatsApp (16) 3508-4257.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Nome: Altamiro Boscoli **CPF:** 002.011.208-44 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 11/09/1939

Experiência Profissional: Dr. Altamiro Boscoli é advogado graduado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1962. Mestrado em Direito (LLM' 1965) na Harvard Law School, EUA, Program of Instruction for Lawyers, Harvard Law School, 1975, EUA. Atuou como advogado no escritório Demarest Advogados de 1961 até 2010, com prestação de serviços jurídicos a diversos clientes, empresas estrangeiras e nacionais, inclusive à Companhia. Atuou como membro do conselho de administração e da diretoria de diversas empresas brasileiras, inclusive subsidiárias de multinacionais, bem como atuou no conselho e diretoria de Instituições Benéficas e de Sociedades Cíveis brasileiras, inclusive da Câmara Americana de Comércio/SP. Ex-diretor da Lex Mundi Association, uma das maiores organizações mundiais de escritórios de advocacia independente. Atualmente, exceto pela atuação como membro independente do conselho de administração da Companhia, não é membro de nenhum órgão da administração de qualquer empresa. É considerado membro independente, de acordo com o conceito e os requisitos do Regulamento do Novo Mercado. Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2022	2 anos	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2022	Sim	

Nome: Carlos Alberto Mazzeu **CPF:** 078.049.378-81 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 12/07/1964

Experiência Profissional: Sr. Carlos Mazzeu atua há 37 (trinta e sete) anos dentro do Grupo Lupo, atuando em cargos de liderança nas áreas de Controle de Qualidade, Engenharia Industrial e Diretor Industrial. Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	30/04/2022	2 anos	19 - Outros Diretores	30/04/2022	Sim	

Nome: Carlos Dinucci **CPF:** 019.792.768-89 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 01/09/1956

Experiência Profissional: O Sr. Carlos Dinucci foi Diretor Presidente da Usina Açucareira S. Manoel S.A; Membro do Conselho de Administração da Usina Açucareira S. Manoel S.A; Diretor Presidente da Construtora e Comercial Torello Dinucci Ltda; Presidente da CD Administração e Participação S.A.; Presidente da NL Participações S.A; Presidente da NL Comercial S.A.; Membro efetivo do Conselho de Administração da Copersucar S.A.; Ex-Vice-Presidente da Copersucar S.A.
Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2022	2 anos	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2022	Sim	

Nome: Eduardo Quirino dos Santos **CPF:** 045.428.278-87 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 23/04/1940

Experiência Profissional: Conselheiro Fiscal desde abril de 2017, o Sr Eduardo já trabalhou na Prefeitura do Município de São Paulo, sendo Assessor Técnico DAS-12 (Engenharia) entre de maio de 1988 até março de 2010, trabalhando nas Secretarias de Cultura, Administração, Abastecimento, Planejamento, Subprefeitura, Instituto de Previdência. Atuou na Companhia do Metropolitano de São Paulo como Analista de Planejamento Sênior, entre setembro de 1975 até dezembro de 1976. Foi transferido em janeiro de 1977 para a Companhia de Engenharia de Tráfego - CET, atuando como Analista de Planejamento Sênior, até outubro/1980. Ocupou os cargos de Chefe de Departamento "C", Chefe de Departamento "B" e Assistente Superintendente "B", na CET.
Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2022	1 ano	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2022	Sim	

Nome: Elvio Lupo Jr. **CPF:** 863.132.158-34 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 23/05/1954

Experiência Profissional: Sr. Elvio Lupo Júnior é ex-Diretor da Lupo S.A., já trabalhou em outras grandes Companhias, sendo ex-presidente da Reebok Brasil; ex-presidente da Umbro Brasil e consultor de empresas. Hoje atua no Conselho de Administração da Lupo S.A.
Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2022	2 anos	29 - Outros Conselheiros	30/04/2022	Sim	

Nome: Hugo Aleksandro Vasconcelos Rodrigues **CPF:** 070.134.298-64 **Profissão:** Publicitário **Data de Nascimento:** 11/04/1970

Experiência Profissional: O Sr. Hugo Rodrigues atua como membro independente do Conselho de Administração da Companhia e possui foco na área de comunicação e publicidade. Atuou na Publicis Brasil como Vice Presidente Criativo durante o período de 2008 a 2010, como COO e Diretor Criativo de 2011 a 2014 e como Presidente de 2014 a 2017. Em 2017 passou a atuar como Presidente da WMcCann e, desde atualmente, exerce o cargo de Executive Charimann da WMcCann. Ao longo de sua carreira, foi jurado de importantes premiações, como Cannes, D&AD, New York Festivals, London Festival, Effie, FIAP, El Ojo e Anuário do CCSP e possui três premiações no Caboré: como Criativo do Ano em 2014, CEO da Agência do Ano em 2016 e Dirigente da Indústria da Comunicação em 2017 – tendo sido indicado novamente em 2018 na mesma categoria. É considerado membro independente, de acordo com o conceito e os requisitos do Regulamento do Novo Mercado.
Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2022	2 anos	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2022	Sim	

Nome: Julio Fernando Pascoal Basso **CPF:** 744.599.108-53 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 14/04/1952

Experiência Profissional: Sr. Julio, conselheiro fiscal suplente, é administrador de empresas, administrador de empresas, técnico de contabilidade e corretor de imóveis. É responsável técnico do escritório Zanella de Contabilidade Ltda. há mais de 47 anos, sendo, também proprietário. Além disso, é responsável técnico pela contabilidade da empresa Nigro Alumínios Ltda. há mais de 10 anos. Membro do Conselho Fiscal da SICOOB – Filial 4434 há 4 anos, e proprietário da Imobiliária Basso Imóveis, há 24 anos. Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2022	1 ano	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2022	Sim	

Nome: Liliana Aufiero **CPF:** 068.947.558-68 **Profissão:** Engenheira **Data de Nascimento:** 22/02/1945

Experiência Profissional: A Dra. Liliana Aufiero formou-se em engenharia civil na Universidade de São Paulo (USP), na unidade de São Carlos, na década de 1960. Aufiero tem também pós-graduação em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e mestrado em engenharia estrutural pela USP. Dra. Liliana está à frente na Companhia desde 1993. Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2022	2 anos	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	30/04/2022	Sim	

Nome: Luiz Fernando Negrão de Castilho **CPF:** 021.332.557-88 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 17/11/1972

Experiência Profissional: Sr. Luiz Fernando, conselheiro fiscal suplente, é bacharel em em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Ciências Contábeis, com ênfase em Controladoria; e em Engenharia Civil, com ênfase em Materiais e Componentes de Construção. Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2022	1 ano	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	30/04/2022	Sim	

Nome: Paulo Roberto de Andrade **CPF:** 037.746.688-33 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 02/09/1962

Experiência Profissional: O Sr. Paulo Roberto de Andrade é Bacharel em Ciências Contábeis desde 1976, sendo sócio fundador da empresa Apoio Contabilidade em Araraquara-SP, desde 1990. Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2022	1 ano	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2022	Sim	

Nome: Ricardo Lupo **CPF:** 861.799.698-68 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 22/03/1953

Experiência Profissional: Sr. Ricardo Lupo formou-se em engenharia civil e administração de empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2022	2 anos	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	30/04/2022	Sim	

Nome: Sérgio Odair Perguer **CPF:** 045.328.148-63 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 22/12/1963

Experiência Profissional: O Sr. Sérgio Perguer, que atua como conselheiro fiscal da Companhia, possui 41 anos de experiência no mercado e atua como advogado, contador, perito contador e possui certificação pelo IBGC 41. Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2022	1 ano	42 - Pres. C.F.Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2022	Sim	

Nome: Wagner Mar **CPF:** 114.324.978-04 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 08/07/1947

Experiência Profissional: O Sr. Wagner Mar é economista, advogado e contador e possui pós-graduação em Auditoria Externa e Direito Empresarial. Atuou como gerente de controladoria da Credicard Adm. de Cartões de Crédito durante os anos de 1974 a 1975; atuou como auditor externo da Arthur Andersen entre os anos de 1970 a 1973. Atua como Sócio Presidente da Audimar Auditores, empresa de auditoria fundada em 1975. É Presidente do Conselho Fiscal do SEBRAE/SP e do IBEF - Instituto Brasileiro de Executivo de Finanças, além de ser (i) titular e Presidente do Conselho Fiscal da Usina Açucareira S. Manoel S/A; (ii) membro titular do Conselho Fiscal da VMNO Comunicações do Brasil S/A (Vecto Mobile); e (iii) membro suplente do Conselho Fiscal da Tupy S/A.
Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2022	1 ano	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2022	Sim	

7.4 Composição dos comitês

Nome: Alcir Antiquera Mazzola **CPF:** 005.769.388-90 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 29/12/1956

Experiência Profissional:

O Sr. Alcir Antiquera Mazzola é técnico em Contabilidade, bacharel em administração de empresas e advogado e possui pós-graduação em Direito Empresarial. O Sr. Alcir atua na Companhia desde 1980 e atua como Gerente Jurídico de Relações Acionárias. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2022	2 anos	Não aplicável.	20/08/2021	Não	

Nome: Altamiro Boscoli **CPF:** 002.011.208-44 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 11/09/1939

Experiência Profissional:

Dr. Altamiro Boscoli é advogado graduado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1962. Mestrado em Direito (LLM 1965) na Harvard Law School, EUA, Program of Instruction for Lawyers, Harvard Law School, 1975, EUA. Atuou como advogado no escritório Demarest Advogados de 1961 até 2010, com prestação de serviços jurídicos a diversos clientes, empresas estrangeiras e nacionais, inclusive à Companhia. Atuou como membro do conselho de administração e da diretoria de diversas empresas brasileiras, inclusive subsidiárias de multinacionais, bem como atuou no conselho e diretoria de Instituições Beneficentes e de Sociedades Cívicas brasileiras, inclusive da Câmara Americana de Comércio/SP. Ex-diretor da Lex Mundi Association, uma das maiores organizações mundiais de escritórios de advocacia independente. Atualmente, exceto pela atuação como membro independente do conselho de administração da Companhia, não é membro de nenhum órgão da administração de qualquer empresa. É considerado membro independente, de acordo com o conceito e os requisitos do Regulamento do Novo Mercado. Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2022	2 anos	Membro independente do Conselho de Administração.	20/08/2021	Não	

Nome: Monclair Marconato **CPF:** 864.130.408-82 **Profissão:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:** 16/11/1953

Experiência Profissional:

O Sr. Monclair Marconato é administrador de empresas. Atuou como Chefe de Escrita Fiscal e Auxiliar de Contabilidade de 1976 a 1981, e de 1981 até 2020, o Sr. Monclair trabalhou na Companhia como auxiliar de Custo, Chefe de Custos, Gerente de Custos e Orçamento, Gerente de Controles e, por fim, Diretor Administrativo e Financeiro, atuando no controle, contabilidade societária, orçamentos, emitindo balancetes, balanços e relatórios para diretorias e conselho de administração, responsável pelo acompanhamento de auditoria externa, análise e resposta de relatórios de auditoria e recomendações. O Sr. Monclair possui reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, de acordo com o conceito e os requisitos do Regulamento do Novo Mercado. Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2022	2 anos	Não aplicável.	20/08/2021	Não	

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois os administradores da Companhia, controladas e controladores não possuem, entre si, relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2022**Administrador do Emissor**

Liliana Aufiero

068.947.558-68

Controle

Controlada Direta

Diretora Presidente

Pessoa Relacionada

LUPO NORDESTE LTDA

01.933.349/0001-49

Diretora Presidente

Observação

N/A

Administrador do Emissor

Liliana Aufiero

068.947.558-68

Controle

Controlada Direta

Diretora Presidente

Pessoa Relacionada

Scalina LTDA

61.149.886/0001-24

Diretora

Observação

N/A

Administrador do Emissor

Liliana Aufiero

068.947.558-68

Controle

Controlada Direta

Diretora Presidente

Pessoa Relacionada

Scala Comércio de Roupas e Acessórios LTDA

11.715.526/0001-74

Diretora

Observação

N/A

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Carlos Alberto Mazzeu Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores	078.049.378-81	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
LUPO NORDESTE LTDA Diretor	01.933.349/0001-49		
Observação			
N/A			

Administrador do Emissor			
Carlos Alberto Mazzeu Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores	078.049.378-81	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Scalina LTDA Diretor	61.149.886/0001-24		
Observação			
N/A			

Administrador do Emissor			
Carlos Alberto Mazzeu Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores	078.049.378-81	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Scala Comércio de Roupas e Acessórios LTDA Diretora	11.715.526/0001-74		
Observação			
N/A			

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia possui um seguro contratado cujos beneficiários são pessoas físicas que exerçam, cargos de administração e/ou de gestão e/ou cargos executivos na Companhia e/ou em suas subsidiárias, em decorrência de nomeação, eleição ou contrato de trabalho (os Segurados), a fim de garantir o pagamento dos prejuízos financeiros decorrentes de reclamações cobertas, efetuadas por terceiros, em face dos segurados, em virtude de atos danosos pelos quais se busque a responsabilização destes segurados.

Para tanto, seus beneficiários são os diretores, assim registrados, totalizando 5 membros e conselheiros da administração, devidamente eleitos, totalizando 5 membros.

Limite máximo de garantia: R\$ 5.000.000,00

7.8 Outras informações relevantes

7.8 - Outras informações relevantes

I. Assembleias Gerais da Companhia

Abaixo informamos a assembleia realizada no último exercício social, incluindo: (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de Instalação	Instalação em 2ª convocação
Assembleia Ordinária	Geral 25/04/2023	96,82%	N/A

II. Principais aspectos de Governança Corporativa

A Companhia está sujeita às seguintes práticas de governança corporativa:

Melhores práticas de governança corporativa - IBGC

O Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e transparente, estabelecendo recomendações para a criação de melhores sistemas de governança corporativa nas organizações, visando a otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para o seu bom desempenho e longevidade.

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, estando atenta às práticas recomendadas pelo IBGC, como por exemplo: vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes; conselheiros com experiência em questões operacionais, financeiras e outros, além de experiência em participação em outros conselhos de administração; e previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal.

Segmento Novo Mercado – B3

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Novo Mercado. As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a emitir apenas ações ordinárias; manter, no mínimo, 25% de ações do capital da Companhia em circulação; constituir um Comitê de Auditoria; aprovar regimento interno do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento; instituir área de auditoria interna e controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a B3, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos. Além das informações descritas acima, não há outras informações relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais subitens deste item 12.

III. Descrição da equipe

Além de nossos Diretores, possuímos qualificada equipe atuando na Companhia. Dentre eles: (i) João Daniel Buoro, ocupando o cargo de diretor administrativo e financeiro, atuando na Companhia há mais de treze anos, já tendo atuado na KPMG e na Amec Foster Wheeler ; (ii) Geraldo Spera, ocupando o cargo de diretor industrial, atuando na Companhia há mais de quarenta anos; (iii) Rogério Guimarães, ocupando o cargo de diretor de franquias, atuando na Companhia há mais de cinco anos; (iv) Andreia Prada, ocupando o cargo de gerente de vendas, com mais de vinte anos de experiência, atuando na Companhia há mais de cinco anos; (v) Evandro Alexandre Forte, ocupando o cargo de gerente de novas tecnologias, com mais de vinte e três anos de experiência, atuando na Companhia há mais de vinte anos; (vi) Alcir Antiquera Mazzola, ocupando o cargo de gerente jurídico de relações acionárias, com mais de trinta e um anos de experiência, atuando na Companhia há mais de quarenta anos; (vii) Carlos Alberto Gonçalves, ocupando o cargo de gerente jurídico de relações trabalhistas, com mais de quarenta e um anos

7.8 Outras informações relevantes

de experiência, atuando na Companhia há mais de trinta e seis anos. Além disso, temos uma equipe de estilistas formada por 22 estilistas com longa experiência.

IV - Mandato dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2022, foi aprovada a redesignação dos mandatos dos atuais membros do Conselho de Administração descritos no item 12.5/6 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, na Reunião do Conselho de Administração de 30 de abril de 2022, a Diretora Presidente e o Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores foram eleitos com mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração eleito pela Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social de 2023.

8.1 Política ou prática de remuneração

8. Remuneração dos administradores

8.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Possuímos uma Política da Remuneração de Administradores ("Política de Remuneração dos Administradores"), a qual foi formalmente aprovada em 23 de setembro de 2021 em reunião de Conselho de Administração, e que poderá ser consultada website da Companhia (www.ri.lupo.com.br), bem como no website da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

A Política de Remuneração dos Administradores tem por definir os critérios de remuneração dos administradores da Companhia, assegurando que seja estruturada de forma justa e compatível com as funções e os riscos inerentes aos cargos, em linha com os interesses de longo prazo da Companhia e com as melhores práticas de mercado.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- (i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Uma vez aprovada a remuneração global dos administradores, nos termos da Lei das Sociedades por ações, o órgão responsável pelo processo decisório de remuneração individual, segundo o Estatuto Social da Companhia, é o Conselho de Administração da Companhia.

- (ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração do Conselho de Administração será verificada por meio de pesquisas periódicas de remuneração realizadas por consultorias especializadas, tendo por foco a comparação com empresas de mesmo porte e/ou similares à Companhia, a fim de alinhar a remuneração paga aos membros do seu Conselho de Administração com as melhores práticas de mercado e a manutenção da competitividade de sua estratégia de remuneração. Ainda, a remuneração dos diretores estatutários é determinada de acordo com (i) suas funções e responsabilidades e em com base em pesquisas de mercado realizadas com empresas de mesmo porte, de diferentes setores, atuantes no Brasil, e (ii) o desempenho coletivo da equipe de gestão executiva para atingir nosso objetivo de aumentar o valor de nossas ações.

- (iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Os reajustes levam em consideração pesquisas de mercado realizadas com empresas de mesmo porte, de diferentes setores, atuantes no Brasil. Com base nisso, os ajustes são analisados pelo Conselho de Administração e levados para aprovação em Assembleia Geral de acionistas anualmente.

(c) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles, incluindo:

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor:

A remuneração é composta pelos seguintes elementos:

8.1 Política ou prática de remuneração

- Benefícios: seguro de saúde, plano odontológico e seguro de vida (diretoria estatutária e diretoria não estatutária). Objetivo: complementar benefícios da assistência social e aposentadoria.
- Incentivos: participação nos lucros e resultados (diretoria estatutária e diretoria não estatutária). Objetivo: complementar a remuneração com base nos resultados da Companhia; e
- Remuneração Fixa: salário base (conselho de administração, diretoria estatutária e não estatutária, comitês estatutários e conselho fiscal). Objetivo: reconhecer e refletir o valor do cargo internamente (empresa) e externamente (mercado).

A remuneração da Companhia é baseada nas seguintes premissas: (i) interesses dos acionistas na criação de valor sustentável e de longo prazo; (ii) metas e estratégias; (iii) melhores práticas de mercado; (iv) visão, missão e valores da Companhia.

A política de remuneração de nossos conselheiros inclui uma remuneração mensal fixa a título de pró-labore, balizada nas práticas de mercado e visando reconhecer o valor dos Conselheiros, interna e externamente. A remuneração de cada um dos conselheiros poderá ser diferenciada, proporcional e em decorrência de responsabilidades adicionais assumidas, como a participação em reuniões internas da administração e em comitês da Companhia que assessoram o Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao recebimento de remuneração variável.

Assim, a remuneração de nossos diretores estatutários inclui: **(a)** uma remuneração fixa balizada nas práticas de mercado e visando reconhecer o valor dos Diretores, interna e externamente; **(b)** uma remuneração variável, representada pelo incentivo decorrente da participação nos lucros e resultados da Companhia; e **(c)** benefícios indicados acima.

A remuneração dos diretores não-estatutários é baseada nas práticas de mercado, sendo atrelada aos resultados da Companhia. A prática de remuneração visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A política de remuneração da Diretoria é estabelecida segundo a legislação existente (todos são contratados em regime CLT).

A remuneração de nossos diretores não-estatutários inclui: **(a)** uma remuneração fixa balizada nas práticas de mercado e visando reconhecer o valor dos diretores, interna e externamente; **(b)** uma remuneração variável, representada pelo incentivo decorrente da participação nos lucros e resultados da Companhia; e **(c)** benefícios indicados acima.

A Companhia estabelece como remuneração dos membros do Conselho Fiscal o valor mínimo exigido pela legislação. A Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor médio pago anualmente aos diretores (remuneração fixa, não computando benefícios, verbas de representação e participação nos lucros). Dentro dos limites estabelecidos pela legislação, os membros do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal e não fazem jus ao plano de benefícios.

Os membros de nossos comitês, inclusive os membros de nosso Comitê de Auditoria Estatutário, quando são prestadores de serviços contínuos remunerados pelo Grupo Lupo, não receberão remuneração específica por sua atuação no referido comitê. Quando os membros dos nossos comitês não estiverem contidos nessa hipótese, a Diretoria Estatutária poderá estabelecer uma remuneração fixa balizada nas práticas de mercado.

• **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais:**

As tabelas abaixo apresentam as proporções médias de cada elemento da remuneração dos nossos administradores nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

8.1 Política ou prática de remuneração

31 de dezembro de 2022:

	Remuneração Fixa (salário ou pró-labore)	Remuneração Fixa (benefícios diretos e indiretos)	Remuneração Variável (participação nos resultados)	Total
Conselho de Administração	100%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	99,82%	0,15%	0,03%	100,00%

31 de dezembro de 2021:

	Remuneração Fixa (salário ou pró-labore)	Remuneração Fixa (benefícios diretos e indiretos)	Remuneração Variável (participação nos resultados)	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	99,81%	0,14%	0,05%	100,00%

31 de dezembro de 2020:

	Remuneração Fixa (salário ou pró-labore)	Remuneração Fixa (benefícios diretos e indiretos)	Remuneração Variável (participação nos resultados)	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	99,48%	0,48%	0,03%	100,00%

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste:**

Os reajustes levam em consideração pesquisas de mercado realizadas com empresas de mesmo porte, de diferentes setores, atuantes no Brasil e o índice do dissídio coletivo dos empregados da Companhia. Com base nisso, os ajustes são analisados pelo Conselho de Administração e levados para aprovação em Assembleia Geral de acionistas.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG:**

A remuneração variável dos diretores estatutários possui um componente atrelado ao desempenho e posição do administrador da equipe de gestão executiva para atingir os objetivos de geração de valor da Companhia, que visa reconhecer os resultados obtidos pela Companhia e desempenhos coletivos em níveis competitivos aos de mercado. A remuneração variável da diretoria é baseada em metas e estratégias do negócio, visando a criação de valor sustentável e de longo prazo à Companhia.

A Companhia analisa a performance e o desempenho da Diretoria regularmente de forma a acompanhar a consecução de metas corporativas pré-estabelecidas, calculando o aumento do valor da remuneração variável de acordo com os resultados e desempenho dos diretores estatutários.

Adicionalmente, o Plano de Opções de Compra de Ações consiste na concessão de direitos de compra de ações da empresa, respeitadas as regras de preços e prazos, previamente aprovadas pelos acionistas em Assembleia Geral.

8.1 Política ou prática de remuneração

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores da Companhia busca assegurar a adoção de práticas competitivas de mercado para atrair e reter profissionais com reputação, expertise e perfis adequados às funções desempenhadas na condução dos negócios da Companhia, concedendo-lhes as condições necessárias para o seu desempenho.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Todos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária são remunerados; e, ainda, os membros do Comitê de Governança e Ética da Companhia, a serem eleitos, serão remunerados. Os demais comitês de assessoramento da Companhia não remuneram seus membros.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,33	2,00	3,00	11,33
Nº de membros remunerados	5,33	2,00	3,00	10,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.592.559,72	4.516.449,24	627.784,89	6.736.793,85
Benefícios direto e indireto	0,00	6.838,80	0,00	6.838,80
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.464,00	0,00	1.464,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.592.559,72	4.524.752,04	627.784,89	6.745.096,65

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	2,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	7,00	2,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.377.195,20	3.853.074,87	574.952,67	5.805.222,74
Benefícios direto e indireto	0,00	5.481,60	0,00	5.481,60
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.944,00	0,00	1.944,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.377.195,20	3.860.500,47	574.952,67	5.812.648,34

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,33	2,00	3,00	11,33
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3080,00	0,00	3.080,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3080,00	0,00	3.080,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1464,00	0,00	1.464,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável, pois até a data do presente Formulário de Referência não possuímos plano de remuneração baseado em ações.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,33	2,00	3,00	11,33
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 - Outorga de opções de compra de ações

Não aplicável, pois até a data do presente Formulário de Referência não possuímos plano de remuneração baseado em ações.

8.7 Opções em aberto

8.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, pois até a data do presente Formulário de Referência não possuímos plano de remuneração baseado em ações.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, pois até a data do presente Formulário de Referência não possuímos plano de remuneração baseado em ações.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 - Diluição potencial por outorga de ações

Não aplicável, pois até a data do presente Formulário de Referência não possuímos plano de remuneração baseado em ações.

8.10 Outorga de ações

8.10 - Outorga de ações

Não aplicável, pois até a data do presente Formulário de Referência não possuímos plano de remuneração baseado em ações.

8.11 Ações Entregues**Exercício Social: 31/12/2022**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	6,33	2,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 - Precificação das ações/opções

Não aplicável, pois até a data do presente Formulário de Referência não possuímos plano de remuneração baseado em ações.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

	Sociedade emissora	Tipo de Valor Mobiliário	Quantidade	% do capital social
Conselho de Administração	Companhia	Ação	21.549.505	10,9060 %
Diretoria Estatutária	Companhia	Ação	0	0,0000%
Conselho Fiscal	Companhia	Ação	2.571	0,0013%
Total			21.552.076	10,9073%
Conselho de Administração	NL Participações S.A.	Ação	20.905.639	10,5801%
Diretoria Estatutária	NL Participações S.A.	N/A	0	0,0000%
Conselho Fiscal	NL Participações S.A.	N/A	0	0,0000%
Total			20.905.639	10,5801%
Conselho de Administração	Quirino dos Santos Administração e Participação Ltda	N/A	0	0,0000%
Diretoria Estatutária	Quirino dos Santos Administração e Participação Ltda	N/A	0	0,0000%
Conselho Fiscal	Quirino dos Santos Administração e Participação Ltda	Quota	24.304.114	12,3000%
Total			24.304.114	12,3000%

As ações detidas por pessoas que, simultaneamente, são membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários foram consideradas somente no Conselho de Administração.

8.14 Planos de previdência

8.14 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, pois a Companhia não possui planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e diretores estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	2,00	2,00	2,00	6,33	7,00	5,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,00	5,33	7,00	5,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	2.543.412,24	173.528,11	159.200,00	449.738,36	36.863,80	33.820,00	209.261,63	15.424,60	14.150,83
Valor da menor remuneraçãoReal	1.981.339,80	134.963,89	123.820,00	206.449,60	18.433,00	16.911,00	209.261,63	15.424,60	14.150,83
Valor médio da remuneraçãoReal	2.262.376,02	1.926.537,44	1.873.578,50	298.604,95	196.742,17	193.478,80	209.261,63	191.650,89	164.629,50

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2022	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

Conselho de Administração	
31/12/2022	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A apuração da maior e da menor remuneração exclui os membros que não exerceram a função durante os 12 meses do exercício findo em 2022. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

Conselho Fiscal	
31/12/2022	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021.
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021.
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, pois não possuímos mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício social 31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração total do órgão (R\$)	1.592.559,72	4.524.752,04	627.784,89
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	729.946,80	2.543.412,24	209.261,63
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	45,8%	56,2%	33,3%

Exercício social 31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração total do órgão (R\$)	1.377.195,20	3.860.500,47	574.952,67
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	756.260,00	2.170.962,78	191.650,89
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	54,9%	56,2%	33,3%

Exercício social 31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração total do órgão (R\$)	967.394,00	3.747.157,00	548.936,13
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	573.934,00	2.064.084,00	182.978,71
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	59,3%	55,1%	33,3%

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável, pois não há remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, pois não há remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

8.20 Outras informações relevantes

8.20 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que julgemos relevantes a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

9.1 / 9.2 Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	418-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes Ltda		
CPF/CNPJ	57.755.217/0019-58		
Período de prestação de serviço	01/09/2020		
Descrição do serviço contratado	Os serviços contratados compreendem: (i) auditoria independente das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022; (ii) revisão das Informações Trimestrais (ITR) individuais e consolidadas em 31 de março de 2022, 30 de junho de 2022 e 30 de setembro de 2022 preparados de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Os gastos incorridos com serviços de auditoria no último exercício social foram de R\$ 980.000,00.		
Justificativa da substituição	Não houve substituição dos auditores		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.		
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 - Independência e conflito de interesses dos auditores

A atuação da Companhia na contratação de auditores independentes para prestação de serviços não relacionados à auditoria externa está fundamentada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar para o seu cliente. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e em conformidade com a Resolução CVM nº 162/22, os auditores independentes da Companhia não foram contratados para serviços adicionais aos constantes da seção 9.1/2.

9.4 Outras informações relevantes

9.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que julgemos relevantes a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	226	153	0	0	0
Não-liderança	6746	1829	0	0	0
TOTAL = 8.954	6972	1982	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	0	257	15	93	1	0	13
Não-liderança	36	3877	727	2808	18	2	1107
TOTAL = 8.954	36	4134	742	2901	19	2	1120

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	13	290	76
Não-liderança	3295	4436	844
TOTAL = 8.954	3308	4726	920

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	118	0	261	0	0
Não-liderança	0	3016	0	5559	0	0
TOTAL = 8.954	0	3134	0	5820	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	2219	915	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	4753	1067	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 8.954	6972	1982	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	31	322	233	1419	18	1	1110
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	5	3812	509	1482	1	1	10
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 8.954	36	4134	742	2901	19	2	1120

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	1064	1858	212
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	2244	2868	708
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 8.954	3308	4726	920

10.1 Descrição dos recursos humanos

10. Recursos humanos

10.1 - Descrições dos recursos humanos

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Exercício social – 31/12/2022				
Empresa	Categoria		Localização	Número de funcionários
Lupo S.A.	Alimentação Restaurante	e	Araraquara	43
Itabuna Têxtil Ltda.	Alimentação Restaurante	e	Itabuna	15
Itabuna Têxtil Ltda.	Alimentação Restaurante	e	Pacatuba	14
Itabuna Têxtil Ltda.	Segurança Patrimonial		Pacatuba	13
Itabuna Têxtil Ltda.	Portaria		Pacatuba	1

(c) índice de rotatividade

O índice de rotatividade da Companhia em 2022 foi de 2,15%

10.2 Alterações relevantes

10.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 deste Formulário de Referência.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Política de Remuneração dos Administradores da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 23 de setembro de 2021, e está disponível no site da CVM e no site de RI da Companhia (ri.lupo.com.br).

A remuneração global de nossos empregados é determinada com base nas condições de mercado e nas convenções trabalhistas dos sindicatos aplicáveis, sendo constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; e (iv) para determinados empregados, remuneração baseada ou referenciada em ações.

A política de remuneração dos Conselheiros inclui uma remuneração fixa a título de pró-labore, balizada nas práticas de mercado e visando reconhecer o valor dos conselheiros, interna e externamente, sendo que a remuneração de cada conselheiro poderá ser diferenciada, proporcional e em decorrência de responsabilidades adicionais assumidas. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao recebimento de remuneração variável.

A remuneração da Diretoria Estatutária é determinada de acordo com (i) suas funções e responsabilidades e com base em pesquisas de mercado realizadas com empresas de mesmo porte, de diferentes setores, atuantes no Brasil; e (ii) o desempenho coletivo da equipe de gestão executiva para atingir o nosso objetivo de aumentar o valor de nossas ações. Assim, a remuneração dos diretores estatutários inclui: (i) uma remuneração fixa; (ii) uma remuneração variável, representada pelo incentivo decorrente da participação nos lucros e resultados da Companhia; e (iii) benefícios.

A remuneração dos diretores não-estatutários é baseada nas práticas de mercado, podendo ser atrelada aos resultados da Companhia. A política de remuneração da Diretoria é estabelecida segundo a legislação existente (todos são contratados em regime CLT). A remuneração dos diretores não-estatutários inclui: (i) uma remuneração fixa balizada nas práticas de mercado e visando reconhecer o valor dos diretores; (ii) uma remuneração variável, em forma de bônus, decorrente de sua capacidade e geração de resultados da Companhia; e (iii) benefícios.

A Companhia estabelece como remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, o valor mínimo exigido pela legislação. A Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor médio pago anualmente aos diretores (remuneração fixa, não computando benefícios, verbas de representação e participação nos lucros). Dentro dos limites estabelecidos pela legislação, os membros do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal e não fazem jus ao plano de benefícios.

Os membros de nossos comitês, inclusive os membros de nosso Comitê de Auditoria Estatutário, quando são prestadores de serviços contínuos remunerados pelo Grupo Lupo, não receberão remuneração específica por sua atuação no referido comitê. Quando os membros dos nossos comitês não estiverem contidos nessa hipótese, a Diretoria Estatutária poderá estabelecer uma remuneração fixa balizada nas práticas de mercado.

(b) política de benefícios

Nossos empregados, a depender de seus cargos, contam com os seguintes benefícios que complementam os benefícios da assistência social e a aposentadoria, quais sejam: (i) restaurante interno ou vale-refeição; (ii) vale-alimentação; (iii) desjejum; (iv) plano de saúde; (v) plano odontológico (livre adesão); (vi) ambulatório interno; (vii) convênio farmácia; (viii) terapias; (ix) participação nos lucros e resultados; (x) creche interna; (xi) seguro de vida; (xii) abono casamento; (xiii) abono nascimento; (xiv) compra loja com descontos; (xv) empréstimo consignado; e (xvi) banco interno.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

Não aplicável, pois não possuímos planos de remuneração baseados em ações para os empregados não administradores.

(d) razão entre a maior remuneração individual reconhecida no resultado da Companhia no último exercício social e a mediana da remuneração individual dos empregados da Companhia no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida no resultado da Companhia no último exercício social:

A razão entre a maior remuneração individual R\$ 60.434,00 e a mediana da remuneração individual

R\$ 2.110,00 é de R\$ 28,64.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Mantemos um bom relacionamento com a referida entidade sindical, e divulgamos aos seus colaboradores as principais convenções coletivas e outras ações promovida pelas entidades sindicais.

Nos últimos três exercícios sociais não tivemos qualquer tipo de greve ou paralisação envolvendo nossos empregados.

Empresa LUPO S/A:

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Têxteis de Araraquara – SP.

Sindicato dos Mestres e Contramestres e Pessoal do Escritório e Cargos de Chefia do Estado de São Paulo.

Empresa LUPO NORDESTE LTDA – ITABUNA:

SINTRATEC – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Têxteis, Fabricação, Produção Montagem, Acabamento, Calçados em geral, produção de Couro do Estado da Bahia.

Empresa LUPO NORDESTE LTDA – PACATUBA:

Federação dos Trabalhadores das Indústrias Têxteis do Estado do Ceará.

Empresa SCALA – ARARAQUARA:

Sindicato dos Empregados no Comércio de Araraquara.

O Grupo Lupo mantém bom relacionamento com as entidades sindicais acima.

Fazemos anualmente a renovação dos Acordos Coletivos mediante negociações entre a Empresa e o Sindicato que representa a categoria de forma direta, ou seja, elaboramos os acordos especificamente entre as partes.

10.5 Outras informações relevantes

10.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que julgemos relevantes a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

11.1 Regras, políticas e práticas

11. Transações com partes relacionadas

11.1 - Regras, políticas e práticas

Nós adotamos uma Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada por nosso Conselho de Administração em 16 de agosto de 2021 e alterada em 23 de setembro de 2021, com o objetivo de estabelecer as diretrizes para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas, sejam tomadas por meio de um processo transparente, tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas, visando sempre evitar eventual conflito de interesse nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A., quando da adesão da Companhia ao Novo Mercado e das boas práticas de governança corporativa, assegurando a comutatividade e transparência das operações e garantindo aos acionistas, investidores e outras partes interessadas que as transações entre a Companhia e suas partes relacionadas pautem-se pelo disposto nas melhores práticas de governança corporativa.

A Política de Transações com Partes Relacionadas, disponível em nosso site (www.ri.lupo.com.br), no site da CVM (www.gov.br/cvm) e no site da B3 (www.b3.com.br), está baseada no Estatuto Social da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas da CVM que dispõem sobre o assunto, no Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 05 ("CPC 05"), nas regras do Novo Mercado e, ainda, segundo o Código Brasileiro de Governança Corporativa..

Conforme a Política de Transações com Partes Relacionadas, a Companhia poderá realizar Transações com Partes Relacionadas, as quais devem obedecer as seguintes diretrizes gerais: (i) serem realizadas em condições de mercado, isto é, os preços e condições dos serviços contratados devem estar de acordo com os praticados no mercado, seguindo-se as mesmas orientações de negociação efetuadas pela Companhia com partes independentes; (ii) ter observados e cumpridos todos os requisitos da presente Política e demais políticas internas aplicáveis que versem sobre contratação estabelecidas pela Companhia; e (iii) ser previamente submetida para análise do Comitê de Auditoria da Companhia.

Conforme a Política de Transações com Partes Relacionadas, as Transações com Partes Relacionadas levarão em consideração, em primeiro lugar, os interesses da Companhia, conforme o caso, mediante processo transparente, ético e em conformidade com a legislação vigente. Adicionalmente, as referidas transações deverão ser equitativas e comutativas.

Ainda, em caso de operações societárias envolvendo a Companhia e Partes Relacionadas, deverá ser assegurado o tratamento equitativo para todos os acionistas da Companhia.

Os acionistas da Companhia e o Pessoal Chave da Administração deverão informar ao Comitê de Auditoria da Companhia quaisquer transações entre elas (ou os respectivos Membros Próximos da Família) e a Companhia de que tenham ciência.

Quando assim solicitado pelo Comitê de Auditoria da Companhia, as transações informadas deverão vir instruídas com as informações necessárias à análise de seu enquadramento enquanto Transação com Partes Relacionadas.

O Comitê de Auditoria informará o Conselho de Administração da Companhia sobre os termos das Transações com Partes Relacionadas reportadas a ele.

O Comitê de Auditoria atuará de forma a garantir que as referidas transações: **(i)** sejam realizadas por escrito, especificando-se as suas principais características, em condições equivalentes àquelas disponíveis nos contratos com partes não-relacionadas; **(ii)** sejam realizadas a preços, prazos e taxas usuais de mercado ou de negociações anteriores que representam condições comutativas; e **(iii)** estejam claramente refletidas nas demonstrações financeiras.

11.1 Regras, políticas e práticas

Uma vez realizada a identificação e avaliação pelo Comitê de Auditoria, caberá ao Conselho de Administração apreciar e aprovar a operação, nos termos do seu Estatuto Social.

Ao Conselho de Administração, além das atribuições legais, cabem: (i) analisar, aprovar ou rejeitar eventuais Transações com Partes Relacionadas submetidas ao seu crivo; (ii) aprovar e propor revisão periódica da presente Política; (iii) referendar eventuais Transações com Partes Relacionadas submetidas ao seu crivo pela Diretoria; (iv) analisar e questionar a Diretoria da Companhia sempre que entender que esta Política não esteja sendo aplicada; e (v) sempre que entender que uma Transação com Parte Relacionada configure ato ou fato relevante, tomar as respectivas providências para divulgação da referida transação.

Caberá ao Comitê de Auditoria: (i) fazer a primeira análise das operações realizadas entre acionistas da Companhia e o Pessoal Chave da Administração (ou os respectivos Membros Próximos da Família) e a Companhia; (ii) submeter as Transações com Partes Relacionadas à aprovação do Conselho de Administração; (iii) analisar e questionar o Conselho de Administração da Companhia sempre que entender que esta Política não esteja sendo aplicada.

Na análise de Transações com Partes Relacionadas, o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria deverá considerar os seguintes fatores, entre outros que julguem relevantes para a apreciação da transação específica:

- a. Se há motivos claramente demonstráveis, do ponto de vista dos negócios da Companhia, para que seja realizada a Transação com a Parte Relacionada;
- b. Se a transação é realizada em termos ao menos igualmente favoráveis à Companhia do que aqueles geralmente disponíveis no mercado ou aqueles oferecidos a, ou por um, terceiro não relacionado com a Companhia, em circunstâncias equivalentes, levando-se em conta o custo de monitoramento da transação pela Companhia;
- c. Os resultados de avaliações realizadas ou de opiniões emitidas por empresa especializada e independente, se houver;
- d. Se foi realizado ou não um processo competitivo para a referida contratação e o seu resultado;
- e. A metodologia de precificação utilizada e outras possíveis formas alternativas de precificação da transação; e
- f. A extensão do interesse da Parte Relacionada na transação, considerando o montante da transação, a situação financeira da Parte Relacionada, a natureza direta ou indireta do interesse da Parte Relacionada na transação e a natureza contínua ou não da transação, além de outros aspectos que considere relevantes.

No processo de análise de Transações com Partes Relacionadas, o Conselho de Administração, o Comitê Auditoria deverá considerar as seguintes informações, além de outras que julguem relevantes para a análise da transação específica:

- a. Os termos da transação;
- b. O interesse da Parte Relacionada e o impacto da aprovação da transação em sua dedicação para com a Companhia;
- c. O objetivo e oportunidade da transação;
- d. Se a Companhia é parte na transação e, se não, a natureza de sua participação;
- e. Se a transação envolver a venda de um ativo, a descrição do ativo, incluindo data de aquisição e valor contábil ou custo atribuído;
- f. Informações sobre potenciais contrapartes na transação;
- g. O montante financeiro aproximado da transação, bem como o valor do interesse da Parte Relacionada;
- h. Descrição de eventuais provisões ou limitações impostas à Companhia como resultado da celebração da transação;
- i. Se a transação envolve algum risco reputacional para a Companhia; e
- j. Qualquer outra informação que possa ser relevante para os acionistas e investidores, diante das circunstâncias da transação específica.

11.1 Regras, políticas e práticas

O Conselho de Administração terá acesso a todos os documentos relacionados às respectivas Transações com Partes Relacionadas, bem como quaisquer pareceres ou opiniões técnicas sobre o tema. Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá solicitar laudos de avaliação independentes, elaborados sem a participação de qualquer parte envolvida na Transação com Parte Relacionada (seja ela, banco, advogado, empresa de consultoria especializada, etc.), conforme entenda ser necessário para embasar a transação em questão.

As informações e documentos mencionados neste item serão distribuídos, se aplicável, juntamente com a convocação da reunião em que a transação será submetida a análise, bem como arquivadas na sede da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia informa que adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado. Cabe ao Conselho de Administração deliberar sobre situações de conflito de interesses, divergências de opinião ou visão que possam pôr em risco a prevalência dos interesses e perpetuidade da Companhia. A Política de Transações com Partes Relacionadas estabelece atribuições específicas ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Diretoria, Área Jurídica e Área de Compliance sobre como identificar e tratar conflitos de interesse.

O conjunto das operações e negócios da Companhia com partes relacionadas mencionados no item 11.2 deste Formulário de Referência seguem os padrões usuais de mercado e são amparados pelo estrito interesse da Companhia em sua realização, levando em consideração critérios de melhor preço, prazo, sinergia e melhor capacitação técnica.

As operações descritas no Item 11.2 foram celebradas em condições de mercado, por valores em linha com aqueles praticados pela Companhia junto a terceiros.

Abaixo, apresentamos, para cada grupo de operações, o caráter comutativo observado em referidas transações:

Operações comerciais de compra e venda de produtos, como meias, cuecas, “lingeries” com a Comercial Lupo S.A., Diretoria e Acionistas.

Tratam-se transações recorrentes entre as partes reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Referidas transações seguiram as políticas de preço da Companhia e observaram dos preços praticadas no mercado e que são aplicáveis a terceiros não relacionados à Companhia. Não são estabelecidas condições diversas para a venda de produtos aos demais franqueados não relacionados à Companhia. Dessa forma, a Companhia entende que a operação está de acordo com as práticas de mercado e alinhadas com as políticas internas da Companhia, sem qualquer evidência de conflito de interesses.

Prestação de serviço de hotelaria pela Comercial Lupo S.A.

Tratam-se transações recorrentes entre as partes reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Referidas transações observaram as práticas de mercado e seguem os preços cobrados por hotéis com serviços semelhantes aos prestados à Companhia. Dessa forma, a Companhia entende que a operação está de acordo com as práticas de mercado e alinhadas com as políticas internas da Companhia, sem qualquer evidência de conflito de interesses.

Contratos de aluguel com a Lupo Administrações e Participações Ltda

Os valores dos contratos de aluguel foram estipulados considerando o valor de mercado em comparação com o de imóveis semelhantes em localidades próximas à época da contratação. Adicionalmente, os contratos de locação são reajustados anualmente pela variação do IGPM-FGV, o que demonstra as condições de mercado dos contratos de locação. Dessa forma, a Companhia entende que a operação está de acordo com as práticas de mercado e alinhadas com as políticas internas da Companhia, sem qualquer evidência de conflito de interesses.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Comercial Lupo S/A	31/12/2022	7.851.000,00	1.276.000,00	1.276.000,00	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Empresa é afiliada da Companhia, pois possui sócios em comum					
Objeto contrato	Não há contrato formalizado, pois trata-se de transações recorrentes entre as partes reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. O objeto da transação é a comercialização de produtos diversos, como meias, cuecas, lingerie, entre outros, conforme necessidade da demanda, com o valor da transação variando conforme o volume de produto adquirido. O valor inserido no campo "Montante envolvido" refere-se a soma da receita auferida pela Companhia pela venda de produtos à Comercial Lupo S.A. no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. O valor inserido no campo "Saldo existente" demonstra o saldo decorrente de faturas em aberto.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Operação Comercial de venda de produtos diversos para a Comercial Lupo S/A					
Posição contratual do emissor	Credor					
Comercial Lupo S/A	31/12/2022	498.000,00	91.000,00	91.000,00	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Empresa é afiliada da Companhia, pois possui sócios em comum					
Objeto contrato	Não há contrato formalizado, pois trata-se de transações recorrentes entre as partes reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. O objeto da transação é o pagamento de diárias/estadias referentes aos serviços de hotelaria fornecidos pela parte relacionada. Os valores de referidas diárias/estadias variam conforme o volume de diárias/estadias fornecidas. O valor inserido no campo "Montante envolvido" refere-se a receita auferida pela parte relacionada pelos serviços de hotelaria supramencionados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. O valor inserido no campo "Saldo existente" demonstra o saldo decorrente de faturas em aberto.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Pagamento de diárias de hotel realizadas pela companhia junto a Comercial Lupo S/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Diversos Acionistas	31/12/2022	61.395.000,00	1.374.000,00	1.374.000,00	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Não há contrato formalizado, pois trata-se de transações recorrentes entre as partes relacionadas, reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. O objeto da transação é a comercialização e produtos diversos como meias, cuecas, lingerie, entre outros, conforme necessidade da demanda, e o valor da transação varia conforme o volume de produto comercializado. O valor inserido no campo "Montante envolvido", refere-se à soma da receita auferida pela Companhia pela venda produtos da empresa supramencionados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. O valor inserido no campo "Saldo existente" demonstra o saldo decorrente de faturas em aberto.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Operação comercial entre a Lupo S.A. e Acionistas decorrente da venda de produtos diversos para as lojas franqueadas de acionistas.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Lupo ADM e Participações Ltda	31/12/2022	19.410.000,00	1.704.000,00	1.704.000,00	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Contrato de aluguel do prédio no qual a Lupo S.A. mantém suas operações industriais. Contrato este firmado entre a Lupo S.A. e a Lupo Administração e Participações Ltda., reajustado anualmente pelo índice IGP-M. Tendo em vista que trata-se de um contrato de prazo indeterminado, não é possível auferir o valor envolvido, de modo que ao valor indicado no item "montante envolvido" foi considerado o valor da despesa com aluguel no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. O valor "Saldo existente" demonstra o contas a pagar com a Lupo Administração e Participações Ltda.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Refere-se ao aluguel do prédio no qual a Lupo S.A. mantém suas operações industriais.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2 - Transações com partes relacionadas

(n) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado. Cabe ao Conselho de Administração deliberar sobre situações de conflito de interesses, divergências de opinião ou visão que possam pôr em risco a prevalência dos interesses e perpetuidade da Companhia. Adicionalmente, a Política de Transações com Partes Relacionadas estabelece atribuições específicas ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Diretoria, Área Jurídica e Área de Compliance sobre como identificar e tratar conflitos de interesse.

(o) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

O conjunto das operações e negócios da Companhia com partes relacionadas mencionados no item 11.2 deste Formulário de Referência seguem os padrões usuais de mercado e são amparados pelo estrito interesse da Companhia em sua realização, levando em consideração critérios de melhor preço, prazo, sinergia e melhor capacitação técnica.

As operações acima descritas foram celebradas em condições de mercado, por valores em linha com aqueles praticados pela Companhia junto a terceiros.

Abaixo, apresentamos, para cada grupo de operações, o caráter comutativo observado em referidas transações:

Operações comerciais de compra e venda de produtos, como meias, cuecas, “lingeries” com a Comercial Lupo S.A. e Acionistas

Tratam-se transações recorrentes entre as partes reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Referidas transações seguiram as políticas de preço da Companhia e observaram os preços praticados no mercado e que são aplicáveis a terceiros não relacionados à Companhia. Não são estabelecidas condições diversas para a venda de produtos aos demais franqueados não relacionados à Companhia. Dessa forma, a Companhia entende que a operação está de acordo com as práticas de mercado e alinhadas com as políticas internas da Companhia, sem qualquer evidência de conflito de interesses.

Prestação de serviço de hotelaria pela Comercial Lupo S.A.

Tratam-se transações recorrentes entre as partes reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Referidas transações observaram as práticas de mercado e seguem os preços cobrados por hotéis com serviços semelhantes aos prestados à Companhia. Dessa forma, a Companhia entende que a operação está de acordo com as práticas de mercado e alinhadas com as políticas internas da Companhia, sem qualquer evidência de conflito de interesses.

Contratos de aluguel com a Lupo Administrações e Participações Ltda

Os valores dos contratos de aluguel foram estipulados considerando o valor de mercado, em comparação com de imóveis semelhantes em localidades próximas à época da contratação. Adicionalmente, os contratos de locação são reajustados anualmente pela variação do IGPM-FGV, o que demonstra as condições de mercado dos contratos

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

de locação. Dessa forma, a Companhia entende que a operação está de acordo com as práticas de mercado e alinhadas com as políticas internas da Companhia, sem qualquer evidência de conflito de interesses.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que julgemos relevantes a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
28/03/2023	Totalmente integralizado	892.330.948,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
197.593.686	0	197.593.686	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
28/04/2023	Totalmente integralizado	892.330.948,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
197.593.686	0	197.593.686	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
28/04/2023	Totalmente integralizado	892.330.948,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
197.593.686	0	197.593.686	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
16/08/2021		1.500.000.000,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
0	0	0	

~~12.2 – Emissores estrangeiros – Direitos e regras~~

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, pois até a data de divulgação deste Formulário de Referência, não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de divulgação deste Formulário de Referência, não existiam ou existem outros valores mobiliários emitidos no Brasil além das ações de sua emissão.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de divulgação deste Formulário de Referência, não existiam ou existem outros valores mobiliários emitidos no Brasil além das ações de sua emissão.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 – Mercados De Negociação No Brasil

Nós obtivemos o registro de emissor categoria “A” perante a CVM em 17 de dezembro de 2021, e até a data de divulgação deste Formulário de Referência, não possuímos valores mobiliários admitidos à negociação.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de divulgação deste Formulário de Referência, não possuímos valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de divulgação deste Formulário de Referência, não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 – Destinação de recursos de ofertas públicas

Item não aplicável, dado que não realizamos quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que julgemos relevantes a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

13.0 Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Liliana Aufiero

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Carlos Alberto Mazzeu

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

Liliana Aufiero, brasileira, engenheira, solteira, portadora da cédula de identidade nº 3.060.099-6, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF") sob o nº 068.947.558-68, na qualidade de Diretora Presidente da **Lupo S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Araraquara, Estado São Paulo, na Rodovia Washington Luís, Km 276,5, Bairro Recreio Campestre Idanorma, CEP 14803-900, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 43.948.405/0001-69, ("Companhia"), para fins do item 13 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: **(i)** reviu o formulário de referência; **(ii)** todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20; e **(iii)** o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

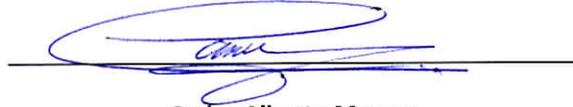


Liliana Aufiero

Diretora Presidente

DECLARAÇÃO

Carlos Alberto Mazzeu, brasileiro, administrador, casado sob regime de comunhão parcial de bens, nascido em 12 de julho de 1964, no município de Araraquara/SP, portador da cédula de identidade nº 18.986.341-9, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF") sob o nº 078.049.378-81, na qualidade de Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores da **Lupo S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Araraquara, Estado São Paulo, na Rodovia Washington Luís, Km 276,5, Bairro Recreio Campestre Idanorma, CEP 14803-900, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 43.948.405/0001-69, ("Companhia"), para fins do item 13 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: **(i)** reviu o formulário de referência; **(ii)** todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20; e **(iii)** o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

**Carlos Alberto Mazzeu**

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores